



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Bárbara Duwe Lima

**Militares de terno:** a construção da legitimidade de oficiais militares no governo Bolsonaro

Florianópolis  
2022

Bárbara Duwe Lima

**Militares de terno:** a construção da legitimidade de oficiais militares no governo Bolsonaro

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia e Ciência Política, área de concentração em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Movimentos sociais, participação e democracia

Orientador: Prof. Ernesto Seidl, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Bárbara Duwe Lima

Militares de terno : a construção da legitimidade de  
oficiais militares no governo Bolsonaro / Bárbara Duwe  
Lima Lima ; orientador, Ernesto Seidl Seidl, 2022.

182 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,  
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Militares. 3.  
Legitimação política. 4. Elites administrativas. 5. Governo  
Bolsonaro. I. Seidl, Ernesto Seidl. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Bárbara Duwe Lima

**Militares de terno:** a construção da legitimidade de oficiais no governo Bolsonaro

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 06 de dezembro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Anaís Medeiros Passos, Dr.(a)

Instituição UFSC

Prof. Júlio César Cossio Rodriguez, Dr.

Instituição UFSM

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Sociologia e Ciência Política, área de concentração em Ciência Política.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Ernesto Seidl, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2022.

Para as 689 mil pessoas que perderam suas vidas por conta da pandemia de Covid-19 - em especial, todas aquelas cuja partida poderia ter sido evitada.

## **AGRADECIMENTOS**

Minha mais profunda gratidão aos meus pais, Cláudia e Samuel, e meus irmãos, Clara e Galeno, pela confiança, parceria e amor incondicional. Obrigada por me ensinarem a caminhar, obrigada por caminharem comigo. Que sorte a minha ter nascido nessa família.

Agradeço também aos amigos e amigas, amores da minha vida, fonte constante de força e calma, de gargalhadas e de colo para chorar. Rafaela, João Pedro, Natália, Ana Beatriz, Cecília, Bruna, Julia, Luiza e Laís – a vida é mais bonita com vocês ao meu lado.

Por fim, estendo meus agradecimentos às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Em especial ao meu orientador, Prof. Ernesto Seidl, agradeço pela leitura atenta, pelos ensinamentos e pela troca de ideias que, mesmo com a distância imposta pela pandemia, foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Quando me tornei bacharela em Relações Internacionais pela UFSC, em 2019, agradei à universidade por me acolher tão bem durante quatro anos. Prometi que, mesmo como ex-aluna, seguiria lutando para que ela continuasse sendo uma instituição democrática, de ensino gratuito e de qualidade. Reforço aqui essa promessa, na certeza de que sempre encontrarei na UFSC um espaço que respira luta, realiza sonhos e emana diversidade.

## RESUMO

Ainda antes de Jair Bolsonaro assumir a Presidência do Brasil, mas sobretudo após isso, a composição de sua equipe tem sido retratada pela imprensa a partir da presença massiva de militares, que integram a “ala técnica” do governo - em contraponto à “ala ideológica”. A presente dissertação tem como tema de estudo a presença de militares em cargos de alto escalão no governo Bolsonaro. O objetivo da pesquisa é investigar o processo de tentativa de legitimação do recrutamento de oficiais na reserva e na ativa das Forças Armadas para postos dirigentes no governo federal. Para tanto, identificou-se o conjunto de recursos de legitimação acionados publicamente para justificar a escolha dos militares para assumir cargos tradicionalmente ocupados por civis. Com isso, o estudo apresenta reflexões pautadas na teoria bourdieusiana, com base nos diferentes tipos de capital mobilizados nas disputas do campo político.

**Palavras-chave:** militares; legitimação política; elites administrativas; governo Bolsonaro.

## ABSTRACT

Way before Jair Bolsonaro became the President of Brasil, but especially after that, the composition of his team has been portrayed by the press from the perspective of the massive presence of military, who are part of the “technical wing” of the government - in contrast to the “ideological wing”. The present dissertation has as its subject of study the presence of the military in high-ranking positions in the Bolsonaro government. The objective of the research is to investigate the process of trying to legitimize the recruitment of officers in the reserve and in active duty of the Armed Forces for leading positions in the federal government. To this end, the study identified the set of legitimation resources publicly activated to justify the choice of the military to assume positions traditionally held by civilians. With this, the research presents reflections from the perspective of Bourdieusian theories, based on the different types of capital mobilized in disputes in the political field.

**Keywords:** military; political legitimization; administrative elites; Bolsonaro government .



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
AI-6	Ato Institucional nº 6
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DEM	Partido Democratas
DF	Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Eceme	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas Brasileiras
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GOB	Grande Oriente Brasil
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

OAB	Ordem de Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDS	Partido Democrático Social
PP	Partido Progressistas
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPI	Programa de Parcerias e Investimentos
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Sistema Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	FONTES E OPERAÇÕES DE PESQUISA.....	18
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	22
<b>2</b>	<b>A ELEIÇÃO DE UM CAPITÃO À PRESIDÊNCIA.....</b>	<b>24</b>
2.1	QUEM SÃO OS MILITARES DE TERNO?.....	24
2.2	OS RECURSOS DE LEGITIMAÇÃO E AS DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO.....	33
2.3	A IDENTIDADE MILITAR.....	39
<b>3</b>	<b>MILITARES E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS.....</b>	<b>46</b>
3.1	"A MISSÃO GLORIOSA DO EXÉRCITO".....	46
3.2	OS SÍMBOLOS DA DITADURA MILITAR.....	61
3.3	"OS VERDADEIROS DEFENSORES DA DEMOCRACIA".....	72
<b>4</b>	<b>OS MILITARES NA DEMOCRACIA.....</b>	<b>80</b>
4.1	A "ALA MILITAR".....	95
<b>5</b>	<b>GOVERNO BOLSONARO: A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>112</b>
5.1	A MITOLOGIA DO EXÉRCITO.....	114
<b>5.1.1</b>	<b>Os militares de Bolsonaro como trunfo diante da crise na política.....</b>	<b>124</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Interesses corporativos e recompensas materiais.....</b>	<b>131</b>
5.2	AS EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS.....	134
<b>5.2.1</b>	<b>O caso Pazuello.....</b>	<b>148</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>154</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
	<b>ANEXO A – HIERARQUIA DO EXÉRCITO.....</b>	<b>179</b>
	<b>ANEXO B - HIERARQUIA DA MARINHA.....</b>	<b>180</b>
	<b>ANEXO C - HIERARQUIA DA AERONÁUTICA.....</b>	<b>181</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A eleição de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da República, em 2018, representou uma quebra com a tradição vista nos governos federais após a abertura democrática do país, no que se refere à participação de oficiais na reserva e na ativa das Forças Armadas em cargos de primeiro e segundo escalões do governo federal. A primeira composição ministerial, em janeiro de 2019, foi um indicativo deste fenômeno - dos 22 ministros, 8 eram militares da reserva das Forças Armadas (em sua maioria, do Exército). A ruptura não veio como uma surpresa completa, uma vez que, ao longo de sua campanha, Bolsonaro sempre deixou muito clara a importância que o Exército tem em sua concepção de política, não obstante sua trajetória na instituição tenha sido controversa. De todo modo, a nomeação de um elevado número de oficiais do Exército para postos de alto escalão do governo, em especial ministérios e outros cargos-chave, é um elemento destacado de forma recorrente pela imprensa brasileira.

Durante os períodos de campanha e até mesmo de pré-campanha, enquanto ainda atuava como deputado federal pelo Rio de Janeiro, Bolsonaro e seus aliados se utilizaram da mobilização de uma base militar, composta tanto por jovens ascendentes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) quanto por oficiais da Reserva e do Alto Comando do Exército - como constata Leiner (2020) e Souza (2021). Paralelamente, o título de capitão do candidato a presidente foi frequentemente acionado diante do eleitorado civil, na tentativa de conquistar apoiadores e votos - estratégia que marcou sua campanha e rendeu bons frutos, dado que as Forças Armadas são a segunda instituição em que a população brasileira mais confia (58%), perdendo apenas para a Igreja (73%). De maneira geral, observou-se o fortalecimento dos argumentos que defendem o militarismo enquanto única solução para a manutenção da ordem, bem como um aumento na frequência em que os mesmos foram divulgados e debatidos como opções para o combate à corrupção e o resgate de ideias gerais de “moral”, “bons costumes”, “família” e “patriotismo”.

Ainda antes de assumir seu posto à frente da Presidência, mas sobretudo a partir disso, diante das primeiras formações do quadro ministerial do governo, a composição da equipe de Bolsonaro tem sido retratada pela imprensa nacional como sendo composta por duas “alas”. Uma ala “técnica”, que atribui a noção de “profissionalismo” e “competência técnica” a um grupo de “especialistas” apresentados como capazes de atuar em setores diversos; e outra “ideológica”, cujos integrantes são descritos com base em sua defesa de

crenças religiosas e em seus comprometimentos políticos, centrados principalmente na figura de Olavo de Carvalho.

Um exemplo: em texto publicado no site jornalístico G1 no dia 31 de dezembro de 2018, o colunista Helio Gurovitz já avaliava que o governo Bolsonaro seria composto por diferentes grupos de direita, que ele classificou entre seis núcleos distintos - o “militar”, o “liberal”, o “policial”, o “soberanista”, o “religioso” e o “familiar”. Para Gurovitz (2018, s.p), “[...] é possível afirmar que três núcleos têm natureza técnica e profissional; os outros três, ideológica ou emocional”. Nos meses que se seguiram, essa retórica ganhou força junto à imprensa e foi reproduzida por diversos colunistas e analistas políticos, utilizando também expressões como “ala mais pragmática” ou mesmo “ala militar”.

Diante dessa lógica, os militares são situados pela imprensa como uma ala específica - a “ala militar” - que integra a “ala técnica” junto com Paulo Guedes, encarregado pela economia. A categorização é pautada naquilo que Castro (1990) denomina de *espírito militar* - a construção de uma identificação própria da caserna, a identidade militar, que se sustenta na distinção simbólica entre um “mundo civil” e um “mundo militar”. No caso da ala militar do governo Bolsonaro, algumas das características frequentemente destacadas pelos mesmos em entrevistas e discursos públicos são o patriotismo e o respeito à hierarquia; a defesa do interesse público em detrimento de interesses econômicos pessoais; a credibilidade e a incorruptibilidade, que os distingue de uma classe política corrompida e indigna de confiança; e a elevada capacitação técnica e apolítica - no sentido de estar livre de “ideologias” - para assumir a gestão de cargos administrativos (LIMA, 2019).

É importante romper com o senso comum e superar a ideia rasa de “ideologia” cunhada pelo colunismo da mídia jornalística e reproduzida sistematicamente por analistas políticos na imprensa brasileira. Afinal, o que eles querem dizer quando concebem a existência de uma “ala ideológica”, contrária a uma “ala técnica”? O que é ideologia para Gurovitz e demais autores do colunismo jornalístico? Por outro lado, qual a definição de ideologia que reside na recusa dos próprios militares em admitir que defendem um conjunto de ideias, valores e interesses próprios, levando-os a se apresentarem como “uma opção técnica, apolítica e sem ideologia – a única capaz de salvar o Brasil de uma política imoral e corrompida” (LIMA, 2019)?

Tendo isso em vista, este trabalho busca entender como se dá o processo de legitimação de militares dentro da chamada “ala técnica” do governo Bolsonaro. Aqui, cabe um parêntese: é difícil determinar quando teve início a categorização da equipe do presidente a partir da divisão de “alas”, e quem definiu o lugar do grupo de militares dentro do espectro

“técnico” da equipe, especialmente dada a amplitude e a dinâmica acelerada do compartilhamento de informações e opiniões nos veículos de imprensa e nas redes sociais. Por esse motivo, é importante especificar quem são os atores envolvidos na criação, na divulgação e no debate sobre as capacidades e a eficiência dos militares, quais sejam: o governo, parte da imprensa brasileira e a própria instituição militar.

A partir desse ponto, pretendeu-se identificar e refletir sobre o conjunto de recursos mobilizados para justificar a indicação de militares para cargos tradicionalmente ocupados por civis na composição do quadro de alto escalão do governo, através da análise de discursos de defesa pública proferidos por oficiais do governo, por intelectuais, por militares da reserva e pela imprensa de modo geral. Novamente, um parêntese faz-se necessário: a escolha de olhar para cargos-chave da administração de Bolsonaro se deu com base nos princípios fundamentais da democracia referentes à separação entre as forças militares e a política, a partir da definição básica do papel das Forças Armadas, qual seja, da segurança nacional e defesa do país perante ameaças externas.

Como consta no Artigo 142 da Constituição Federal de 1988,

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988).

Com a retomada da democracia, após o fim da ditadura civil-militar, que governou o Brasil com apoio de setores civis da sociedade entre os anos de 1964 e 1985, as relações civil-militares assumiram uma nova dinâmica marcada principalmente por uma redução significativa na quantidade de militares desempenhando atividades de cunho político. Segundo D’Araujo (2010), a postura absenteísta que os militares brasileiros assumiram no campo político no período subsequente ao governo ditatorial resultou de aspectos geracionais associados a mudanças institucionais nas Forças Armadas - no que se refere à formação de profissionais e à composição de cargos - e no próprio aparelho estatal, com a criação do Ministério da Defesa em 1999.

Para Carvalho (2019a, p. 21) a definição do papel e dos custos das Forças Armadas é um ponto relevante para compreender a dinâmica das relações civil-militares na atualidade, posto que “nossos efetivos e nossos gastos militares não são grandes se comparados aos de outros países”, mas de toda forma “trata-se de quantia ponderável que deve ser justificada ao país”. Dentre as possibilidades de emprego das Forças Armadas apresentadas pelo Ministério

da Defesa no documento “Cenário de Defesa 2020-2039 Sumário Executivo” (2020), constam atividades como “a cooperação ou conflito com vizinhos, o combate ao tráfico, a proteção do meio ambiente, do espaço aéreo e dos recursos do mar, a instabilidade política, a manutenção da lei e da ordem, operações de manutenção da paz e outras” (CARVALHO, 2019a, p. 21).

Ainda que sejam importantes, são atividades que aprofundam a aproximação entre militares e civis de forma que os primeiros se tornam agentes sociais com um “papel político e policial” (CARVALHO, 2019a, p. 24), fugindo assim da definição do papel da instituição - a defesa externa. O enfoque de análise voltado para a composição da equipe do presidente Bolsonaro se justifica, portanto, pela notória mudança de postura de uma parcela dos militares brasileiros - marechais, generais, capitães, almirantes e tenentes-coronéis, da reserva e da ativa - dentro do campo político, assumindo uma atuação política mais explícita e ativamente envolvida na disputa pelo poder.

Isto posto, o trabalho aqui apresentado está inserido em discussões sobre a formação de grupos dirigentes em sociedades contemporâneas, sobretudo de elites institucionais que integram funções de Estado. A problemática geral da investigação envolve preocupações clássicas das ciências sociais referentes às condições de legitimação de grupos dirigentes em condições históricas específicas. O ângulo assumido na pesquisa procurou captar diferentes dimensões do trabalho de legitimação de indivíduos que assumem funções de autoridade - trabalho esse que depende de mecanismos diversos, como estratégias de apresentação autobiográfica e justificações do governo, do Presidente da República e dos próprios indivíduos indicados; e se apoia em diferentes recursos de legitimação, que podem variar entre expertises diversas, experiências específicas, notabilidade, lealdade, pertencimento institucional, entre outros.

Diferentemente de estudos sobre composição de elites governamentais e administrativas que costumam examinar os processos de recrutamento, as características sociais, vínculos partidários e as carreiras daqueles indivíduos - como nos casos de Perissinotto et al (2020), Amorim Neto (1994; 2000), Vasselai (2009) e Codato & Franz (2017; 2018) -, o interesse da investigação recai sobre os esquemas de justificação acionados pelos governantes no processo de formação de quadros dirigentes passíveis de indicação política. Em suma, a pesquisa busca analisar os recursos mobilizados publicamente pelo governo federal para justificar a indicação de militares para assumir cargos-chave do quadro administrativo do Estado, bem como entender de que forma tal mobilização foi incorporada, reforçada e reproduzida pelos próprios militares indicados, por oficiais da reserva e pela

imprensa de modo geral. Assim sendo, teve-se como base a seguinte pergunta de partida: como tem se dado o processo de tentativa de legitimação de militares no governo Bolsonaro?

As reflexões elaboradas a partir dessa pergunta, do ponto de vista teórico, apoiam-se sobretudo em perspectivas desenvolvidas por Pierre Bourdieu e pesquisadores associados, centradas no exame das condições sociais e culturais de constituição de grupos dirigentes cujas bases de autoridade se assentam em diferentes recursos sociais, entendidos como diferentes tipos de capital (escolar, cultural, econômico, simbólico, social). Logo, a questão da legitimação das posições de poder no espaço político, incluindo o Estado, está no cerne dessa perspectiva. Aqui, adota-se a ideia weberiana de exercício do poder assentada na relação de dominação através do instrumento da violência legítima - diante da condição de que as pessoas dominadas se submetam à autoridade reivindicada pelos dominadores (WEBER, 2011).

Dentro disso, toma-se como base as três “razões internas que justificam a dominação” e, por conseguinte, servem como “fundamentos da *legitimidade*” (WEBER, 2011, p. 57-58). Em princípio, tem-se a autoridade pautada no “passado eterno”, nos “costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los” - autoridade essa que exerce o que o autor chama de “poder tradicional”. Em segundo lugar, a autoridade fundada em “dons pessoais e extraordinários de um indivíduo”, seu “carisma”, que leva as pessoas a depositarem sua devoção e confiança em “alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe”. Nesse caso, trata-se do exercício do “poder carismático”, exercido por um “profeta” ou por dirigentes de partidos políticos, dirigentes eleitos ou soberanos escolhidos através de plebiscitos. Por fim, tem-se ainda a autoridade que se impõe por meio da “legalidade”, fundada na obediência que reconhece obrigações estabelecidas em regras ou em um estatuto legal.

A ideia de dominação surge no debate bourdieusiano como “aquilo que permite a uma ordem social reproduzir-se no reconhecimento e no desconhecimento da arbitrariedade que a institui”, compondo as discussões que se propõem a identificar “os mecanismos sociais que produzem e reproduzem as estruturas e como elas são (e estão) incorporadas nos indivíduos, agindo como um sistema de disposições práticas” (HEY, 2017, p. 151). Preocupado em expandir a noção de reprodução social para além do plano de perpetuação econômica, o enfoque de Bourdieu é a dimensão simbólica dos processos sociais.



A ênfase recai em verificar a eficácia da dominação se realizando por meio dos instrumentos simbólicos direcionados para cumprirem suas funções de comunicação e conhecimento (criando o consenso sobre o mundo), mas, também, em conferir seu caráter político (legitimando as diferenças sociais), correlacionando-se estritamente com violência e poder simbólicos [...] (HEY, 2017, p. 152).

Portanto, mesmo quando exercida através do dinheiro ou da força, “a dominação possui sempre uma dimensão simbólica” (MPp, 209 apud HEY, 2017, p. 152). Diante disso, a “obediência” e a “submissão” constituem atos de “conhecimento” e “reconhecimento” que “mobilizam estruturas cognitivas susceptíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais” (MPp, 209 apud HEY, 2017, p. 152). Assim, a dimensão simbólica “envolve sempre o exercício consentido do poder e da dominação relacionado à luta pelas classificações e pela obtenção do direito de classificar” (MPp, 209 apud HEY, 2017, p. 152). Nesse sentido, reforça-se a ideia de que alguns dominam a produção de sentido sobre o mundo social - em sua totalidade ou em parte - e forjam uma visão sobre ele que orienta sua direção:

Traz assim, como eixo fundamental, as classificações sociais e as taxionomias aí geradas como uma forma de dominação, pois elas resultam da luta travada a partir da ocupação de diferentes posições nesse sistema de classificação, em que alguns adquirem posição dominante e outros, a dominada (HEY, 2017, p. 152).

Constitui-se, assim, um sistema de lutas permanentes entre grupos e indivíduos representantes de grupos sociais específicos, no qual a dominação exige a formação de “processos de legitimação”. Dependendo da conjuntura histórico-social, tais processos assumem formas distintas na disputa pela apropriação e acumulação de diferentes tipos de capital. Em vista disso, a concepção de “legitimidade” surge, para Weber, como um aspecto particular da “dominação”, “no sentido das diferentes maneiras possíveis de conceber a relação entre o mando e a obediência” (FREUND, 2003, p. 166). Fundamentado em Weber, Bourdieu desenvolve a noção de “legitimidade” em torno de uma espécie de economia dos bens culturais - objetos, saberes, habilidades, competências e práticas - na qual os bens legítimos são aqueles considerados pela sociedade como superiores, dadas as relações de dominação. A compreensão de tal concepção passa por duas noções centrais: a de “arbitrário cultural” e a de “violência simbólica” (VIANA, 2017).

Tendo em vista que não há cultura que seja superior às outras, identifica-se como “arbitrário cultural” a imposição e o reconhecimento de uma cultura dominante como verdade universal. Concomitantemente, tem-se o exercício da “violência simbólica” de grupos dominantes sobre os grupos dominados. O reconhecimento da cultura legítima por parte dos

dominados é pautado no exercício de um poder visto como legítimo por ambos grupos, sustentado por um conjunto de representações da realidade que os dois compartilham, constituindo uma espécie de “crença coletiva na legitimidade de um bem” (VIANA, 2017, p. 245). Neste sentido, a distinção entre classes sociais ocorre justamente em função do grau de conhecimento da cultura legítima.

Ao submeter o conceito de “dominação” às condições históricas das estruturas sociais, Bourdieu “destaca a função ideológica e política do simbólico na produção de legitimidade por meio dos diversos dispositivos de produção simbólica” (HEY, 2017, p. 154). Sendo assim, a legitimidade se constrói a partir das propriedades peculiares aos diferentes grupos sociais - gostos, estilos de vida, crenças, opiniões, práticas de consumo - e, mais do que isso, da “propensão e aptidão à apropriação” material ou simbólica de “uma determinada categoria de objetos ou práticas” (VIANA, 2017, p. 246). Para Bourdieu (1976, p. 122 apud HEY, 2017, p. 154),

é no grau de objetivação do capital social acumulado que reside o fundamento de todas as diferenças pertinentes entre os modos de dominação - quer dizer, entre os universos sociais em que as relações de dominação se estabelecem por meio da interação pessoal e pelo uso do capital simbólico, e as formações sociais em que a dominação é mediada por uma estrutura que a legitima.

Com base nas concepções de “dominação” e “legitimidade” aqui apresentadas, optou-se por trabalhar com a análise de estratégias de legitimação de integrantes do governo Bolsonaro, com o intuito de identificar o conjunto de recursos discursivos e atributos de qualificação que são apresentados como justificação para a ocupação de cargos burocráticos - alguns com bastante poder. Assim, o principal objetivo da pesquisa foi investigar o processo de legitimação do recrutamento de oficiais na reserva e na ativa das Forças Armadas para postos dirigentes no governo federal, por meio das diferentes estratégias de justificação e legitimação mobilizadas pelo próprio governo, pelos militares indicados a tais cargos, por oficiais da reserva e pela imprensa.

Para isso, considerou-se necessário estudar os processos históricos que levaram à consolidação de elementos simbólicos atrelados às Forças Armadas e seus integrantes, de forma a compreender como estes são mobilizados historicamente com o intuito de justificar atividades políticas de oficiais militares. Por reconhecer a importância do aspecto geracional que une os militares no governo Bolsonaro, teve-se como foco desvendar como se dá a mobilização destes recursos simbólicos em torno da legitimação das indicações políticas do presidente. Paralelamente, buscou-se observar experiências compartilhadas - atividades

profissionais, eventos e ritos voltados à celebração do Exército - que marcaram a geração de militares que hoje compõem o governo Bolsonaro, a fim de entender de que maneira estas experiências, atreladas aos elementos simbólicos previamente mencionados, são acionadas como um recurso que pode ser determinante no processo de legitimação dos militares em cargos-chave do Poder Político.

Posto isto, a identificação dos recursos de legitimação, organizados em torno da classificação dos militares no governo como membros de uma “ala militar” ou “ala técnica”, foi conduzida a partir de dois eixos centrais: o da mitologia do Exército e o das experiências compartilhadas. No eixo da mitologia do Exército, aborda-se a noção de que os militares seriam indivíduos capacitados de uma forma que os destaca do resto da população ao conceder-lhes qualidades superiores e exclusivas: uma “referência de patriotismo”; profissionais “treinados para proteger”; “moderadores” da discussão pública; “cidadãos de bem” e “incorruptíveis” cujo posicionamento é “apolítico” e fundamentado em “saber técnico”. A investigação proposta, aqui, envolve identificar os bens simbólicos e culturais que fixam essa representação e servem o propósito de legitimação da presença militar na política de maneira ativa.

No eixo das experiências compartilhadas, trabalha-se a ideia de que experiências profissionais como a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) (2004-2017), a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018-2019), a Operação Acolhida (2018 em diante) e a Operação Amazônia (2020 em diante), entre outras operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), foram determinantes em dois sentidos. Primeiro, para os militares em cargos de alto escalão - particularmente os ministros gerais - são missões de carreira que marcam uma geração e constituem fonte de conhecimento técnico e operacional que lhes permite atuar em áreas não necessariamente atreladas a questões de segurança e defesa. Segundo, de forma geral, tais experiências assumem alto valor simbólico, visto que repercutiram nacionalmente e cativaram a atenção da população em torno da atuação dos militares - o que fortaleceu a instituição das Forças Armadas e impactou no reconhecimento deste grupo social enquanto força estabilizadora.

## 1.1 FONTES E OPERAÇÕES DE PESQUISA

A concepção dos eixos de análise foi feita após um extenso trabalho de levantamento de material empírico. Como fontes, foram utilizados editais, notícias e artigos de opinião veiculados em espaços midiáticos (jornais, portais noticiosos, emissoras de televisão e redes sociais); artigos de caráter científico; entrevistas, discursos e pronunciamentos oficiais do Presidente da República, dos militares indicados para os cargos, de oficiais do Alto Comando das Forças Armadas e de militares na reserva concedidos a jornais, revistas e programas de *podcast*, televisão e rádio; além de eventuais materiais publicados por canais oficiais do governo.

Na coleta de dados empíricos, buscou-se por veículos de comunicação diversos, contando com jornais tradicionais da imprensa brasileira, bem como portais de notícia mais atuais, mas também voltados à produção de conteúdos relacionados à política e ao governo Bolsonaro, de modo geral. Optou-se por priorizar veículos de grande circulação e com maior alcance em suas plataformas digitais. O levantamento apresenta materiais selecionados nos seguintes veículos de comunicação: BBC Brasil, Brasil de Fato, Correio Braziliense, El País Brasil, Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo, GloboNews, Grupo Zero Hora (GZH), The Intercept Brasil, O Antagonista, O Estado de S. Paulo, O Globo, Poder360, Portal G1, Revista Fórum, piauí, Revista VEJA, UOL Notícias e Valor Econômico.

A busca foi estruturada em algumas frentes específicas. Uma primeira frente consiste em notícias, artigos de opinião e editoriais associados com a construção e reprodução da perspectiva que divide a equipe do presidente em grupos distintos e em constante disputa. De acordo com o que foi encontrado, conteúdos dessa natureza começam a surgir ao fim de 2018, após as eleições, à medida que a equipe de Bolsonaro toma forma, e tornam-se mais frequentes ao longo do primeiro semestre de governo, com a consolidação da noção que contrapõe a “ala militar” e a “ala técnica” - conectadas de forma “coesa” e “sensata” no esforço de desempenhar atividades “pragmáticas” e “profissionais” do governo - à “ala ideológica” que, essencialmente olavista, é a ala responsável por sustentar o “lado ideológico” do bolsonarismo.

Nesta pesquisa, o trabalho da imprensa é compreendido como um importante vetor de produção e reprodução de categorias de identificação e legitimação (CHAMPAGNE, 1998). Os campos da política, do jornalismo e das ciências sociais têm em comum o fato de serem espaços marcados por conflitos internos entre agentes sociais que reivindicam a imposição da visão legítima do mundo social (BOURDIEU, 2005). Em outras palavras, agentes que se esforçam para estabelecer categorias de percepção e firmá-las para que sejam

socialmente reconhecidas como categorias legítimas de construção do mundo social abrangente.

Para Bourdieu (2005, p. 41, tradução livre), “o campo jornalístico exerceu um controle cada vez mais poderoso [...] em outros campos e, em particular, no que tange a produções simbólicas, no campo das ciências sociais e no campo político”. Champagne (1998, p. 15), em sua análise sobre a forma com que a imprensa francesa retratou manifestações organizadas por agricultores no início dos anos 1980, observa que a organização e a estruturação do jogo político são construídas em torno da “opinião pública” - portanto, a luta política em sua forma moderna tende a se resumir na disputa para conquistar tal opinião “de forma aparentemente científica e indiscutível”. Assim, a ideia de “opinião pública” representa, na verdade, um “novo espaço social” dominado por certos agentes sociais - como jornalistas, cientistas políticos, profissionais de sondagens e de marketing político - que fazem uso de tecnologias modernas para dar “existência autônoma” a uma “opinião pública” que eles mesmos fabricaram, “limitando-se a analisá-la e manipulá-la e, por consequência, transformando profundamente a atividade política tal como é apresentada na televisão e pode ser vivida pelos próprios políticos” (CHAMPAGNE, 1998, p. 32).

Com o aparecimento e desenvolvimento acelerado de avanços tecnológicos nos meios modernos de comunicação, que se tornaram “pontos de passagem obrigatórios da carreira dos políticos com ambições no plano nacional”, o “centro de gravidade do espaço político” se expandiu das assembleias parlamentares para a mídia (CHAMPAGNE, 1998, p. 139). Tem-se, assim, uma transformação fundamental na luta política, marcada pelo fenômeno da “mídiatização da política”. O advento da televisão ampliou a quantidade de pessoas interessadas em acompanhar a política, que se tornou um conteúdo cada vez mais suscetível de ser visto pelo público - o que colocou uma grande importância no “aspecto espetacular” da mesma e fez com que políticos se tornassem “personagens tão conhecidas e familiares quanto as vedetes do espetáculo ou esporte” (CHAMPAGNE, 1998, p. 141).

A expansão da internet e do espaço das redes sociais inflamou isso ainda mais. Os dados de acesso às redes sociais ilustram de forma inequívoca a dimensão desse novo “espaço público” formado pelas plataformas digitais (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) - um oligopólio digital cuja regra é a não transparência - que potencializou muito a ação da mídia tradicional, hoje presente nos portais online e as diferentes redes sociais. No Brasil, são 130 milhões de usuários no Facebook, 120 milhões no WhatsApp, 105 milhões no YouTube, 95 milhões no Instagram e 16,6 milhões no Twitter. Ao mesmo tempo que ficou mais fácil e mais rápido obter informações ligadas ao mundo político, também se tornaram mais

acessíveis os espaços de debate sobre questões relacionadas ao tema. O número de seguidores de Bolsonaro nas redes sociais, por exemplo, é robusto: dentre Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e Telegram, são mais de 41,4 milhões de pessoas que compõem a audiência do presidente. Percebe-se, assim, que a presença de “personagens conhecidas”, observada por Champagne (1998) ao analisar o papel da televisão, atingiu proporções planetárias e um alcance que intensifica ainda mais a sensação de proximidade e familiaridade a que o autor se referia no fim do século passado.

Por isso, de maneira complementar ao material elaborado pela imprensa, outra frente de busca importante abarca materiais produzidos ou reproduzidos por fontes diretamente militares. Nela, a principal referência é o discurso: entrevistas, palestras, declarações oficiais, pronunciamentos e artigos publicados em revistas, blogs e nas redes sociais, em perfis pessoais e sites de grupos como o Clube Militar, ou em canais oficiais das Forças Armadas e do governo federal, como a Revista da Escola Superior de Guerra e o site oficial do Exército Brasileiro. Boa parte do conteúdo foi transcrita de arquivos em vídeo - sabatinas e entrevistas concedidas a programas de TV e rádio, bem como trechos de palestras proferidas em eventos da maçonaria e outros setores privados. A seleção de material foi guiada, aqui, pela busca das diferentes visões de militares na ativa ou na reserva, com enfoque em oficiais atuantes na construção e condução da chapa bolsonarista à presidência, bem como na chefia de cargos-chave do Executivo.

Assim sendo, essa frente tem como fontes entrevistas e declarações dos seguintes militares: general Antonio Hamilton Mourão, general Augusto Heleno, almirante de esquadra Bento Albuquerque, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, general Eduardo Villas Bôas, general Fernando Azevedo e Silva, general Floriano Peixoto, general Eduardo Pazuello, tenente-coronel da FAB Marcos César Ponte, general Paulo Chagas, capitão Tarcísio Gomes de Freitas, capitão Wagner de Campos Rosário e do próprio capitão Jair Messias Bolsonaro, entre outros quadros representativos das forças militares. A escolha se deu com base principalmente na frequência com que estes oficiais utilizaram suas posições de destaque - seja no Alto Comando do Exército ou na chefia de cargos-chave do governo Bolsonaro - para expressar suas opiniões e impressões sobre a nomeação de militares ou sobre o envolvimento entre militares e política, de modo geral. Cabe mencionar que o levantamento apresenta materiais que vão desde 2014 até o momento presente. A seleção teve como foco o período subsequente ao processo que tirou a presidenta Dilma Rousseff da presidência em 2016, uma vez que já no governo Michel Temer (2016-2018) é possível perceber um aumento no número

de militares nomeados para cargos políticos, bem como na frequência de manifestações políticas vindas da caserna (LIMA, 2019).

O trabalho de análise esteve centrado em situações nas quais os recursos de legitimação foram acionados para tentar justificar a nomeação de militares de maneira geral, bem como em situações específicas de indicação de um oficial na reserva ou na ativa. Assim sendo, a análise foi pautada em torno de discursos adotados com o intuito de ressaltar características e qualidades atreladas aos quadros militares, observando o caráter de justificação referente à participação ativa na política de governo. Tais situações foram previamente selecionadas de acordo com a dimensão de sua repercussão na imprensa e o subsequente debate em torno delas - o que suscitou maior necessidade de mobilização de recursos na busca por legitimação. Por exemplo, a nomeação do general Eduardo Pazuello<sup>1</sup> para assumir o comando do Ministério da Saúde, que culminou na nomeação de diversos outros militares para compor o corpo técnico do ministério, ainda que grande parte deles não possuía formação ou experiência profissional na área de gestão de saúde pública ou mesmo da medicina.

## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, procurou-se desenvolver um enquadramento teórico da discussão, ambientando a temática dos militares no governo Bolsonaro e apresentando as concepções teóricas que sustentam a proposta de analisar recursos simbólicos voltados à tentativa de legitimá-los em seus cargos políticos.

Em seguida, de maneira a complementar à noção de que a “identidade militar” está apoiada em processos de construção de símbolos, o segundo capítulo dedica-se a explorar dois momentos históricos que delimitam transformações significativas para a construção dos símbolos capazes de definir o “espírito militar” brasileiro tal qual ele se expressa na atual geração do Alto Comando do Exército: as experiências ditatoriais do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar de 1964.

O terceiro capítulo, dividido em duas partes, trata dos anos seguintes à ditadura, com a retomada da democracia, as discussões acerca da definição das funções das Forças Armadas na Constituição e o subsequente papel que os militares assumiram nesse novo regime,

---

<sup>1</sup> É importante pontuar que quando Pazuello foi nomeado ele ainda era um general da ativa, e assim permaneceu ao longo de toda a sua atuação no governo.

terminando com a participação de militares nos eventos que levaram à queda da presidente Dilma Rousseff e depois no governo Michel Temer. Além disso, traz a composição do governo Bolsonaro e explora o papel da imprensa no desenvolvimento da perspectiva de que este seria dividido em categorias - as chamadas “alas”.

Por fim, o quarto e último capítulo, dedicado aos dois eixos de análise já mencionados - da mitologia e das experiências compartilhadas - consiste em identificar e compreender de que modo símbolos se convertem em capital simbólico mobilizado no campo político como recursos de legitimação para o exercício de poder dentro do aparato estatal.



## 2 A ELEIÇÃO DE UM CAPITÃO À PRESIDÊNCIA

Neste capítulo, procurou-se desenvolver um enquadramento teórico da discussão, ambientando a temática dos militares no governo Bolsonaro e apresentando as concepções teóricas que sustentam a proposta de análise. Adicionalmente, trabalha-se a noção de que a identidade militar está apoiada em processos de construção de símbolos que foram convertidos em recursos mobilizados com o intuito de legitimá-los em seus cargos políticos.

### 2.1 QUEM SÃO OS MILITARES DE TERNO?

*Nós temos que mudar este Brasil, tá ok? Alguns vão morrer pelo caminho, mas eu estou disposto, em 2018... Seja o que Deus quiser, tentar jogar para a direita esse país! O nosso compromisso é dar a vida pela Pátria, e vai ser assim até morrer. Nós amamos o Brasil, temos valores e vamos preservá-los. Agora, o risco que eu vou correr... Posso ficar sem nada... Mas eu terei a satisfação de dever cumprido. Esse é o nosso juramento, esse é o nosso lema: Brasil acima de tudo. Esse Brasil é maravilhoso, tem tudo aqui, está faltando é político. Há 24 anos eu apanho igual um desgraçado em Brasília, mas apanho de bandidos. E apanhar de bandidos é motivo de orgulho e de glória. Vamos continuar assim (BOLSONARO, 2014).<sup>2</sup>*

No dia 24 de novembro de 2014, Jair Messias Bolsonaro, então reeleito deputado federal do Rio de Janeiro pelo Progressistas (PP/RJ), se dirigia a uma turma de aspirantes da AMAN. Aplaudido e chamado de “líder”, o capitão reformado proferia em seu discurso os primeiros sinais de que pretendia tornar-se presidente do Brasil. A escolha do público e do local de sua fala, bem como a escolha de sua equipe ao gravar e publicar o vídeo na internet, dizem muito sobre a condução de sua campanha eleitoral em 2018. Aqui, contudo, destaca-se esse episódio como um dentre tantos momentos nos quais elementos simbólicos do histórico militar do candidato Bolsonaro - e posteriormente do candidato a vice Antonio Hamilton Mourão e de outras figuras oriundas das Forças Armadas que compunham a chapa que concorreu ao pleito - foram acionados em discursos e atos de campanha.

Isso é significativo porque demonstra a mobilização de símbolos antes mesmo de haver nomes por trás da face militar que caracterizou a chapa bolsonarista - ao mesmo tempo que permite observar como tais símbolos reproduziram-se com o intuito de legitimar a composição do governo desde as suas primeiras formações. Com isso, coloca-se que o escopo desta investigação vai além de características sociais e trajetórias de carreira dos oficiais e

---

<sup>2</sup> Discurso proferido em vídeo publicado no canal de Youtube de Carlos Bolsonaro, filho do presidente, intitulado “BOLSONARO É RECEPCIONADO POR ASPIRANTES DA AMAN (NOV/2014)”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI>>. Acesso em 23 nov. 2021.

praças da ativa e da reserva que assumiram cargos políticos no governo Bolsonaro, compreendendo esse grupo dentro de sua coletividade.

Contudo, não significa dizer que os mesmos constituem um grupo homogêneo, uma unidade harmoniosa. Tendo em vista os diversos mecanismos simbólicos que compõem o processo de socialização que constituem a identidade militar, aborda-se tal grupo considerando especialmente as noções de “companheirismo” e “camaradagem” presentes desde os primeiros momentos dos cadetes na AMAN, associadas à intensa distinção entre militares e civis - os “paisanos” - como aspectos determinantes na formação de um “espírito militar” comungado por oficiais e praças do Exército (CASTRO, 1990). Ademais, entende-se a concepção desse “espírito militar” fundamentada na visão de que não só os militares diferem dos “paisanos”, mas também são “melhores” do que eles - “não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles - enquanto coletividade, corpo - *viveriam da maneira correta*” (CASTRO, 1990, p. 43, grifo do autor).

O pleito eleitoral de 2018 colocou o “espírito militar”, e mais especificamente a atuação dos militares enquanto agentes sociais no campo político em um novo patamar - começando pelo fato de que a chapa vencedora era composta por um general-de-exército da reserva e um capitão reformado, ambos do Exército, na vice-presidência e na presidência, respectivamente. Das 22 pastas que compunham o primeiro quadro ministerial da gestão eleita, oito eram chefiadas por militares. Somando presidência e vice-presidência, ministérios, cargos de assessorias, chefias de gabinete, diretorias e secretarias, eram 107 representantes das Forças Armadas na composição do governo Bolsonaro (MAPA..., 2019). Com estes números, as indicações do presidente superavam a quantidade de ministros militares nos governos de Castelo Branco (1964-1967) e Médici (1969-1974)<sup>3</sup> durante o período da Ditadura Civil-militar de 1964.

Nas primeiras nomeações, as 22 pastas ministeriais foram distribuídas entre 8 dirigentes sem partido, 8 militares (6 oriundos do Exército, 1 da Marinha e 1 da Aeronáutica), 3 filiados ao Democratas (DEM), 1 filiado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 1 filiado do Partido Novo e 1 filiado do Partido Social Liberal (PSL). O partido do presidente à época (PSL), ocupou apenas um ministério e eventuais postos periféricos, enquanto os militares assumiram cargos-chave encarregados pela distribuição dos demais cargos de

---

<sup>3</sup> Segundo levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, Castelo Branco indicou cinco militares para cargos ministeriais durante sua gestão, que contava com um total de 16 ministérios. Já Médici contava com sete das 18 pastas ministeriais sendo chefiadas por militares (MINISTÉRIO..., 2018).

segundo e terceiro escalões. Ao final de seu terceiro ano de gestão, em 2021, Bolsonaro conta com 23 pastas ministeriais e um total de 11 ministros militares que já as chefiaram (ou ainda as chefiam). O PSL, que já não é mais o partido do presidente<sup>4</sup>, perdeu o único cargo de alto escalão ao qual havia sido nomeado<sup>5</sup>. Além disso, Bolsonaro tornou-se o chefe do Executivo que mais indicou egressos do Alto Comando do Exército para cargos públicos de confiança - foram 11 dentre os 21 generais de 4 estrelas que foram nomeados para funções de confiança após se aposentarem na última década (NA ÚLTIMA..., 2021).

Olhando para o momento atual do quadro político brasileiro, Carvalho (2019a, p. 234) avalia que “a omissão civil, não haja dúvida, contribuiu para a volta dos militares ao governo”. Em sua concepção, existe um nível de “conivência civil” para que as Forças Armadas continuem com a antiga prática de manter assuntos de segurança exclusivamente a cargo dos militares e, em contrapartida, há também um esforço dos militares para se capacitarem em assuntos civis - o que facilita projetos de militarização de áreas originalmente civis. Cabe ressaltar, contudo, que o mundo “civil” envolve uma grande diversidade de agentes em jogo, e nesse ponto não é só a omissão que contribui para o retorno dos militares ao governo. Bolsonaro e o “partido militar” voltam ao Poder Executivo, pelo voto, com a adesão entusiasmada de elites conservadoras da sociedade, em aliança com frações do capital (financeiro, industrial e agrário), representados por diferentes partidos com assento no Congresso Nacional.

Em suas primeiras impressões sobre o governo eleito, preocupado com a possibilidade de que as Forças Armadas passassem a agir como um partido político impondo interesses corporativos, Amorim Neto (2019b) avaliava que a nomeação de militares para cargos de alto escalão revelava a amplitude do poder que a corporação militar teria durante a administração bolsonarista - posto que a distinção entre oficiais da ativa e da reserva teria pouca relevância em termos práticos, pois os militares têm “visões de mundo e preferências semelhantes”. Na concepção de Carvalho (2019a), o predomínio de oficiais do Exército

---

<sup>4</sup> O PSL foi o oitavo partido de Bolsonaro. Em quase três décadas de carreira política, ele conta com passagens nas seguintes legendas: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB, antigo PPR), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Frente Liberal (PFL, hoje rebatizado Democratas), Partido Progressistas (atual nome do PPR e do PPB) e Partido Social Cristão (PSC). O rompimento com o PSL foi divulgado no final de seu primeiro ano de mandato, junto com o anúncio de que o presidente criaria um novo partido chamado Aliança pelo Brasil, contudo o projeto não se consolidou. Dois anos depois de deixar o PSL, o presidente assinou sua filiação ao Partido Liberal (PL). (BOLSONARO..., 2019; 2021).

<sup>5</sup> Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG), único ministro do partido de origem do presidente, foi demitido após um embate com o general Luiz Eduardo Ramos, chefe da Secretaria de Governo na época. Presidente do PSL em Minas Gerais, Álvaro Antônio já era um aliado de Jair Bolsonaro em sua campanha à presidência antes mesmo de ambos filiarem-se ao partido (QUEM É..., 2020).

evidencia que a presença militar no governo é distribuída de maneira desigual entre as três Forças, o que indica que uma eventual militarização do governo possivelmente não contaria com a adesão geral da instituição (FFAA). Contudo, para Souza (2021), a participação massiva de militares no governo, sob a alegação de que estes constituem uma classe “isenta”, “capaz” e sustentada por sua credibilidade perante a sociedade, consiste num recurso “impróprio” e “arriscado”, visto que coloca em perigo a estabilidade das Forças Armadas enquanto instituições de Estado.

Tendo em vista que a eleição de Bolsonaro à presidência se deu através da “associação de suas imagens pessoais aos valores éticos, aos princípios institucionais e ao elevado conceito” das Forças Armadas, Souza (2021, p. 127-128) interpreta que esse processo eleitoral culminou na consolidação de um consistente e coeso “grupo político de natureza hegemônica” - o “partido militar”. Segundo o autor, o processo atual de politização das forças militares, evidenciado pelo governo Bolsonaro, teve início em meados da última década e, já em 2016, a articulação que levou à eleição dessa chapa demonstrava sinais dentro da caserna. Dentre eles, a 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE), em 5 de fevereiro de 2016, que contava com a presença de 17 generais-de-exército discutindo, preocupados, o início do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT). À época, o chefe do órgão de comunicação social apresentava os resultados de pesquisas de opinião que colocavam as Forças Armadas como uma das instituições mais confiáveis e de maior credibilidade junto à população brasileira. Avaliando os acontecimentos que sucederam à reunião, Souza (2021, p. 126) observa que:

Entre os 17 generais-de-exército da 304ª RACE em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de Estado, um ministro do Supremo Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas.

Para o autor, essa situação é capaz de explicar muito sobre a presença de militares no governo Bolsonaro. A presença massiva de lideranças militares na composição da cúpula governista é, por conseguinte, um reflexo do poder que o “partido militar” assume na estrutura governamental. Contudo, antes de investigar os recursos simbólicos mobilizados para legitimar a indicação massiva de militares para cargos políticos, é essencial atentar para o elemento de coletividade que fundamenta a análise dos mesmos enquanto grupo distinto dos outros na composição do mosaico da administração bolsonarista. Nesse sentido, é importante

delinear o aspecto geracional que costura as relações entre os oficiais que compõem o “partido militar”.

As escolhas de Bolsonaro em suas primeiras formações ministeriais, por exemplo, já indicavam a intenção do presidente de cercar-se de pessoas próximas dele não só em termos ideológicos, mas também profissionais - em se tratando de sua breve carreira militar<sup>6</sup> - e geracionais. Dos seis “ministros militares” pertencentes à reserva do Exército, quatro eram amigos pessoais de Bolsonaro e o conheciam desde a década de 1970, quando se formaram na AMAN (LIMA, 2019). Nesse sentido, o olhar para a agência de militares no campo político brasileiro atualmente precisa estar pautado no entendimento de que as Forças Armadas de 2018 não são as mesmas que destituíram João Goulart do governo em 1964: “os oficiais-generais de hoje ingressaram na carreira antes da redemocratização, mas os oficiais de escalões mais baixos já tiveram experiência distinta” - “sua composição social, seu treinamento, seus valores, suas posições políticas se modificaram, sobretudo nas gerações mais novas” (CARVALHO, 2019a, p. 19). Entende-se, então, que o teor dessa modificação está diretamente relacionado com a presença de militares em posições de poder no campo político, posto que faz parte da construção da identidade militar impressa nessa geração, com todas as competências e atributos que servem de legitimação para sua atuação política.

Preocupado com a pouca atenção que aspectos internos recebem na análise que estuda o papel dos militares no campo político, Carvalho (2019a, p. 29) argumenta que as organizações militares são instituições com alto grau de autonomia justamente porque envolvem “todas as dimensões da vida de seus membros, desenvolvem identidades mais fortes”, exigindo uma verdadeira transformação de personalidade dos mesmos. O processo de socialização profissional militar ocorre “em relativo isolamento ou autonomia”, conferindo à profissão militar “grande coesão ou homogeneidade interna (“espírito-de-corpo”), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil” (CASTRO, 1990, p. 31).

Ao fim do primeiro semestre na AMAN, por exemplo, há uma solenidade para que os cadetes recebam, perante familiares e convidados, o “espadim” - uma “miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias, patrono do Exército” - para simbolizar a “honra militar” (CASTRO, 1990, p. 36). Tendo superado o período de iniciação, no qual eles são considerados “bichos” e passam por diversas formas de “trote” - desde brincadeiras até

---

<sup>6</sup> Bolsonaro ingressou na AMAN em 1974, formando-se no curso da Academia e no curso de paraquedismo da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro três anos depois, em 1977. Tornou-se capitão em 1979 - patente com a qual aposentou-se 9 anos depois, indo para a reserva remunerada em 1988 (DA ACADEMIA..., 2019).

humilhações públicas -, os cadetes que permanecem no Curso Básico recorrem às noções de “companheirismo”, “camaradagem” e “amizade” para resistir à pressão. É o que o autor chama de “solução coletiva”. Dessa forma, “[é] lugar comum os cadetes afirmarem que os amigos são poucos, os companheiros são muitos. A relação de amizade estabelece-se por opção, por escolha, enquanto a de companheirismo é compulsória” (CASTRO, 1990, p. 37).

Essa noção compulsória de companheirismo dá origem ao desenvolvimento e fortalecimento de comparações entre o “aqui dentro” e o “aqui fora”, fonte das distinções entre militares e civis. Com base no depoimento de cadetes e oficiais<sup>7</sup>, Castro (1990, p. 41-42) identifica elementos que caracterizam a oposição entre os dois grupos: por um lado, o ambiente da AMAN (“aqui dentro”) é visto como um espaço de ensino com mais “seriedade”, “profissionalismo”, “competência”, “maturidade”, “disciplina”, “ordem” e “verdadeira liberdade”, onde professores “dão o exemplo”; por outro, associa-se às faculdades “lá fora” a “falta de seriedade”, incompetência, “ociosidade”, “infantilidade”, “desatenção”, “displicência” e assim por diante.

Para além das questões associadas ao ensino, tem-se ainda uma série de atributos morais utilizados na diferenciação entre militares e civis, responsáveis por aprofundar ainda mais o abismo entre ambos - dentre eles, o “senso de honestidade”, a “retidão de caráter”, a “lealdade”, a “distinção”, a “preocupação com causas nobres e elevadas”, o “respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia” e o “espírito de renúncia”, ou seja, o “desapego a bens materiais” (CASTRO, 1990). Cabe destacar, a respeito das “causas nobres e elevadas”, o fato de que, desde o princípio de sua formação identitária, o patriotismo se consolida para os militares como um elemento de distinção em relação aos chamados “paisanos”; como uma característica que cumpre a dupla função de definição e diferenciação em relação a quem não pertence ao universo das forças armadas.

Ao mesmo tempo, internamente, a comunhão do “espírito militar” une oficiais e cadetes em torno da existência de uma hierarquia na qual a distância entre eles é baseada apenas em uma questão de “quantidade de tempo”: “um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais. [...] os generais de hoje foram os cadetes de 1945-1955; os cadetes de hoje serão os generais da década de 2020” (CASTRO, 1990, p. 22-23). Essa “hierarquia quantitativa” coloca os membros da instituição em uma situação de “igualdade

---

<sup>7</sup> Castro (1990) passou 36 dias na AMAN, em períodos espaçados entre os anos de 1987 e 1988, e entrevistou cadetes e oficiais que eram alunos na época, bem como pessoas que não concluíram o curso (a quem ele se refere como ex-cadetes) e oficiais de carreira do Exército na reserva.

formal de condições”, que pressupõe a possibilidade de ascensão a todos - ainda que não seja uma garantia, as diferentes posições que compõem a hierarquia do corpo de oficiais ficam dispostas em um “mesmo eixo de tempo social”, a distância entre elas é passível de qualificação, tornando-as “reduzíveis e comparáveis umas às outras” (CASTRO, 1990, p. 22-23).

Levando em consideração o caso de Bolsonaro, cabe aqui um parêntese. De acordo com Castro (1990), apesar do peso que têm as experiências de integração, existem caminhos para se destacar individualmente na caserna: a excelência escolar, traduzida em notas e conceitos, e a prática de esportes - tornar-se “membro de uma das equipes esportivas”, como, por exemplo, a Brigada de Infantaria Paraquedista. Percebe-se, portanto, que mesmo uma atividade que oferece aos cadetes e oficiais uma oportunidade de diferenciação teve seu lema convertido em um slogan compartilhado com afinco pelo presidente, pelo “partido militar” e por apoiadores do governo bolsonarista de modo geral: “Brasil acima de tudo!”.

Para além do slogan e dos laços de amizade construídos durante os anos que passaram na AMAN, a constituição da chapa bolsonarista eleita em 2018 contou com militares, parentes e amigos que souberam se associar à imagem das Forças Armadas e que hoje atuam em torno do presidente tal qual um “governo militar” (SOUZA, 2021). Isto posto, diante da configuração e da forma coesa e consistente com que esse “grupo político de natureza hegemônica” atua institucional e politicamente, Souza (2021) constata que o “partido militar” apresenta os mesmos traços característicos de um partido político tradicional:

[...] memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” - formação de lideranças; e base eleitoral e militante (SOUZA, 2021, p. 128).

A base ideológica do “partido militar”, fortemente vinculada ao “anticomunismo” - ideologia que passou a ser institucionalizada no interior das Forças Armadas a partir da “revolta comunista de 1935”<sup>8</sup> (CASTRO, 2002, p. 46) - e ao “antiesquerdismo” é depurada por meio do “controle de dissidências”. Em outras palavras, um controle que constantemente busca o fortalecimento da linha condutora de ação e pensamento dos “filiados” do partido. A

<sup>8</sup> Segundo Castro (2002), a percepção de que havia um “perigo comunista” no Brasil começou após a Revolução Russa de 1917, com a criação do Partido Comunista em 1922, a conversão de Luís Carlos Prestes ao comunismo em 1930 e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. A “revolta comunista de 1935”, protagonizada principalmente por militares, consiste numa série de tentativas de tomada do poder que eclodiram em conflitos rapidamente abafados pelo governo, no Rio de Janeiro, em Recife e Natal. Este período histórico, vital para a internalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas e na identidade militar de maneira ampla, será abordado de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

existência de “ideologia”, contudo, é fortemente rejeitada. Para Leirner (2020, p. 18-19), “a palavra ideologia está encoberta numa cortina de fumaça; ela assumiu um tom de “conspiração”, e pertence aos “outros”.

A eles coube reverberar a luta renhida contra um fantasioso ‘marxismo cultural’ e alertar para as ‘hostes comunistas’ afoitas e à espreita para aniquilarem valores ocidentais considerados inarredáveis. Esse movimento veio a calhar para preservar as instituições castrenses, que jamais abandonaram o mantra do anticomunismo, do antiesquerdismo, de posições claramente antidemocráticas. Mais do que uma concepção de Guerra Fria obsessivamente prorrogada, o que orienta o “partido militar” é uma autopercepção de constituírem um poder soberano, preparado para definir, a seu critério e com seus valores, os momentos em que a excepcionalidade pode ser convocada para dirimir questões da esfera política, uma decisão que se desdobra para a definir quem são os amigos e os inimigos (MEI; SAINT-PIERRE; SOARES, 2021, n.p).

A direção político-ideológica do “partido militar” caracteriza-se pelo fato de que não há registros dessa conduta punitivista durante os governos anteriores ao de Bolsonaro. Em outras palavras, nos últimos anos, não se observava o exercício de controlar militares críticos ao governo - inclusive porque tais críticas não eram interpretadas como ofensivas às instituições militares. Esse movimento de “patrulha” cumpre a dupla função de isolar pensamentos distintos e aglutinar aqueles que compartilham a mesma visão político-ideológica que o presidente (SOUZA, 2021).

Hoje, registram-se diversas ocorrências de punições a militares - até na reserva - e afastamento de oficiais professores de colégios militares. No entendimento de parte da cúpula [partidária], os posicionamentos críticos a militares em relação ao governo Bolsonaro - repleto de generais - devem ser monitorados, sendo muitas vezes (mal) entendidos como “ofensas” às FA [Forças Armadas] (SOUZA, 2021, p. 130).

Em contrapartida, o governo busca priorizar pautas que contemplam interesses corporativos das Forças Armadas e aspirações dos militares, em um escopo mais amplo, de forma a consolidar esse nicho de sua base eleitoral. Leirner (2020, p. 42) avalia que, ainda que muitos agentes sociais estejam hoje em ascensão devido a sua associação com a gestão de Bolsonaro, “não há nenhum setor mais beneficiado, e que de fato é quem governa o país, que não seja o setor militar”. A nomeação de militares para cargos desvinculados da estrutura organizacional das Forças Armadas, com tarefas de caráter individual, se assemelham a uma tradicional distribuição de empregos civis cuja real intenção é conquistar cabos eleitorais.

De maneira complementar, mais do que “uma questão numérica de *aparelhamento* do Estado”, observa-se uma “hegemonia” que se dá através da “imposição de valores e símbolos” e coloca os militares “no centro da sociedade” (LEIRNER, 2020, p. 42). A



constante presença de generais governistas e do próprio presidente em solenidades e cerimônias oficiais em quartéis cumpre um papel importante ao utilizar como respaldo político a imagem de credibilidade e confiabilidade das Forças Armadas, ao mesmo tempo que reforça a impressão de que os militares pertencem ao partido de Bolsonaro (SOUZA, 2021). Um exemplo disso é a tradição de prestar continência: “não sei se o leitor já reparou, mas a *continência* extrapolou o quartel, e agora se impõe como rito de apresentação de vários níveis de governo: prefeitos, governadores, ministros civis marcham e batem continência” (LEIRNER, 2020, p. 42, grifos do autor).

Segundo Souza (2021, p. 133), “na grande maioria dos casos, não há nenhuma outra consideração de ordem técnica ou de capacitação específica que não o fato de ser militar”. O autor considera que a configuração do Ministério da Saúde a partir do segundo ano de governo é um claro exemplo do “verdadeiro domínio militar sob a administração pública”. Além disso, destaca-se o fato de que, neste momento, o núcleo central do governo é inteiramente constituído por ministros generais-de-exército na ativa e na reserva. A novidade, nesse contexto, é que essa predominância de militares detentores de poder político ocorre sem a presença de tanques na rua, afinal o ex-capitão chegou ao Poder Executivo pelo voto de mais de 57 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Leirner (2019, p. 18) identifica no movimento de agentes militares e simpatizantes do governo um fenômeno chamado de “grande inversão”: “uma constante projeção que certos agentes realizam nos seus inimigos invertendo suas posições”. A inversão que direta e imediatamente associa “ideologia” e grupos de oposição ao governo Bolsonaro “revela um uso consciente dessas inversões de realidade visando provocar reações inconscientes que afetem o real de forma programada” (LEIRNER, 2019, p. 19). Segundo o autor, “militares chamam isso de operações de *bandeira falsa* (ou *false flags*), quando o inimigo carrega a culpa que se projetou nele” (LEIRNER, 2019, p. 19, grifos do autor). Desse modo, o processo eleitoral e o próprio governo operam com base em uma “estratégia de abordagem indireta” na qual “Bolsonaro é uma espécie de para-raios onde recaem todas as energias - pró e contra - mas, de fato, a usina que as produz vem do consórcio militar” (LEIRNER, 2020, p. 43).

Assim sendo, o desempenho de Bolsonaro na presidência - marcado por frases polêmicas, apologia ao crime (homofobia, racismo, misoginia, fake news sobre a Covid-19), tensionamentos e pronunciamentos embasados em notícias falsas e informações errôneas - se converte em um dos principais argumentos constantemente utilizados para reforçar a concepção de que os militares são “mentores” responsáveis por “refrear” os impulsos do presidente, ao mesmo tempo que tira-os da condição de “partícipes” e faz deles um “pilar

central” do governo (MEI; SAINT-PIERRE; SOARES, 2021). Partindo do entendimento de que a figura do presidente em si, apesar de central, não conduz o “processo de politização dos militares”, Souza (2021) aponta alguns elementos importantes para compreender a origem, as motivações e as dinâmicas de tal fenômeno. Dentre eles, a eleição presidencial de 2010, o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o engajamento das Forças Armadas na MINUSTAH e a “vulgarização” do emprego das Forças Armadas em operações de GLO - questões que serão aprofundadas e analisadas nos próximos capítulos.

## 2.2 OS RECURSOS DE LEGITIMAÇÃO E AS DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO

*O campo político explicitamente afirma que tem por objetivo dizer o que é o mundo social. Em uma discussão entre dois políticos que bombardeiam um ao outro com estatísticas, o que está em disputa é apresentar uma visão de mundo bem fundada, pautada pela objetividade porque é dotada de referências reais, e também baseada na ordem social através da confirmação que recebe de todos que a adotam para si mesmos, que aderem a tal visão. [...] A imposição de uma definição de mundo é, em si mesma, um ato de mobilização que tende a confirmar ou transformar relações de poder (BOURDIEU, 2005, p. 39, tradução livre).*

A apresentação feita na seção anterior teve como intuito ambientar a discussão central desta pesquisa - qual seja, identificar e analisar o conjunto de recursos mobilizados na tentativa de justificar a indicação de militares à chefia de cargos políticos no governo Bolsonaro. Como mostrará esta seção, tal proposta está fundamentada em perspectivas teóricas desenvolvidas por Pierre Bourdieu e pesquisadores associados a respeito da legitimação de grupos dirigentes em posições de poder no espaço político.

Inicialmente, é fundamental introduzir uma definição básica - “simples” e até “inadequada”, nas palavras de seu próprio autor - da noção de campo:

*O campo é um campo de forças dentro do qual os agentes ocupam posições que estatisticamente determinam as posições que eles tomam em relação ao campo, e essa tomada de posições tem por objetivo conservar ou transformar a estrutura de relações de força que constitui o campo. [...] É o lugar de ações e reações realizadas por agentes sociais dotados de disposições permanentes, parcialmente adquiridas em sua experiência desses campos sociais. Os agentes reagem a essas relações de forças, a essas estruturas; eles as constroem, as percebem, formam uma ideia delas, representam-nas para si mesmos, e assim por diante (BOURDIEU, 2005, p. 30, tradução livre).*

Bourdieu (1989) apresenta a luta simbólica pela conservação ou transformação do mundo social através da visão de mundo e dos princípios de divisão do mundo. Na prática, trata-se de uma luta pela conservação ou transformação das divisões entre as classes, através

da conservação ou transformação dos sistemas de classificação e das instituições que as legitimam. Tal luta “assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ (as administrações do Estado)” (BOURDIEU, 1989, p. 174).

Em síntese, o campo político é um campo de forças e um campo de lutas, cujo objetivo é transformar a relação de forças que define sua estrutura em um dado momento. Posto esse objetivo, existe “competição por apropriação legítima do que está em disputa nos conflitos no campo” (BOURDIEU, 1989, p. 44). Assim, a competição entre os agentes no campo político está diretamente relacionada com o objetivo do mesmo: impor uma visão de mundo e sua definição acerca do que é o mundo social. Nas palavras de Bourdieu (2005, p. 39), “o que está em disputa é apresentar uma visão de mundo bem fundada, pautada pela objetividade porque é dotada de referências reais, e também baseada na ordem social através da confirmação que recebe de todos que a adotam para si mesmos, que aderem a tal visão”. Assim, a disputa envolve diretamente a “capacidade de mobilizar pessoas levando-as a adotar para si mesmas o princípio de visão que está sendo proposto” (BOURDIEU, 2005, p. 39.).

Para Bourdieu (1989, p. 164), a vida política se desenvolve a partir de uma lógica de oferta e procura, dada a desigualdade na distribuição dos “instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada”. Ele explica:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Em suma, trata-se do espaço social onde as elites políticas se confrontam. Desse modo, o produto que resulta da competição no campo político é o que oferece instrumentos de percepção e expressão do mundo social. Nesse sentido, a produção de ideias sobre o mundo social está sempre subordinada à lógica da conquista de poder (BOURDIEU, 1989). Com isso, a luta no interior do campo político “tende a ser essencialmente de natureza simbólica” (CHAMPAGNE, 1998, p. 21). Uma vez que o cerne da dominação política consiste em mecanismos de ordem simbólica, a ação política “mais importante” reside na “imposição de sistemas de classificação do mundo social” cuja particularidade é a eficiência simbólica (CHAMPAGNE, 1998, p. 18-19). Em outras palavras, são sistemas de classificação que não

são verdadeiros, mas adquirem a capacidade de tornarem-se verdadeiros “na medida em que aqueles que os utilizam têm os meios de fazer acontecer o que anunciam como desejável ou como devendo acontecer necessariamente” (CHAMPAGNE, 1998, p. 18-19).

Assim sendo, cabe ao discurso político promover o reconhecimento acerca dos princípios de divisão do mundo social -ou seja, é o “dizer” da política que joga luz às palavras de ordem que produzem os grupos que compõem uma ordem social. A admissão de que a verdade política depende da ação e da vontade coletiva faz com que as ideias-forças do porta-voz sejam capazes de mobilizar tal ação e que sejam infalsificáveis, visto que elas têm o poder de tornar “verdadeira” a “verdade política” anunciada (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, parte da força de locução nas palavras de um porta-voz reside na força do grupo que ele representa ao proferi-las.

Na medida em que a luta no campo político é travada através de “palavras destinadas a fazer crer ou fazer ver”, Champagne (1998, p. 21) constata que “a história do espaço político consiste, em grande parte, em analisar as diversas formas assumidas por esse poder simbólico muito particular e sua progressiva autonomização”. De modo complementar, para entender posicionamentos de parlamentares ou ministros inseridos em um campo, por exemplo, não é suficiente apenas considerar elementos como “associações de classe”, “posição social no espaço social geral” e “relações de dependência *vis-à-vis* este ou aquele poder externo”, bem como não basta “caracterizar o agente social por seus determinantes externos, que podem derivar da origem social, ocupação ou conexões econômicas ou sociais, diretas ou indiretas” - “é preciso também levar em consideração a posição ocupada no jogo político” (BOURDIEU, 2005, p. 33-34, tradução livre).

Uma vez que as tomadas de posição dos agentes são determinadas pelos constrangimentos e interesses associados a uma posição específica na estrutura do campo político, a tendência de atomização ou divisão do campo político em grupos se limita a partir da ideia de que o discurso produzido por tal grupo depende mais de sua força mobilizadora, ou seja, do reconhecimento de grupos poderosos e numerosos, do que de suas propriedades e conteúdos de fato. Dessa forma, “o campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179). Portanto, as estratégias desenvolvidas a partir da lógica de disputas internas do campo precisam, para ser bem-sucedidas, achar correspondência nas estratégias de grupos externos ao campo.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se [...] pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece [...] (BOURDIEU, 1989, p. 185).

Este poder, concedido a quem o exerce por quem está sujeito a tal exercício, é denominado poder simbólico. Segundo o autor, trata-se de uma espécie de crédito que ao mesmo tempo produz e é produto da crença e da obediência. Conseqüentemente, a existência de diferentes grupos sociais fora do campo político e a existência de distinções entre os agentes que integram o campo político implicam na existência de diferentes simbologias - estabelecendo assim uma disputa de símbolos. À vista disso, entende-se a política como

uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos, fazer triunfar sua visão do mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira ao maior número possível daqueles que são, econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecidos (CHAMPAGNE, 1998, p. 23-24).

Por conseguinte, a concentração dos meios de produção política está correlacionada, ou tem como consequência, o desapossamento das maiorias (BOURDIEU, 1989). Nessa perspectiva, tendo em vista a disputa pelo monopólio da “palavra pública”, percebe-se como o campo do jornalismo e o da política se assemelham enquanto espaços de “conflitos internos para a imposição do princípio dominante de visão e divisão”, a partir dos quais criam-se categorias que, quando assimiladas por uma sociedade em sua totalidade, “acabam definindo a realidade” (BOURDIEU, 2005, p. 36-37, tradução livre). Adicionalmente,

Todos os agentes sociais têm princípios de visão e divisão. Nós saímos para o mundo social com categorias de percepção, princípios de visão e divisão, que são eles mesmos parcialmente o produto da incorporação de estruturas sociais. **Nós** aplicamos categorias para o mundo - por exemplo, masculino/feminino, alto/baixo, raro/comum, discreto/vulgar - adjetivos que frequentemente funcionam em pares. [...] E esses adjetivos que usamos, que funcionam em pares e que são parcialmente independentes, parcialmente sobrepostos, são categorias no sentido kantiano, mas categorias que são socialmente constituídas e socialmente adquiridas (BOURDIEU, 2005, p. 36-37, tradução livre).

Os agentes que atuam profissionalmente para produzir discursos e impor categorias explícitas de construção da realidade - sociólogos, historiadores, políticos e jornalistas, por exemplo - trabalham com o propósito de “transformar as categorias implícitas de uma classe,

um estrato, em taxonomias que tenham um ar sistemático e coerente” (BOURDIEU, 2005, p. 37-38, tradução livre). Para Bourdieu (1989), esse processo de imposição tem um efeito importante: uma vez que o capital simbólico depende da relação de representação, da opinião e da crença, os “homens políticos” são “homens de honra” particularmente vulneráveis a suspeitas, calúnias e escândalos que ameacem a confiança nele depositada. E quando se tratam de “homens políticos militares” tal capital simbólico parece ser potencializado.

Tem-se, então, que a disputa no campo político se traduz na “reivindicação do manuseio legítimo das categorias de percepção”, ou seja, na reivindicação da “violência simbólica” baseada na imposição de categorias “dotadas de autoridade e desenhadas para se tornarem categorias legítimas” (BOURDIEU, 2005, p. 37, tradução livre). A partir disso, é necessário pontuar que os profissionais que concentram os meios de produção para construir categorias de percepção e transformá-las em categorias legítimas de visão de mundo só o podem fazer, só podem adentrar o jogo político, sob a condição de possuírem competências específicas (BOURDIEU, 1989). Trata-se aqui de formas de pensamento e ação que supõem uma preparação especial e necessária à participação no campo político - é o que Bourdieu (1989, p. 169-170, grifos do autor) chama de *habitus* do político:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política [...]. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido.

Assim, é o estado dos instrumentos de percepção e expressão disponíveis, juntamente com o nível de acesso que diferentes grupos têm a esses instrumentos, que determinam a distribuição das opiniões em uma população (BOURDIEU, 1989). Neste sentido, cabe mencionar a crítica bourdieusiana à noção de “opinião pública” como “a opinião dos que são dignos de ter uma opinião” (BOURDIEU, 2012, p. 132). É uma pretensão de opinião geral (ou da maioria), sobre um tema específico, que pressupõe que todos têm opinião; que as desigualdades de acesso aos instrumentos de percepção e expressão não afetam os processos de formação de opinião; e que não há disputa em torno de tais instrumentos. Posto isto, a opinião pública pode ser encarada como um consenso forjado cujo propósito é legitimar ações do Estado e/ou das forças políticas hegemônicas da sociedade.

Para Champagne (1998, p. 32), o que se entende por “opinião pública” é, na verdade, um “espaço social dominado por um certo número de agentes - profissionais das sondagens, cientistas políticos, conselheiros em comunicação e *marketing* político, jornalistas etc.” que, através de tecnologias modernas - como computadores, televisão, rádio, pesquisas de sondagem etc. -, “dão existência política autônoma a uma “opinião pública” fabricada por eles próprios, limitando-se a analisá-la e manipulá-la”. Como consequência, transforma-se profundamente a atividade política “tal como é apresentada na televisão pode ser vivida pelos próprios políticos” (CHAMPAGNE, 1998, p. 32). Neste ponto, cabe destacar uma observação importante do autor: “para entender a lógica da dominação simbólica, é essencial entender a máxima de que a política só interessa subjetivamente a quem tem interesse objetivo na política” (CHAMPAGNE, 1998, p. 34).

Jornalistas, publicitários e pesquisadores de “sondagem de opinião pública” ganham cada vez mais relevância na política porque o “mundo político” não é assimilado pelos agentes sociais de modo geral apenas com base nas categorias de percepção específicas da própria política - posto que “pode haver política que venha a se exprimir por palavras diferentes daquelas que são utilizadas pelos profissionais da política” (CHAMPAGNE, 1998, p. 36). Portanto, a compreensão plena dos discursos políticos oferecidos no mercado em certo momento, que definem aquilo que pode ser dito ou pensado politicamente, deve passar pela análise do processo de produção dos profissionais que concentram os meios de produção - desde as definições das competências desejadas e o processo de formação que os prepara para isso até a ação de normalização que membros antigos do grupo lhes impõem na conservação das regras do jogo (BOURDIEU, 1989).

Diante dessas perspectivas acerca do funcionamento do campo político e da inerente disputa pelo poder da imposição legítima das categorias de percepção que ditam a realidade do mundo social, percebe-se que a luta pelo poder político envolve a mobilização de recursos simbólicos, reconhecidos por agentes sociais internos ou externos ao campo, capazes de legitimar os grupos dirigentes em posições de dominação. Para entender como essa lógica está presente na composição da cúpula do governo Bolsonaro, é preciso antes discorrer brevemente sobre como ela se aplica na realidade brasileira de modo geral, no histórico de envolvimento entre militares e política.

### 2.3 A IDENTIDADE MILITAR

*Sem dúvida a morfologia da instituição [militar], seu aspecto mais “sociológico” não pode ser desprezado pelo pesquisador. Mas este deve fugir à tentação de sobrepor àquele aspecto um inventário dos elementos constituintes da identidade militar - deve procurar perceber não “o que é”, mas “como é” essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos (CASTRO, 1990, p. 32).*

Após introduzir as perspectivas teóricas que sustentarão a análise apresentada neste trabalho - e antes de direcionar a investigação para seu objeto central - faz-se necessário explorar, a partir de tais perspectivas, os trabalhos de autores que são referências no campo de estudos militares no Brasil, como C. Castro e J. M. de Carvalho. A intenção, com isso, é identificar os elementos simbólicos que constituem a identidade militar e compreender como estes estão envolvidos na inserção dos militares como agentes no campo político brasileiro.

Desvendar os mecanismos simbólicos que compõem a “identidade militar” requer, antes de tudo, resgatar os processos históricos que constituem o “espírito militar” (CASTRO, 1990). De acordo com Castro (2002) a identidade do Exército Brasileiro envolve sobretudo três tradições específicas: o culto a Caxias como patrono, a celebração da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército, comemorado no dia 19 de abril em referência à primeira Batalha dos Guararapes. São apresentadas as noções de “identidade”, “memória” e “rituais” enquanto “construções culturais necessárias para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade” (CASTRO, 2002, p. 5-6). Neste sentido, ao evocar o passado, a prática de cerimônias e a preservação e cultuação de símbolos possibilita a construção da identidade social do Exército - o que o leva a inventar-se enquanto instituição.

Contudo, cabe ressaltar que essa “invenção cultural” não ocorre em termos de absoluta liberdade, visto que está situada em um “campo de possibilidades histórica e culturalmente limitado” (CASTRO, 2002, p. 7). Assim, o processo de recriar o passado através de “um estoque simbólico anterior” envolve a adoção de elementos simbólicos novos, cujos significados se situam no contexto histórico em que a narrativa é recontada e cuja linguagem recorre a elementos verbais e não-verbais (como o uso de gestos, expressões sentimentais e posições corporais). Leirner (2020, p. 70-71) define esse processo como “um constante movimento de domesticação do mundo de fora” no qual os militares produzem um “mundo cifrado, onde as categorias precisam ser apreendidas até se tornarem naturalizadas”. Segundo o autor, “aceitar e absorver essa “criptografia dos sinais” é uma parte vital do treinamento militar” (LEIRNER, 2020, p. 70-71).



O passado que é comemorado em rituais e cerimônias como as que examinamos é o resultado de seleções que privilegiam certas narrativas em detrimento de outras. Além disso, a memória que esses rituais celebram não é simples narrativa sobre eventos e personagens que habitam um passado muitas vezes remoto, nem fruto de um mero interesse de antiquário: ela estabelece uma relação *presente* com o passado. Através da *representação* do passado, a narrativa torna-se novamente presente, o evento mítico torna-se contemporâneo (CASTRO, 2002, p. 67, grifo do autor).

Sendo assim, os processos de “invenção cultural” conferem às narrativas que recriam o passado um caráter cíclico e repetitivo, suscetível à existência de conflitos que eventualmente levam à contestação, ao enfraquecimento ou à morte de certos rituais.

É preciso inserir o *texto* ritual no *contexto* histórico e cultural em que é atualizado e com o qual dialoga. Além disso, não devemos ver os rituais apenas em sua dimensão intelectual (como algo “bom para pensar”) ou em sua dimensão performativa (como algo “bom para agir”). Eles são as duas coisas: são bons para pensar *e* bons para agir (CASTRO, 2002, p. 66, grifos do autor).

Castro (2002) defende a importância de estudar a “historicidade” das comemorações militares, analisando seus processos de criação, desenvolvimento e transformação (ou desaparecimento), visto que a consolidação de um senso de coletividade envolve não só a necessidade de “agir em comum”, mas também de “comemorar”, “lembrar em conjunto”. Ele explica: “Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum [...]” (CASTRO, 2002, p. 66). Ao estabelecerem narrativas sobre pessoas ou eventos históricos, os rituais utilizam recursos de linguagem verbal e não-verbal, como “gestos”, “posições corporais” e “expressão de certos sentimentos” (CASTRO, 2002). Sobre esse ponto, Leirner (2020, p. 72) levanta uma reflexão importante sobre a ideia de “aprender de cor”:

Aprender através do coração, que é onde as frases devem ser guardadas, mais do que na memória. Neste sentido, trata-se de levar os conceitos ao corpo, naturalizá-los, a ponto de se tornar uma unidade indissociável de si. Eis uma característica fundamental de uma instituição baseada na disciplina, quando se pensa que é imprescindível justamente para se manter a unidade da corporação, transformar representação em norma de conduta, unir o espírito militar à ação militar.

Assim sendo, é apenas no tempo histórico em que estão inseridos que os rituais podem ser plenamente compreendidos em sua “aura de verdade histórica”. O caso do Exército Brasileiro ilustra o fato de que determinadas narrativas possuem recursos de poder que as

permitem se impor em relação a outras, tornando-as “oficiais”. Para Castro (2002, p. 67), dentre a ampla variação de conteúdos atrelados às celebrações do Exército, ao longo da história, “há um elemento que se buscou sempre reafirmar no plano simbólico: a existência de vínculos indissolúveis entre Exército e nação brasileira”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o desenvolvimento da identidade social do militar está envolto pela tensão criada entre a visão ideal antiga que afirmava a posição de distinção social, prestígio e superioridade moral perante os “paisanos” e a experiência vivida por cadetes no “mundo civil”, que os leva a questionar tal visão (CASTRO, 1990). A partir disso, um ponto central para a instituição militar, que varia ao longo do tempo, é a forma adotada para abordar a permanente tensão entre o “mundo de dentro” e o “mundo de fora”.

Os espíritos ou identidades militares não são, portanto, molduras fixas às quais os indivíduos conformam-se, mas um equilíbrio dinâmico entre tendências opostas, embora complementares para a fissão e a fusão; e uma certa *tensão* na definição dos espíritos é inerente ao sistema (CASTRO, 1990, p. 104).

Essa tensão estabelecida pela constante competição entre categorias opostas de percepção acerca do que consiste o “espírito militar” ilustra a dinâmica de funcionamento de um campo, tal qual observa Bourdieu (1989; 2005). A busca pela “definição dos espíritos” nada mais é do que a reivindicação de manuseio do poder ou da violência simbólica para impor, de forma sistemática e coerente, as categorias legítimas de percepção da verdadeira identidade militar. Castro (2002, p. 6) defende que as noções de “identidade” e “memória” não devem ser entendidas como “coisas” que podem ser “perdidas”, “encontradas” ou “resgatadas”, mas sim como “construções culturais necessárias para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade”. Posto que não existem fora das interações sociais nas quais são atualizadas, não é possível descolar tais noções do contexto temporal em que elas estão situadas.

Neste sentido, convém resgatar a oposição pautada nas comparações entre o ambiente da AMAN (“aqui dentro”) e os demais ambientes civis de ensino (“aqui fora”), que desenvolvem e fortalecem a ideia de que o espaço interno de ensino militar se caracteriza por sua seriedade, profissionalismo, competência, disciplina, honestidade, desapego a bens materiais e assim por diante (CASTRO, 1990). Na visão de Leirner (2020, p. 69-70, grifos do autor), o universo militar é pensado “em termos de uma categoria primordial, que é a dicotomia *amigo/inimigo*”, pautado em um aspecto situacional de afinidade e operacional em multi-escala: “vale para uma pessoa, para uma Instituição, para uma Força Armada

estrangeira, para um País, para uma ideologia”. Vem daí o entendimento de que a participação de militares na política atualmente como uma “missão” para “derrotar um inimigo”.

Essa noção, que tem início no processo de formação dos profissionais do Exército, torna-se uma noção geral aceita pela sociedade como um todo - ao ponto que agentes sociais reconhecem tais características nos militares brasileiros. No campo político, estes atributos se convertem em capital simbólico que, ao legitimar a indicação de oficiais das Forças Armadas, na ativa ou reserva, para cargos políticos, se traduz em capital político para o “partido militar”. Investigar a presença do simbolismo nessa retórica requer, antes de tudo, avaliar sua força de mobilização e de distinção entre militares e civis. Na concepção bourdieusiana, o homem político deve sua autoridade no campo político à força de mobilização que ele tem, de acordo com o lugar que ele ocupa nesse campo - pode ser a título pessoal, ou através de uma delegação ou organização sindical ou partidária. Para Bourdieu (1989, p. 187-188, grifos do autor), “o capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os propósitos poderes que eles lhes reconhecem”.

Segundo o autor, esse capital político é produto da reconversão de uma espécie de “capital pessoal” de “notoriedade” e “popularidade” firmado no reconhecimento - no sentido de ser “conhecido” por ter “um nome”, uma “reputação” - e na posse de qualificações específicas “que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”” (BOURDIEU, 1989, p. 191). Já essa espécie de “capital pessoal”, ou “capital de notoriedade”, é oriunda da acumulação em “outros domínios e, em particular, em profissões” que “permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural” ou “um domínio profissional da eloquência” (BOURDIEU, 1989, p 191). Este capital de notoriedade, para o autor, resulta de um processo acumulativo lento e contínuo, que leva toda uma vida.

Já o capital delegado da autoridade política, atrelado a ideia geral de “funcionário”, é resultado da transferência provisória e limitada de um capital que apenas a instituição detém e controla. É o caso dos partidos políticos, que acumulam um capital simbólico de fidelidade e reconhecimento através da ação de seus quadros, militantes e simpatizantes - estabelecendo um aparelho de mobilização que os distingue, junto com os sindicatos, de grupos intelectuais e grupos aristocráticos, posto que desenvolve um sistema de estruturas objetivas e atitudes que garante que militantes e membros permanentes coloquem sua ação política em prática diariamente (BOURDIEU, 1989).

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* - ato propriamente mágico de *instituição* pelo qual o partido *consagra* oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político [...] - não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição. [...] A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem (BOURDIEU, 1989, p. 192).

Desse modo, aqueles a quem uma instituição investe um “capital de função” podem não ter outra qualificação a não ser a que lhes foi dada por ela; e seu acesso à notoriedade pessoal é controlado também por ela. Sob essa perspectiva, tendo em vista que a nomeação de oficiais na ativa do Exército para cargos políticos no governo depende de aprovação institucional das Forças Armadas para ser homologada, percebe-se que o “partido militar” detém um conjunto de recursos - diferentes tipos de capital simbólico e político, especificamente - que resultam da crença nele depositada não só pelos demais agentes do campo político e por agentes externos, mas também pela própria instituição militar.

Quanto mais ricos os partidos são em capital político; quanto mais determinadas as estratégias de defesa de seus interesses; quanto mais organizados conforme os instrumentos de mobilização; e quanto mais desprovidos de capital cultural e econômico, mais dependentes são os seus quadros e membros permanentes (BOURDIEU, 1989). A institucionalização do capital político, tal como analisada por Bourdieu (1989, p. 194), tem como pressupostos a sua objetivação em instituições permanentes; a sua materialização em “máquinas” políticas, postos e instrumentos de mobilização; e a sua reprodução contínua por meio de estratégias e mecanismos. Na essência, esse entendimento a respeito da aquisição e do exercício do capital político por partidos políticos sustenta a preocupação de que os militares no governo Bolsonaro passem a se comportar como um grupo partidário e tornem-se uma fonte de capital político para uma instituição de Estado que, por definição, não deve exercer atividades de natureza política governamental.

Para Carvalho (2019a), a dinâmica de aproximação do Estado e das Forças Armadas cria possibilidades para que o Exército consiga estreitar seus laços para com a população ao mesmo tempo que ocupa um lugar de garantidor da paz e da ordem social. Nesse sentido, o meio mais adequado para medir o grau de envolvimento político dos militares e sua participação no poder é observar a ocupação de cargos políticos e administrativos. Por outro lado, o autor considera que o melhor entendimento do comportamento político das Forças Armadas necessariamente deve passar pela investigação sobre os recursos de sua dimensão

organizacional. Sua análise, focada sobretudo no Exército - o qual ele considera ter maior importância política -, coloca o recrutamento como o principal definidor da relação entre o Exército e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, juntamente com o recrutamento e o processo interno de socialização, presente na formação e treinamento dos oficiais - em consonância com a obra de Castro (1990; 2002).

Pautado no conceito de “invenção de tradições” de Hobsbawm, Castro (2002) avalia que cerimônias e símbolos como o culto ao Duque de Caxias, a comemoração da vitória na Intentona Comunista (1935) e o Dia do Exército (19 de abril) permitem que a identidade social do Exército seja construída com base na evocação do passado. Contudo, a distinção entre tradições “inventadas” e “genuínas” é superada pelo caráter permanente da invenção na cultura humana - fazendo mais sentido pensar em uma “tradição da invenção”, dado que os elementos simbólicos são constantemente reinventados ou atualizados de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos (CASTRO, 2002).

É importante ressaltar que a invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim num campo de possibilidades histórica e culturalmente limitado: o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob risco de não vingar. Além disso, buscarei sempre destacar o diálogo que essas três importantes tradições do Exército estabelecem com diferentes contextos históricos (CASTRO, 2002, p. 7).

Além da tradição de reinvenção e atualização de elementos simbólicos, o processo de definição da identidade do Exército também envolve a adoção de elementos inteiramente novos.

Mais do que a “reorganização” de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a *invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que vigorou, com poucas modificações, por mais de meio século (CASTRO, 2002, p. 7-8).

Sendo assim, antes de aprofundar a investigação acerca dos recursos simbólicos mobilizados para legitimar a indicação de militares no governo Bolsonaro, faz-se necessário discorrer sobre momentos e processos históricos nos quais se deu a construção e consolidação desses recursos. Por isso, o próximo capítulo tratará de períodos que delimitam transformações significativas para a construção dos símbolos capazes de definir o espírito militar brasileiro tal como este é internalizado pela atual geração de oficiais do Alto Comando

do Exército, para então compreender de que modo estes símbolos se convertem em capital simbólico no campo político.

### 3 MILITARES E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS

*A amnésia da gênese das instituições sociais, isto é, essa espécie de esquecimento das origens que estão recalçadas no inconsciente coletivo, está inscrita no próprio fundamento do mundo social. Cada geração tende a naturalizar o que, no entanto, é o produto da história (CHAMPAGNE, 1998, p. 39).*

A investigação proposta neste trabalho sobre os elementos simbólicos na tentativa de legitimação de militares na política parte do entendimento de que a percepção que se tem do Exército na sociedade brasileira é fruto de um processo histórico de construção e reprodução de tais elementos. Desse modo, é preciso observar os símbolos militares naturalizados pelo “senso comum” como resultado de períodos históricos que delimitaram tanto a construção quanto a consolidação destes símbolos em forma de capital mobilizado no campo político.

Este capítulo busca contextualizar e aprofundar o aspecto histórico da análise, observando a construção de símbolos convertidos em recursos de legitimação durante o período do Estado Novo e da Ditadura Civil-militar de 1964. Opta-se por observar estes dois eventos históricos por se tratarem de episódios nos quais as forças militares estiveram amplamente envolvidas na disputa por poder político, que foi eventualmente convertido na articulação e condução de regimes autoritários responsáveis por reger o país por décadas.

Diante das múltiplas perspectivas teóricas a partir das quais já foram produzidos estudos sobre a trajetória das forças militares brasileiras e seu papel no campo político, cabe destacar que a discussão apresentada nesta seção não tem por objetivo argumentar a respeito de qual seria a lente mais adequada para tal estudo. Muito menos tem-se a pretensão de debater qual deve ser o papel institucional das Forças Armadas no que tange ao envolvimento com a política. As escolhas teóricas a seguir foram guiadas pela busca por diferentes pontos de vista que permitam identificar elementos simbólicos que circundam tal envolvimento, produzindo e reproduzindo ao longo do tempo os pilares de sustentação que o justificam e legitimam ao longo da história.

#### 3.1 "A MISSÃO GLORIOSA DO EXÉRCITO"

Segundo Champagne (1998, p. 25), regimes autoritários contam com esforços evidentes para tentar impor uma visão de mundo única e homogênea:

Em geral, tais regimes orientam toda a atenção e energia no sentido da socialização política precoce das novas gerações, em particular, enquadrando-as nos movimentos

de juventude fortemente politizados porque procuram criar as condições de uma verdadeira *crença política* ou, pelo menos, um sentimento de evidência e aceitação que é precisamente induzido pela existência de estruturas de percepção políticas e sociais idênticas no interior da mesma sociedade, isto é, princípios de visão e divisão universalmente compartilhados.

Isto posto, o que se propõe fazer nessa seção é observar de que forma se construiu a crença política que legitimou a presença atuante de grupos militares em dois momentos distintos da política brasileira, ambos marcados por regimes autoritários constituídos ou conduzidos por forças militares. De início, é importante pontuar que a análise sobre os regimes do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar de 1964 parte da consideração de que os eventos que constituem a trajetória do Exército constantemente representam uma influência posterior na atuação de grupos internos ou da instituição como um todo. Segundo McCann (2007, p. 12), “as atitudes dos oficiais que dirigiram os destinos do país de 1964 a 1985 foram moldadas, em grande medida, por suas experiências como oficiais subalternos ou filhos de personalidades influentes da República Velha”. Para o autor:

sem examinar o que ele [o Exército] fez em Canudos em 1897, no Contestado de 1912 a 1915, nas revoltas tenentistas da década de 1920, na Revolução de 30 e no levante paulista de 1932, ficaríamos com uma compreensão incompleta do Exército e dos homens que o constituíram (MCCANN, 2007, p. 12).

Neste sentido, as experiências que constroem a história institucional do Exército são, por conseguinte, responsáveis por construir o conjunto de símbolos que viabilizam a criação de crenças políticas incorporadas na percepção que diferentes grupos sociais têm a respeito dos militares. McCann (2007, p. 11-12) avalia que os “turbulentos” acontecimentos da década de 1930, e as subseqüentes tendências que levaram ao regime de 1964, “são compreendidos mais claramente contra o pano de fundo da experiência do Exército durante a República Velha”, uma vez que tal experiência explica o motivo pelo qual o Exército tornou-se o “cerne ditatorial do Estado Novo”.

Na Primeira República (1889-1930), o Exército vivia um contexto de carência de recursos materiais e de prestígio social que, associado à ausência da disciplina e hierarquia hoje características da instituição, implicou em constantes as disputas entre facções regionais e grupos divergentes dentro da organização. Conforme D’Araujo (2010, p. 129), a consolidação do Exército na era Vargas possibilitou que o mesmo ampliasse sua capacidade de comando nacional com “poder de interferência política que nem o próprio Getúlio seria capaz de conter”, de modo que os militares, a partir dos anos 1930, “jamais deixariam de estar



presentes nas grandes questões políticas nacionais e, em 1964, se transformariam em governo”.

De maneira geral, a Primeira República representou o momento no qual as Forças Armadas, em especial o Exército, engajaram-se na luta para tornarem-se uma organização nacional apta a, de fato, “planejar e executar uma política de defesa”. O período foi marcado por melhorias na estrutura organizacional interna do Exército, que obteve significativo crescimento de seus efetivos, passou a adotar uma distribuição geográfica mais estratégica e aprimorou suas técnicas de treinamento profissional. Como um todo, a organização militar chegou ao fim da Primeira República como uma instituição centralizada, relativamente coesa e capaz de envolver-se na política a partir de objetivos específicos.

Para Carvalho (2019a), um mecanismo de grande influência no treinamento de oficiais nas primeiras décadas do século XX foi a sugestão do ministro Rio Branco de enviar jovens militares, que ficaram posteriormente conhecidos como Jovens Turcos, para servirem junto ao Exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. No contexto dos anos 1920, a grande quantidade de tenentes oriundos de grupos pobres da sociedade inibiu a capacidade de controle hierárquico sobre eles, criando condições favoráveis ao envolvimento em mobilizações políticas e rebeliões - o que culminou no movimento tenentista, que buscava maior inserção e atuação das forças militares no campo político. Tendo em vista o processo de formação profissional dos oficiais das Forças Armadas brasileiras, cabe observar que a presença militar em mecanismos formais de educação foi essencial para que os tenentistas desenvolvessem a noção de que o Exército e o povo são uma só unidade na qual está concentrada a essência da nacionalidade (CARVALHO, 2019a).

Em sua investigação sobre a formação de simbologias próprias da instituição militar, Castro (2002) analisa três tradições específicas do Exército que remontam ao período da Primeira República e ao processo de construção e consolidação da instituição: o culto ao Duque de Caxias como patrono, a celebração da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército, comemorado no dia 19 de abril em referência à primeira Batalha dos Guararapes. Segundo o autor, a escolha de Caxias como patrono do Exército tinha por objetivo suscitar o aspecto simbólico de promover a unidade do Exército, que sofria com as fissuras causadas por revoltas internas e clivagens políticas características do movimento

tenentista nos anos 1920<sup>9</sup>, bem como visava a afirmação de valores como a legalidade e o afastamento da política.

A partir disso, debates internos dividiam a instituição militar entre aqueles que acreditavam que as Forças Armadas deveriam ser submetidas à política governamental e aqueles que defendiam uma concepção de política própria da organização. Os princípios intervencionistas refletiam o desejo de que o Exército estivesse aparelhado e preparado para cumprir sua função de conservar e estabilizar a sociedade. Nesse sentido, a tarefa de corrigir perturbações, de modo a manter a ordem interna, implicava a necessidade de que a organização desenvolvesse uma política própria, na qual intervenções seriam consideradas e colocadas em prática quando necessárias. Dentre as propostas de intervenção política que, em diferentes momentos históricos, ganharam força junto aos militares, Carvalho (2019a) identifica três correntes principais: o intervencionismo reformista, o não-intervencionismo e o intervencionismo moderado.

Quadro 1 - As correntes do intervencionismo

(continua)

<b>Corrente</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Princípios</b>	<b>Perfil do militar</b>
Intervencionismo reformista	Incitar a classe militar a praticar intervenções na política do governo. Pretendia ser um instrumento de afirmação do Exército.	Os princípios vinham de escalões inferiores do Exército, como resposta ao sentimento de marginalidade dos oficiais em relação à elite política e à sociedade como um todo. Isso significou um risco de enfraquecimento da hierarquia da instituição no momento da Proclamação da República <sup>10</sup> .	Atribuído à ideia positivista de “soldado-cidadão”.

Quadro 1 - As correntes do intervencionismo

<sup>9</sup> Carvalho (2019a) aponta quatro princípios comuns das correntes tenentistas, centrais ao debate e à ação política de alguns grupos de militares a partir dos anos 1930. São eles: a nacionalização da política, o antiliberalismo, o antirrepresentativismo e o reformismo.

<sup>10</sup> O mesmo risco se fez presente também em 1922, quando Juarez Távora, citado por Carvalho (2019a, p. 64), proferia: “A força armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna”.

(conclusão)

<b>Corrente</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Princípios</b>	<b>Perfil do militar</b>
Não-intervencionismo	Profissionalização militar e afastamento da política e de cargos públicos.	O princípio de não-intervenção clamava por neutralidade política, cultivando a noção de que o Exército deveria ser uma instituição de defesa nacional que respondesse, em última instância, ao presidente da República <sup>11</sup> .	“Soldado profissional”.
Intervencionismo moderado	Preparação interna das Forças Armadas para realizar uma intervenção, quando esta se fizer necessária.	O sentido de intervir, aqui, não seria propor uma reforma à revelia do governo ou mesmo da própria organização militar, mas sim estabelecer uma relação de controle ou moderação orientada pelo Estado-Maior <sup>12</sup> .	Soldado moderador. Exército como instituição “estabilizadora”, “chave-mestra do Estado”, instituição “responsável pela nacionalidade”.

Fonte: adaptado de Carvalho (2019a) e Pécaut (1990)

Diante da relação estremeçada do governo brasileiro com suas bases militares e civis, grupos internos das forças militares reivindicavam mais investimentos e maior emancipação para o Exército. Cotado pelo governo Vargas para o cargo de Ministro da Guerra, o general Góis Monteiro elaborou um documento, entregue ao presidente em 1934, no qual listava objetivos e medidas formais para incorporar a criação de uma política de guerra e para o enfrentamento de problemas de defesa nacional, ao mesmo tempo que propunha uma série de propostas que visavam reformas políticas, econômicas e sociais (CARVALHO, 2019a). Em suma, o general argumentava ser essencial que o Exército brasileiro se consolidasse como

<sup>11</sup> Segundo o autor, o momento histórico e a conjuntura pós-guerra mundial favoreceram a preocupação de fortalecimento das Forças Armadas - que, então, voltaram suas prioridades para a defesa nacional (CARVALHO, 2019a).

<sup>12</sup> A distinção entre a proposta de intervenção reformista e a intervenção moderadora está no fato de que a segunda propõe a criação de uma política própria do Exército, cuja ideologia de poder reside na combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais das Forças Armadas. O interventor, portanto, não seria um grupo ou sujeito específico dentro do escopo militar, mas sim a organização militar enquanto instituição.

uma instituição bem organizada e capaz não só de neutralizar ameaças externas, mas também de educar a população e consolidar o nacionalismo<sup>13</sup>.

Estava aí anunciado todo o projeto do intervencionismo controlador: ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado (CARVALHO, 2019a, p. 141).

Segundo o autor, a primeira tentativa de intervencionismo controlador foi liderada pelo próprio Klinger<sup>14</sup>, ao fim da Primeira República, no contexto da derrubada de Washington Luís. A segunda tentativa, encabeçada por Monteiro, promoveu o golpe de 1937 - responsável por estabelecer o Estado Novo. Assim, a partir dos anos 1930, observa-se um processo de nacionalização e modernização das Forças Armadas, fundamentadas no objetivo de absorver a “política que vinha da sociedade para dentro do Exército e impor a política do Exército à sociedade” (D’ARAÚJO, 2010, p. 130). À época, no contexto das comemorações do Dia do Soldado, Caxias era destacado como um “pacificador” e “mantenedor da unidade do Brasil” - qualidades importantes quando sobrepostas às críticas ao funcionamento da democracia liberal e às alternativas socialistas, tidas como subversivas (CASTRO, 2002).

Uma pesquisa que fiz na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) entre 1987 e 1988 mostrou como o culto aos patronos estava inserido no processo de construção dos espíritos de cada Arma, importantes para a formação do futuro oficial do Exército. As características atribuídas ao “espírito” de cada Arma guardam estreita relação com aspectos consignados às biografias dos patronos. Esses elementos, valorizados e emulados no cotidiano da Academia, revelam-se fundamentais para a socialização dos cadetes e a construção de suas identidades militares (CASTRO, 2002, p. 19-20).

O culto à Caxias e o Dia do Soldado, quando mencionados nas mensagens transmitidas pelos chefes militares, funcionavam simbolicamente como “antídotos” no combate à indisciplina e à politização da caserna (CASTRO, 2002). Tais mensagens trazem a imagem do Caxias como “o maior de nossos guerreiros”; “defensor intransigente da lei”; “símbolo da altivez dentro da ordem e perante o poder” ou até mesmo “um santo que os soldados devem evocar” em momentos de perigo, cansaço ou “crítica injusta que às vezes

<sup>13</sup> Ambas as tentativas obtiveram uma resposta enfática com a Constituição de 1937, que proibia a participação de militares na política e determinava que estes deveriam obedecer fielmente a Presidência da República.

<sup>14</sup> Mais detalhes sobre a carreira militar de Klinger, seu envolvimento com a política e suas concepções a respeito da "vocação" das Forças Armadas em seu "papel de liderança do país", buscar Seidl (2011).

tenta desconhecer a respeitabilidade da missão gloriosa do Exército” (CASTRO, 2002, p. 14-15). Além das questões de legalidade e disciplina, cabe ressaltar que a imagem do patrono é apresentada como símbolo da “fusão do Exército com a Nação”, estendendo assim o culto de Caxias à sociedade como um todo. Um exemplo: nos anos de 1936 e 1937, o Ministério da Educação e Saúde promoveu uma série de conferências sobre “vultos nacionais”, na qual se referiu a Caxias da seguinte forma: “Caxias é o Exército e é o Brasil. [...] Todos os valores morais, físicos e intelectuais do bom soldado, Caxias os possui: a bravura, a generosidade, a robustez e a inteligência, o desinteresse e o entusiasmo” (CASTRO, 2002, p. 16).

Na ocasião da reforma da Escola Militar do Realengo, arquitetada por José Pessoa - nomeado comandante da instituição em novembro de 1930 -, a identificação do Exército com conceituações abstratas de “pátria” e “nação” cumpriam o propósito de unificar a instituição e, no plano simbólico, afastá-la de conflitos políticos e ideológicos presentes na sociedade. De acordo com Castro (2002, p. 27), “o Exército, enquanto ‘ossatura da nacionalidade’, teria um papel fundamental na fase de ‘reeducação’ e ‘renovação’ que se iniciava”. A preocupação de Pessoa, nesse contexto, era criar “mentalidades homogêneas”, estabelecendo assim um “novo estado psicológico no corpo de oficiais” (CASTRO, 2002, p. 27-28).

Não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país. ... Ao assumir esse comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos. Só não chamo a isso um divórcio porque nunca estivemos juntos. Não se deve inferir daí que eu os condene. Absolutamente. Mas, a política, para os políticos e mais ninguém (PESSOA, 1931 apud CASTRO, 2002, p. 28).

Para Castro (2002, p. 28), a reforma de José Pessoa tinha no “plano simbólico” as suas principais e mais duradouras iniciativas, e os símbolos dela resultantes “expressavam o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada ao que se considerava serem os valores nacionais mais profundos”. De forma complementar, são exemplos de criações da reforma elementos como o resgate do termo “cadetes” para se referir aos estudantes da Escola Militar, o novo plano de uniformes, o estandarte e o brasão de armas do Corpo de Cadetes, com o destaque para o pico das Agulhas Negras (que mais tarde, em 1944, veio a se tornar a localização da escola).

É possível inferir, dessa forma, que os elementos estabelecidos a partir da reforma de José Pessoa seguem praticamente os mesmos, até hoje. Em suas palavras: “criou-se uma ideologia, que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do

passado, pelo espírito de tradição” (PESSOA, s/d apud CASTRO, 2002, p. 32). A aparente contradição entre a busca pela consolidação de um “novo Exército” e a constante vinculação ao passado pode ser explicada pela tentativa de manter continuidade com um passado histórico considerado adequado - característica central do processo de criação de novas tradições (CASTRO, 2002). Na concepção de McCann (2007, p. 10), os esforços de consolidação do Exército estavam condicionados ao fato de que, no período que vai da Proclamação da República, em 1889, até o estabelecimento do Estado Novo, em 1937 - a que ele apelida de “a sementeira de acontecimentos posteriores” -, “o Exército era a única instituição nacional, o cerne do Estado brasileiro que se desenvolvia”.

Essa foi uma condição que ele [o Exército] assumiu espasmodicamente, quase a esmo, preenchendo o vácuo deixado pelo colapso da monarquia e pouco a pouco adquirindo a doutrina e a visão alicerçadoras do seu papel de fato. Embora o maior número de unidades estivesse no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, a presença do Exército era sentida por todo o país, e o seu pessoal, interesses, ideologia, visão e compromissos eram nacionais. A pátria brasileira estava acima da Constituição, do gabinete, do imperador ou do presidente (MCCANN, 2007, p. 10-11).

Para o autor, os acontecimentos da República Velha e dos anos 1930, de forma geral, servem para explicar a preocupação que os oficiais teriam posteriormente com a unidade da instituição durante crises políticas e o estabelecimento do Estado Novo, particularmente, foi crucial na história do Exército brasileiro. Começando com a queda do Império, passando pela Primeira República até o seu fim, em 1930, e culminando no Estado Novo, em 1937, tem-se o período em que “o Exército se estabeleceu como a única instituição nacional, o braço forte do Estado” (MCCANN, 2007, p. 20). Por isso, nesse momento, as forças militares tinham seus “comportamentos excepcionais ou extralegais [...] justificados como atos de lealdade à pátria” (MCCANN, 2007, p. 11). Diante das elites, os oficiais das Forças Armadas eram tidos como uma “exceção”, como um corpo “nacionalista por definição, inclusive por determinação constitucional” (MCCANN, 2007, p. 11).

O período subsequente ao golpe de 1937 ficou marcado pela desorganização dos grupos que compunham o poder civil e pela divisão interna do Exército. De acordo com Carvalho (2019a), o momento representava a consolidação do controle dos militares sobre as polícias estaduais e concedia ao Exército a responsabilidade constitucional pela defesa nacional das instituições - o que era um ponto de concordância para todos os militares. Ademais, crescia a aceitação de diferentes parcelas da sociedade para com a intervenção militar, posto que ganhava força a imagem do Exército como “garantidor da ordem”. Mais do

que isso, os próprios militares se designavam “construtores da nova ordem” - o que indica que, além de simbolizar a queda de um regime antigo, o golpe anunciava o fim do papel secundário e submisso atribuído ao Exército. Desse modo, cultivava-se a ideia de que “Estado e Nação formam uma unidade, que se completa pela integração perfeita das classes armadas na organização política, como força executiva da vontade estatal” (AMARAL, 1940 apud CARVALHO, 2019a, p. 146). Segundo o autor, por trás da noção que compreendia a união entre Exército e Estado como uma “expressão orgânica da Nação”, residia um projeto pautado na nacionalização da política, no industrialismo e numa ideologia de nova ordem mundial, essencialmente burguesa.

O projeto de intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de exército burguês clássico. Mas o conteúdo concreto da intervenção, sobretudo em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político (CARVALHO, 2019a, p. 148).

O alinhamento entre o Exército e grupos civis, particularmente da elite burguesa, reverberou também em projetos voltados à educação do povo, que passou a ser considerada, por alguns, como diretamente dependente das Forças Armadas. Conforme Pécaut (1990, p. 64), “não faltavam intelectuais dispostos a aprovar essas sugestões e até a colaborar com o que já despontava como uma 'doutrina de segurança nacional’”. Para o autor, a “conivência” ultrapassava o domínio da educação e estendia-se até questões envolvidas com a definição da organização social. Nas palavras de Plínio Salgado, intelectual da época, estava “sob a égide do Exército (...) a grande massa civil, nacionalista, espiritualista, anticomunista, arrebatada por uma incomparável mística da pátria” (citado por MEDEIROS, 1978, p. 507 apud PÉCAUT, 1990, p. 65). Percebe-se, contudo, que a aproximação entre intelectuais civis e militares tinha limitações muito claras, posto que “o regime pós-1930 fazia do anticomunismo um artigo de fé, e da ameaça de conspirações comunistas, o argumento de sua evolução para um Estado plenamente autoritário” (PÉCAUT, 1990, p. 65).

Nesse ponto, é importante destacar o apoio de setores liberais para com o endurecimento do regime, em nome do anticomunismo, após 1935. Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo defendia: “Num momento tão delicado, qualquer restrição nos poderes que se concedam ao Executivo, para defender o regime político e social em que vivemos, vale moral e praticamente por um ato de cumplicidade com os subversores da ordem” (J. R. CARDOSO, 1982, p. 68 apud PÉCAUT, 1990, p. 87). Em consonância, Armando de Salles

Oliveira, em nome do Partido Constitucionalista (SP), em 1936, defendia uma “estreita coesão entre a Universidade e o Exército, que passariam a ser alimentados por uma única corrente de fé patriótica” e afirmava o desejo por uma “democracia robusta” e “apoiada numa forte organização militar” (OLIVEIRA, 1936 apud PÉCAUT, 1990, p. 87).

A aliança com setores liberais, resultante de agendas similares no que tange ao projeto de país que se pretendia construir, aproximou militares e setores influentes da elite burguesa. Para Carvalho (2019a), a aliança entre Vargas e os militares, forjada em torno do propósito de ambos de reconstituir o poder de determinadas elites (particularmente a burguesia industrial), permitiu que as Forças Armadas se tornassem um grupo político consistente o suficiente para influenciar os rumos do país, a partir de uma ideologia explicitamente intervencionista. Em consonância, D’Araujo (2010) avalia que a Era Vargas representou um período de consolidação para o Exército, que se firmou como instituição nacional, devidamente disciplinada e hierarquizada - e tal consolidação culminou em maior capacidade de comando nacional e de interferência na política. Para a autora, foi a aliança com Vargas que garantiu a presença constante dos militares em questões políticas centrais do país.

Contudo, a aliança se rompeu na medida em que os propósitos em comum não superavam as divergências - nas quais o populismo de Vargas teve lugar central. De acordo com Carvalho (2019a), não agradava aos militares, mais alinhados com as elites burguesas na oposição à inclusão do povo no processo político, o protecionismo econômico e o nacionalismo de esquerda do governo varguista. Ao fim do regime, em 1945, o debate intelectual centrado na questão da “democratização” do país mantinha espaço para que o Exército conservasse sua presença institucional, sua voz e sua capacidade de anunciar eventuais ameaças (PÉCAUT, 1990). Dessa forma, a defesa que se fazia da democracia não ousava questionar instituições, procedimentos e suas formas de legitimação - “a democracia “real” que muitos invocavam era aquela onde o povo se identifica com a nação: o tema democrático estava subordinado ao tema nacional” (PÉCAUT, 1990, p. 99)<sup>15</sup>.

Diante desse cenário, Soares (1994) constata que o papel dos militares na transformação política iminente no início dos anos 1960 foi “seriamente subestimado”, devido

---

<sup>15</sup> Segundo Pécaut (1990, p. 99), “foi o nacionalismo que forneceu, de fato, a trama da vida política, um nacionalismo sem nenhuma relação, à primeira vista, com o do período 25-40. Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no “caráter” ou no “temperamento” da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional”.



a um conjunto de fatores que formavam um contexto intelectual que minimizava o engajamento dos mesmos na revolução que viria a acontecer. Na concepção do autor, “foram grosseiros os erros de avaliação da situação militar”, visto que diferentes autores “sistematicamente” subestimavam a autonomia dos militares ao colocá-los a serviço da aristocracia, da burguesia ou das classes médias (SOARES, 1994, p. 12).

Por outro lado, Dreifuss (1964) considera que a força dominante da década de 1960 foi a dos interesses multinacionais e associados que cresceram sob o estímulo da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Concomitantemente, surgia na economia e na política “um novo conjunto de agentes sócio-políticos” que “formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado” (DREIFUSS, 1964, p. 71). Tais agentes consistiam em diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados; administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais advindos da tecnoburocracia; e oficiais militares.

De acordo com o autor, algumas figuras dentro desse grupo de oficiais se destacaram após a Segunda Guerra Mundial a partir de sua “experiência ideológica e militar” durante a campanha na Itália, que depois foi reforçada pela participação em treinamentos e cursos de instrução nos Estados Unidos, pela filiação ao partido União Democrática Nacional (UDN) e pela fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), um “reduto político e ideológico” no qual eles se organizavam.

Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de “construção nacional” foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial (DREIFUSS, 1987, p. 79).

Entre as múltiplas organizações que constituíam a ação política deste novo “bloco econômico multinacional e associado”, o autor identifica duas instituições centrais - o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) - que, coordenando suas ações com fontes financeiras comuns e forte interligação de pessoal, alinhavam-se também a escritórios técnicos, militares da ESG e empresários

multinacionais e associados. O “complexo IPES/IBAD”<sup>16</sup> (como se refere o autor) servia o propósito de unificar as classes capitalistas sob uma liderança única que agiria sob a bandeira de um único “partido de ordem” - as Forças Armadas - com o desígnio de resolver a “crise de autoridade orgânica e de hegemonia política” com um golpe preventivo empresarial-militar (DREIFUSS, 1964).

Na concepção de D’Araujo (2010), o alinhamento de grupos militares com a burguesia levou à incorporação da modernização conservadora na organização militar - aspecto que, associado ao amadurecimento da presença militar na política, abriu as portas para que o Exército pudesse, em 1964, se transformar em um governo propriamente dito. Contudo, apesar do apoio advindo da burguesia e da classe média, Soares (1994) argumenta que o golpe de 1964 foi essencialmente militar, visto que o golpe foi dado pelos militares, o regime que dele resultou foi dirigido pelas forças armadas e o poder dele decorrente foi exercido em nome dessas mesmas forças<sup>17</sup>. O péssimo desempenho da economia brasileira nos governos parlamentaristas do início da década de 1960, com a estagnação e a inflação alcançando seu auge e diminuindo a renda per capita, diante de um cenário mundial livre de crises, levou uma parcela da população brasileira a buscar explicações no parlamentarismo e, em alguns casos, na própria política (SOARES, 1994).

Semeava-se, portanto, no espírito de muitos brasileiros os grãos do autoritarismo: se a política era a culpada, cumpria acabar com ela. Quando a situação piorou, ao invés de melhorar, durante o governo de Goulart, muitos dos que antes acusavam o parlamentarismo, passaram a acusar Goulart, a democracia, e a política que ela permite e requer (SOARES, 1994, p. 18).

Segundo o autor, “a credibilidade política do político brasileiro era baixíssima antes do golpe militar de 1964; a imagem que boa parte da população tinha de um deputado era, simplesmente, a de um ladrão” (SOARES, 1994, p. 18-19). Em suas pesquisas e entrevistas, era constante a preocupação com a “corrupção” e a “desonestidade” na política.

---

<sup>16</sup> “A vanguarda da poderosa coalizão burguesa antipopulista e antipopular, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocrático-empresariais, associações de classe dominantes e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo IPES/IBAD. Juntamente com fundadores e diplomados da ESG, ele estabeleceu a “crítica das armas”, representando o momento político-militar da ação burguesa de classe” (DREIFUSS, 1987, p. 143).

<sup>17</sup> Antes de prosseguir neste ponto, cabe ressaltar que este trabalho não pretende entrar no debate acerca do papel que as alianças entre as Forças Armadas brasileiras, as Forças Armadas estadunidenses e grupos civis brasileiros tiveram na efetivação do golpe e na consolidação do regime ditatorial subsequente. As diferentes abordagens aqui apresentadas servem ao objetivo de observar os elementos simbólicos que justificavam e conferiam legitimidade à atuação política de grupos militares diante das disputas de poder que marcaram a política brasileira nas décadas de 1950 e 1960.

Especificamente, cabe destacar uma pesquisa realizada em 1963 e 1964 com candidatos ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), oriundos de múltiplos estados do país: 81% dos jovens discordavam da afirmação de que “apesar de tudo, a maioria dos políticos ainda é honesta”, e 36% concordavam que, sem exceções, “todo político é ladrão e os que não eram ficam sendo depois de eleitos”. Todavia, o autor pondera: “quanto essa imagem contribuiu para estimular a anulação do Legislativo, a partir de 1968, é uma questão empírica, mas é intuitivo aceitar que é mais difícil fechar um Legislativo que goza de alta legitimidade do que um que goza de baixa legitimidade” (SOARES, 1994, p. 19).

Em suma, o período que sucedeu a renúncia de Jânio Quadros até o Golpe de 1964 foi marcado por uma série de crises políticas que impossibilitaram que o sistema político e administrativo do Estado funcionasse normalmente. O mesmo anticomunismo que firmou o endurecimento do regime ditatorial do Estado Novo nos anos 1930 foi o argumento mais utilizado em quartéis e na sociedade civil dos anos 1960 para justificar intervenções autoritárias, consistindo-se numa plataforma que encontrou ressonância não só na política, mas também em bases religiosas e militares. Para D’Araujo (2010, p. 131), “o golpe de 1964 foi, acima de tudo, um golpe anticomunista. Foi também um golpe visando à manutenção da unidade das Forças Armadas, comprometidas e divididas pelo embate político-partidário”. Nessa concepção, foi a junção da coesão interna das Forças com a base anticomunista que possibilitou o golpe, que ela considera como uma reação política conservadora diante da lenta e progressiva democratização pela qual o Brasil começava a transitar.

Nesse sentido, Dreifuss (1987, p. 79) considera que a ESG foi um veículo crucial no processo de educação e treinamento de militares, posto que promovia uma “doutrinação político-ideológica” perfeitamente concatenada às “informações técnicas”, “combinando-se ambas em uma norma encapsulada que identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como a uma forma específica de desenvolvimento sócio-econômico”. A equipe de oficiais americanos e brasileiros, trabalhando conjuntamente na formação e nos primeiros anos de funcionamento da ESG, propagou a orientação de que haveria uma colaboração entre os dois países visando o combate do comunismo - incorporando no Brasil “as ideias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria” (DREIFUSS, 1987, p. 79).

Segundo Soares (1994, p. 25), “o anticomunismo domina o pensamento militar brasileiro desde a fracassada revolta comunista de 1935”. O “clima ideológico” decorrente da Guerra Fria, posteriormente, “contribuiu para exacerbar as posições ideológicas antagônicas”, fazendo de tal guerra “a dimensão central da concepção geopolítica dominante nas forças

armadas” (SOARES, 1994, p. 25). Em vista disso, D’Araujo (2010) aponta que o golpe militar no Brasil se difere de outros países, como Argentina e Chile, pelo fato de que não decorreu de um cenário já tomado pela violência política. A retórica do anticomunismo e da manutenção da ordem conservadora gerou o que ela chama de “golpe preventivo” que acabou levando a uma espiral de violência em nível nacional. A memória militar, ilustrada principalmente em livros escritos por militares que compunham o governo durante o regime, demonstra que não havia, por parte do grupo que conquistou o poder em 1964, um projeto político definido e coeso. Portanto, o golpe se justificava não como uma necessidade alternativa de poder, mas sim como um movimento essencialmente contrário à proposta de João Goulart.

Não me resta dúvida de que a maioria dos militares que participaram do golpe percebia o governo Goulart como infiltrado de comunistas e João Goulart como muito influenciado por eles. A ideologia exageradamente anticomunista - parte da formação militar - agiu como um multiplicador da situação efetivamente existe. O “perigo comunista” foi uma das principais razões explicativas do golpe para *todos* os autores militares (SOARES, 1994, p. 30).

Segundo Dreifuss (1987, p. 281), a movimentação do complexo IPES/IBAD, em sua amplitude, tinha como razão fundamental “conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada”. Entretanto, essa ação direta de intervenção não poderia acontecer sem a adesão em massa dos militares, e tampouco sem que estes se sentissem legitimados por civis. Assim, o complexo prosseguiu com uma campanha ofensiva que visava inflamar a tensão política entre as classes médias e o Executivo, e as repercussões políticas, ideológicas e militares das táticas utilizadas em tal campanha foram responsáveis por “acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar” (DREIFUSS, 1987, p. 291).

De maneira geral, as atividades políticas desse grupo obtiveram sucesso ao estimular a conspiração contra o governo entre diversos grupos militares, gerando uma atmosfera de inquietação política que proporcionou o “raciocínio estratégico” exigido para o golpe: a ideia de uma intervenção das Forças Armadas contra “o caos, a corrupção populista e a ameaça comunista” (DREIFUSS, 1987, p. 338). Em consonância, Soares (1994, p. 23) identifica que “a preocupação com a desordem foi uma das molas mestras do Golpe de 64”, uma vez que “aparece com frequência nos discursos presidenciais, particularmente nos comemorativos do aniversário do golpe”. De acordo com o autor, a perspectiva militar sobre as condições que

levaram ao golpe naquele momento gira em torno da contraposição entre “desordem”, “caos” e “anarquia”, de um lado, e “ordem”, “estabilidade”, “segurança” e “tranquilidade”, de outro.

A nação bem se lembra... da angústia daquelas horas, a agonia da disciplina, da ordem, do respeito, da hierarquia, da autoridade... E a nação também se lembra de que foi chamar os seus soldados dos quartéis para dizer o ‘basta’ e o ‘fora’ ao cinismo e à insensatez, à audácia e à anarquia, à desonestidade e ao despudor, ao desgoverno, à desagregação... os fundamentos da sociedade brasileira [estavam] perigosamente abalados... pela desordem administrativa (MÉDICI, 1973a, p. 87; 1973b, p. 26 apud SOARES, 1994, p. 23).

Levemos o pensamento ao caótico passado... corrupção e desordem em que soçobravam todas as instituições da sociedade brasileira... as massas insufladas pelos agentes da desordem. A vida nacional era continuamente perturbada por paralisações em suas atividades essenciais... o grande espetáculo dos tumultos e do terrorismo amoral... (GEISEL, 1974, p. 61-65 apud SOARES, 1994, p. 24).

Para Soares (1994), a decisão dos presidentes militares e de seus apoiadores, também críticos ao governo Goulart, de reiterar determinadas questões e ignorar outras em seus discursos demonstra seletividade, posto que resulta da escolha de destacar somente os aspectos que possibilitam estabelecer uma comparação entre os problemas do governo e as soluções que o Exército poderia oferecer. Em contrapartida à percepção de crise, caos e desordem generalizada, atreladas ao desempenho de Goulart, eram sublinhadas a “ordem”, a “estabilidade” e a “tranquilidade” – elementos que remontam ao previamente mencionado “espírito militar”, personificado pelo patrono Duque de Caxias – como “as virtudes patrióticas do nosso povo generoso e ordeiro” (GEISEL, 1974, p. 61-65 apud SOARES, 1994).

Observa-se, portanto, que tal escolha era pautada na intenção de promover o que, na concepção deles, as Forças Armadas (em especial o Exército) poderia oferecer à política brasileira em contraposição ao que apresentava o governo de João Goulart. Em outras palavras, os “valores morais”, a “generosidade” e a “altivez dentro da ordem e perante o poder” são acionados na tentativa de apresentar o Exército como a solução para os males da sociedade brasileira, justificando assim uma intervenção militar na política. Para Dreifuss (1987, p. 143),

a intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como “infestada” pelo “caos e corrupção”, de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção das forças populares, e o outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças sócio-econômicas populistas e seu bloco dominante oligárquico.

À vista disso, Soares (1994, p. 24) constata que “o caos, real ou percebido, é um conceito relevante, sobretudo para entender a participação política dos militares, que são particularmente sensíveis à desordem” e, de maneira complementar, “a intolerância para com o caos” consiste numa “motivação capaz de tirar os militares da caserna e impeli-los ao golpe”. No contexto de 1964, essa motivação foi sustentada pela convicção acerca do “papel moderador” do Exército, fortalecido pela cooperação entre as Forças Armadas do Brasil e a dos Estados Unidos, e entre civis e militares brasileiros, e aceito e legitimado por muitos estudiosos de política brasileira (DREIFUSS, 1987). Além disso, o apoio de parte da imprensa brasileira também influenciou significativamente na legitimação desse papel moderador - importantes jornais como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abertamente celebraram a queda do governo Goulart (SKIDMORE, 1988). Contudo,

esse papel moderador era conflitante com a identificação partidária de oficiais militares. Embora as Forças Armadas exibissem uma aparente unidade e manifestassem o desejo de coibir atitudes políticas faccionárias em nome da sobrevivência da corporação, a atividade política dos oficiais militares relegou a segundo plano a coesão institucional, chegando mesmo a resultar em confrontações abertas no interior da organização militar (DREIFUSS, 1984, p. 81-82).

As divergências internas foram uma constante durante as duas décadas em que se manteve a intervenção das Forças Armadas na política. Para entender o regime, composto por representantes das três armas e predominantemente dirigido pelo Exército, é importante ter em mente que os militares não formavam um único bloco - pelo contrário, é preciso analisar as significativas diferenças que marcaram a sucessão de presidentes militares e a dinâmica do regime em sua totalidade (TRINDADE, 1994, p. 128). Não sendo este o objetivo desta pesquisa, cabe salientar que a mobilização de símbolos característicos das forças militares serviu, também nesse momento histórico, para legitimar as ações políticas dos diferentes grupos militares que estiveram à frente do governo.

### 3.2 OS SÍMBOLOS DA DITADURA MILITAR

Os 20 anos de regime ditatorial foram um palco para a consolidação de símbolos militares diretamente atrelados à política e à legitimação dos militares como agentes que disputam e eventualmente dominam o poder político, ao mesmo tempo que se tornaram uma fonte de argumentos que perduram nas tentativas de justificar a presença de militares na

política. Por si só, a investigação acerca desses elementos simbólicos renderia um robusto trabalho de pesquisa - ainda assim, faz-se necessário sublinhar, de maneira sucinta, alguns destes elementos.

Na ocasião da promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), emitido por três ministros militares em 9 de abril de 1964, o texto referia-se à “Revolução” de 1964 como um movimento armado distinto de outros por “representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de uma nação” (SKIDMORE, 1988, p. 48). O aumento dos poderes do Executivo era justificado pela necessidade de “reconstrução econômica, financeira, política e moral” do país, visando a “restauração da ordem interna e do prestígio internacional” diante de um cenário de ameaça no qual os poderes constitucionais existentes foram incapazes de deter o governo Goulart - que “estava deliberadamente tentando bolchevizar o país” (SKIDMORE, 1988, p. 49).

Além de conceder ao presidente mais poder para apresentar emendas constitucionais e projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso (que estava impedido de alterá-los), o AI-1 também possibilitava ao presidente a declaração de estado de sítio por até 30 dias (prolongáveis por mais 30 dias no máximo) e a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão por até 10 anos, bem como o cancelamento de mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais, em nome da “paz” e da “honra nacional” (SKIDMORE, 1988). Na visão de Skidmore (1988, p. 51-52), a eventual eleição do general Castelo Branco, escolhido consensualmente pela maioria dos revolucionários militares e civis (principalmente governadores anti-Goulart) por ter sido um “coordenador da conspiração militar”, colocou no poder um grupo “estritamente ligado” à ESG:

Este grupo, mais moderado do que a linha dura, defendia a livre iniciativa (embora considerando também necessária a existência de um governo forte), uma política externa anticomunista, a adoção preferencialmente de soluções técnicas e fidelidade à democracia, achando, no entanto, que a curto prazo o governo arbitrário se impunha como uma necessidade.

Percebe-se, assim, que a leitura de Skidmore (1988) sobre o primeiro presidente do regime militar apresenta elementos fundamentais do “espírito militar”, como a ausência de ambições individuais e o desinteresse pelo poder político - ainda que ele identifique Castelo como um dos principais conspiradores que derrubaram João Goulart. A proclamação do segundo Ato Institucional (AI-2), por exemplo - um ato que o presidente decretou unilateralmente, pois não conseguiu os votos necessários no Congresso -, é descrita pelo autor como “um penoso compromisso entre seus princípios democrático-liberais e a necessidade

que tinha de manter o apoio dos militares da linha dura” (SKIDMORE, 1988, p. 103). Numa tentativa de dificultar (quando não impossibilitar) qualquer vitória eleitoral da oposição, o AI-2 dava ao presidente o poder de abolir todos os partidos políticos existentes, cassar mandatos de todas as autoridades já eleitas, suspender direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governador.

Além disso, “Castelo adotou outra importante medida que na ocasião não foi muito comentada: a revisão da lei dispendo sobre a promoção e transferência para a reserva dos militares” (SKIDMORE, 1988, p. 104)<sup>18</sup>. Em suma, o general decretou unilateralmente o Ato que concentrava nele todo o poder arbitrário que o permitiria dizimar qualquer sinal de oposição política, expurgar políticos, servidores públicos e até oficiais militares - porém a cláusula que o tornava inelegível para mais um mandato simbolizava, na percepção do autor, sua personalidade “austera”, seu “extremo senso do dever”, seu “indesviável compromisso com a moderação” e sua postura de resistir “à tentação de assumir maiores poderes”. Na visão do autor, Castelo Branco tinha “profunda antipatia por tudo o que lembrasse o militar todopoderoso, tão comum na América Espanhola” (SKIDMORE, 1988, p. 133). Ao que demonstram os Atos Institucionais promulgados pelo general-presidente, essa antipatia não se aplicava ao poder em si.

Ao mesmo tempo, Skidmore (1988, p. 133) avalia que o governo de Castelo Branco sofria pressão de “uma poderosa força que o empurrava para fora dos limites da democracia civil [...] representada por militares que se consideravam ultrajados com a ação dos políticos que eles consideravam subversivos ou corruptos, ou ambos”. Diante de tal pressão, o presidente teria procurado “desesperadamente” por um “meio constitucionalmente respeitável de satisfazer à pressão militar que pedia novos poderes para cassar e suspender direitos políticos” (SKIDMORE, 1988, p. 133), estabelecendo os fundamentos da “lógica eleitoral revolucionária”:

Por que a UDN era incapaz (pelas regras normais) de conquistar as vitórias eleitorais que Castelo e os militares esperavam dela? De quem a culpa? Dos políticos udenistas ou do eleitorado? Castelo preferiu acreditar que fosse deste último. Assim, para impedir que os eleitores votassem em candidatos errados, foram suspensos os direitos políticos de alguns deles (no topo da primeira lista vinha o nome de Jânio Quadros, uma espécie de nênese udenista), e as eleições para os postos mais altos

---

<sup>18</sup> O autor explica que “em dezembro de 1965 o planalto regulamentou a lei que especificava a promoção ou a passagem forçada para a reserva em cada uma das quatro patentes do generalato, estabelecendo que nenhum posto, nesse nível, poderia ser exercido por mais de 12 anos ou além dos 62 anos de idade. O presidente queria reduzir a oportunidade de oficiais mais antigos aumentarem o círculo de suas dedicações pessoais que pudessem ser mobilizadas para fins políticos. Em outras palavras, ele queria impedir que algum futuro general fizesse o que ele mesmo fez na conspiração contra Goulart” (SKIDMORE, 1988, p. 104-105).



tornaram-se indiretas. Nasceu assim a lógica eleitoral revolucionária: o Brasil precisava de uma democracia tutelada até que o corpo político fosse totalmente expurgado de seus elementos subversivos e/ou corruptos. Quanto tempo duraria tal situação? A vigência do AI-2 deveria expirar no dia em que Castelo Branco deixasse o governo (SKIDMORE, 1988, p. 135).

A cláusula que tornava Castelo Branco inelegível postulava também que o sucessor do presidente seria escolhido por um “consenso militar”. O candidato mais forte era o general Costa e Silva, porta-voz da linha dura que os apoiadores da candidatura acreditavam ser o único capaz de preservar a unidade militar, apesar das objeções de Castelo e seu grupo. Assim que assumiu o governo, o general alterou o quadro de ministros em sua totalidade, nomeando um alto número de titulares vindos do Exército e firmando uma predominância militar nos Ministérios<sup>19</sup>. Segundo o autor, “a composição fortemente militar do Ministério era inevitável” se encarada a partir da perspectiva militar: eles haviam “salvado o Brasil do caos e do comunismo” e, portanto, deveriam exercer o controle do Poder Executivo, dados os “benefícios que poderiam proporcionar aos seus compatriotas e a setores civis favorecidos” (SKIDMORE, 1988, p. 140-141).

Para Dreifuss e Dulci (2008), essa projeção no número de militares na composição do Executivo significou o desenvolvimento de novos recursos, ao mesmo tempo que novos papéis foram assumidos, em novas áreas. Neste sentido, observa-se uma inversão na posição dos militares antes de 1964, quando dependiam de concessões ou acordos com políticos civis para ocupar “posições civis”, e depois de 1967, quando se tornaram eles o grupo que concede a políticos civis a chefia de cargos no governo. Os novos encargos, assumidos de maneira circunstancial, passaram a ser atribuídos aos militares a partir da própria experiência que eles adquiriam ao desempenhá-los - assim, essa atribuição “se institucionaliza e se torna manifestação estrutural do sistema” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 150).

As reformas introduzidas nos canais de elaboração de políticas e de tomada de decisões - preparadas sobretudo no governo Castelo Branco e para as quais o IPES proporcionou o referencial básico - excluía dos centros de poder os políticos tradicionais e, no mesmo passo, favoreciam a participação dos militares. Sob tais condições, as Forças Armadas tornaram-se mais articuladas, diferenciadas e independentes da sociedade civil, reforçadas por sua socialização profissional específica e seus padrões de recrutamento, aos quais se acrescentavam fatores como

<sup>19</sup> “Dos três Ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), dois foram entregues a linhas-duras [...]. A quarta posição militar importante, a chefia da Casa Militar, foi ocupada pelo general Jayme Portella de Mello, íntimo colaborador de Costa e Silva na conspiração anti-Goulart” (SKIDMORE, 1988, p. 139). Além destes, eram chefiados por militares o Ministério dos Transportes, Ministério do Interior, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Ministério das Minas e Energia. Por fim, “o delicado posto de chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi assumido pelo general Emílio Garrastazu Médici, relativamente desconhecido, que fora adido militar em Washington e, mais importante, amigo íntimo de Costa e Silva” (SKIDMORE, 1988).

o fluxo de realimentação ideológica dentro da instituição e laços familiares intermaritais (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 151).

Na visão dos autores, o envolvimento das Forças Armadas em novas funções e a “expansão das metas” em cada uma delas levou a quatro papéis-chave: “1. Governo (do “povo”); 2. Administração (da nação e de seus recursos); 3. Partido (das elites); e 4. Guardiãs da ordem” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 151-152). Apresentando-se em sua dimensão burocrática, como parte do serviço público e como organização de inteligência política; e por outro lado ramificando-se num complexo industrial-militar no qual figuras de destaque do meio militar eram incorporadas em atividades empresariais, as Forças Armadas mantiveram, reformularam e reforçaram suas funções anteriores: “a função coercitiva, de “polícia da política”, e a função ideológica, de doutrinação das elites, cujo alcance se procurou estender a outros setores sociais” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 152).

Preocupado em “projetar uma imagem conciliatória” do governo, dadas as novas funções desempenhadas pelos militares, o mandato de Costa e Silva começou com a promessa de “humanizar a Revolução”. Contudo, as manifestações de oposição ao regime tornaram-se cada vez mais constantes e a resposta do presidente foi de repressão cada vez mais violenta - o que colocou em xeque o processo de humanização, que era de grande interesse dos militares (SKIDMORE, 1988). Na intenção de ocultar críticas ao governo, chegou à imprensa a censura, “novo instrumento militar legal”:

Os linhas-duras, liderados pelo ministro do Interior Albuquerque Lima, fizeram saber que o Brasil precisava de 20 anos de regime autoritário. Defendiam também a necessidade de um partido novo e confiável caso o Legislativo voltasse a funcionar. Costa e Silva resumiu a opinião militar em seu primeiro discurso público depois da edição do AI-5, quando perguntou: “Quantas vezes teremos que reiterar e demonstrar que a Revolução é irreversível?” (SKIDMORE, 1988, p. 166).

Segundo Skidmore (1988, p. 166), “nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar sobre o governo e os cidadãos”. Na concepção de Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 96 apud SKIDMORE, 1988, p. 166), “talvez a mais grave consequência do Ato Institucional [nº5] é que ele abriu caminho para o uso desenfreado do aparelho repressivo do estado de segurança nacional”. Para Dreifuss e Dulci (2008, p. 142), o processo posterior ao “movimento de 1964” pode ser desdobrado em “etapas que marcaram os rumos da modernização das Forças Armadas e de sua ação no plano político”. A primeira

iria de 1964 até o AI-5, em dezembro de 1968, pois essa intervenção “assinalou a vitória” de um “processo revolucionário permanente”.

De acordo com os autores, o AI-5 estabeleceu um novo sistema no qual a qualificação “dentro dos limites da lei” atribuiu às Forças Armadas a capacidade de efetivamente “definir limites e transgressões”. Na ocasião da promulgação do AI-6, ainda no mandato de Costa e Silva, Skidmore (1988) descreve que as medidas autoritárias foram apresentadas com a intenção de “reativar a Revolução”, “em nome da democracia”, diante da “intolerância” para com o governo. A principal justificativa, nessa perspectiva, era a Doutrina de Segurança Nacional - responsável por sustentar a ideia de que era dever da nação, em especial dos militares, defender-se de inimigos internos tanto quanto dos externos. Para o autor, “esta doutrina era agora tanto mais invocada quanto mais o Brasil mergulhava no autoritarismo” (SKIDMORE, 1988, p. 170). Os Atos Institucionais subsequentes facilitavam o combate de “qualquer brasileiro considerado perigoso para a segurança nacional”, em casos de “guerra externa, ou guerra psicológica revolucionária ou subversiva”, a nível de banimento permanente do país ou até de pena de morte (SKIDMORE, 1988, p. 206).

O período entre a promulgação do AI-5 e o início do governo Geisel, segundo Dreifuss e Dulci (2008), contemplou a consolidação e reprodução do “processo revolucionário permanente”, por meio do controle da sociedade e da política por parte das Forças Armadas, bem como da supressão de “dissensos militares” pelo AI-5. A utilização da tortura como recurso de repressão continuamente acionado pelo governo sob a justificativa de conter a “ameaça subversiva” - que à essa altura era um “inimigo interno” maior do que eventuais ameaças externas - fez com que o papel dos militares no regime adquirisse um novo tom a partir de 1968, quando passaram a se envolver “direta e sistematicamente no interrogatório de presos políticos” porque era sua responsabilidade, de acordo com a doutrina da segurança nacional, “zelar pela segurança interna” (SKIDMORE, 1988, p. 253-254).

Skidmore (1988, p. 170-171) pondera que a frequente publicação de Atos Institucionais demonstrava a “propensão dos militares brasileiros para a legitimidade formal”. Contudo, é importante observar que esse desejo contínuo de sempre ter à disposição justificativas legais para afirmar sua autoridade arbitrária andava lado a lado com o constante esforço de convencimento de que eles eram, de fato, a alternativa mais adequada para “proteger a democracia” da “corrupção”, da “desordem” e, principalmente, do “comunismo”.

Um exemplo: o texto do Ato Institucional nº 12 (promulgado em setembro de 1969), que autorizava os ministros militares a substituir temporariamente o presidente, evidencia a escolha dos militares em relação ao diagnóstico do momento político e, conseqüentemente, à

apresentação dos elementos que os distinguem dos demais atores políticos e que efetivamente legitimam a continuidade do regime autoritário por eles conduzido:

A nação pode confiar no patriotismo dos seus líderes militares que agora, como sempre, sabem honrar o legado histórico dos seus antecessores, permanecendo, em tempos de crise política, leais ao espírito nacional, à evolução ordeira e cristã do seu povo e contrários a ideologias extremistas e soluções violentas (CHAGAS, 1979, p. 231-33 apud SKIDMORE, 1988, p. 196).

Outro bom exemplo disso foi a Lei de Segurança Nacional (LSN), também instaurada em setembro de 1969, que autorizava o governo federal a intervir em qualquer nível de atividade social que este suspeitasse que estivesse violando a segurança nacional. Na avaliação de Skidmore (1988, p. 303), a manutenção da existência de um poder legislativo, na forma do Congresso - ainda que este tenha passado por toda sorte de humilhações e atos de intimidação - igualmente criava margem para sustentar a ideia de que “o fio da legitimidade legislativa não se partira” e que havia sempre, por escolha dos generais, “uma porta entreaberta que abrisse caminho para a democracia e o império da lei”.

O autor ressalta a relevância que as eleições assumiam enquanto processo de legitimação do governo em instâncias municipais, estaduais e nacionais. De fato, os processos de sucessão presidencial, marcadamente controlados por militares diante de sua influência e presença massiva em postos governamentais<sup>20</sup>, não levaram à adoção de um regime de partido único ou sem partidos. Nesse sentido, persistia a crença de que “o funcionamento irregular do sistema representativo era somente temporário” e “se apenas *mais* uma leva de políticos corruptos ou subversivos ou irresponsáveis pudesse ser expurgada então tudo passaria a correr bem no sistema político”<sup>21</sup> (SKIDMORE, 1988, p. 311, grifo do autor).

---

<sup>20</sup> Segundo Dreifuss e Dulci (2008, p. 157-158), “havia tido participação importante na industrialização do país, seja treinando e preparando técnicos e administradores, seja como grupo de pressão para diferentes projetos e indústrias específicas, ou como legitimadoras de anéis tecno-empresariais envolvidos na tomada de decisões sobre propriedades industriais. Registrou-se também a presença de militares em importantes pastas ministeriais, na direção de autarquias e em postos elevados de um grande número de órgãos públicos. A tendência para o aproveitamento de militares na administração pública foi nitidamente reforçada após 1964 e, por volta de 1979, 27,8% dos altos funcionários do Estado (administração direta, empresas estatais e sistema autárquico) eram militares”.

<sup>21</sup> Preservar a ideia de uma democracia liberal significava, além da intenção de legitimação interna para as ações do governo, uma proteção contra a condenação da opinião internacional e uma forma de manter sua estreita aliança com os Estados Unidos. Conforme o autor, os militares “prezavam o apoio americano não somente por sua significação militar e econômica, mas também pela sua importância simbólica”, posto que “viam a América como o bastião do anticomunismo” e era justamente esta a ideologia que servia de justificação para o exercício de seus poderes arbitrários no controle do governo brasileiro (SKIDMORE, 1988, p. 312). Assim, seria contraditória a adoção de um regime doméstico autoritário paralelamente à relação de dependência em relação ao governo e aos militares estadunidenses, fervorosos pregadores da doutrina liberal.

Com reiteradas tentativas de “remendar o sistema eleitoral”, os militares valorizavam a eleição não só por seu caráter legal, mas também com o propósito de convencimento do maior número de apoiadores possível em eventos de campanha. Nesta lógica, a participação de um partido de oposição - o MDB - era essencial não só para legitimar o processo, mas também para contrapor o que se apresentava como solução para os problemas do país - os candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e os militares saídos dos quartéis. Através do antagonismo entre o “inimigo interno” - representante do caos, do comunismo e da corrupção - e os militares - devotos à pátria, fonte do nacionalismo e da moralidade brasileira - estabelecia-se a dinâmica necessária para reiterar elementos simbólicos que conferiam legitimidade ao regime. Contudo, era justamente esse processo de comparação que importava: mantinham-se as eleições, mas às regras do jogo eleitoral e aos resultados das votações cabia manipulação sempre que se julgasse necessário. Neste cenário, as discussões internas dividiam os quartéis entre as diferentes opções de candidatos, o que levou a decretos e Atos que fortaleciam os poderes presidenciais para reprimir a indisciplina militar.

Preocupado com o enfraquecimento da hierarquia militar, o general Médici, por exemplo, era um porta-voz do consenso militar contrário à candidatura de oficiais da ativa para ocupar postos políticos civis, visto que estes postos, politizados, poderiam “conferir a alguns deles uma autoridade capaz de causar divisionismos entre a oficialidade” (SKIDMORE, 1988, p. 225). Diante disso, e diante do poder de limitar a ascensão de novos grupos políticos e de perseguir qualquer tipo de oposição, elevou-se o nível de politização - e, por conseguinte, reduziu-se o nível de profissionalização e autonomia - da instituição militar, o que fez com que “as promoções tornaram-se intensamente políticas” e “os padrões de carreira e o acesso à hierarquia se tornassem um empreendimento altamente ideológico, afetando agudamente a estrutura profissional” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 144).

Segundo Dreifuss e Dulci (2008, p. 160), o problema das divisões políticas internas da corporação eram de suma importância, e foram enfrentadas através de “uma ação sistemática de despolitização” que suprimiu o envolvimento de militares de escalões intermediários em questões políticas junto com civis. Vedando debates e posicionamentos, tal “despolitização” visava “impor como orientação homogênea aquela que correspondia às opções do grupo que controlava a política” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 160). Sobre tal perspectiva, Skidmore (1988, p. 248) destaca o aspecto “relativamente invulnerável” dos militares brasileiros, cuja “indiscutível influência sobre o governo” não admite “qualquer dúvida quanto à legitimidade ou à moralidade de suas ações”. Nestas circunstâncias, para todos aqueles que compunham o governo e para o corpo de oficiais da instituição militar

como um todo, o governo funcionava de tal forma que “os que tiveram alguma dúvida ou a esconderam ou se viram forçados a deixar o serviço ativo permanentemente”.

Com isso, segundo Dreifuss e Dulci (2008, p. 146), as Forças Armadas intentavam o fortalecimento do Estado, a neutralização de tensões sociais, a supressão de oposição política e o crescimento econômico - o que sugeria um “processo de expansão de papéis” que acabou por conduzir a instituição a uma “situação em que a estratégia política foi subordinada a políticas de crescimento economicamente definidas”. Em tal processo, o Executivo cumpria um papel “marcadamente militar” em termos de tomada de decisão, mas não em termos de formulação de políticas: “a hierarquia e o planejamento proporcionariam assim canais aceitos e legítimos de acesso aos interesses estruturados” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 147).

Da perspectiva da congruência de valores e da relação entre o empresariado e as Forças Armadas, o binômio Segurança e Desenvolvimento só poderiam ser a segurança e o desenvolvimento dos componentes da relação, para que essa se mantivesse. Quase por definição, universos antagônicos só poderiam surgir entre os setores sociais subordinados, irracionalmente ou por ação manipulada, em oposição às intenções das elites de promover ordenadamente o progresso. Qualquer tentativa das massas de pôr cobra à sua condição e de melhorar sua posição na correlação de poder seria então percebida e caracterizada como subversão da ordem vigente. De tal situação só poderia derivar um processo de “crise permanente”, a ser enfrentado somente por um poder revolucionário permanente (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 147).

O governo Médici ilustra bem essa dinâmica. Com um quadro ministerial composto principalmente por “administradores” e “tecnocratas”, declarando-se “não político” e “imune a pressões de toda ordem”, o presidente afirmava que seus únicos compromissos eram com sua “consciência” e “com o futuro do nosso país” (SKIDMORE, 1988, p. 213). Marcado pela díade da repressão e do crescimento econômico que contemplava as elites, era um governo que tinha, em seus próprios termos, um bom desempenho: “O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava. Os militares da linha dura, repetidamente frustrados desde 1964, estavam se vingando recuperando tanto tempo perdido” (SKIDMORE, 1988, p. 216). Entretanto, o “combate à subversão” não era pauta e muito menos prática exclusiva das forças militares.

Em 1969, empresários de São Paulo estabeleceram uma parceria com forças policiais e oficiais de segurança das forças armadas para a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), para a qual forneciam equipamentos e apoio financeiro. Segundo Skidmore (1988, p. 255), as opiniões sobre o apoio militar à operação divergiam entre aqueles que acreditavam que “os militares não eram treinados para executar funções policiais” e que assumi-las poderia prejudicar a capacidade do Exército de “exercer o papel tradicional que lhe cabe na sociedade

brasileira”, bem como aqueles preocupados que “os oficiais ficariam expostos a possíveis atos de corrupção”. Contudo, “o ímpeto político que animava os militares sepultou essas dúvidas”, e a postura de Médici era taxativa: “Sim, haverá repressão - rigorosa e implacável. Mas somente contra o crime e somente contra os criminosos” (SKIDMORE, 1988, p. 255).

Entre os apoiadores do governo, o senador Petrônio Portella, líder da ARENA, incentivava o movimento na esperança de que o presidente destruiria “de uma vez por todas” os “focos de subversão”, “abrindo caminho assim para a construção do futuro do Brasil” (SKIDMORE, 1988, p. 255). Uma vez estabelecida a OBAN, paralelamente a outras redes de repressão organizadas apenas por militares, a imprensa cumpria um papel determinante ao noticiar casos de prisões políticas e de tortura que causavam um impacto imediato e levavam medo àqueles que cogitavam se aliar a movimentos de resistência - particularmente quando se tratava de personalidades conhecidas e pertencentes à classe média e alta, como foram os casos de Rubens Paiva<sup>22</sup>, Carlos Lamarca<sup>23</sup> e de Vladimir Herzog<sup>24</sup>.

Após o fim do governo Médici e a eleição do general Ernesto Geisel em janeiro de 1974, os líderes da ARENA continuavam empenhados em argumentar contra opositores que atacavam a censura do governo. Ao despedir-se do presidente Médici, em dezembro de 1973, Portella elogiava a maneira com que o governo “defendeu a nação contra o terrorismo”, distinguindo adequadamente entre o “necessário e útil trabalho da oposição” e os “métodos sub-reptícios dos agentes da subversão”, e garantindo campanhas eleitorais que “sucederam-se sem qualquer pressão ou coerção, em clima de mútuo respeito” (SKIDMORE, 1988, p.

---

<sup>22</sup> Rubens Paiva era deputado eleito pelo PTB e teve seu mandato cassado em 1964. Após permanecer no exílio por cerca de um ano, Paiva retornou ao Brasil e passou a viver no Rio de Janeiro. Em 20 de janeiro de 1971, o deputado foi preso e levado ao DOI-CODI, onde foi interrogado, torturado e morto. Na época, os órgãos de repressão alegavam que ele havia fugido de uma viatura que havia sido abordada por guerrilheiros desconhecidos, após trocas de tiros. A farsa para ocultar o crime chegou a incluir uma operação para simular a cena da fuga. Em 2014, os relatórios da CNV revelaram que Paiva foi assassinado. Seu corpo nunca foi encontrado e o crime permanece impune, apesar das investigações (CASO..., 2014; ASSASSINATO..., 2021).

<sup>23</sup> Segundo Skidmore (1988, p. 243), “o governo deu o máximo de publicidade à morte de Lamarca, inundando a imprensa com documentos sobre os últimos dias do guerrilheiro. Havia cartas de amor a Yara Iavelberg, fotos da cena da morte, relatos detalhados de como a população local prestara informações sobre o paradeiro de Lamarca e seu companheiro. O efeito desejado era mostrar a morte do revolucionário como inevitável e convencer qualquer aspirante a terrorista (o termo do governo) de que seu fim não seria diferente. Eis como um importante jornal conservador do Brasil terminou sua reportagem sobre a ascensão e a queda de Lamarca: “Como Guevara, ele sonhou em ver o continente transformado em uma série de Vietnãs. Agora seus sonhos estão sepultados””. Carlos Lamarca era ex-capitão do Exército que desertou em 1969 para aderir à luta armada contra a ditadura. Em 17 de setembro de 1971, após 20 dias de busca, Lamarca foi assassinado por agentes da Operação Pajussara, na Bahia (DOM LUIZ..., 2014; CARLOS..., 2021).

<sup>24</sup> Vladimir Herzog era jornalista e foi convocado ao DOI-CODI para prestar explicações sobre sua ligação com o PCB. Ele se apresentou voluntariamente para interrogatório, em 25 de outubro de 1975, e foi morto no mesmo dia. A versão oficial do governo na época reportava que Herzog havia cometido suicídio e, na imprensa, foram divulgadas fotos do corpo do jornalista enforcado com um cinto, na tentativa de comprovar que ele havia tirado a própria vida. Entretanto, investigações conduzidas pela CNV comprovaram que a cena do crime foi alterada de forma a simular um enforcamento e que o jornalista foi assassinado (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, 2014).

301). Eurico Rezende, senador e líder da maioria do partido, por exemplo, defendia que o Brasil precisava da censura para evitar que se formasse “uma imagem negativa do Brasil no exterior” e alegava que, se um plebiscito fosse feito para debater o AI-5, a maioria da população seria favorável à manutenção do Ato (afirmação que Rezende fazia sem fundamento e ciente de que os líderes não aceitariam tal plebiscito) (SKIDMORE, 1988).

Segundo Dreifuss e Dulci (2008, p. 148), o período compreendido entre 1974 e a revogação do AI-5, em 1978, abarcou um movimento de reversão do processo revolucionário, “pelo dismantelamento de alguns de seus componentes e pelo reajustamento de outros”, culminando no processo de abertura política. De modo geral, os esforços para defender a postura autoritária do regime - que foram uma constante durante os governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici - passaram a ser diluídos “na medida em que as Forças Armadas foram percebendo a impossibilidade de continuar a desempenhar a multiplicidade de atribuições - notadamente na administração do Estado - que haviam assumido, em uma sociedade complexa e problemática que elas próprias ajudaram a modelar” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 172). A autonomia das Forças Armadas estava tensionada a partir do contraste entre o “nítido engajamento das Forças Armadas com seus aliados preferenciais, sobretudo o bloco empresarial” e a “imagem nacional da instituição, acima dos interesses particulares” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 172).

Em conclusão, observa-se que o conjunto de reformas planejadas nos anos 1930, voltadas ao profissionalismo militar, cujo objetivo era de preservar a estabilidade, a disciplina e a hierarquia do Exército descolando-o da política - e que instituíram elementos simbólicos marcantes como o patrono Duque de Caxias e o Dia do Exército, bem como atrelaram a instituição às noções de “virtude patriótica” e “fonte do nacionalismo”-, acabou por se tornar, nas décadas seguintes, o fenômeno que costurou o laço entre o Exército brasileiro e a política. O caráter dinâmico e variado do papel desempenhado pela instituição militar nas duas décadas em que esteve à frente do governo brasileiro, sempre responsável por indicar os presidentes, só foi possível por causa deste conjunto de aptidões e características exclusivas aos quartéis, que constituem o “espírito militar”. Ao mesmo tempo, ficava cada vez mais visível a dificuldade de balancear os “deveres” que os militares assumiam para com o Planalto e os deveres para com a caserna.

Por outro lado, ao observar a forma com que essa relação foi conduzida, não fica claro se a atuação política foi uma consequência inesperada que destoou da ideia inicial da reforma e daqueles que a formularam ou se existia a intenção de que a consolidação do Exército envolvesse, de fato, uma atuação política contundente. Neste ponto, cabe brevemente



revisitar os princípios que regiam a reforma proposta pelo general José Pessoa, no contexto interno do Exército. O movimento que buscou afastar a instituição de conflitos políticos e ideológicos por meio da identificação da mesma com as noções de “pátria” e “nação”; da ideia de um Exército que fosse a incorporação da “ossatura da nacionalidade”, livre de ambições políticas e interesses particulares; de esforços para preservar a disciplina militar; tudo isso converteu-se em recursos que, aos olhos de uma parcela da população (principalmente das elites burguesas), representavam as razões pelas quais os militares eram o grupo mais apto a conduzir, ainda que momentaneamente, o governo brasileiro.

É possível inferir, assim, que a retórica que visa justificar a atuação política do Exército (ou de setores da instituição militar de modo geral) não se esgota e renova a cada momento histórico, mas sim se repete e adapta de acordo com as circunstâncias encontradas cenário político, econômico e social em que se encontra o país. Esse ponto ficará mais evidente com as reflexões apresentadas no último capítulo. A análise final deste trabalho, neste sentido, tem em consideração esses recursos simbólicos que, mobilizados com fim de legitimação, sustentaram o percurso que levou parte das elites militares a conduzir golpes (ou tentativas de golpes) de Estado, com apoio e participação direta de elites civis, e que os permitiu efetivamente implementar e governar o regime ditatorial que teve início em 1964. Para além disso, tem-se em consideração também a maneira através da qual se deu a preservação destes recursos em um momento histórico no qual o afastamento dos militares era um consenso que regia o campo político - exceto entre os próprios militares e, pelo menos no nível discursivo, de grupos políticos mais ligados a eles.

### 3.3 "OS VERDADEIROS DEFENSORES DA DEMOCRACIA"

Durante o processo de abertura política, o desmantelamento do autoritarismo envolveu um fenômeno que Champagne (1998, p. 26) chama de “desmoronamento da crença política”:

Esse processo constitui uma mediação, ou um elo, indispensável para compreender os mecanismos simbólicos da dominação; com efeito, o que é chamado o “moral” de um grupo social é a expressão subjetiva da interiorização de estruturas sociais objetivas. O desmoronamento da crença não é, evidentemente, autoproduzido e sem causas objetivas, mas necessita de uma explicação e remete a transformações estruturais mais gerais que não são apenas observáveis na política.

No caso do Brasil, a particularidade desse momento foi que a saída dos militares do poder e a retomada institucional da democracia foram orquestradas por uma multiplicidade de atores, entre eles o próprio grupo civil-militar que conduziu o regime autoritário iniciado com o golpe de 1964. Em um cenário de crise econômica, tensões internas nas Forças Armadas<sup>25</sup> e falta de legitimidade política que se arrastaram durante os anos 1970 e 1980, os últimos anos do governo militar foram dedicados a encontrar um caminho que pudesse assegurar um modo de transição no qual a imagem e as instituições dos militares fossem preservadas.

Logo, a abertura política surgiu como uma possibilidade de solução para os problemas internos que a instituição militar enfrentava - ao mesmo tempo que retomou a promessa inicial do golpe de 1964, de restabelecer a democracia brasileira<sup>26</sup>. Skidmore (1988) e D'Araujo (2010) apontam que as primeiras discussões sobre o processo de retomada da democracia tiveram início no governo Geisel (1974-1979). D'Araujo (2010) constata que o objetivo central dos militares era garantir sua saída do regime de forma que não houvesse qualquer ruptura ou sinal de enfraquecimento das Forças Armadas - em suma, por mais que os governos militares tivessem sido marcados por divergências entre os oficiais, a prioridade das Forças era que o povo brasileiro seguisse acreditando em sua coesão institucional. A autora avalia ainda que a necessidade de preservação pode ser explicada como um mecanismo de proteção frente aos processos judiciais que o Exército poderia vir a enfrentar, devido às inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo regime.

Muito por isso, nas negociações feitas ao longo da transição para a democracia, era de suma importância para os oficiais que a imunidade militar fosse assegurada. Ao dedicar os últimos anos de governo ao tema da retomada da democracia, militares e civis “pactuaram um modo de transição que ‘esquecia o passado’ através de uma anistia que abrangia tanto os agentes da repressão quanto os opositores” (D’ARAÚJO, 2010, p. 132). Cultivava-se “a insistência em não reconhecer os abusos praticados durante a ditadura e a resistência em abrir os arquivos pertinentes à repressão” (CARVALHO, 2019a, p. 17). Os primeiros passos da

---

<sup>25</sup> Para Dreifuss e Dulci (2008, p. 172), o processo de abertura iniciado pela supressão do AI-5 foi resultado de uma “síndrome de tensão-pressão” que se estabeleceu “na medida em que as Forças Armadas foram percebendo a impossibilidade de continuar a desempenhar a multiplicidade de papéis - notadamente na administração do Estado - que haviam assumido, em uma sociedade complexa e problemática que elas próprias ajudaram a modelar”. Entre outros aspectos, os autores destacam ainda o problema da autonomia da instituição, tensionado a partir do contraste entre o “nítido engajamento das Forças Armadas com seus aliados preferenciais, sobretudo o bloco empresarial” e a “imagem nacional da instituição, acima dos interesses particulares” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 172).

<sup>26</sup> Numa série de entrevistas concedidas em 1974, 1981 e 1982 à Stepan, o criador do SNI e braço direito de Geisel, general Golbery, “ênfaticamente destacou que os principais objetivos originais do golpe de 64 eram de intenção democrática, a longo prazo”, de modo que não havia legitimidade em soluções autoritárias a longo prazo (STEPAN, 1986, p. 44).

democracia ainda tinham os militares como atores políticos influentes, principalmente no que tange à pressão da instituição no sentido de manter todos os termos acordados entre civis e militares ao longo dos governos Geisel e Figueiredo. Nas palavras de D’Araujo (2010, p. 116), “a vitória da democracia política foi também uma vitória da imunidade militar no que toca aos crimes da chamada ‘guerra suja’”. No contexto da campanha das *Diretas Já*, que pedia por eleições diretas em 1985, José Sarney, então senador, avaliava que “a anistia ajudou porque não teve um impacto radicalizante de peso sob o país” (SARNEY, 1985 apud STEPAN, 1986, p. 77). Em concordância, Stepan (1986, p. 83) complementa:

O fato de que no Brasil a anistia foi decretada em 1979, e aceita pela maior parte da polis como sendo uma “anistia mútua”, contrasta agudamente com a autoanistia de última hora que os militares argentinos e uruguaios tentaram decretar, sem sucesso, em benefício próprio. Esses dados não visam minimizar a tortura e a violação sistemática dos direitos humanos no Brasil, mas simplesmente, indicar que o legado de ódio deixado pela burocracia-autoritária não será um problema tão sério como o da Argentina ou tão assustador como o que já se mostra no Chile.

Diante disso, conscientes da queda de seu prestígio frente à população e preocupados com acusações de corrupção que levaram ao declínio do apoio civil, líderes militares passaram a alertar, em defesa de seus interesses institucionais, sobre os perigos do “revanchismo” – um eufemismo para a garantia da impunidade. A anistia ajudou no sentido de garantir que alguns dos principais generais do regime brasileiro conseguissem preservar um grau significativo de prestígio junto a amplos grupos da sociedade civil - diferente de outros países latino-americanos. Contudo, os militares brasileiros deixaram o poder com “menos prestígio e legitimidade que em qualquer outro momento histórico” e seu “peso intelectual comparativo” ao fim do regime era “menor do que na década de 40 ou 50” (STEPAN, 1986, p. 83-84).

Uma boa indicação, a respeito das dúvidas generalizadas quanto à capacidade e honestidade dos militares (especialmente entre os grupos sócio-econômicos de maior renda), é revelada por uma pesquisa Gallup. A pesquisa de abril de 1982 mostrava que 60% dos entrevistados do grupo econômico de alta renda responderam que os militares defendiam seus próprios interesses acima dos interesses do país. Numa proporção de três a um, o mesmo grupo achou que as tentativas dos militares de promover a moralização da política e de acabar com a corrupção eram “más” ou “terríveis”, em oposição a “excelentes” ou “boas”. Na mesma proporção, esses grupos queriam que o próximo presidente do Brasil fosse um civil (STEPAN, 1986, p. 69-70).

Assim, a preferência por um novo presidente civil que fosse favorável ao regime militar, ou que pertencesse à ARENA, estava diretamente relacionada com a intenção de

proteger-se do “revanchismo”, bem como de manter intacto o domínio do sistema de segurança estatal. Para Stepan (1986, p. 70), “os militares queriam manter uma política firme e a presença de funcionários em todas as empresas estatais que estivessem relacionadas à segurança nacional, especialmente as de telecomunicações, armamentos e informática”. Na avaliação de Dreifuss e Dulci (2008), a preservação desse setor representava uma possível solução para o problema que se apresentava às Forças Armadas naquele período: o problema de legitimar seus papéis e funções junto à sociedade. Para os autores, a instituição enfrentava como desafio a “necessidade preliminar” de “reencontrar-se nas funções consideradas legítimas, velhas e novas” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 174).

Neste contexto, o crescimento massivo do setor de segurança e informações teve uma função importante. Stepan (1986, p. 26) descreve o Brasil como o país cuja organização de inteligência alcançou “o mais alto nível de expansão, por via legal, e institucionalização impessoal dentro do aparelho de Estado” - “menos de três meses após a tomada do poder pelos militares no Brasil, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)”<sup>27</sup>. Inclusive, o general Médici foi chefe do SNI por um bom tempo, após o AI-5, quando foi registrada a maioria dos casos de tortura e repressão pelas forças de segurança<sup>28</sup>. Para o autor, “no Brasil, o exército dominava completamente as outras duas forças armadas, e o SNI estava estreitamente vinculado ao exército” (STEPAN, 1986, p. 35).

O crescimento desmesurado da área de segurança e informações, em virtude dos papéis assumidos pelas Forças Armadas enquanto guardiãs da ordem, administradoras do Estado e governo da nação, introjetou a síndrome de tensão-pressão na própria corporação. Isso ocorreu, em boa medida, por causa da autonomia de ação e decisão lograda pela área de segurança e informações, cujos resultados podem ser medidos pela frase lapidar “eu criei um monstro”, atribuída ao general Golbery do Couto Silva, idealizador do SNI (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 173).

<sup>27</sup> Segundo o autor, “A ideia inicial do general Golbery fora a de criar um órgão civil e militar no qual os militares da ativa tivessem uma participação minoritária. Pelo estatuto original, nenhum dirigente do SNI deveria obrigatoriamente pertencer aos quadros militares” (STEPAN, 1986, p. 27-28). Ele reporta que, em 1964, nenhum dos seis principais cargos do SNI eram chefiados por generais da ativa - apenas um deles, Golbery, era um general da reserva. Contudo, com o advento do AI-5, o SNI se militarizou: “A partir do final de 1968 e durante o transcorrer de toda a década de 70, as seis principais posições do SNI foram exercidas por generais do exército que ainda poderiam ser promovidos. [...] De 1968 em diante, [o SNI] cresceu ao ponto de se transformar na quarta força armada, embora não uniformizada” (STEPAN, 1986, p. 27-28).

<sup>28</sup> Além do SNI, que havia conquistado “um grau extraordinário de prerrogativas legalmente sancionadas e de autonomia burocrática”, o país viu emergir, entre 1967 e 1972, várias outras organizações de inteligência - dentre elas, o CODI, cujo grupo de operações para atividades de inteligência e anti-subversão ficava localizado na sede do DOI (STEPAN, 1986, p. 36). “As atividades relativas ao DOI, sempre secretas, virtualmente se tornaram clandestinas e ilegais, ainda que dentro das próprias regras militares, por volta de 1973-1975” (STEPAN, 1986, p. 38). “O próprio aparelho repressivo tinha adquirido um significativo grau de autonomia e estava lutando tanto contra a abertura como contra os combatentes armados da esquerda” (STEPAN, 1986, p. 38).

Dreifuss e Dulci (2008, p. 174) avaliam a abertura política com base no discernimento entre “dois grandes eixos em contraposição”: o primeiro situado nas “zonas de penumbra de segurança e informações”; e o segundo “atuando à luz do dia e procurando iluminar os pontos de atrito”, com “base de apoio na sociedade civil”. Na visão de Stepan (1986, p. 81), um ano depois da saída dos militares do poder (“no primeiro aniversário da Nova República”), estava claro que eles ainda exerciam “um enorme poder no Brasil”, principalmente considerando o fato de que o SNI seguia “praticamente intacto” e seu chefe desempenhava “um papel central tanto no fluxo de informação normal para o Presidente como lidando com as crises”.

Stepan (1986, p. 21) aponta uma série de pontos particulares do caso de consolidação da nova democracia brasileira que a tornam “especialmente importante em termos comparativos”: primeiro, “o sistema de inteligência se tornou mais autônomo do que em qualquer outro regime autoritário moderno da América Latina”; segundo, “o começo da liberalização se iniciou dentro do próprio aparato do Estado devido às contradições geradas pela autonomia crescente do aparelho de segurança”; terceiro, “o caminho inicial da liberalização de cima através da mudança interna deixou perigosas heranças na forma de prerrogativas contínuas que são inconsistentes com a redemocratização plena”. Para o autor, “as mudanças no conteúdo do profissionalismo militar estavam contribuindo para expansão autoritária daquilo que os militares concebiam como seu papel na polis”, o que contrastava com a visão de que “o aumento do profissionalismo levaria à formação de um militar apolítico” (STEPAN, 1986, p. 21). Nessa análise, ele constata que o “novo profissionalismo [...] surgia de maneira proeminente na autojustificativa dos militares para explicar seu largo papel na política” (STEPAN, 1986, p. 23).

Pesquisas realizadas nos primeiros anos da década de 1990 indicavam que uma parcela dos militares que tiveram engajamento expressivo no golpe e no governo ainda se sentia “superiormente aparelhada para comandar os destinos do país” (SOARES; D’ARAUJO, 1994, p. 2). Em compensação, outra parte desse mesmo grupo já destacava os aspectos negativos dessa experiência, em especial o “desprestígio da corporação militar quando o regime terminou”, e desaconselhava uma “nova incursão na política”, mesmo que movida pela lealdade às Forças Armadas (SOARES; D’ARAUJO, 1994, p. 2). Para D’Araujo (2010, p. 126), “os militares estão, desde 1985, fora do campo político-eleitoral, mas não abrem mão de exercer forte pressão perante as autoridades civis para manter intocada a questão dos crimes da ditadura e assegurar algumas funções civis”.

Segundo a autora, a reação dos militares em relação à instauração da CNV em 2012 ilustra como o corporativismo construído pelos militares possibilita que eles desfrutem de um lugar privilegiado em relação a outros setores da sociedade para impor interesses institucionais, garantir regalias e conservar questões específicas - como a manutenção da Lei de Anistia, da Justiça Militar e o silêncio em relação aos crimes da ditadura. Na trajetória recente das Forças Armadas, o aspecto da disputa pela memória foi (e continua sendo) uma questão crucial para a preservação das percepções construídas pela instituição a respeito de seus feitos históricos (DOMINGOS NETO, 2021). Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram marcados pela relação conflituosa entre grupos que defendiam a abertura de arquivos da Ditadura e a revisão da Lei de Anistia e grupos que consideravam este período histórico superado (LIMA, 2019).

Nada mais perturbador para corporações armadas que remexer na percepção que constroem de seus trajetos históricos. Memória é bússola. Por lidar com armas e preparar para a violência bruta, nenhum outro instrumento de Poder é tão cioso da legitimação conferida pelo passado heroico. Apenas missões sacrossantas nobilitam o ofício e justificam grandes dispêndios. Fileiras não dispensam narrativas gloriosas. [...] Pela forma como ocorreu a redemocratização, as corporações sentiam o novo regime como concessão de sua parte; os opositores da ditadura, como resultante de sua militância (DOMINGOS NETO, 2021, p. 24).

Neste ponto, cabe mencionar a distinção feita por Stepan (1986, p. 57) entre a ideia de “concessão” por parte do regime, em contrapartida a ideia de “conquista” por parte da sociedade - no sentido de que, se a abertura é uma concessão do regime, “o que é dado pode ser tomado de volta” e “o limite do que é dado pode ser a liberalização, mas não a democratização”. Em outras palavras, ainda que a instituição militar se esforçasse para incorporar em sua doutrina mudanças que favorecessem princípios fundamentais da democracia<sup>29</sup>, tal esforço se confundia com o que D’Araujo (2010) chama de “defesa corporativa dos interesses das Forças Armadas”: a prática de glorificar o passado como forma de reivindicar atuação em áreas que, na teoria, não são de domínio militar.

Com alcance significativo entre civis, a ESG seguia sendo “a instituição-chave responsável pela sistematização, reprodução e disseminação do corpus oficial da Doutrina de Segurança Nacional”, constituindo assim “a fonte autorizada da ideologia militar para os

<sup>29</sup> Segundo Stepan (1986, p. 61), “as mudanças na doutrina da ESG entre 1974 e 1981 permitiram que esta incorporasse quatro conceitos-chave da abertura - oposição, participação, partidos extragovernamentais e eleições - no discurso sobre a segurança nacional”. Ele relata que uma aprofundada análise do discurso da ESG “nos permite ver como os teóricos da segurança nacional haviam se apropriado de uma boa parte do vocabulário crítico da sociedade civil durante a abertura, mas tinham também localizado esse vocabulário no cânone mais amplo da ESG, neutralizando, assim, o seu poder latente de crítica”.

militares enquanto instituição” (STEPAN, 1986, p. 58). Neste sentido, o poder de declarar o Estado de Sítio sem aprovação do Congresso e a LSN, por exemplo, eram prerrogativas defendidas como “derivados lógicos do princípio de autodefesa democrática” (STEPAN, 1986, p. 62)<sup>30</sup>.

Por outro lado, enquanto seria tolerada a oposição, a “contestação” seguia sendo interpretada como “um ataque sistemático ao próprio regime”, o que a tornava “ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado”, medidas estas que também eram derivadas do princípio de autodefesa (STEPAN, 1986, p. 62). Assim sendo, a ESG - e, por conseguinte, “a doutrina oficialmente sancionada dentro da totalidade do sistema de ensino dos “militares enquanto instituição” (STEPAN, 1986, p. 63) - colocava-se cada vez mais distante do país como um todo. Neste contexto de distanciamento, a construção do espírito militar na caserna mantinha-se fundamentada em ensinamentos que não só ressaltavam as diferenças entre militares e civis, mas cultivavam a ideia de que essa diferença indica superioridade. Em suas observações dentro da AMAN, Castro (1990, p. 43) relata:

Um oficial explica aos cadetes por que “aqui dentro” não deve haver cola: “Aqui não pode virar paisanaria”. Uma frase no quadro de avisos do Curso Básico afirma que “Cadete! Você é o melhor. Faça da Academia a melhor”. A meu ver, todos esses ensinamentos são fundamentais para a construção do espírito militar. A notícia que eles transmitem é clara: os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores - nessa visão - não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles - enquanto coletividade, corpo - *viveriam da maneira correta*.

Existe, portanto, uma “experiência totalizadora e básica para a identidade militar” que, ao colocar a coletividade acima dos indivíduos, representa a “carreira militar como uma “carreira total” num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si” (CASTRO, 1990, p. 43). Para D’Araujo (2010), as mudanças institucionais relativas à formação profissional, juntamente com as mudanças na composição de cargos e as novas regras de carreira, cumpriram um papel significativo para a mudança de atitude dos oficiais militares no sentido de pensar de forma menos intervencionista e mais profissional. Desse modo, o aspecto geracional desse processo de transformações internas explica muito da

---

<sup>30</sup> Após entrevistar oficiais da ativa (juizes do Supremo Tribunal Militar, por exemplo) em 1981 e 1982, Stepan (1986, p. 64) constatou que os militares viam a LSN como “a primeira lei de abertura”, um instrumento de salvaguarda necessário para uma “democracia forte”. Ele discorre: “A chave da democracia forte era que ela de certa forma, institucionalizava o “princípio de autodefesa”. Um deles [dos entrevistados] se referiu ao fato de que, dado o equilíbrio de forças entre os militares, a LSN, revista em 1978, deveria ser encarada como um modesto passo à frente para aqueles que favoreciam a abertura, mas, ao mesmo tempo, como uma garantia àqueles que temiam que o processo de abertura lhes escapasse ao controle” (STEPAN, 1986, p. 64).

postura dos militares nas décadas seguintes, com relação à definição de suas funções constitucionais.



#### 4 OS MILITARES NA DEMOCRACIA

*Quem observa a cena política da Nova República tem a impressão de que a tutela militar é algo normal e que deve continuar a exercer-se. É como se houvesse concordância tácita de que ela não pode ser evitada ou de que não pode ser dispensada. Os democratas, aí incluídos alguns setores liberais e alguns de esquerda, ou evitam debater a questão ou discursam contra o militarismo em termos abstratos, fugindo às definições concretas ou se recusando a negociar com os militares. A omissão civil, não haja dúvida, contribui para a volta dos militares ao governo (CARVALHO, 2019a, p. 234).*

Em 1986, Stepan (1986, p. 83) julgava “extremamente duvidoso” que a Assembleia Constituinte que se reuniria após as eleições concedesse aos militares a “excessiva legitimidade” que as constituições de 1891, 1934 e 1946 concediam para que estes “se mantivessem rotineiramente envolvidos na vida política”. Contudo, segundo Carvalho (2019a, p. 25), a formulação da Constituição Cidadã de 1988 atribuiu às Forças Armadas poderes muito próximos do papel de “poder moderador” previsto na Constituição de 1824 - isto é, o poder “de velar sobre a “manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos””. Na visão do autor, “é como se a República desconfiasse de sua capacidade de exercer o autogoverno civil e entregasse às Forças Armadas o papel político de tutela” (CARVALHO, 2019a, p. 25).

É importante destacar, com isso, que a definição constitucional dos poderes e deveres das Forças Armadas na nova democracia legitima a repetição sistemática do argumento que considera a intervenção como um “dever constitucional” a se cumprir sempre que líderes militares julgarem que há algum risco para as instituições do país. A partir disso, se estabelece um círculo vicioso no qual os militares intervêm sob o pretexto de assegurar a estabilidade do sistema político, porém tais intervenções prejudicam a consolidação do rito democrático (CARVALHO, 2019a).

Ainda que as impressões de Stepan (1986, p. 102) não tenham se consolidado, ele alertava para algo importante: “a capacidade dos militares, enquanto instituição complexa, de desenvolver um consenso para intervenção é auxiliada, em grande parte pela disposição da sociedade civil em “bater à porta” das casernas”. O autor ressaltava, à época, ser “de suma importância a sociedade civil revalorizar a democracia enquanto valor permanente, e não apenas enquanto tática temporária” (STEPAN, 1986, p. 103). Na primeira metade dos anos 2000, na avaliação de Carvalho (2019a, p. 17), enquanto “as novas gerações militares, sobretudo da Marinha e da Aeronáutica, pareciam dedicar-se cada vez mais às tarefas profissionais, sem cogitar um envolvimento político”, políticos civis evitavam debater ou

decidir sobre questões de defesa nacional e, de maneira geral, persistia um certo nível de hostilidade por parte daqueles que “guardavam más lembranças da ditadura” (CARVALHO, 2019a, p. 18).

Nesta perspectiva, um ponto relevante levantado por Stepan (1986) é a preocupação com a “crise de missão” que poderia assolar os militares quando estes saíssem do poder - posto que a falta de uma missão profissional definida se tornaria uma força desestabilizadora capaz de ameaçar as práticas democráticas ao levá-los a uma tentativa de retomar o poder político. Em consonância, Dreifuss e Dulci (2008, p. 181) também consideravam importante para a consolidação do regime democrático “a reintegração das Forças Armadas às funções definidas como legítimas, favorecendo a adoção de um padrão de comportamento profissional por parte dos militares”. No entanto, Stepan (1986, p. 100) avalia que essa ameaça de crise poderia ser apaziguada pela conjuntura, na qual a “extraordinária expansão do papel do Brasil na economia mundial, a Guerra das Malvinas e o crescimento da indústria de exportação de armamentos” configurariam múltiplas missões profissionais.

Tendo em vista que o governo de Sarney em 1985 contava com seis ministérios chefiados por oficiais militares da ativa - e que metade deles tinham grande relevância nas discussões acerca da crise política no país<sup>31</sup> - fica evidente que a busca por novas missões profissionais no regime democrático não excluía o envolvimento dos militares nos assuntos políticos brasileiros. Nessa linha, Carvalho (2019a) aponta que é preciso reconhecer o êxito do frequente esforço dos militares, desde a década de 1930, para se capacitar em assuntos e áreas de competência civil, eventualmente implantando nelas um viés militar. Em retrospecto, as circunstâncias apontadas por Stepan (1986) foram uma parcela importante da definição do papel que as Forças Armadas cumpriram enquanto representação do Estado junto a setores específicos da sociedade brasileira e junto ao sistema internacional, principalmente em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Marques (2021, p. 247), a participação do Brasil na MINUSTAH, por exemplo, firmada pelo presidente Lula em 2004, gerou consequências substanciais no campo político do país, visto que deu “início a história de um grupo de militares que embarcaram para Porto Príncipe e desembarcam em Brasília para ocupar funções importantes no núcleo do poder político”. Na concepção da autora, portanto, existe umnexo entre a experiência internacional vivida pelos oficiais das Forças Armadas na MINUSTAH e o retorno dos militares ao cenário

---

<sup>31</sup> “O governo democrático da Nova República conta com vinte e seis ministros, seis dos quais são oficiais militares da ativa: o ministro da Aeronáutica, o ministro da Marinha, o ministro do Exército, o chefe do SNI, o chefe da Casa Militar e o chefe do Alto-Comando das Forças Armadas” (STEPAN, 1986, p. 106-107).

político brasileiro - começando no governo Temer em 2017 e culminando na presença massiva vista na administração de Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019.

Essa busca por um propósito institucional que legitime a existência das instituições militares também é observada por Carvalho (2019a) como elemento que caracteriza as relações civil-militares nos anos que seguiram à retomada da democracia no Brasil. Por mais que os militares tivessem buscado se adaptar aos mecanismos do sistema democrático de governo - comportando-se de maneira “exemplar” durante o processo de impeachment de Fernando Collor em 1992, por exemplo -, eles não se adaptaram, como indivíduos e como instituição, quando se trata de discutir sua própria existência ou seu papel na sociedade. Segundo o autor, “aos militares parece absurda a ideia de terem que justificar seu papel e mais ainda sua existência”, ainda que essa justificação seja “perfeitamente normal” num ambiente democrático (CARVALHO, 2019a, p. 251).

Desde a Guerra do Paraguai e, sobretudo, desde a República, os militares se sentem donos absolutos do patriotismo e credores da gratidão da pátria. [...] Nos últimos 21 anos, em que os militares governaram discricionariamente o país, trataram como subversão da ordem qualquer crítica a suas chefias, instituições e ações. [...] A ideia de que as Forças Armadas devam reformular alguns aspectos de sua atuação para melhor justificar socialmente sua existência e melhor competir no Congresso por recursos escassos parece ainda ofensiva à maioria dos militares (CARVALHO, 2019a, p. 253).

Junto disso, a falta de definição quanto ao lugar que as Forças Armadas devem ocupar na democracia favoreceu a visão da instituição militar como fonte provedora de desenvolvimento e políticas sociais. Conforme D’Araujo (2010), ainda que na nova dinâmica política as Forças Armadas não mais ocupassem o lugar de comando e continuassem subordinadas ao governo eleito, elas ainda possuíam um protagonismo social e econômico na política. Assim sendo, o silêncio dos militares em relação a questões políticas não necessariamente implicou em sua inatividade em áreas não-relacionadas à defesa, muito pelo contrário - as Forças Armadas seguiram fortemente associadas à esfera do desenvolvimento econômico e social, funcionando como agentes da modernização.

Uma expressão clara da concepção que interliga Forças Armadas e desenvolvimento é o documento intitulado Estratégia Nacional de Defesa (END), divulgado pelo governo Lula em dezembro de 2008. Nele, o tripé desenvolvimento, expressão internacional e liderança regional é estabelecido como fundamento da estratégia nacional de defesa:

Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma

reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento (BRASIL, 2008, p. 2).

Sob o entendimento de que “projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento”, as Forças Armadas, no documento, ocupam papel essencial para a obtenção destes objetivos e são colocadas como formadoras da “cidadania” e “promotoras da igualdade entre classes”. Revisado após quatro anos, em 2012, seu texto reforça a ideia de que as Forças Armadas são fonte da nacionalidade brasileira, posto que as diretrizes da END estariam baseadas nesta conexão<sup>32</sup>.

A Nação brasileira foi e é um projeto do povo brasileiro; foi ele que sempre abraçou a ideia de nacionalidade e lutou para converter a essa ideia os quadros dirigentes e letrados. Esse fato é a garantia profunda da identificação da Nação com as Forças Armadas e dessas com a Nação (BRASIL, 2016, p. 109).

Em razão disso, D’Araujo (2010) considera que a END retoma crenças conservadoras sobre a função das Forças Armadas enquanto berço da nacionalidade e civismo. Outro documento que a autora avalia ser dos mais conservadores é a própria Constituição, uma vez que preserva o tradicionalismo acerca do papel do militar na sociedade. Contudo, ao fim da primeira década dos anos 2000, ela pondera: “para um país com forte tradição intervencionista das Forças Armadas não é desprezível que, desde 1985, [os militares] não tenham patrocinado nenhuma crise política nem se pronunciado sobre as crises que o país enfrentou” (D’ARAÚJO, 2010, p. 109). A abstenção da política, na visão da autora, é comprovada por um conjunto de posicionamentos que consistem basicamente nas mudanças na carreira militar, desde 1964; o veto militar no que diz respeito à discussão sobre os crimes ocorridos na ditadura; e na criação do Ministério da Defesa, em 1999.

Para Carvalho (2019a, p. 18), a “progressiva aceitação” do Ministério da Defesa por parte das três Forças simbolizou uma das mais importantes melhorias nas relações civil-militares. Dentre as diversas iniciativas vindas do ministério, a parceria com a Coordenação

---

<sup>32</sup> Na sua versão mais atual, publicada em 2016, o documento aponta o "Poder Nacional", "ações de diplomacia" e o "Setor de Defesa" como fundamentos da END, cujas ações estratégicas de defesa são divididas em torno dos seguintes "Objetivos Nacionais de Defesa" (OND): "garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial"; "assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas"; "salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior"; "contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais"; "contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais"; "contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais"; "promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa"; e, por fim, "ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional" (BRASIL, 2016, p. 25).

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na criação do Pró-Defesa e a criação da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED) fomentaram a entrada de militares em universidades e de civis em instituições militares de ensino e pesquisa - fortalecendo a interligação entre os militares e o desenvolvimento econômico e social do país.

Em princípio, a postura das Forças Armadas em relação à criação do Ministério da Defesa foi de contestação e receio de perda de prestígio e poder para os militares. Oficiais das Forças expressavam sua preocupação com a tentativa de controle dos militares que poderia ocorrer por parte de civis que ocupassem a chefia do ministério. Além disso, representantes do Exército alegavam que a medida seria uma manobra para isolar os militares do cenário político. Dentre os opositores do Ministério da Defesa, D’Araujo (2010) menciona Jair Bolsonaro, na época deputado pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB)<sup>33</sup>. Ele protestava que o novo ministério era uma imposição estadunidense planejada para transformar as Forças Armadas em “polícias” ou “distribuidoras de cestas básicas”, pensada para “retirar de uma vez por todas a participação dos militares no cenário político nacional, principalmente porque castra os comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército” (D’ARAÚJO, 2010, p. 120).

Paralelamente à criação do Ministério da Defesa, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) tomou outra atitude significativa para a transferência do poder para a esfera civil: com a extinção da Casa Militar, nenhum setor do Poder Executivo oficialmente deixava de ter, em qualquer instância, órgãos ministeriais de natureza militar. Ainda que a estrutura administrativa do Ministério da Defesa, até 2009, fosse composta por uma maioria militar, e ainda que os oficiais das Forças Armadas continuassem recebendo um tratamento diferenciado em questões como aposentadoria, assistência social e justiça corporativa (com a manutenção do Supremo Tribunal Militar), os militares demonstravam sinais de insatisfação em relação ao domínio civil.

---

<sup>33</sup> Hoje denominado Partido Progressista (PP).

## Quadro 2 - Caracterização de revanchismo

### **Revanchismo:**

A noção de “revanchismo”, oriunda do processo de transição política juntamente com a ideia de “conciliação”, remonta ao receio de que haja qualquer tipo de revisão histórica em relação aos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar de 1964. A cultura do medo do “revanchismo” foi reproduzida ao longo dos anos por militares e civis, com base na “premissa de equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada” - consequentemente perpetuando a “impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias” (BAUER, 2014, p. 124). Um exemplo emblemático é o texto escrito por José Sarney quando candidato à vice-presidente, publicado no jornal Correio Braziliense em 1984, que diz: “Os que estão desejosos de tumultuar o processo sucessório não se cansam de levantar, a todo instante, o fantasma do revanchismo. Não bastam os pronunciamentos de Tancredo Neves da Aliança Democrática de ser essa uma hipótese absurda, inconcebível e intolerável. O que o País deseja é a paz, na qual possa reencontrar a convivência política, sem essa separação entre o bem e o mal, esse maniqueísmo entre os que estão destinados a serem os salvadores da pátria e os que nasceram para destruí-la” (SARNEY, 1984, n.p). A partir dessa perspectiva, se perpetuou o medo de que a busca por responsabilização penal àqueles que cometeram crimes no período ditatorial causaria uma ruptura com o processo de transição à democracia. Para Bauer (2014, p. 142), a postura de Sarney evidenciava como transferiu-se para o “revanchista” a mesma percepção de “inimigo” que anos antes se tinha do “subversivo”, como uma ameaça às instituições e à ordem democrática.

Fonte: elaborado pela autora

Outra questão marcante da época, que remonta ao medo de “revanchismo” previamente mencionado, era a dos crimes cometidos pelo regime militar. Sempre presente ao longo do processo de retomada da democracia, esse tema circundava o jogo político, porém prevalecia, por parte dos políticos, a tendência de não se indispor com as Forças Armadas. As reivindicações por investigações reforçavam a necessidade de imputação de responsabilidade, o que levou o governo FHC, por exemplo, a admitir a existência de mortos e desaparecidos como uma responsabilidade não da instituição militar, mas do Estado (D’ARAUJO, 2010). No fim das contas, percebe-se que a ausência de políticas públicas de memória no Brasil criou um ambiente relativamente confortável para que os militares pudessem conservar os elementos simbólicos envolvidos na ideia de que suas eventuais intervenções políticas são, de fato, um dever oriundo do papel constitucional de defesa das instituições e de garantia da lei e da ordem.

Todavia, houve situações pontuais em que a postura de negação em relação aos crimes da ditadura tomou uma proporção maior e mobilizou um debate público acerca da legitimidade dos atos dos militares durante o regime. Um exemplo: em 17 de outubro de 2004, o jornal Correio Braziliense divulgou fotos obtidas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que supostamente ilustravam momentos da prisão e tortura do jornalista Vladimir Herzog (MULHER..., 2004). As imagens causaram imediata comoção popular, apesar de serem inconclusivas - na verdade, dias depois a Folha de S. Paulo revelou que elas retratavam o padre Leopoldo D’Astous, militante de esquerda que também foi

perseguido e torturado pelo regime. Ainda assim, a comoção provocou insatisfação no setor militar, que reagiu através de uma nota oficial, publicada pelo Serviço de Comunicação Social do Exército, que justificava as ações da instituição durante o período ditatorial:

Desde meados da década de 60 até o início dos anos 70 ocorreu no Brasil um movimento subversivo, que atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento comunista internacional, pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro legalmente constituído. Na época, o Exército Brasileiro, obedecendo ao clamor popular, integrou, juntamente com as demais Forças Armadas, a Polícia Federal e as polícias militares e civis estaduais, uma força de pacificação, que logrou retomar o Brasil à normalidade. As medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas.

[...] Quanto às mortes que teriam ocorrido durante as operações, o Ministério da Defesa tem, insistentemente, enfatizado que não há documentos históricos que as comprovem, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal.

[...] Coerente com seu posicionamento, e cioso de seus deveres constitucionais, o Exército brasileiro, bem como as Forças coirmãs, vão demonstrando total identidade com o espírito da Lei da Anistia, cujo objetivo foi proporcionar ao nosso país um ambiente pacífico e ordeiro, propício para a consolidação da democracia e ao nosso desenvolvimento, livre de ressentimentos e capaz de inibir a reabertura de feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas. Por esse motivo, considera os fatos como parte da História do Brasil. Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico, considera ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estéreis sobre conjunturas passadas, que a nada conduzem (EXÉRCITO BRASILEIRO, Centro de Comunicação Social do Exército apud D'ARAUJO, 2010, p. 137-138).

Percebe-se que, mesmo após duas décadas fora do governo, o medo do “revanchismo” ainda assolava líderes militares, não só em termos de investigação e punição de crimes cometidos pelo regime, mas pelo efeito que o resgate dessas memórias poderia ter para a reputação das Forças Armadas - principalmente do Exército. Na medida em que as discussões sobre a abertura dos arquivos da ditadura migraram para propostas concretas de revisão da Lei de Anistia, intensificou-se a tensão entre as instituições militares e alguns setores civis do governo, levando inclusive a embates entre os Ministérios da Justiça e da Defesa.

Em 2008, Tarso Genro, então ministro da Justiça do governo Lula, era uma das vozes que advogavam pela causa, sob o entendimento de que a anistia não poderia se aplicar a casos de tortura por se tratarem de violações de direitos humanos, que configuram crimes de lesa-humanidade que, portanto, não prescrevem. Na época, o ministro da Defesa Nelson Jobim assumiu uma posição de conciliação com relação às Forças Armadas, orientado pelo próprio presidente. Nesse contexto, novamente Bolsonaro foi uma voz contundente na tentativa de desqualificar quaisquer debates que não considerassem esse assunto como encerrado. Na

ocasião de um seminário do Clube Militar sobre a Lei de Anistia, em 9 de agosto de 2008, o deputado do PP-RJ discutiu com manifestantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Grupo Tortura Nunca Mais, afirmando que “o grande erro foi ter torturado e não matado” (BOLSONARO..., 2008).

O que é interessante destacar, nesse caso, é a natureza da reação que Bolsonaro sofreu na Câmara dos Deputados. Em entrevista à Folha de S. Paulo, a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) garantiu que representaria uma acusação de quebra de decoro parlamentar porque é preciso “dar um limite”, pois ele não tem “o direito de desqualificar o debate” - contudo, ela assegurou que não entraria “no mérito da discussão de Tarso Genro com os militares” e sua atitude vinha da “convicção de que este não é o pensamento das Forças Armadas” (BOLSONARO..., 2008). Dessa forma, a deputada coloca sua indignação com a defesa que Bolsonaro fez da tortura e dos assassinatos cometidos pelo regime militar sem confrontar o fato de que tais crimes permaneciam impunes.

Essa postura não era exclusiva de Grazziotin. Após o presidente Lula solicitar que Tarso Genro não mais discutisse a pauta “revisão da anistia” em público e orientar que Nelson Jobim determinasse aos militares o mesmo silêncio, o litígio foi temporariamente amenizado. Tendo em vista a ausência de mobilização popular ou parlamentar que se seguiu em relação ao assunto, D’Araujo (2010) acredita que esse debate serviu para demonstrar a capacidade de resistência dos militares no sentido de manter a história da ditadura no obscurantismo. Para a autora, tal postura se estendeu para além de questões ligadas à ditadura, fazendo das Forças Armadas uma das únicas instituições que se mantiveram intocadas no que compete às reformas políticas de bem-estar social implementadas no Brasil desde os anos 1990 e, por conseguinte, uma das menos acessíveis e com maior força política. Todavia, dadas as circunstâncias até então, sua leitura era de que a manutenção de benefícios e privilégios não significava que novas formas de intervenção político-militar estivessem sendo formuladas, e muito menos que os militares detinham o mesmo papel político que tiveram na ditadura. Nas palavras da autora: “os militares defendem interesses da corporação, querem tratamento diferenciado nas políticas sociais e salariais e silêncio sobre o passado, mas não explicitam projetos de poder” (D’ARAÚJO, 2010, p. 173).

Segundo Carvalho (2019a), o “silêncio” das Forças Armadas foi, por um bom tempo, considerado por analistas como uma característica positiva do novo regime democrático. Ainda que tenham ocorrido episódios pontuais de manifestações de quadros militares sobre questões políticas, como os referentes aos trabalhos da CNV, instaurada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012, não houve indício de que tais manifestações tivessem tido algum



efeito concreto no sentido de coibir o andamento das investigações e a publicação dos relatórios que delas resultaram<sup>34</sup>.

Ao que parece, o ano de 2014 virou uma chave no que tange à participação das Forças Armadas na crise política que se desenhava no Brasil. Após um ano turbulento de manifestações populares que atraíram milhões de pessoas às ruas por bandeiras diversas - por vezes até contraditórias e divergentes entre si -, o governo Dilma entrava no último ano do que poderia ser seu único mandato marcado por recorrentes protestos que pautavam, entre outras coisas: a redução do preço das passagens no transporte público, o fim da corrupção, mais investimento em saúde e educação, a descriminalização da maconha e do aborto, o fim da ideologia de gênero nas escolas e a legalização da cura gay, a não-realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no país, a desmilitarização das favelas, a defesa da democracia e da liberdade de expressão, o fim do comunismo e do bolivarianismo no Brasil e uma nova intervenção militar<sup>35</sup>. Em última análise, um conjunto desconexo e contraditório de bandeiras e pautas.

Neste contexto de crise política, Carvalho (2019a, p. 254) avalia que “a ausência de manifestações de chefes militares da ativa era garantia de que não haveria abalos constitucionais”. Contudo, as constantes menções às Forças Armadas como uma das instituições capazes de “salvar” o país, juntamente com homenagens e saudosismos referentes aos anos de ditadura, alimentavam a crença de que o “espírito militar” ainda detinha a essência da nacionalidade, da incorruptibilidade e da imparcialidade política necessárias para

---

<sup>34</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A CNV entregou seu relatório final à presidenta Dilma em 10 de dezembro de 2014, quando encerrou suas atividades. O documento continha descrições dos trabalhos realizados e apresentava os fatos examinados, as conclusões e um conjunto de 29 recomendações cujo objetivo era garantir reparação, memória e justiça às vítimas do regime militar. Além disso, o relatório continha uma lista com 377 pessoas identificadas como autoras dos crimes cometidos pelo regime. As Forças Armadas não se pronunciaram oficialmente sobre a publicação do material, porém outras figuras representantes dos militares fizeram suas críticas publicamente. Também no dia 10, em que se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, o presidente do Clube Naval (um dos três principais clubes militares do país) Paulo Frederico Soriano Dobbin classificou o documento como “ilegal”, “parcial” e “revanchista”. Além de Dobbin, o general da ativa Sérgio Etchegoyen (que futuramente se tornaria ministro do GSI no governo Temer), que teve o nome de seu pai, Leo Guedes Etchegoyen, citado na lista de autores dos crimes, emitiu nota em conjunto com sua família repudiando o “leviano” trabalho da CNV, acusando-a de ter como único propósito “denegrir”. Segundo a BBC Brasil, militares da ativa ouvidos sob anonimato também compartilhavam da mesma opinião. (VERDADE..., 2015; FORÇAS ARMADAS..., 2014; RELATÓRIO..., 2014).

<sup>35</sup> Segundo Miguel (2019, p. 154), “as manifestações contra o aumento nas passagens do transporte coletivo ganharam dimensão maior do que a esperada”. O autor divide esse processo em três momentos: inicialmente, “a adesão superou, e muito, a capacidade de organização do Movimento Passe Livre (MPL)” (MIGUEL, 2019, p. 155). Em seguida, “a pauta foi ampliada, demonstrando a insatisfação não só com o transporte, mas com os serviços públicos em geral”, o que levou a um terceiro momento no qual “os protestos foram parcialmente colonizados por uma pauta antipolítica e de combate à corrupção, própria do registro discursivo mais conservador, com a adesão de setores da classe média” (MIGUEL, 2019, p. 155).

resgatar o Brasil da situação pela qual passava. Em 22 de março de 2014, na Praça da República (cidade de São Paulo), foi realizada uma reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na semana em que o golpe civil-militar de 1964 completaria 50 anos.

Segundo Cristina Peviani, uma das organizadoras, revelou ao *Le Monde Diplomatique*, o objetivo do evento era “dar comemoração ao 31 de março” (A MARCHA..., 2014). O grupo<sup>36</sup> se reuniu com faixas e cartazes diversos, com os dizeres “FFAA JÁ”, “FORA COMUNISMO”, “INTERVENÇÃO MILITAR JÁ”, “O governo (sic.) é cúmplice do terrorismo internacional / Forças Armadas são nossa última chance”; “O povo brasileiro está do lado das FFAA”, entre outros. No carro de som, um dos manifestantes explicava: “Nós somos da paz. E nós só queremos tirar os vagabundos, os pilantras e os ladrões do governo do Brasil. Só isso. [...] Viva o Brasil! Viva as Forças Armadas! Viva os verdadeiros defensores da nossa democracia!”.

Mesmo na ocasião das eleições presidenciais, a medida da intervenção militar surgia como uma opção para uma parcela dos eleitores insatisfeitos com os 12 anos de governo PT. Em 16 de outubro de 2014, por exemplo, pouco mais de uma semana antes da votação em segundo turno que definiria a nova presidência do país, ocorria um debate entre os candidatos Dilma Rousseff (do PT) e Aécio Neves (do PSDB). Simpatizantes de ambos candidatos se encontraram pelas ruas de São Paulo em eventos de transmissão do debate (EM DIA..., 2014). Do lado dos que apoiavam o candidato da oposição, ouvia-se as seguintes afirmações:

“Quem criou a pobreza, quem criou a miséria e a guerra de classes foi o próprio PT. [...] A guerra entre nordestino e paulista, que é o que eles tão fazendo agora. [...] Eu tenho 18 anos e eu não tenho liberdade de expressão, porque o PT tira todos os direitos! [...] Um governo que tá com mensalão, petrolão, tudo - os maiores escândalos de corrupção estão dentro do PT. O PSDB não é santo, mas o PT ganha de todos os partidos” [Isabella Trevisani].

“Se aconteceu de no período militar, que houve excessos, sim - não é tanto que o pessoal fala - pra mim foi um período militar que havia respeito” [autor não identificado].

“O governo atual está dividindo o povo, sim. Tá dividindo negro, tá dividindo gay... [...] E eu vou salvar o meu Brasil, sim. Custe o que custar. Pela intervenção militar ou pelo Aécio. [...] Não houve ditadura militar. Os militares ficavam sim em cima de comunista - eles limparam a nossa pátria. [...] Eles [PT] falam como se tivessem criado o Bolsa Família - não, de forma alguma. Ele existiu desde o regime militar, né? Que foi criado lá, se não me engano, pela esposa de Fernando Henrique Cardoso, e que veio sempre... só que se usava menos. [...] Então é por isso que eu voto no Aécio. E, gente, por mim, seria intervenção militar. Mas o povo tem o direito da democracia, tem o direito do voto” [Cristina Peviani] (EM DIA..., 2014).

<sup>36</sup> Segundo o major da PM que comandava a operação no local, cerca de mil pessoas participaram da marcha. De acordo com o Centro de Operações da PM, foram 500 pessoas (NOVA..., 2014).

Para Miguel (2019, p. 160-161), uma das grandes conquistas do novo regime democrático brasileiro era “o consenso procedimental” que dizia não haver alternativa a não ser “jogar o jogo democrático”. Com a vitória de Dilma no segundo turno, um grupo liderado por parte do PSDB de Aécio Neves rompeu com esse consenso ao acusar o resultado de ser fraudado, exigir a recontagem de votos e pedir a cassação da chapa de Dilma e Michel Temer junto à Justiça Eleitoral. Nesse momento, deu-se início à articulação de pedidos de impeachment e quaisquer mobilizações que pudessem obstruir a posse ou o governo de Dilma Rousseff. Não cabe aqui avaliar as consequências destes posicionamentos para o andamento da democracia brasileira, muito menos a jurisprudência para tais medidas. Independente da lisura do processo, apenas o posicionamento da chapa de Aécio Neves e Aloysio Nunes foi o suficiente para inflamar a população que aderiu ao terceiro ato das manifestações de 2013.

Duas semanas depois do resultado da eleição, grupos de classe média e da elite foram às ruas trajados de verde e amarelo, seus rostos pintados, cantando o hino nacional e pedindo a saída do PT do governo. Em matéria publicada pela TV Estadão, é possível obter uma boa síntese do que defendiam os manifestantes:

“Eu tô aqui a favor de São Paulo, a favor de um país limpo. / A gente não aguenta mais trabalhar para sustentar um monte de vagabundo. / E a gente que o Exército no poder, é isso aí. / Nenhum de nós confia nas urnas eletrônicas, nós vamos fazer uma auditoria. / O melhor seria se pudesse votar de novo. / O que é injusto é 51% oprimirem 49%. / O povo tá se sentindo fraudado. Uma eleição que não tem transparência não é uma eleição democrática. / Ideologia comunista! Esse governo é ilegítimo! Ele fraudou as urnas!” [autores não identificados].

“Antidemocrático é o PT que quer se perpetuar no poder. [...] Com esse comunismo, com a implantação do ‘bolivianarismo’... Venezuela já tá aqui! [...]” (autora não identificada).

“Não é nem questão política. A questão é ordem” (autor não identificado).

“Porque só com intervenção militar que vai ser possível mudar tudo que tá acontecendo na política brasileira” [autor não identificado] (O CHORO..., 2014).

Manifestações como esta se estenderam ao longo do ano de 2015, unindo grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua, o Revoltados On-Line e o S.O.S Forças Armadas em torno da derrubada do governo Dilma. É importante destacar que o desejo por uma intervenção militar não era um consenso entre os grupos que pediam pelo impeachment de Dilma - longe disso. Entre os próprios manifestantes, discordâncias quanto às medidas necessárias para resolver os problemas do país causavam conflitos e dificultavam a ascensão de lideranças capazes de conduzir o movimento.

Entretanto, o apelo às Forças Armadas como uma opção que fazia contraponto a soluções políticas era uma constante nos protestos: “Como a gente não tem um representante

honesto, preferimos um general. Porque não existe mais! A ‘bandalheira’ tá muito grande! É violência, é falta de saúde, é falta de tudo!”, dizia uma mulher não identificada, fantasiada de Dilma e vestindo uma faixa presidencial onde se lia “BANDILMA” (MILHARES..., 2015b). Outro manifestante não identificado, com a cara pintada de palhaço e camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), argumentava: “Eu não acredito mais em político. Político, pra mim, nenhum deles vai ajudar” (MILHARES..., 2015b). A solução, para ele, estava pintada no cartaz que levava em mãos: “intervenção militar já”.

Em 12 de abril de 2015, Renato Tamaio, integrante do movimento S.O.S Forças Armadas, dizia-se preocupado com as instituições democráticas que estavam, em seu ponto de vista, “corroídas, comprometidas e aparelhadas”. Alegando não defender quadros políticos ou ideologias, ele justifica: “Nós não queremos a intervenção pra instalação de um longo período de regime militar, eu não tô aqui falando em ditadura. Muito pelo contrário, nós somos contra a ditadura. De direita e de esquerda” (MOVIMENTOS..., 2015). No carro de som do grupo, uma faixa escrita na língua inglesa complementava: “Impeachment é uma grande fraude! É tudo que os políticos queriam. Quando somos roubados nós chamamos a polícia, quando a nação é roubada nós chamamos as Forças Armadas” (tradução livre)<sup>37</sup>.

Em agosto do mesmo ano, manifestantes tiravam fotos com o Batalhão de Choque que fazia a escolta do protesto e seguiam a mesma lógica de Tamaio, com faixas que clamavam: “FORÇAS ARMADAS SOCORRO!!! / Constituição Federal artigo, 142 / Venham salvar o BRASIL, / do inimigo → PT, LULA E COLIGADOS / que estão implantando o comunismo bolivariano, ditadura no Brasil”. Em defesa da intervenção, uma senhora não identificada explicava à correspondente do Estadão: “Tem que sair tudo. Tem que fazer a limpeza total. Os militares têm que entrar como da outra vez, não por uma ditadura, mas sim pra limpar o Congresso e aquele pedaço todo de Brasília” (MILHARES..., 2015a).

Percebe-se, nesses exemplos, o mesmo jogo de contraposição presente nos discursos que descreviam o governo de João Goulart no início dos anos 1960, ou o perigo comunista dos anos 1930. Destacam-se os problemas e ameaças colocados por determinado inimigo interno - nesse caso, pontos como a “desordem”, a “corrupção” e o “comunismo” do PT -, para então oferecer como solução recursos simbólicos que somente as instituições militares poderiam oferecer - a “altivez”, a “ordem”, o “patriotismo” e a ausência de ideologia.

---

<sup>37</sup> Originalmente, a faixa dizia: “Impeachment is a total scam! It is everything the politicians wanted. When we are robbed we call the police, when the nation is robbed we call the armed forces”.

Como é do gosto da história, e da praxe do Brasil, o panorama político transformou-se rapidamente desde 2013 e agravou-se depois do início da Operação Lava-Jato contra crimes de corrupção e após a grave crise fiscal verificada no governo de Dilma Rousseff. A crise culminou no impeachment da presidente, na prisão do ex-presidente Lula e na fragorosa derrota eleitoral dos dois partidos que tinham dominado a política do país desde a redemocratização. A origem militar do presidente eleito em 2018, amplamente alardeada por ele próprio, e a inédita e massiva presença de militares em postos-chave do novo governo fizeram ressurgir em alguns setores da população o receio de regresso a uma nova ditadura militar (CARVALHO, 2019a, p. 7).

Soares (1994) apontava que, após a transição, os novos políticos que entraram em cena no Brasil vinham de um regime cujo apreço à democracia era apenas uma superficialidade, um regime que desprezava a política. Ainda que o país tivesse voltado a ser comandado por grupos que o golpe de 1964 tentou apagar, tais grupos assumiram o governo num cenário em que permanecia um certo nível de “descrença na atividade política como um canal legítimo de representação dos interesses da população” (SOARES, 1994, p. 1). Conforme Champagne (1998), diferente de um regime autoritário, onde a luta simbólica pelo poder político envolve a construção e sustentação de uma crença política, o regime democrático colocou aos políticos a lógica da concorrência aberta e pública, na qual o capital político a ser acumulado individual e coletivamente pelos políticos é um capital simbólico pautado em crédito e moralidade - e o valor desse capital é permanentemente desafiado por eleições, ações de protesto público, revelações de “escândalos” por parte da imprensa e até por sondagens de opinião.

Neste sentido, a leitura de Carvalho (2019a) sobre o panorama político brasileiro desde 2013 até o governo Bolsonaro ilustra bem o retorno dos militares na disputa simbólica pelo poder, com desdobramentos efetivos no campo político. Na medida em que as lideranças políticas tradicionais passaram a ser cada vez mais rejeitadas por seu eleitorado, atreladas à ideia de corrupção generalizada e desonestidade, se fortaleceu a noção de que os militares constituíam um grupo incorruptível que, quando no poder, não governava por interesses próprios. Em se tratando da deposição de uma presidente mulher, que lutou contra o regime instalado em 1964, e pertencente ao maior partido de esquerda do país, a contraposição ganhou ainda mais força com a reiterada “ameaça do comunismo” e da suposta tentativa do PT de instaurar uma “ditadura bolivariana” no Brasil.

A adoção de um discurso muito similar ao que se ouvia na justificação dos eventos que levaram à ditadura militar de 1964 e os múltiplos manifestantes civis pedindo por intervenção indicavam que os militares despontavam na luta simbólica como detentores de um capital político cada vez maior. Mais do que isso, pareciam abrir os caminhos para que

representantes militares retomassem um papel mais ativo na política brasileira, legitimados pelo clamor daqueles que os viam como “apolíticos”, cujo dever institucional seria “salvar o Brasil” da “classe” política. Assim, generais da ativa das Forças Armadas testavam as águas com eventuais pronunciamentos e manifestações políticas que desafiavam regras e princípios hierárquicos da própria instituição.

O general Antônio Hamilton Martins Mourão, assim como muitos de seus colegas, expressava com frequência seus posicionamentos políticos, geralmente na internet. Filho de Antônio Hamilton Mourão, general que colocou suas tropas nas ruas em Juiz de Fora em 31 de março de 1964, Mourão aproveitou as celebrações da data em março de 2015 para enaltecer aqueles que, em suas palavras, impediram que o país caísse “nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder” (MOURÃO, 2015 apud CARVALHO, 2019a, p. 255). Na avaliação de Carvalho (2019a, p. 255), “as manifestações públicas do general Mourão mudam o cenário” no qual o comportamento das Forças Armadas - com exceção à recusa de abrir os arquivos do regime militar - era “modelar” e indicava o entendimento de 1964 como um movimento do passado. Tais manifestações, segundo o autor, poderiam “ser sintoma do surgimento do único perigo real para nossas instituições, o envolvimento político das Forças Armadas, um retrocesso de trinta anos”.

Era consenso entre os analistas que a crise política brasileira atual trazia uma característica positiva: o silêncio das Forças Armadas. De fato, a ausência de manifestações de chefes militares da ativa era garantia de que não haveria abalos constitucionais. Poderia haver até impeachment da presidente, mas não golpe. Impeachment, como o de Collor, é, por definição, medida legal prevista na Constituição. Para haver golpe, seria necessário que intervisse força extraconstitucional que só poderia vir das Forças Armadas. A marca positiva já não existe desde 25 de agosto deste ano [2015], Dia do Soldado. Nesse dia, o general de Exército Mourão, comandante do Comando Militar do Sul, complementou o texto da ordem do dia do comandante do Exército, general Enzo Peri, declarando diante da tropa, em Porto Alegre, que ainda tínhamos muitos inimigos internos, mas que eles se enganavam achando que os militares estavam desprevenidos. E desafiou: “Eles que venham!” (CARVALHO, 2019a, p. 254).

Diante disso, já em 2015, ele alertava: “está acesa a luz amarela” (CARVALHO, 2019a, p. 255). Em abril de 2016, Bolsonaro - que se autoproclamava um representante dos militares no Congresso - protagonizou um episódio emblemático nesse processo. Na ocasião da votação na Câmara dos Deputados que autorizou a instauração do processo de impeachment da presidenta Dilma por crime de responsabilidade, o ex-capitão iniciou seu voto favorável com uma alusão ao golpe que tirou João Goulart da presidência: “Perderam em

64, perderam agora em 2016”. Argumentando em defesa da “família” e da “liberdade”, bem como da luta contra o comunismo, ele dedicou seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”<sup>38</sup>, ao “Exército de Caxias” e às “nossas Forças Armadas” - ao que recebeu um misto de vaias e aplausos (BOLSONARO..., 2016).

Com a concretização do processo político que tirou Dilma da presidência, após aprovação do Senado em 31 de agosto de 2016, o governo de seu sucessor Michel Temer (PMDB<sup>39</sup>) deu início à reaproximação do Poder Executivo com setores militares ao compor um quadro ministerial que contava com oficiais da reserva do Exército chefiando o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o Ministério da Transparência, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério da Defesa, que pela primeira vez desde sua criação não seria submetido ao controle civil (LIMA, 2019). Se, após fazer de sua origem militar um mote de campanha, a eleição da chapa Bolsonaro-Mourão em 2018 e a nomeação massiva de militares em cargos-chave do governo fizeram ressurgir, em alguns setores da população, o medo de que possa haver uma nova ditadura militar, é preciso pontuar que, em outros setores, fizeram ressurgir exatamente o desejo de que isso aconteça.

Na primeira formação ministerial do governo, oito das 22 pastas<sup>40</sup> eram ocupadas por militares da reserva - seis deles oriundos do Exército, um da Marinha e um da Aeronáutica. Segundo Lima (2019), tendo em vista a origem de Bolsonaro e Mourão, a predominância de nomes oriundos do Exército, dentro de uma faixa etária específica, indica a escolha por figuras com uma formação militar mais próxima dos ideais do Palácio do Planalto. Os oficiais da reserva, que estudaram na AMAN na mesma época, obtendo sua iniciação militar no período ditatorial e tornando-se amigos pessoais do capitão-presidente desde então, partilham de “um processo de graduação similar, inseridos em um contexto relativamente próximo, principalmente em termos político-ideológicos” (LIMA, 2019, p. 48). Além disso, apresentam uma trajetória profissional semelhante, com destaque para o envolvimento em missões de paz da ONU e outras missões internacionais, bem como operações de GLO no Brasil.

---

<sup>38</sup> A homenagem a Brilhante Ustra, autor de diversos crimes de tortura e assassinato cometidos durante a ditadura civil-militar, levou a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) a encaminhar ao STF um pedido de cassação de mandato, que não foi acatado (DISCURSO..., 2016).

<sup>39</sup> Partido Movimento Democrático Brasileiro, hoje conhecido apenas por MDB.

<sup>40</sup> Eram elas: Controladoria Geral da União e Transparência, chefiada pelo capitão do Exército Wagner Campos Rosário; Ministério da Defesa, chefiado pelo general-de-Exército do Exército Fernando Azevedo e Silva; Gabinete de Segurança Institucional, chefiado pelo marechal do Exército Augusto Heleno Ribeiro; Ministério da Infraestrutura, chefiado pelo capitão do Exército Tarcísio Gomes de Freitas; Ministério de Minas e Energia, chefiado pelo almirante de esquadra da Marinha Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior; Secretaria Geral da Presidência, chefiada pelo general-de-divisão do Exército Floriano Peixoto Vieira Neto; e Secretaria de Governo, chefiada pelo general-de-exército do Exército Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Portanto, para além do fato de que um número expressivo de militares passou a comandar atividades políticas do Poder Executivo, de forma a extrapolar suas funções tradicionalmente vinculadas à segurança e defesa, cabe destacar que este grupo (inicialmente e em todas as futuras configurações que ele assumiu) compartilha uma série de características que compõem um conjunto de elementos simbólicos específicos - o “capital simbólico pautado em crédito e moralidade” em que consiste o capital político, como definido por Champagne (1998). Partindo desse ponto, busca-se identificar e refletir sobre esse conjunto de recursos, recorrentemente mobilizados na tentativa de justificar sua indicação para cargos políticos.

Diante da perspectiva construída pela imprensa de que o governo Bolsonaro é dividido em alas categorizadas a partir da presença ou ausência de “ideologia”, observou-se a forma com que ganhou força a ideia de que a origem militar confere ao presidente e parte de sua equipe um “saber técnico, apolítico e não ideológico” diferenciado dos demais - o que culminou no surgimento e na propagação dos termos “ala militar” e “ala técnica” para designar o lugar dos militares no governo, em contraposição à dita “ala ideológica” composta por fundamentalistas religiosos, familiares e discípulos de Olavo de Carvalho.

#### 4.1 A "ALA MILITAR"

*De modo simplificado, é possível afirmar que três núcleos têm natureza técnica e profissional; os outros três, ideológica ou emocional. O governo Bolsonaro será marcado pela dinâmica de conflitos e alianças engendrados entre eles (GUROVITZ, 2018, n.p).*

Antes mesmo da posse de Bolsonaro, as indicações para a primeira formação de sua equipe foram noticiadas e analisadas com base na ideia de que o governo estaria dividido entre “grupos em disputa pelo poder”. Na medida em que o presidente nomeava seus ministros e assessores, consolidou-se na imprensa uma forma de categorização que acabou se tornando síntese do capital político dos nomes militares do governo: a “ala militar”. Diante das diversas interpretações e especulações a respeito de como seria a dinâmica entre os grupos que compunham a equipe, prevaleceu quase como consenso que o presidente contaria com dois grandes núcleos separados por sua “ideologia”. Importante destacar, contudo, que não se tratou de distinguir as perspectivas ideológicas que pautavam os posicionamentos políticos de cada um dos grupos que constituíam tais núcleos - pelo contrário, definiu-se de maneira



simplória que um dos núcleos detinha caráter “ideológico” e “político”, enquanto que o outro, não.

Nesta divisão, os militares foram logo colocados no núcleo “desprovido de ideologia”. Na interpretação de Gurovitz (2018, n.p), os militares constituiriam o “núcleo mais poderoso no Planalto”, como “esteios da estabilidade e mentores intelectuais do novo governo”. Juntamente com o grupo de neoliberais centrados em torno de Paulo Guedes, ministro da Economia, e com os juristas e policiais que acompanhavam Sérgio Moro, o ex-juiz nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública, seriam eles os nomes “técnicos” e “profissionais” do governo. Em contrapartida, os núcleos “ideológicos” e “emocionais” estariam concentrados nos “soberanistas” e críticos do “globalismo” no Ministério de Relações Exteriores, então comandado por Ernesto Araújo; nos “conservadores religiosos” da bancada evangélica; e nos familiares do presidente, com ênfase nos filhos Flávio, Carlos e Eduardo.

Em consonância, Amorim Neto (2019a, n.p) interpreta que o governo Bolsonaro é composto por oito grupos que tendem a divergir entre si:

Os grupos são os seguintes: (1) os filhos do presidente; (2) os militares; (3) os liberais liderados pelo Ministro da Economia Paulo Guedes; (4) a turma da lei e da ordem liderada pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro; (5) os representantes ideológicos do bolsonarismo; (6) os políticos do tipo peso leve com assento no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios; (7) a bancada congressual do PSL; e (8) o conjunto difuso de partidos e parlamentares que segue a liderança de Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados.

Percebe-se, portanto, que mesmo sem diferenciar os grupos de acordo com a lógica da “presença ou ausência de ideologia” - ou mesmo de prática política -, o autor coloca os militares como um grupo distinto daqueles que representam a ideologia bolsonarista, como se sua presença no governo estivesse desatrelada dos preceitos ideológicos do presidente que os nomeou. Conforme Bolsonaro tomou suas primeiras medidas à frente da presidência, esse ponto foi ainda mais aprofundado pela contraposição entre as nomeações oriundas da caserna e as indicações de “discípulos” de Olavo de Carvalho, o escritor comumente apontado como “guru intelectual” da família do presidente.

### Quadro 3 - Olavo de Carvalho

**Olavo de Carvalho:**

Olavo de Carvalho nasceu em Campinas (SP), em 29 de abril de 1947. Faleceu no dia 24 de janeiro de 2022, em Richmond, VA-EUA, em decorrência de insuficiência renal, cardíaca e respiratória. Olavo nunca cursou uma universidade, não completou o ensino médio e abandonou a escola aos 15 anos. Ao longo de suas atividades profissionais, foi astrólogo (título que ele não gostava de receber), repórter (ainda que odiasse ser identificado como jornalista), influenciador digital (seu canal no Youtube possui 1,07 milhões de inscritos e 333 vídeos postados) e professor de um curso de filosofia na internet (12 mil alunos teriam passado pelos seus cursos, segundo o próprio - nessa lista, constam Flávio e Eduardo Bolsonaro, Joice Hasselmann, Felipe Moura Brasil, Ernesto Araújo, Ricardo Vélez, Weintraub). Autor de obras como “O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras”, “O Foro de São Paulo: a ascensão do comunismo latino-americano”, “Como vencer um debate sem precisar ter razão, em 38 estratégias: Dialética Erística”, entre outras - ao todo, foram 36 livros publicados. No primeiro discurso depois de eleito, Bolsonaro cuidadosamente colocou o livro “O mínimo que você precisa saber pra não ser um idiota” em cima da mesa, ao lado da Bíblia, da Constituição de 1988 e do livro “Memórias da Segunda Guerra”, de Churchill. Era um recado sobre suas inspirações para governar. Contudo, segundo a jornalista Leticia Duarte, a quem ele concedeu duas entrevistas, Olavo não gostava de ser chamado de “guru do Bolsonaro”, preferindo se dizer “independente” e afirmando que nunca se envolveu diretamente na política: “Escuta, a minha influência sobre os meus alunos, sobre a cultura brasileira, é infinitamente mais vasta do que tudo que o governo está fazendo. Eu estou mudando o curso da história cultural do Brasil. E isto é muito mais importante do que qualquer governo - governos passam, a cultura fica. Daqui a cem anos, meus livros serão lidos. E ninguém vai se lembrar de quem foi o presidente nessa época”. Contudo, alguns fatos comprovam o papel do olavismo na formação da geração que constitui a base do bolsonarismo. Além de ter indicado três ministros - Vélez e Weintraub no ME e Araújo no MRE - e servir de inspiração para o Gabinete do Ódio (grupo de assessores coordenado por Carlos Bolsonaro, responsável por disseminar notícias falsas e teorias da conspiração pela internet, bem como incitar o ataque a críticos e à oposição), Olavo foi premiado por Bolsonaro. Em maio de 2019, Bolsonaro o concedeu o mais alto grau da Ordem de Rio Branco, o Grã-Cruz, que celebra serviços meritórios e virtudes cívicas. Chama atenção a condecoração, contrastante com sua postura agressiva e a estratégia que ele adota quando confrontado por críticos. Em vídeo no seu canal do Youtube, ele ensinou aos seus alunos que “nunca se deve discutir ideias com um crítico”, e que “o melhor a fazer é intimidar o adversário com palavras de baixo-calão”. Diz Olavo: “Não se trata de destruir ideias, mas de destruir a carreira e o poder de pessoas”. Em outro trecho, ele incita a desobediência civil: “Ignoram as ordens, eu não quero nem saber. E tem que fazer a mesma coisa com o STF, a hora que o STF abrir a boca é panelaço neles. Não queremos saber o que ele disse, nos o ignoramos, nós o desprezamos. Quando eu falo panelaço não é só o panelaço formalmente, é também esse negócio de cercar as pessoas no aeroporto, no restaurante, vaiar, xingar tudo quanto é palavra que existem na língua portuguesa e mais alguns em latim se você quiser, tá entendendo?”. Para Leticia Duarte, “o desrespeito público como tática de intimidação é um dos legados do Olavo à política brasileira”. Nessa linha, cabe destacar ainda que Olavo repudiava o título de “extremadireita” e hesitava em apresentar-se como um conservador: “Eu não tenho proposta nenhuma. Eu sou mais um anti-esquerdista do que um conservador. Eu sei o que eu sou contra, mas o que eu sou a favor? Eu não sei”.

Fonte: adaptado de Retrato Narrado (2020) e Souza (2022)

Fazendo um balanço dos 100 primeiros dias de governo, o professor estadunidense Scott Mainwaring, brasilianista especialista em política latino-americana da Universidade de Harvard, avaliou que os militares brasileiros, detentores de uma visão “racional” e “científica” do mundo, tendem a agir “diferente dos seguidores de teorias da conspiração” - o que os

difere do “setor olavista” (PASSARINHO, 2019). Mainwaring é apenas um entre variados autores, pesquisadores e analistas de política brasileira que pautaram e reforçaram essa dicotomia. Neste sentido, antes de prosseguir a análise dos desdobramentos que essa categorização trouxe para a legitimação da atuação política dos militares, é importante observar algumas questões sobre o lugar da imprensa no campo político. Segundo Champagne (1998, p. 30), jornalistas especializados em política, profissionais de sondagem de opinião, cientistas políticos e especialistas em comunicação são agentes sociais com participação direta no jogo político que buscam se situar a partir de um “ponto de vista neutro e objetivo”, dada sua “pretensão científica”.

Contudo, na visão do autor, a posição ocupada pela mídia é, em si, dotada de um poder que não pode ser ignorado: “com efeito, os jornalistas que dão conta do ‘acontecimento’ contribuem para que este exista do ponto de vista político, isto é, para que exista” (CHAMPAGNE, 1998, p. 15). Em outras palavras, por se encontrarem na origem das representações do mundo social, esses profissionais do conhecimento social cujas “análises tendem a passar para o próprio jogo social” (CHAMPAGNE, 1998, p. 30) são também uma fonte “de crenças que são bem reais e têm efeitos visíveis e suscetíveis de serem avaliados” (CHAMPAGNE, 1998, p. 32). Portanto, ao reproduzirem a ideia de que os militares compõem uma ala que se encontra em oposição à “ala ideológica” do governo, reproduzem e fortalecem a crença de que os militares nomeados por Bolsonaro realmente não possuem uma ideologia - o que endossa a apresentação que os próprios fazem de suas intenções no governo.

Diante do diagnóstico que os ministros militares das primeiras formações do governo fazem a respeito dos problemas do país, por exemplo, a “ideologia” surge lado a lado com a corrupção como um dos grandes inimigos a ser combatido - ainda que, nessa concepção, a palavra esteja dissociada de seu verdadeiro sentido e seja diretamente associada a correntes de caráter progressista (LIMA, 2019). Sob essa perspectiva, a “esquerda” constitui uma ameaça aos interesses nacionais e ao desenvolvimento do país, e tudo o que é “ideológico” representa um interesse próprio deste campo político - fazendo com que os militares reclamem para si o papel de defensores dos “verdadeiros interesses nacionais”. Dessa forma, “ideologia” tornou-se uma categoria vazia que, de forma alheia ao seu real significado, permeia a dinâmica dos grupos que compõem o governo.

Nessa linha, o desempenho da equipe bolsonarista passou a ser analisado com base nesse molde - reforçando a contraposição entre a “ala ideológica”, “emocional” e “radical”, e a “ala militar”, “racional” e “moderada”. Na disputa por espaços e poder de influência dentro do governo, tal contraposição transcendeu o plano subjetivo das ideias e características

identificadas pela imprensa, passando a se traduzir em uma forma objetiva e simplória de descrever os embates internos que deram o tom do primeiro ano de Bolsonaro na presidência. A denúncia de corrupção envolvendo Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz, o posicionamento do ministro Ernesto Araújo em relação a Venezuela, o entrevisto entre Carlos Bolsonaro e o secretário-geral da presidência Gustavo Bebianno após o escândalo envolvendo o PSL (então partido do presidente), entre outros episódios, foram noticiados não só como potenciais crises internas do recém-iniciado mandato bolsonarista, mas também como fontes de “desconforto” para a “ala militar”.

Mais além, os militares foram por vezes considerados, eles próprios, os solucionadores destas crises. Nas palavras de Gielow (2019a), sobre a ocasião em que o ministro das Relações Exteriores, após reunir-se com o Grupo de Lima, decidiu suspender a cooperação militar com a Venezuela, “a ala militar do governo promoveu uma espécie de intervenção branca no Itamaraty, tutelando os movimentos do chanceler Ernesto Araújo sobre temas considerados sensíveis”. De forma similar, quando Bolsonaro e Araújo sugeriram a instalação de uma base militar americana no Brasil, o ministro do GSI e general da reserva Augusto Heleno “buscou reduzir tudo a um mal-entendido por parte da mídia”, ainda que Mike Pompeo, secretário de Estado dos EUA, tenha confirmado a oferta.

Ainda neste embate, ao abordar as desavenças entre Mourão e Olavo de Carvalho - que ele identifica como o “escritor e ideólogo a quem Araújo deve seu discurso político e sua indicação” - Gielow (2019a) menciona que Araújo, Eduardo Bolsonaro e Felipe Martins (assessor internacional da Presidência) são alunos do escritor e, portanto, comprometidos com o projeto que, nas palavras do presidente, busca “livrar o Itamaraty das amarras ideológicas”. Segundo o jornalista, “oficiais da ala militar e generais da ativa” são “bem menos diplomáticos” quando se trata de Araújo, cujas manifestações chegam a ser “alvo de chacota”. Ele finaliza com a afirmação: “Não por acaso, Mourão tem se encontrado com embaixadores para tentar desfazer a má impressão que o governo Bolsonaro causa entre políticos estrangeiros”.

Na sessão de comentários da matéria sobre a “tutela militar no Itamaraty” (GIELOW, 2019), lê-se opiniões como “Confio nos militares, mas, não no ministro. [...] Parabéns, Generais, ainda confio em vossas excelências” (Neli Faria); “Ainda bem que os militares estão atentos, para evitar a submissão ao trumpismo” (Fauzi Salmem); “Graças a Deus, temos generais lúcidos pra ficar de olho nesse governo de malucos” (Alberto Henrique); “E no fim das contas, a (numerosa) ala militar deste governo acaba sendo os mais ponderados. É aquilo que eu falo, uma coisa é ser de direita, outra completamente diferente são os radicais

obscurantistas que assumiram" (Ricardo Ferreira); "Está na cara (ainda bem!) que o papel do General Mourão é ser contraponto às sandices do "nosso Presidente", seus filhos e ministros como o Chanceler, ao qual, junto com a Sra da goiabeira, faltam vários parafusos" (Carlos Tardivo); "Mourão, a lucidez deste governo" (Carlos Roberto Fernandes).

O destaque ao vice-presidente Mourão, neste contexto, mostra que, ainda que o cargo do general da reserva não seja por indicação, e ainda que ele não esteja inserido na disputa dos grupos de alto escalão pelo poder, seu título militar o coloca como um dos grandes nomes da “ala militar” - coisa que não acontece com o presidente Bolsonaro. Para além dos comentários acima, chama atenção esse diálogo específico: "Que o Bolsonaro teria alguns ministros malucos não é surpresa. O que me surpreende é que o Mourão é mais coerente nas declarações do que todos eles" (Marcio Figueiredo); ao que se responde "Daqui a pouco até a esquerda vai pedir para os militares assumirem o poder, tal o desastre que é esse governo!" (Jose Padilha Siqueira Neto); e "Verdade. A ironia vai ser os militares nos salvarem desses malucos" (Claudia Roveri).

Esse é apenas um dos inúmeros episódios em que a “ala militar” é referida como o pilar da moderação e da sensatez na administração bolsonarista - atuando como “bombeiros”, sugerindo que Bolsonaro tenha “sangue-frio”, com um “tom polido e comedimento político”; agindo “por conta própria” para “capitanear” uma operação com o intuito de “aplar a crise no governo”. Ainda na cobertura sobre a demissão de Bebianno, Fernandes e Gielow (2019) avaliavam que esse “momento de maior fragilidade política” do governo tenderia a favorecer a “consolidação do poder militar na gestão federal”, posto que seu substituto foi o general da reserva Floriano Peixoto Vieira Neto. Em consonância, Magnoli (2019) alertou:

A velha desconfiança dos políticos profissionais, os ressentimentos nutridos pelas comendas oficiais concedidas a Marighella e Lamarca, o sonho desvairado de restauração da imagem da ditadura militar contribuíram para o imprudente abraço dos militares ao candidato da direita populista. Do desprezo ao entusiasmo —e deste ao pânico. O clã familiar dos Bolsonaro, permeado por loucas ambições, inclina-se à guerra palaciana permanente. As cliques do baixo clero parlamentar que rodeiam Lorenzoni e Bebianno prometem engolfar o governo em perenes disputas mesquinhas. Os dois ministros nomeados por Olavo de Carvalho, o Bruxo da Virginia, personagens atormentados por moinhos de vento puramente imaginários, fabricam crises fúteis em série. Segundo o diagnóstico dos chefes militares, o governo afunda sozinho na areia movediça sobre a qual apoiou seu edifício improvisado. [...] A defenestração de Bebianno assinala uma transição silenciosa. Que ninguém se iluda: está em curso a "intervenção militar" pela qual clamavam os patetas civis extremistas na hora do impeachment.

Assim, é interessante observar que os militares, já nos primeiros meses de governo, ao serem destacados como uma ala distinta, puderam consolidar um nível de legitimidade que

se traduziu em poder político independente da própria figura do presidente ou de seus pares na composição do governo. Mais do que isso, a prática de tal poder, mascarada pela impressão de moderação e sensatez, não só não foi associada ao bolsonarismo como também permaneceu desatrelada de qualquer viés ideológico, protegida pelo princípio de neutralidade e “profissionalismo técnico”.

Ainda que se admitisse que a “ala militar” não é coesa, a diferenciação entre seus membros passou a acontecer com base naqueles que “aderiram ao projeto Bolsonaro de forma ideológica ou por proximidade pessoal” e aqueles que enxergaram no capitão-presidente um meio para outro fim - sem deixar claro qual seria este fim, que parece ser o acesso ao poder político em si. Essa interpretação entra em contradição a partir do momento em que uma figura como o general Heleno é identificada como “patrono do projeto militar-bolsonarista” e, ainda assim, permanece situada no espectro “técnico” do governo - como se esse nível de comprometimento com o projeto estivesse livre de concordância ideológica.

Diante disso, a cobertura que os grandes veículos da imprensa tradicional fizeram das eventuais disputas travadas em circunstâncias específicas pelas ditas “alas” serviu para legitimar a ideia de que apenas um dos grupos agiria em nome de uma agenda de interesses político-ideológicos. Novamente, como exemplo, cabe destacar o caso da política externa com relação à Venezuela. Em sua análise sobre a crise na região, Boghossian (2019) alertou: “o núcleo militar do governo tem reagido com cautela à escalada de tensões na região, mas a ala ideológica do bolsonarismo insiste num jogo político perigoso”. Para o jornalista e cientista político, a “brincadeira ideológica” do ministro Araújo poderia prejudicar o trabalho dos “generais do Planalto”, posto que “enquanto os militares tentavam baixar a temperatura para evitar uma matança, o chanceler brincava de fazer diplomacia”.

Passados apenas dois meses desde a posse de Bolsonaro, Singer (2019) já se referia à existência de uma “ala psiquiátrica do Executivo”, composta pelos mesmos membros da chamada ala ideológica e cujos “disparates” faziam aumentar o “poder relativo dos militares levados à Esplanada”. Posto isso, ainda que reconheça que “há método na loucura dos lunáticos planaltinos”, sua avaliação sobre o desempenho dos militares parece mimetizar o padrão frequentemente utilizado para contrapor “militares” e “ideológicos”:

A situação apresenta-se tão ruim, que retrocedemos 40 anos, voltando ao regime militar, e ainda damos graças a Deus! Deixada aos cuidados dos civis que atualmente dirigem o Itamaraty, a questão venezuelana poderia descambar para a postura ideológica do presidente norte-americano Donald Trump, maluco que flerta com guerras para resolver problemas internos dos Estados Unidos.

Comparativamente, os generais de Brasília guardam, ainda, um mínimo de racionalidade (SINGER, 2019).

Uma vez mais, a “racionalidade” dos militares é apontada como a qualidade que compensa ou equilibra os danos que a “postura ideológica” de alguns setores causa no governo. De forma similar, o jornalista e cientista político Gaudêncio Torquato ponderou que Mourão e Heleno seriam as principais figuras a contrapor e enfrentar o que chama de “bolsões radicais do próprio governo”, citando Ernesto Araújo como exemplo (QUADROS, 2019). Os generais, neste sentido, se consolidariam como “poder moderador” e “escudo protetor do governo em caso de crise”. Para Torquato, a “simples presença” de ambos inibiria “sugestões alternativas fora da Constituição” (QUADROS, 2019).

Os exemplos que ilustram essa lógica são muitos. Quando, em 05 de março de 2019, Bolsonaro foi às redes sociais divulgar vídeos obscenos numa investida contra blocos de carnaval de rua, as críticas ao presidente tomaram grande proporção, vindo até de apoiadores do governo. No dia seguinte, ao discursar em evento com fuzileiros navais no Rio de Janeiro, Bolsonaro reforçou que governa ao lado “daqueles que respeitam a família” e que a “democracia só existe se as Forças Armadas quiserem”. Com o intuito de consertar as duas gafes, o presidente fez uma *live* em seu perfil no Facebook. Sobre o episódio, o jornal Folha de S. Paulo publicou, em sua edição impressa, editorial em que aferia:

É significativo que ele tenha se feito acompanhar, no pronunciamento, por dois generais: o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, da ativa, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, da reserva. Coube a este considerar que nada houve de polêmico no discurso aos fuzileiros navais. "Suas palavras foram ditas de improviso para uma tropa qualificada, para aqueles que amam a sua pátria." Mais cedo, o vice Hamilton Mourão, também general, havia dito que Bolsonaro fora mal interpretado. De forma calculada ou não, os militares mais qualificados fartamente representados no primeiro escalão do Executivo atuam, mais uma vez, como anteparo aos arroubos do presidente e capitão reformado do Exército. Sem maior concorrência, eles vão se convertendo na ala mais coesa do governo (LINHA..., 2019).

Preocupados com o desgaste que os embates entre o que consideraram ser “as duas principais forças” do governo, Fernandes e Uribe (2019) apontavam que, em dois meses, Bolsonaro “consumiu parte de seu capital político para pacificar as divergências” entre a “ala mais pragmática, composta por militares e técnicos, que prega uma postura mais próxima ao ‘soft power’”, e o “grupo ideológico capitaneado por seus filhos Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e por seguidores do escritor Olavo de Carvalho”. Além da “questão da Venezuela”, os repórteres trouxeram como exemplos de “embates” entre os

“ideológicos” e os “pragmáticos” a disputa sobre os meios de comunicação da presidência - uma vez que a estrutura oficial de comunicação com a imprensa estava sob responsabilidade dos militares e o gabinete pessoal de Bolsonaro era controlado pelo “grupo ideológico” - e a proposta de transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, promessa de campanha da chapa bolsonarista.

Na medida em que os ânimos se acirraram, com Olavo de Carvalho e Eduardo Villas-Bôas trocando insultos através de seus perfis nas redes sociais, as disputas internas da equipe do presidente foram tomando novas formas e as “brigas entre alas” passaram a ser identificadas como uma crise interna que Bolsonaro tentava contornar: "Temos coisas muito mais importantes para discutir no Brasil. Aqueles que, por ventura, não têm tato político, estão pagando um preço junto à mídia. Mas não existe grupo de militares nem grupo de Olavos entre nós, é tudo um time só". Eventualmente, tais brigas resultaram em demissões marcantes - como a do general Santos Cruz - e no rompimento entre Olavo de Carvalho e o presidente, publicamente oficializado pelo *tweet* em que o “guru” pediu a todos os seus alunos que abandonassem seus cargos no governo.

Ao passo que exonerações e novas indicações do presidente alteravam, com frequência, a correlação de forças entre os dois grupos - como foi o caso da nomeação de general Braga Netto para a Casa Civil e a disputa pelo Ministério da Educação, com as indicações dos civis Carlos Decotelli, demitido antes mesmo de ser empossado, e Milton Ribeiro - a imprensa noticiava que representantes do chamado “núcleo ideológico do bolsonarismo” se mostravam incomodados com a proximidade que anos de amizade com o presidente conferiam a boa parte dos generais situados no alto escalão do governo (GIELOW, 2020b). Além disso, segundo Schaffner (2020), outra fonte de reclamação era o fato de que “os militares assumiram o controle do governo, embora não tenham feito campanha para Bolsonaro, tampouco lutem pela pauta conservadora”. A disputa se tornou ainda mais acirrada com a crescente relevância do chamado “centrão” - outra categoria que, por si só, renderia um extenso trabalho de pesquisa.

Para Rezende (2020), os militares agiram como “balizadores do presidente” no começo do mandato, assumindo um papel importante no “desmanche de uma agenda política desastrosa”. A “queda de braço” entre os militares “moderados” e a “ala ideológica”, na visão do autor, resultou na debandada do primeiro grupo por conta da “fritura pública” praticada pelo segundo. Em contrapartida, o crescimento da “militarização da política”, com o aumento do número de militares da reserva e ativa em cargos políticos, estreitou seus “laços com o bolsonarismo ideológico”, fazendo com que os “possíveis garantidores de um pragmatismo

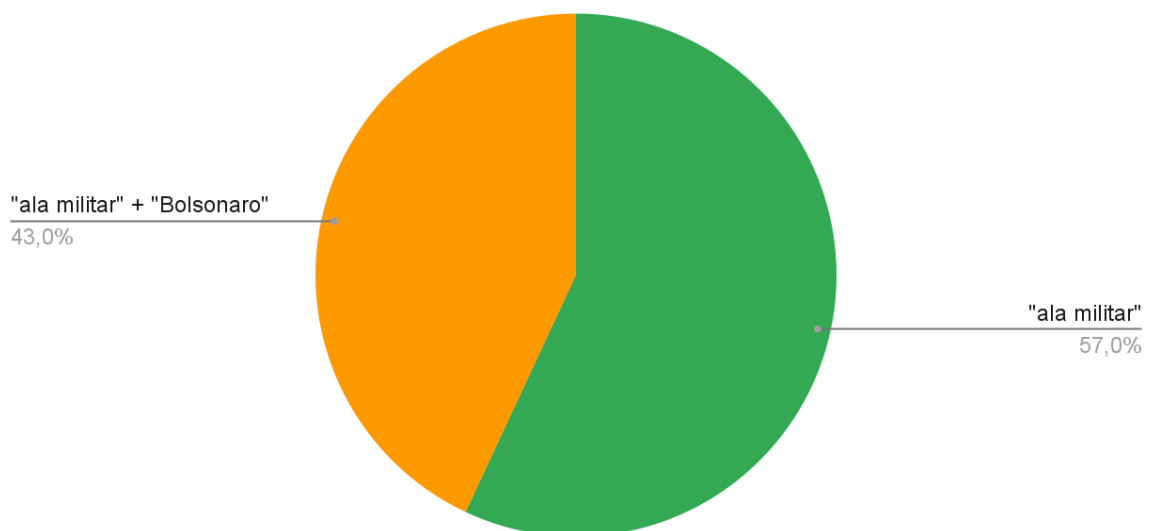


técnico do governo” se tornassem “fiadores do que há de pior na agenda obscurantista bolsonarista”.

Assim, é interessante inferir que mesmo no caso de um autor que faz uma análise crítica não só ao desempenho do governo Bolsonaro, mas também ao envolvimento dos militares no governo, a ótica das “alas” é reproduzida como uma forma de distinguir sua atuação política do aspecto ideológico do bolsonarismo. Coloca-se como se os oficiais que estiveram ao lado do presidente ao longo da construção de chapa, da campanha eleitoral e depois na composição do governo não fossem adeptos da mesma posição político-ideológica do presidente. Mais ainda, desconsidera-se a contribuição dos militares na elaboração do projeto bolsonarista, desde a sua concepção.

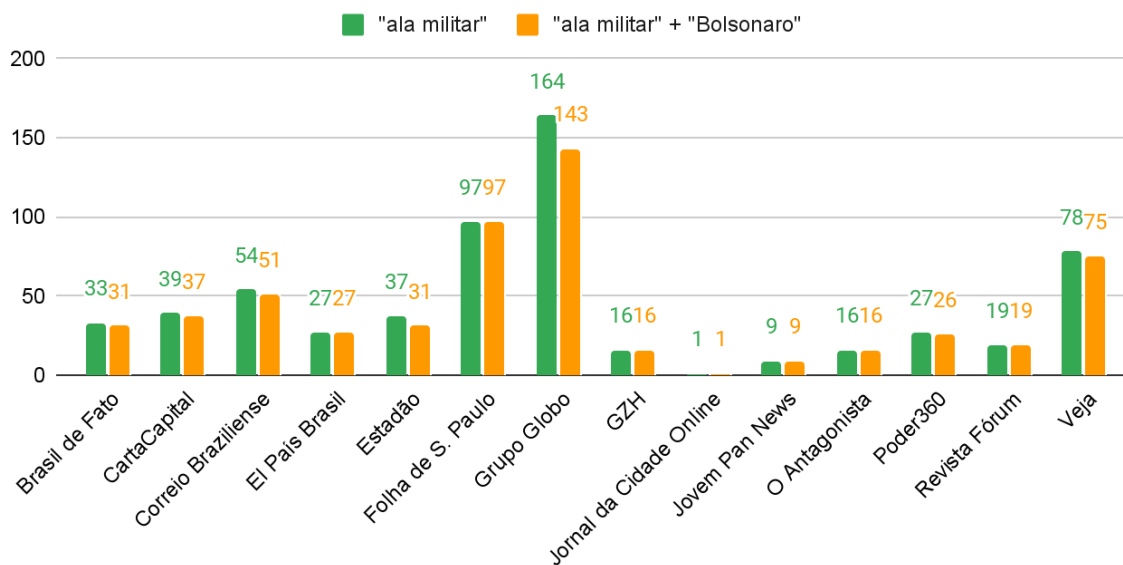
Não vem ao caso, aqui, seguir relatando as diversas situações em que os conflitos internos do governo foram noticiados e analisados através da ótica das “alas”. O ponto é que, a cada nova menção do termo, a imprensa consolidava a ideia de que o lugar dos militares nomeados por Bolsonaro era o de oposição ou de moderação em relação a um grupo de civis responsáveis por conceber a totalidade do viés ideológico do governo. Uma busca geral por “ala militar” no Google, dentro do recorte temporal entre a eleição de Bolsonaro, no dia 09 de outubro de 2018, até o dia 30 de junho de 2022, apresentou aproximadamente 7.110 resultados. Interseccionados, os termos “ala militar” e “Bolsonaro” foram encontrados em 3.060 resultados.

Gráfico 1 - Resultados de busca geral no Google entre 09 de outubro de 2018 e 30 de junho de 2022



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 2 - Resultados de busca por sites específicos no Google entre 09 de outubro de 2018 e 30 de junho de 2022



Fonte: elaborado pela autora

O que merece destaque, neste ponto, é o fato de que quanto mais se consolidava a perspectiva da “ala militar”, mais eram reforçadas, direta ou indiretamente, as características a ela atribuídas - sobretudo quando estas eram colocadas como as qualidades que asseguravam a “racionalidade”, a “moderação” e a “estabilidade” do governo. Antes de analisar de maneira mais aprofundada quais são essas características, que nada mais são do que símbolos convertidos em capital político na busca por legitimação, um ponto central a ser ressaltado é a suposta neutralidade ideológica dos militares. A escolha dos termos que Bolsonaro utiliza para se referir aos protagonistas das desavenças em sua equipe, em uma de suas tentativas de pacificar os quadros, é um bom indicativo disso: enquanto Olavo é posto como um “ícone” que combate a “ideologia insana” da esquerda, aos militares o presidente afirma dever sua “formação e admiração” (CARNEIRO, 2019).

A consolidação desse lugar implica também o fortalecimento da crença de que não existe caráter ideológico tanto na nomeação quanto nos atos e posicionamentos políticos dos militares do governo. Mais do que isso, impede que estes próprios atos e posicionamentos sejam reconhecidos a partir de sua natureza política, como defesa de interesses próprios dentro da disputa pelo poder. À vista disso, percebe-se que a categorização da “ala militar”, proveniente da imprensa e reproduzida por Bolsonaro e seus pares, cumpre a função de mobilizar recursos simbólicos de forma a criar um consenso em torno da legitimidade dos militares para assumir os cargos políticos a que foram indicados - estabelecendo condições para uma relação de dominação para com outros grupos internos do governo.

Afora os recursos simbólicos advindos da carreira nas Forças Armadas, de que falaremos nas próximas seções, cabe destacar aqui a presunção de “neutralidade” e “saber técnico”, que foram determinantes para que se definisse a distinção entre “ala militar” e “ala ideológica”. Isto porque a utilização desse tipo de justificativa não é algo recente e muito menos exclusivo ao contexto do governo bolsonarista. Como já demonstrado no capítulo anterior, a tendência à negação generalizada da política associada à ideia de que a caserna pode ser uma fonte de “profissionais especializados” orientados não por interesses políticos, mas por “racionalidade técnica”, esteve presente em diversos momentos da história republicana do Brasil.

Segundo Dreifuss (1984, p. 76), um grupo de grande destaque para a elaboração do planejamento estatal nos anos 1960 era o dos “técnicos” - profissionais especializados que eram orientados por “racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado”. Em outras palavras, considerava-se necessário ao desenvolvimento do Brasil uma espécie de “área de ação independente” na qual o planejamento poderia ocorrer de forma que o “político” e o “burocrata” estivessem devidamente separados (DREIFUSS, 1984, p. 76). Sendo assim, similar ao que se observa hoje, os “técnicos de 1964” correspondiam a essa categoria que, por não possuir uma carreira na política e por abertamente combater ideais progressistas ou de esquerda, era enquadrada como “apolítica”.

No início de novembro de 1962, o general Emílio Maurell Filho, Cmte. do 1ª RM, que estava nesse importante comando há apenas quatro meses, foi substituído. Oficial que todos reconheciam como apolítico [foi], em verdade, removido apenas por ter mandado intensificar, no seio da tropa sob sua jurisdição, a instrução contrária à Guerra Revolucionária e alertadora do perigo de sua infiltração nos quartéis” (D'AGUIAR, 1976, p. 79-80 apud SOARES, 1994, p. 38).

Esse episódio em que o comandante Emílio Maurell Filho perdeu seu cargo é apresentado por Soares (1994, p. 39) como uma ilustração da maneira que o anticomunismo era tido como “função precípua dos militares”, e não como uma “atividade eminentemente política”. Nas palavras do autor, “um oficial que combatesse ativamente as ideias de esquerda era definido como apolítico” (SOARES, 1994, p. 39). É interessante observar que a história do general de 1962 se assemelha à história do general da reserva que se tornou vice-presidente do país em 2018.

Em outubro de 2015, Mourão foi exonerado de seu cargo à frente do Comando Militar do Sul após criticar publicamente a presidenta Dilma Rousseff em palestra proferida para sua tropa no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o general alertou que se enganam os

“muitos inimigos internos” que acreditam que os militares estão "desprevenidos", e desafiou: “eles que venham!” (CARVALHO, 2019, p. 254). Contudo, não foi a primeira vez que Mourão expressou suas opiniões políticas desta forma, visto que ele aproveitou as “comemorações do 31 de março de 1964” junto de oficiais da reserva para celebrar aqueles que evitaram que o Brasil caísse “nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder” (CARVALHO, 2019, p. 255).

Com o alerta de José M. de Carvalho em artigo no jornal O Globo sobre o perigo de abalos constitucionais que manifestações como estas podem provocar, posto que comprometem a ordem democrática (“está acesa a luz amarela”); o então senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elaborou um pedido de informações que endereçou ao ministro da Defesa Aldo Rebelo. Mesmo diante dessa repercussão, Mourão voltou a protagonizar uma situação parecida. Em setembro de 2017, o general participou de um evento da maçonaria, em Brasília, no qual foi questionado sobre a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas na política, visto que “os poderes executivos e os legislativos estão podres, cheios de corruptos”. Sua resposta foi enfática, sugerindo que caso “as instituições” não conseguissem solucionar o “problema político”, o Exército teria de impor uma intervenção.

O responsável pela exoneração de Mourão em 2015 foi o então comandante do Exército, general Villas-Bôas. O general que assumiu seu lugar foi o general Edson Leal Pujol. Em setembro de 2017, Villas-Bôas falou com a imprensa para garantir que Mourão não falava em nome do Alto Comando e justificar as declarações do general com base no artigo 142 da Constituição. Convidado pelo programa Conversa com Bial, ele afirmou: “as Forças Armadas se destinam à defesa da pátria e das instituições. Essa defesa das instituições, dos poderes constituídos, poderá ocorrer por iniciativa de um deles ou na iminência de um caos. Então as Forças Armadas teriam mandato para fazê-lo” (EDUARDO..., 2017). Perguntado se haveria alguma punição formal, ele comentou apenas que eles já tinham conversado e que esta era uma questão considerada resolvida internamente. Contudo, é interessante destacar que o próprio Villas-Bôas havia proferido afirmações similares às de Mourão, em evento organizado pela mesma organização maçônica, a Grande Oriente do Brasil (GOB), seis meses antes.

Estes episódios são apenas exemplos de situações nas quais os militares do governo Bolsonaro estiveram envolvidos com a política muito antes da candidatura bolsonarista ser uma realidade. Afora a questão do conteúdo político-ideológico que pautou tal envolvimento, cabe destacar que os mesmos veículos da imprensa que o noticiaram anos antes de 2018, ao analisar a formação e o desempenho inicial do governo Bolsonaro, optaram por desconsiderar

esse histórico de posicionamentos políticos para retratar os militares nomeados pelo presidente. É curioso porque, além das declarações e posicionamentos de cunho político, parte dos oficiais da reserva selecionados para a equipe bolsonarista possuía alguma filiação política ou já havia ocupado cargos políticos ou desempenhado funções administrativas no Poder Executivo.

É o caso de Tarcísio Gomes de Freitas, indicado para o Ministério da Infraestrutura. Na avaliação da Folha de S. Paulo, a infraestrutura era “uma espécie de prova de fogo para a proposta de Bolsonaro de promover o fim das negociações políticas na destinação de verbas para obras, o conhecido toma lá dá cá”. Diante da disputa pela pasta, o jornal relatou que havia “resistência de segmentos políticos e empresariais” que dificultavam a intenção de Bolsonaro de delegar a área aos militares. Assim, a indicação do capitão Tarcísio Gomes de Freitas para chefiar o Ministério da Infraestrutura foi noticiada pelo jornal como o fim das “dúvidas sobre o papel dos militares nesse setor”; como uma vitória do presidente e dos militares contra a “política do toma lá dá cá” no setor.

Contudo, o militar em questão - Gomes de Freitas - havia, segundo consta em seu currículo, atuado como diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) entre agosto de 2011 e janeiro de 2015, deixando o cargo de Diretor Geral Substituto para atuar como Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados até julho de 2016, quando assumiu a Secretaria de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Ou seja, trata-se de um ministro de origem militar cuja atuação profissional já estava atrelada ao jogo político que envolve o setor de infraestrutura do Governo Federal muito antes da nomeação de Bolsonaro.

O capitão Gomes de Freitas não é o único. Em abril de 2018 o general Augusto Heleno se filiou ao Partido Republicano Progressista (PRP) e foi por muito tempo cotado para assumir o posto de vice na chapa bolsonarista que concorreu às eleições em outubro - o que não aconteceu porque a direção de seu partido vetou expressamente a possibilidade. Além de Heleno, outros militares já tinham passagem por cargos no governo federal ou por disputas eleitorais.

Quadro 4 - Militares do governo Bolsonaro que tiveram passagens prévias pela política

<b>Militar</b>	<b>Passagem pela política</b>
----------------	-------------------------------

Tarcísio Gomes de Freitas	Diretor Executivo do DNIT (2011 - 2015), Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados (2015 - 2016), Secretário de Coordenação de Projetos do PPI (2016 - 2018).
Augusto Heleno	Filiado ao PRP em 2018, cotado para a vice da chapa Bolsonaro
Carlos Alberto dos Santos Cruz	Secretaria de Assuntos Estratégicos (2013) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (2017)
Edson Leal Pujol	Secretário Executivo do GSI (2014)
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque	Assessor do Gabinete do Ministro da Marinha e Assessor-chefe Parlamentar do Comandante da Marinha no Congresso Nacional
Fernando Azevedo e Silva	Assessor Parlamentar do Exército no Congresso e Assessor Especial do Presidente do STF (2018)
Guilherme Theophilo	Assistente do ministro do GSI (2003 - 2006), candidato a governador do RJ pelo PSDB (2018),
Marcos Pontes	Candidato a deputado federal e eleito suplente em SP pelo PSB (2014), eleito segundo suplente no Senado de SP pelo PSL (2018)
Wagner Campos Rosário	Coordenador de Operações Especiais da CGU (2017)

Fonte: elaborado pela autora

A atuação destes e de outros militares na política, portanto, não é um fenômeno exclusivo da administração bolsonarista - e, ao que tudo indica, é um projeto construído concomitantemente à própria candidatura de Bolsonaro. Pouco após os episódios envolvendo o general Mourão e o então comandante Villas-Bôas no final de 2017, o general saiu da ativa e começou o ano eleitoral anunciando, em entrevista para a revista piauí, uma “frente de candidatos militares nas eleições”:

Teremos muitos candidatos oriundos do meio militar – senão em todos, em grande número de estados. Embora concorrendo por diferentes lugares, eles terão uma linha-mestra de ação e um discurso mais ou menos aproximado, com os interesses da nação e dos militares. Eu serei um articulador disso aí (VICTOR, 2018).

Para além de informar que foi sondado por três partidos - que não cita por não considerar “ético” - para concorrer a “presidente, governador [do Rio e do DF], senador e deputado federal”, é importante destacar a preocupação que fundamentou sua decisão de negar tais propostas: “minha visão é que, face a essa fragmentação político-partidária, existe uma certa fragilidade para se entrar no jogo partidário sem estar devidamente organizado para isso”. Como parte desse projeto, Mourão encabeçou a única chapa inscrita para administrar o

Clube Militar entre 2018 e 2020. Ao noticiar sua vitória, a Revista Sociedade Militar fez a seguinte previsão:

A posse da nova diretoria ocorrerá em 26 de junho. O general PIMENTEL com muita habilidade resgatou a tradição do CLUBE no que diz respeito à atuação política. A tendência é que isso seja potencializado por Hamilton MOURÃO, na medida em que o mesmo, ainda antes de assumir o CLUBE já tem se reunido com candidatos militares de vários postos, graduações e corporações. A forma como se deu a escolha de HAMILTON MOURÃO pode indicar que os militares estão bastante unidos em torno de um novo projeto político para o país. O general tem como um de seus principais objetivos formar uma grande BANCADA militar no CONGRESSO NACIONAL e casas legislativas de todo o país (GENERAL..., 2018).

Em entrevista ao jornal O Globo, Mourão confirmou a tendência apontada pela revista ao declarar que, sob sua administração, o Clube Militar prezaria pela “defesa da política com P maiúsculo” (CISCATI; MELLO, 2018). Tendo em vista a pretensão de realizar “palestras sobre política” e publicar um “informativo com o que clube espera dos que forem eleitos”, a justificativa do general é um retrato de como esse grupo de militares encarou seu retorno ao governo: “Somos a casa da República. O clube quer somente retomar o papel que tinha em sua gênese” (CISCATI; MELLO, 2018). É necessário pontuar que, nessa época, o general já havia sido indicado como vice na chapa presidencial de Bolsonaro - tanto é que a entrevista foi publicada na seção de política e eleições – e, mesmo assim, passado o pleito que elegeu o capitão e o general, o jornal, como muitos outros, aderiu à noção de “ala militar” desprovida de ideologia e interesses próprios para apresentá-los dentro do jogo político.

A questão é que a “ala militar” não só tem ideologia - e aderiu ao governo Bolsonaro por conta dela - como também se preparou para praticar sua política ideológica a partir de uma estratégia que incluiu (e segue incluindo) a imprensa. Segundo a Agência Pública, Mourão passou as três semanas finais do ano de 2018 frequentando o serviço de comunicação do Exército, submetido a sessões de *media training* ministradas por Alexandre Lara de Oliveira, “misto de jornalista, marqueteiro e militar”, que posteriormente foi nomeado Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto. Neste projeto, a construção de uma crença coletiva em torno de suas capacidades “técnicas”, “intelectuais”, “neutras” e “polidas” se desenvolve na medida certa para contrastar com outros grupos integrantes da equipe de Bolsonaro - contemplando assim a própria necessidade do governo de demonstrar que detém o controle sobre os problemas que o cercam.

É possível inferir, portanto, que a “ala militar” tem funcionado como uma categoria que, criada e imposta como um princípio dominante de visão por parte da imprensa

tradicional brasileira, passou a representar a definição de uma realidade na qual aliados do governo advindos da caserna supostamente detêm um conjunto de qualidades e habilidades exclusivas. Nesta realidade, militares desprovidos de qualquer viés ideológico ou político exercem seu trabalho com base em seu “espírito militar” e em suas experiências profissionais individuais e coletivas.

Assim sendo, se estabelece uma categoria de percepção que funciona no sentido de legitimar os militares de terno da gestão Bolsonaro como homens políticos - sem de fato reconhecê-los como tal. A categoria da “ala militar”, ao abrigar os militares em cargos políticos, sustenta-se na contradição de legitimá-los através da mobilização de capital simbólico oriundo da instituição militar onde tiveram sua formação. Portanto, o esforço de negar o vínculo entre as Forças Armadas e o governo Bolsonaro anda lado a lado com a constante tendência de buscar no próprio vínculo os recursos que servem de argumento para justificar a nomeação de militares para ministérios, assessorias e diretorias do Poder Executivo.



## 5 GOVERNO BOLSONARO: A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

*O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos, sem exceção, no Brasil, têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou a época da patifaria. É agora o povo no poder. Contem com seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que é mais sagrado para nós, que é a nossa liberdade. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza: todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria, e vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil. Chega da velha política. Agora é Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (BOLSONARO..., 2020).*

Como visto até aqui, antes mesmo de haver nomes por trás da face militar que caracterizou a chapa bolsonarista que concorreu às eleições em 2018 já era possível observar a mobilização de símbolos com o intuito de legitimar a presença de militares na composição do governo, desde as suas primeiras formações. A partir disso, e tendo em vista que a declaração acima foi feita para centenas de apoiadores do governo que se aglomeravam em frente a um Quartel General do Exército em Brasília, é significativo que a mobilização de símbolos continuou permeando os pronunciamentos do presidente mesmo depois de eleito - como uma constante reafirmação de recursos simbólicos provenientes dos grupos militares do governo.

Partindo desse cenário, a análise se desenvolveu em torno de dois eixos que concentram aspectos importantes do conjunto de recursos de legitimação para a nomeação política dos militares. Por um lado, no eixo da mitologia do Exército, identificou-se a mobilização de capital simbólico oriundo da instituição das Forças Armadas, ressaltando o aspecto geracional dos valores e princípios cultivados na caserna. Complementarmente, no eixo das experiências compartilhadas, observou-se a mobilização de capital simbólico proveniente de experiências profissionais compartilhadas entre os nomes escolhidos por Bolsonaro, novamente ressaltando o aspecto geracional no que tange à valorização de atividades como operações internacionais e de GLO em seus currículos profissionais.

Quadro 5 - Palavras ou expressões frequentemente usadas pela imprensa, pelo governo e pelos próprios militares para descrever ou definir os oficiais e a instituição das Forças Armadas<sup>41</sup>

<b>Não-ideológicos</b>	Estáveis / Fonte de estabilidade	<b>Eficientes / Eficazes</b>	Leais
Racionais / Racionalidade técnica	A instituição com maior capilaridade	Cidadãos de bem	<b>Confiáveis</b>
Dotados de visão científica	<b>Patriotas</b>	Última reserva física e moral da Pátria	Responsáveis
Neutros	A casa da República	Último baluarte do povo	Competentes
Objetivos	Berço da Pátria / Pais da Pátria	Conservadores	Organizados
Polidos	Mantenedores dos valores essenciais da nacionalidade brasileira	<b>Apolíticos</b>	Ordeiros
<b>Técnicos</b>	Disciplinados	Nacionalistas	Livre de corrupção / <b>Incorruptíveis</b>
Ponderados	Intelectuais	Prestigiados	Honrados
Moderados	Corajosos	Alto grau de credibilidade	Democráticos
Experientes	<b>Gestores</b>	Éticos	Sem ganhos pessoais / <b>Desinteressados</b>
<b>Estrategistas</b>	Versáteis	Honestos	Devotados
Capazes / Aptos	Cultos	Servidores da nação	Cívicos (dotados de civismo)
		Especialistas em <b>logística</b>	<b>Profissionais especializados</b>
		Sensatos	Equilibrados

Fonte: elaborado pela autora

<sup>41</sup> O levantamento das palavras foi feito a partir do material analisado nos dois eixos a seguir, de acordo com as principais observações encontradas ao final da pesquisa. A escolha por diferentes tamanhos segue um critério qualitativo adotado a partir do local de destaque que alguns termos obtiveram no decorrer dos eventos observados.

## 5.1 A MITOLOGIA DO EXÉRCITO

*Desculpem as caneladas, não nasci para ser presidente, nasci para ser militar. Mas, no momento, estou nesta condição de presidente e, junto com vocês, nós podemos mudar o destino do Brasil. Sozinho não vou chegar a lugar nenhum. [...] Não tenho qualquer ambição. Não me sobe à cabeça o fato de ser presidente. Eu me pergunto, eu olho pra Deus e falo: o que eu fiz para merecer isso? É só problema, mas temos como ir em frente, temos como mudar o Brasil (BOLSONARO, 2019).*

Ao resgatar seu passado militar para falar da presidência como algo que lhe foi imposto, um poder que ele não ambicionou ter ou mesmo um castigo, Bolsonaro reproduz a ideia de que sua atuação política no Palácio do Planalto é um dever a ser cumprido a partir de seu título de capitão reformado - ou em nome dele -, como se a formação militar o tivesse preparado para desempenhar tal função. A partir dessa perspectiva, o eixo da mitologia do Exército aborda a noção de que os militares são indivíduos capacitados de uma forma que os destaca do resto da população ao conceder-lhes qualidades superiores e exclusivas. São uma referência de “patriotismo”; profissionais “treinados para proteger”; “moderadores da discussão pública”; “cidadãos de bem” e “incorrupíveis” cujo posicionamento é “apolítico”, “livre de ideologias” e fundamentado em “saber técnico”. A investigação proposta envolve identificar os bens simbólicos e culturais que fixam essa representação e servem ao propósito de legitimação da presença militar na política de maneira ativa.

É importante pontuar que a mobilização de recursos simbólicos com esse intuito não é um projeto que teve início com a vitória de Bolsonaro nas eleições. Como visto no capítulo anterior, a retórica que visa justificar a atuação política de militares é uma constante histórica que se adapta às circunstâncias encontradas no contexto político, econômico e social em que se encontra o país. No contexto prévio à construção da chapa Bolsonaro-Mourão para disputar as eleições de 2018, o então comandante do Exército, general Villas Bôas, concluiu com a seguinte proposição uma palestra cujo enfoque inicialmente apresentado trataria de “trabalho estratégico e outros assuntos” relacionados principalmente à defesa de fronteiras:

Então, vejam que com isso nós vamos chegar a 2018, nas eleições. E é impressionante ver que, durante todo esse período de crise, até agora não surgiram nem lideranças alternativas e nem projetos e bases de pensamento que sejam de alternativa para nós sairmos dessa crise. Portanto, nós nos colocamos [...] nossa proposta é que as Forças Armadas sejam protagonistas silenciosas, mas que a sociedade a identifique sempre como garantia de que os problemas não ultrapassarão determinados limites, para que o país tenha garantida a segurança da população e tenha garantido o avanço no sentido de, mais cedo ou mais tarde, nós solucionarmos esses problemas e reencontrarmos o caminho do desenvolvimento (COMANDANTE..., 2017).

O aceno direto à atuação política foi o desfecho adequado para uma fala que teve como temática não as estratégias de defesa diante de ameaças externas, como prometia o título da palestra, mas sim o papel das Forças Armadas como uma “importante ferramenta para a construção da nação” (COMANDANTE..., 2017). Essa consideração, que dá o tom da palestra do general, traduz precisamente a tendência observada por Castro (2002) que busca afirmar a existência de vínculos indissolúveis entre Exército e nação - tendência essa que tem Duque de Caxias, patrono do Exército, como símbolo.

Villas Bôas iniciou sua fala com a constatação de que a ausência de preocupação com a defesa no Brasil dificulta o exercício do ofício militar, posto que são frequentes os questionamentos a respeito de qual seria, então, a real função das Forças Armadas (COMANDANTE..., 2017). Com o intuito de demonstrar a importância da instituição, ele se dedica a explicar as “funções de defesa” características de um país com as dimensões do Brasil - são elas: a dissuasão, o atendimento às demandas da sociedade, a indução e fomento do desenvolvimento e a essência da nacionalidade. De início, cabe destacar que nenhuma das funções descritas envolve de fato a proteção de fronteiras ou do território nacional frente a possíveis ameaças estrangeiras - atividade profissional tradicionalmente reconhecida como exclusiva dos militares.

A dissuasão, como descrita pelo general, “é a capacidade que eu tenho de despertar em eventuais oponentes uma percepção de que uma eventual agressão não terá um efeito compensador, e portanto ela deixa de ser realizada” (COMANDANTE..., 2017). Contudo, ainda que esteja falando de uma função de defesa atribuída à corporação, ele faz questão de ressaltar que o poder dissuasório de um país não está só no campo militar, envolvendo também “a parte econômica, a parte política, a sua capacidade científica e tecnológica, a sua capacidade política, as suas relações exteriores” (COMANDANTE..., 2017). Essa noção mais ampla do que a defesa envolve está diretamente relacionada com a segunda função, que ele considera ser um reflexo da visão sistêmica de defesa que se iniciou com a queda do Muro de Berlim. Nela, assim como a defesa deixa de ser uma prerrogativa exclusiva das Forças Armadas, também estas deixam de ter como única atividade fim a defesa externa.

Hoje as Forças Armadas devem estar em condições de atender as demandas da nação e da sociedade brasileira. Por essa razão - e é fácil constatar num país heterogêneo como o nosso, em um país com tantas desigualdades regionais e sociais, um país com metade do território não integrado à dinâmica da sociedade brasileira - que grande parte dessa sociedade não tem garantido o atendimento de necessidades básicas. Um país em que, em muitos pontos do território, a única presença do Estado

se dá por meio das Forças Armadas - no caso, em especial o Exército, que é a instituição que tem maior capilaridade. Dizemos que “soldado não fica na prateleira”. Por essa razão, estamos sendo permanentemente empregados (COMANDANTE..., 2017).

Com base na análise de Souza (2021) sobre a atuação dos militares no governo Bolsonaro como um “partido militar” - dotado de memória histórica, base ideológica, vocação institucional, pauta de interesses corporativos e individuais, entre outros -, é possível identificar na “nova visão sistêmica” mencionada por Villas Bôas a raiz do que viria a ser a vocação institucional do “partido”: “salvar o país de si mesmo”. Nesse sentido, “a coletividade militar adquiriu senso de ‘responsabilidade’ com o país e cultivou uma espécie de obrigação moral coletiva em ‘salvar a nação’ dos seus ‘inimigos internos’” (SOUZA, 2021, p. 129). Para o autor, a visão que confere tal função aos militares foi evidenciada pela adoção do slogan “meu partido é o Brasil”, estampado nas camisetas amarelas dos apoiadores da chapa bolsonarista. Segundo o autor, o processo de campanha eleitoral de 2018 demonstrou que a memória histórica do “partido militar” está “viva e atuante”, remetendo ao papel político desempenhado pelos militares desde o período colonial e a proclamação da República, em 1822.

Neste ponto, destaca-se o aspecto geracional da análise aqui proposta - principalmente no que tange ao período subsequente à Constituição de 1988. Tal qual o movimento intervencionista reformista que, pautado na ideia positivista de soldado-cidadão, serviu de justificção para as ações que levaram à Proclamação da República em 1822, a expressão geral dos militares que hoje compõem o governo demonstra um tom de “ressentimento” em relação ao tratamento “não receptivo” e “negligente” dado às Forças Armadas, em especial ao Exército, após o fim do Regime Militar de 1964 (LIMA, 2019). Com a perda significativa de força política decorrente da saída dos militares do centro do campo político no final do século XX, o conjunto de elementos simbólicos característicos do Exército sofreu importantes modificações (CASTRO, 2002).

Questões como a saída dos militares de cargos no Poder Executivo, as tentativas de rever a Lei de Anistia e a instauração da Comissão Nacional da Verdade abalaram a imagem do “soldado herói que salvou a pátria do comunismo”, construída pela instituição. A criação do Dia do Exército - iniciativa do ministro do Exército, general Zenildo, em 1994 - deu início a um novo ritual de celebração, centrado no evento da 1ª Batalha dos Guararapes.

A ideia central da nova comemoração é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento

é reforçada pela presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro - o branco, o negro e o índio. Além disso, ao contrário das comemorações da Intentona e de 1964, não se trata aqui de um “inimigo interno” a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros (CASTRO, 2002, p. 59).

Segundo Castro (2002), os fatos históricos da Batalha foram ganhando diferentes leituras e versões que variavam de acordo com o imaginário dos militares, gerando uma verdadeira disputa pela narrativa. Apesar das discordâncias em torno dos heróis e dos eventos a serem lembrados, há consenso no que compete à presença das “matrizes raciais” representativas e formadoras da população brasileira. A versão do Exército, ao mesmo tempo que inclui as diferentes narrativas, preserva e enfatiza alguns pontos específicos - entre eles a ideia de que Guararapes simboliza o nascimento da instituição. Em publicação em seu site oficial, no portal do governo federal,

O Exército Brasileiro tem suas raízes fincadas na 1ª Batalha dos Guararapes. Transcorrido em 19 de abril de 1648, nas proximidades do Recife, esse episódio resultou na vitória do "Exército Patriota"— integrado por combatentes das três raças formadoras da nacionalidade brasileira — sobre as tropas de ocupação do invasor holandês que, há 18 anos, dominava boa parte da Região Nordeste. Em Guararapes, disse o eminente historiador Gilberto Freyre, "escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil verdadeiramente mestiço, na raça e na cultura". Segundo o General Flamarion Barreto, em conferência proferida durante a Semana da Pátria de 1966, "O brasileiro nasceu nos Guararapes". Consoante com essa realidade, o Dia do Exército Brasileiro foi fixado em 19 de abril, consagrando definitivamente a Instituição como herdeira e depositária do legado da Força vitoriosa em Guararapes (EXÉRCITO BRASILEIRO, s/d).

Como essa, diversas publicações em sites oficiais do Exército reforçam a visão de que Guararapes foi o berço da nacionalidade e do sentimento patriótico brasileiro, bem como da instituição em si. Castro (2002, p. 61-62) acredita que o “mito” do “espírito de Guararapes” estabelece um “vínculo indissolúvel entre o Exército e a nacionalidade brasileira”, uma vez que marca o “entrelaçamento simbólico de duas ‘instituições permanentes indissolúveis’”. Nessa perspectiva, sendo Guararapes a origem do nacionalismo brasileiro, e tendo como personagem central o Exército, o ressentimento demonstrado por parte de uma fração do alto oficialato militar reside principalmente na sensação de falta de reconhecimento dos governos, das instituições de Estado e por vezes até da própria sociedade civil.

Esse desejo por reconhecimento mobiliza uma série de recursos de legitimação não só para justificar a composição da equipe de Bolsonaro após a vitória em 2018, mas também para fundamentar a construção da chapa com Mourão, anos antes. Em agosto de 2017, durante

a Semana do Soldado, o general-de-divisão Gilberto Rodrigues Pimentel, então presidente do Clube Militar, escreveu uma mensagem em que alertava sua preocupação quanto aos cortes orçamentários impostos à força terrestre e declarava sua insatisfação com a postura dos governos de “ignorar os prejuízos à operacionalidade da instituição” e constantemente buscam nos militares “soluções para os mais diversos problemas com que se vem à braço”.

Semana do Exército. Braço forte e mão amiga. Qual será o verdadeiro significado dessa assertiva? A cada dia esse valor parece decrescer e, paradoxalmente, sua necessidade aumentar. Até quando? Muitos se perguntam com inquietante razão. Ainda assistimos governantes não darem a verdadeira importância à guarda do rei. Ainda vemos dirigentes nacionais desconhecerem a capital necessidade de um poder militar verdadeiramente potente e consoante à grandeza do Brasil, um país continental. Ainda percebemos, talvez em virtude da boca entortada pelo hábito, uma elite política irresponsável bater às portas dos quartéis, na certeza de encontrar soluções, muitas vezes equivocadamente, para problemas por ela criados. Até quando? [...] A coisa se passa como se nosso orgulho de cumprir sempre a missão pudesse ser usado inesgotavelmente e sem ônus para os cofres públicos (CLUBE..., 2017).

O ressentimento com relação à “elite política” que não valoriza a “guarda do rei” firma a base da argumentação que defende a atuação política de militares em nome da ideia de que o Exército é a “casa da República”, como disse Mourão (CISCATI; MELLO, 2018). Após passar à reserva e meses antes de assumir a presidência do Clube Militar no lugar de Pimentel, o general que viria a ser vice da chapa bolsonarista explicou: “O Exército não é apolítico, ele tem que ser político. Ele tem que exercer a política dentro dos seus limites, mas ele é apartidário. Porque o Exército não serve ao governo, serve ao Estado e à nação” (VALENTE; URIBE, 2018). Assim, estabelecia-se o plano de fundo para que a relação entre a instituição militar, o projeto político de Bolsonaro e os militares no governo seja interpretada de tal forma que estes últimos não representam as Forças Armadas, mas também não necessariamente representam a política bolsonarista, posto que são representantes da “nação”.

Por outro lado, a constante presença de generais governistas e do próprio presidente em solenidades e cerimônias oficiais em quartéis cumpriu, e ainda cumpre, um papel importante perante o público civil ao utilizar como respaldo político a imagem de credibilidade e confiabilidade das Forças Armadas, ao mesmo tempo que reforça a impressão de que os militares pertencem ao partido de Bolsonaro (SOUZA, 2021). Além disso, a maior frequência de visitas do presidente da República nos quartéis tem uma simbologia muito grande para a corporação, principalmente por representar uma quebra com a tradição que

instituiu, desde meados dos anos 1990, a ausência de representantes do governo federal em celebrações como a da “Intentona Comunista” ou a da “Revolução de 1964”.

O reconhecimento e a valorização por parte de quadros políticos governistas e dos apoiadores de Bolsonaro parecem suavizar o ressentimento que marca essa geração de generais. Na palestra de 2017, o maçom responsável por apresentar Villas Bôas declarou:

General Villas Bôas, estamos num dia histórico. A maçonaria, enquanto secreta, hoje é discreta. Enquanto secreta. E a instituição militar da época andou ombro a ombro em todos os fatos históricos importantes da nacionalidade brasileira. E Vossa Excelência estando entre nós hoje, e nós aqui presenciando e prestigiando Vossa Excelência, sabemos que no Brasil atual - como ele precisa da instituição militar e como ele precisa da instituição maçônica. A instituição militar com o braço forte e a mão amiga, e a maçonaria com todas as profissões e sendo constituída por homens justos e perfeitos (COMANDANTE..., 2017).

Ao que o general retribuiu:

Quero agradecer penhoradamente aos organizadores desse evento pelo prestígio que me proporciona de participar junto a uma instituição que tem sido o fio condutor, um dos principais fios condutores da história do país e que, assim como o Exército, tem uma enorme capilaridade, presente em todo o território nacional - e portanto uma contribuição enorme para a coesão, preservação dos valores e o desenvolvimento do nosso país (COMANDANTE..., 2017).

Mais do que um “fio condutor”, Villas Bôas compartilha da visão que entende as forças armadas como o berço da pátria. A função do Exército quanto à defesa, como ele descreve, constitui sua missão mais importante: preservar os valores da essência da nacionalidade brasileira. Reconhecendo as peculiaridades do processo de independência do país, o general argumenta que “a ocorrência natural” é que os “pais da pátria” sejam de origem militar (e maçônica) e, assim sendo, tais valores constituem patrimônio militar consolidado por gerações passadas. Em nome do mito do “espírito de Guararapes”, fonte originária do sentimento patriótico brasileiro, Villas Bôas presta homenagem aos seus companheiros de farda na reserva, porque “entregaram o Exército com esses valores fortalecidos, que são como uma verdadeira chama sagrada e que constituem na maior responsabilidade daqueles que estão na ativa preservá-los e fortalecê-los para entregá-los àqueles que virão depois” (COMANDANTE..., 2017).

É diante dessa interpretação, e com base no artigo 142 da Constituição, que o general aponta as Forças Armadas como ferramenta de construção da nação, organizada com base na hierarquia e na disciplina. Em outras palavras, a atuação dos militares no campo político é legitimada por sua função de mantenedora dos valores essenciais da nacionalidade brasileira,



bem como por sua organização hierárquica pautada na disciplina. Nota-se, aqui, um paralelo interessante com relação aos elementos simbólicos incorporados à mitologia do Exército pela reforma de José Pessoa à Escola Militar do Realengo.

A preocupação de Pessoa, no contexto dos anos 1930, era criar “mentalidades homogêneas”, estabelecendo assim um “novo estado psicológico no corpo de oficiais” (CASTRO, 2002, p. 27-28). Segundo Souza (2021), esse mesmo fenômeno se repete na conjuntura de Bolsonaro, com o "partido militar" estruturando a caserna em torno da concordância com a perspectiva político-ideológica do governo. Contudo, a reforma traçava um processo de “renovação” e “reestruturação” marcado pela separação entre a organização da caserna e a política. Percebe-se, assim, uma diferença: para José Pessoa, a disciplina militar e a política eram duas coisas que não deveriam ser misturadas - “a política, para os políticos e mais ninguém” (PESSOA, 1931 apud CASTRO, 2002, p. 28). De acordo com a palestra de Villas Bôas à maçonaria, no contexto do “partido militar” atuante no governo, a disciplina militar é um dos elementos que legitimam sua participação política.

Outro aspecto da fala do comandante que remete à reforma de Pessoa é justamente a ideia de “mentalidades homogêneas”. Pensando na criação de um “novo estado psicológico”, o comandante da Escola Militar buscou consolidar uma ideologia que, a partir do “culto ao passado” e do “espírito de tradição”, misturasse “brasilidade” e “sentimento militar” em nome de manter a disciplina, unificar a instituição e afastar-se de conflitos político-ideológicos da sociedade civil (CASTRO, 2002). De maneira contrastante, Villas Bôas em sua palestra defendeu: “quando todos pensam da mesma maneira é porque ninguém está pensando”. A frase, dita em meio a uma fala sobre geopolítica e problemas relacionados à Amazônia, expressa a preocupação com o que o general chama de “pensamento politicamente correto”, “uma das grandes desgraças contemporâneas que aconteceram para a nossa sociedade” (COMANDANTE..., 2017). No contexto:

Esse pensamento politicamente correto faz com que todos pensem da mesma maneira, e alguém disse que quando todos pensam da mesma maneira é porque ninguém está pensando. Isso inibe totalmente a capacidade de elaboração de solução concreta para os problemas, e isso expande para todas as áreas. Nós temos aí na área ambiental, na questão das populações indígenas, e temos na parte de direitos humanos...

E vejam que é interessante que essas concepções se transformam em ideologia, elas não visam a obtenção de resultado. Elas visam a intensificação desses fundamentos ideológicos e acaba tendo o efeito contrário porque vai se produzindo mais do mesmo e os problemas vão se agravando. Então vejam, nas questões que compõem esse pensamento: quanto mais indigenismo, mais abandonados estão os indígenas; quanto mais ambientalismo, mais destruição ambiental; quanto mais direitos humanos, mais violência, e mais homofobia, e mais violência contra as mulheres, e por aí vai (COMANDANTE..., 2017).

Ao contrapor “ideologia” e “obtenção de resultado”, o então comandante do Exército parece negar que possui uma ideologia, reproduzindo a errônea noção que coloca “ideologia” como algo atrelado a correntes políticas progressistas. Dessa forma, dentro dessa concepção, compreende-se por “ideologia” tudo aquilo que é visto como um interesse próprio das correntes situadas à esquerda no espectro político, e estas, por sua vez, são retratadas como inimigas dos interesses nacionais. Em contrapartida, tem-se os militares, supostamente desprovidos de ideologia e interesses próprios, como defensores dos verdadeiros interesses nacionais (LIMA, 2019). Com base nessa visão, em ocasião da cerimônia onde deixou o comando do Exército para assumir uma assessoria no GSI, já no primeiro mês de mandato, Villas Bôas agradeceu Bolsonaro por simbolizar “a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único e nefasto” no país.

Mais do que atribuir um sentido específico à palavra “ideologia”, atrelado diretamente a ideias progressistas e situadas à esquerda no espectro da política partidária, Villas Bôas coloca o “pensamento politicamente correto” como um inimigo interno e externo a ser combatido, infiltrado em questões nacionais de grande relevância. Tem-se, aqui, uma percepção antiga de ameaça à soberania nacional, por meio de um elemento importante para a consolidação e fortalecimento da celebração da Batalha de Guararapes, símbolo do vínculo indissolúvel entre as instituições do Exército e da nação brasileira: a Amazônia (CASTRO, 2002). Para o general, esse inimigo é responsável por um “déficit de soberania” na região, posto que impede que o Brasil possa explorá-la livremente, como julgar adequado. Assim como a percepção do comunismo enquanto um “mal infiltrado”, o “pensamento politicamente correto” também é descrito como uma espécie de “vírus” contaminando as instituições, doutrinando setores da sociedade e aprofundando os problemas econômicos e sociais do país.

Além da Amazônia, Villas Bôas se debruça sobre alguns outros fenômenos resultantes do “pensamento politicamente correto” que constituem perigos reais para o país - entre eles, o narcotráfico e a decorrente criminalidade urbana, beneficiados pela discussão sobre “descriminalização” e estimulados por “grandes cartéis criminosos com ligações internacionais”. O general chega a denunciar, inclusive, que “na eleição recente houve uma grande participação de um engenheiro originário do narcotráfico no financiamento de campanhas e houve, já, com certeza, eleição de prefeitos integrantes, por exemplo, do PCC em São Paulo” (COMANDANTE..., 2017).

Dando continuidade ao diagnóstico que faz da realidade brasileira, se encaminhando para o fim da palestra, Villas Bôas elabora “algumas considerações sobre a conjuntura nacional”. Sem pronunciar a palavra “comunismo”, ele declara:

Sociedade brasileira... Nós cometemos o erro de permitir que a linha de fratura da Guerra Fria passasse e dividisse a sociedade brasileira. Provocou danos irreversíveis. Paralelamente, depois da queda do Muro de Berlim, uma parte política principalmente da esquerda nacional abraçou esse pensamento politicamente correto ao que me referi. E quem nos deu uma indicação muito interessante sobre isso foi o Frei Leonardo Boff, que disse que o combate ao capitalismo com base na luta de classes tinha uma grande desvantagem porque colocava as classes em oposição. Mas se esse combate ao capitalismo for feito com base no ambientalismo, ele coloca todas as classes unidas em torno de um mesmo pensamento e o mesmo ideal. E é isso que nós estamos verificando no nosso país. Perdemos o mínimo de disciplina social. Hoje, até mesmo a figura de presunção de autoridade, ou de autoridade presumida, desapareceu. [...] Então, com o passar do tempo nós fomos esgarçando - e nessa ditadura do relativismo que nós vivemos - fomos deteriorando valores e princípios, não só na questão ética e moral. Em todos os aspectos. (COMANDANTE..., 2017).

É interessante observar que o general ainda recorre à Guerra Fria como um marco temporal para explicar as divergências políticas que dividem o cenário político e, por conseguinte, como a fonte dos problemas brasileiros “em todos os aspectos”. Para Castro (2002, p. 46), o “processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas” teve início a partir da “revolta comunista de 1935”. A narrativa dos vencedores, centrada na ideia de “traição”, acusou os revolucionários de origem militar de ludibriar não só o país como um todo, mas também a instituição militar, especificamente no que se refere aos princípios de disciplina e hierarquia. Com isso, ganhou força a percepção do comunismo como uma “enfermidade”, um “mal infiltrado” trazido ao Brasil por “traidores e agentes estrangeiros” - percepção essa que historicamente transcende os quartéis e que constitui elemento central do bolsonarismo.

O autor define como ponto central desse processo a institucionalização de uma data comemorativa para celebrar o aniversário da vitória sobre o que veio a ser chamado de Intentona Comunista: “o ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu “sacrifício” presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito” (CASTRO, 2002, p. 47-48). Dessa maneira, a cultura anticomunista serviu como base de formação para os grupos militares que conduziram os períodos do Estado Novo e da ditadura de 1964. Tendo em vista o lema “nossa bandeira jamais será vermelha”, percebe-se que a mesma cultura embasa o ideário bolsonarista, de forma a identificar nos militares não só um grupo convergente, mas

também representante de uma instituição bem consolidada que estaria apto a combater supostas “ameaças comunistas”.

Preocupado com a “verdadeira profundidade da crise” enfrentada pelo Brasil, Villas Bôas ressaltou a “disciplina militar” junto à maçonaria, sugerindo que as manifestações populares que pediam aos militares por “intervenções de caráter político” estavam, na verdade, “reclamando os valores que as Forças Armadas incorporam” (COMANDANTE..., 2017). Contudo, ele avaliava que “o Brasil é uma sociedade sofisticada, com o sistema de pesos e contrapesos, com as instituições bem ou mal funcionando, que dispensa a sociedade de ser tutelada” (COMANDANTE..., 2017). Ainda que soe contraditório, o então comandante do Exército prosseguiu com uma explicação sobre como as Forças Armadas atuariam, neste período de crise, com base em três pilares: primeiro, o da preservação e garantia da estabilidade necessária ao funcionamento das instituições; segundo, o da legalidade, admitindo o emprego dos militares sempre de acordo com o artigo 142, por iniciativa de algum dos Poderes; e terceiro, o da credibilidade e imparcialidade das Forças enquanto instituições de Estado, sem “nenhum favorecimento de um lado ou de outro”.

Com base na ampla visão das funções que a "defesa da pátria" compreende, ele desenhou um quadro conjuntural de crise no qual o Exército surgia como possível solucionador de todos os problemas internos do país, em múltiplas frentes. A atuação dos militares, nesse sentido, se sustentaria em parte pela credibilidade institucional das Forças Armadas, em parte pelos "valores" que ela representa, e ainda por sua "capilaridade" - ou seja, pela presença constante em diversas regiões do país, no desempenho de tarefas que as aproximam da sociedade e conferem a elas um arcabouço de saberes e habilidades capazes de fomentar o desenvolvimento do país ao mesmo tempo que o protege de ameaças ideológicas externas. Em suma, o general apresentava as instituições militares como intelectualizadas e aptas a elaborar um projeto capaz de solucionar problemas políticos, econômicos e sociais do país; ao mesmo tempo que mantinha acesa a ideia de que o comunismo seguia sendo uma ameaça internacional a ser monitorada e neutralizada pelas Forças Armadas.

Diante de seu diagnóstico a respeito de uma crise generalizada que “contaminou” as instituições, “nos fez perder uma geração” e deixou o Brasil “à deriva”, Villas Bôas invocou o “espírito guerreiro de Caxias”, patrono do Exército, como um antídoto (COMANDANTE..., 2017). Por trás da proposta final da palestra do general, de que as Forças Armadas sejam sempre vistas pela sociedade como a “garantia de que os problemas não ultrapassarão determinados limites”, reside a simbologia consolidada pela figura de Caxias: o “defensor intransigente da lei”, “símbolo da altivez dentro da ordem e perante o poder”, um “santo” a

ser invocado em momentos de perigo e cansaço (CASTRO, 2002, p. 14-15). Nessa perspectiva, o general afirmou à plateia que, para garantir o avanço no caminho do desenvolvimento, o Brasil poderia contar com os “valores morais”, a “bravura”, a “generosidade”, a “robustez”, a “inteligência”, o “desinteresse” e o “entusiasmo” característicos de um soldado tão bom quanto Caxias - lembrando sempre da mensagem reforçada pelo próprio governo brasileiro nos anos 1930 e preservada nos quartéis por sua geração: “Caxias é o Exército e é o Brasil” (CASTRO, 2002, p. 16).

A postura de Villas Bôas diante de uma plateia em reunião de loja maçônica em 2017 é um dos muitos exemplos que ilustram a tendência adotada por parte do oficialato de se construir como intelectuais e pensadores da política brasileira. Neste ponto, é interessante explorar a forma com que Pécaut (1990, p. 179) se refere aos intelectuais brasileiros dos anos 1930 e 1960:

Falavam enquanto “Povo” e “Nação”, e se colocam em cena sob formas onde parecem dotados de onipotência: como demiurgos transformando, só por força de seu pensamento, o Povo em Nação e vice-versa; como portadores do “projeto” nacional e como “consciência” do Povo; como prestidigitadores capazes de converter o desenvolvimento econômico em sujeito da história; como detentores das leis do real e como soberanos da utopia. Aparecem a todo instante como um terceiro indispensável, mas um terceiro que logo se apagava, permitindo a simbiose entre o Povo e a Nação.

O diagnóstico do autor sobre o período final da ditadura militar era de que a democracia, não sendo “propícia aos grandes mitos unificadores e aos projetos de formação do social”, tornaria “impossível a qualquer categoria social pretender monopolizar a representação da nação” - ou seja, intelectuais já não seriam tão capazes de “elaborar representações globalizantes” e “se projetar acima da sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 311). Contudo, é possível observar que, principalmente na última década, os militares se alçaram não só como “representantes da nação”, mas como o “berço da pátria”, responsável por sua construção e desenvolvimento. Assim, tendo em vista o discurso que pauta o entrosamento dos militares com a política hoje, o capital simbólico é mobilizado em torno dessa noção de propósito para justificar e legitimar a atuação política.

### **5.1.1 Os militares de Bolsonaro como trunfo diante da crise na política**

Na opinião do secretário de imprensa da Presidência, coronel Alexandre Lara de Oliveira, o Brasil sofre com uma “deficiência de quadros capacitados para a gestão pública”

que levou Bolsonaro e Mourão a buscarem profissionais nas Forças Armadas, posto que “fora as escolas como FGV e Instituto Rio Branco, apenas as Forças Armadas investiram continuamente na formação de quadros técnicos e intelectuais” (QUADROS, 2019). Na ocasião da nomeação do general Oswaldo de Jesus Ferreira para a presidência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), o então ministro da Educação, Ricardo Vélez, apostou que “com coragem e patriotismo” o general faria “um primoroso trabalho” para resgatar a empresa de sua “crise de crescimento” - e o ministro e general Augusto Heleno reforçou: “O país precisa de uma nova gestão eficiente e duradoura. Vamos trabalhar para mudar esse cenário. Vamos ter orgulho do nosso país. Ou resgatamos o nosso patriotismo ou seremos liquidados”.

Percebe-se, nas falas do coronel e dos generais, que características atreladas à sua origem militar, como “coragem”, “formação técnica” e “patriotismo”, são apresentadas como a solução mais eficiente e qualificada para a suposta “deficiência de quadros da gestão pública”, ou a “crise de crescimento da Ebserh”. Para além disso, são ressaltadas em meio a um alerta de que as soluções para os problemas do país se resumem a “resgatar o patriotismo” - e qual seria a melhor forma de fazer isso senão recorrer à instituição que foi “berço da pátria”? Essa mesma postura se mostrou presente quando Villas Bôas, ainda na posição de comandante do Exército, recorreu ao seu perfil pessoal em uma rede social para, nas vésperas do julgamento que determinaria a prisão em segunda instância do então candidato à presidência Lula, registrar a seguinte declaração:

Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras, e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? (VILLAS BOAS, 2018).

A publicação, feita às 20h39 em 3 de abril de 2018, foi lida ao vivo pelo jornalista William Bonner no fechamento da edição do dia do Jornal Nacional. O posicionamento do general teve grande repercussão, com inúmeras críticas e também manifestações de apoio. Entre estas últimas, chama atenção um texto publicado pelo general Paulo Roberto Chagas em seu blog pessoal, no qual ele defende:

Se a última esperança de salvar a Nação do caos, depositada pelos brasileiros nas mãos dos Ministros do STF, está desmoronando, onde estará a salvação? Estamos na fronteira entre a desordem e o caos total e o limite está bem à nossa frente. O Brasil está perdendo o rumo, corremos o risco de ver a baderna se instalar, com sérias

consequências que certamente desaguarão nas responsabilidades constitucionais das Forças Armadas, última reserva física e moral da Pátria. [...] Com a omissão do Supremo diante do caos, restarão, apenas, as Forças Armadas e isso não é ameaça é fato real! (CHAGAS, 2018a)

Tanto no caso de Chagas quanto no de Villas Bôas, o princípio que conduz a argumentação - e, mais do que isso, o seu direito e dever de argumentar - é o de que as Forças Armadas são o “último baluarte” (CHAGAS, 2018a) do povo, “um repositório de valores mais conservadores” (GIELOW, 2018). Meses antes da posse de Bolsonaro, o então comandante do Exército avaliava que, por mais que a eleição do capitão reformado à presidência não significasse a “volta dos militares ao poder”, a associação com o Exército seria “inevitável” já que “a população de certa forma estava pedindo por isso” (GIELOW, 2018). Portanto, o general sugeria que os militares do governo representariam uma resposta à “crise que resultou no impeachment”, e a partir disso defendia que não havia “nada de ideológico nisso”, posto que seria uma “reclamação sobre a questão de valores” (GIELOW, 2018).

Neste ponto, identifica-se uma importante contradição no uso desse tipo de capital simbólico para legitimar a atuação política dos militares. Na mesma entrevista em que Villas Bôas afirmou à Folha de S. Paulo que a eleição de Bolsonaro não representa a volta dos militares ao poder, ele apresentou a origem militar de alguns dos membros da equipe do presidente como o motivo para que estes ocupassem os cargos a que foram nomeados. Em suma, as Forças Armadas estão e não estão no governo, simultaneamente - não estão como instituição de Estado, mas estão em “espírito”, pautadas na “legitimidade” que, segundo o general, “o Exército foi acumulando ao longo dos tempos exatamente pelo posicionamento apolítico” (GIELOW, 2018).

Partindo disso, o general justificava que a eleição de Bolsonaro “liberou uma energia, algum nacionalismo que estava latente e que não podia ser expresso”, e manifestava sua esperança de que o Brasil voltasse a ter “uma ideologia de desenvolvimento” ou “um sentido de grandeza” tal qual tinha nas décadas de 1930 a 1980. Essa mesma preocupação se fazia presente na ocasião de sua palestra na loja maçônica, no ano anterior, quando apresentou que o investimento em um segmento de defesa voltado aos problemas domésticos seria uma grande oportunidade de fomentar a economia e o desenvolvimento interno. Mais além, a ideia de parte do oficialato do Exército, da ativa e da reserva, constituir um grupo de intelectuais capacitados não só para assumir cargos políticos, mas também para elaborar prognósticos

para o cenário político do país reverberou - e ainda reverbera - entre jornalistas, empresários, políticos, economistas etc.

Ao comentar sobre a primeira formação da equipe bolsonarista no governo, o engenheiro, cientista político e ex-vereador pelo Partido Democrático Social (PDS) Alcindo Gonçalves, da Universidade Católica de Santos, argumentou que a indicação de militares da reserva significava “uma mudança importante na política brasileira”:

Agora, temos um governo de alguém que foi militar, um civil que foi eleito, e que escolhe figuras militares individualmente, por suas qualidades, méritos e experiências, segundo o próprio Bolsonaro explicou, mas que trazem consigo valores culturais que representam uma postura militar. [...] Não podemos achar que militar é uma ave rara. Eles possuem aprendizados que podem contribuir para a função pública. O que não pode haver é misturar ideias da tradição militar na interferência da condução política (STOCHERO, 2018).

Percebe-se que, ainda que haja um receio com a interferência da “tradição militar” na política, Gonçalves ressaltou os “aprendizados”, “méritos” e “experiências” militares que poderiam contribuir para o governo. Após 100 dias de mandato, o brasilianista Scott Mainwaring anunciava a mesma impressão de que “alguns líderes militares” teriam “demonstrado capacidade técnica e expressado visões coerentes e inteligentes do mundo atual”, o que explicaria o “aumento do prestígio dos militares no Brasil” e a subsequente volta ao poder político quase como uma recompensa por tal (PASSARINHO, 2019). É importante, aqui, uma consideração: registros como estes são exemplos de um movimento em que diversos autores - acadêmicos ou não, cientistas políticos, colunistas e jornalistas, etc - são convidados a fazer apreciações sobre “os militares no governo” e acabam por produzir análises valorativas, em boa parte dos casos.

Para além disso, é interessante observar que, com a saída dos militares do governo no início dos anos 1980, em meio ao exercício de redefinir seu papel na democracia, viu-se no complexo industrial-militar um movimento de substituir militares por civis na presidência de empresas na busca por mais eficiência (STEPAN, 1986). Com o governo Bolsonaro, essa lógica foi invertida sob o argumento do “saber técnico” e da qualidade “incorrupível”, característicos da mitologia criada em torno de oficiais militares. Ainda no contexto de retomada do regime democrático, indicações de militares para pastas ministeriais no governo eram vistas pelos militares latino-americanos como indicações políticas, mas não profissionais, o que nutria nos mesmos a percepção de que seus interesses profissionais permanentes não teriam representação no governo (STEPAN, 1986). Novamente, é possível perceber uma inversão de perspectiva, com a tendência de interpretar as nomeações de



Bolsonaro como estritamente profissionais e, a partir disso, conceber a possibilidade de que a “postura militar” não influencie na “política” do governo.

Segundo Viana (2022, p. 30), na ocasião da Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018, Villas Bôas estava insatisfeito com a utilização do Exército como força policial. Contrariado, ele teria dito à imprensa: “Não gostamos de participar desse tipo de operação”. Após a eleição de Bolsonaro, mudou de opinião: “O chamamento de militares para ocupar cargos em outras áreas é uma volta à normalidade [...] Naturalmente, de acordo com o que a Constituição prevê, os militares inexoravelmente terão de participar desse esforço nacional, quer como protagonistas, quer como coadjuvantes”. Para a autora, a mitologia da “eficiência das Forças Armadas na gestão pública”, nesse processo ilustrado pela mudança de opinião do general, foi construída em torno da disseminação de duas ideias principais: a de que os militares seriam “uma reserva de competências e capacidades” à serviço da nação brasileira e a de que os civis fracassaram na condução do país no regime democrático.

Em dezembro de 2018, o general Richard Nunes, então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, convidado a avaliar os resultados da operação e perguntado sobre a escolha de militares das Forças Armadas para cargos de chefia em Secretarias de Segurança Pública, argumentou:

A sociedade chegou a um ponto de amadurecimento de entender que nossa maior crise era ética, muito mais do que econômica e social. E as Forças Armadas conseguiram atravessar todo esse processo mantendo alto grau de credibilidade. Elas conseguiram preservar-se pelos valores que encarnam. [...] Nas figuras dos generais da reserva, identifica-se que eles não têm outro interesse do que o da sociedade e construíram uma vida calcada em princípios e valores éticos sólidos (GODOY, 2018).

Assim, mais do que indicações oriundas de uma “instituição permanente indissolúvel” (CASTRO, 2002), os militares são frequentemente destacados como alternativas diante da rejeição à “classe política”, marcada por “escândalos de corrupção”. À parte a injustiça da comparação entre Poderes obrigatoriamente submetidos a leis de transparência e uma instituição que funciona quase como uma caixa preta - classificando informações como sigilosas, se recusando a abrir arquivos que possibilitariam a investigação de crimes e recorrendo a um sistema de justiça próprio - é importante pontuar a forma como a generalização referente às instituições é facilmente transferida para os agentes sociais que compõem tal instituição. Em outras palavras, a origem militar, em contraposição à carreira de político, torna-se uma espécie de capital mobilizado a partir do argumento da “corrupção” para justificar a presença massiva de militares no governo Bolsonaro.

Na data do primeiro turno de votação das eleições de 2018, Mourão, então candidato a vice, escreveu um artigo no qual explicava a razão pela qual a chapa bolsonarista merecia o voto do eleitor: dar fim à “era de sucessivos escândalos” que teve início após o “período dos presidentes militares”, envolvendo o “desvio de recursos públicos” por meio do “desperdício” ou do “roubo puro e simples”.

Collor, anões do Orçamento, reeleição, mensalão, petrolão etc. Irreversivelmente, políticos de todos os matizes satisfizeram seus instintos mais baixos e tomaram de assalto os cofres públicos. Sob a égide de uma esquerda jurássica, assistimos ao desfile da incompetência, da má gestão e da corrupção. [...] Apenas Jair Bolsonaro – com as armas da verdade, honestidade, lealdade, responsabilidade, austeridade e eficiência – poderá, pelo exemplo, pela coragem e determinação, nos conduzir por esse labirinto, ressuscitando o Brasil de grandeza. Tendo a democracia como farol e a liberdade como nosso maior bem, Bolsonaro irá restituir a confiança da população em seus governantes. O governo proverá a ordem necessária para que o progresso individual e coletivo ocorra. Seguindo o exemplo de Caxias "O Pacificador", unirá todos os brasileiros em torno dos valores maiores da nacionalidade e, assim, nossas façanhas servirão de exemplo a toda terra (MOURÃO, 2018).

Segundo a Folha de S. Paulo, um argumento frequente de Bolsonaro para justificar a escolha dos integrantes de sua equipe é o de que, mais do que serem “gestores focados, organizados e tecnicamente competentes”, “os militares são soldados contra a corrupção, capazes de extirpar esse mal crônico da estrutura do Estado” (SEABRA; GARCIA, 2021). Para Viana (2022 p. 30), a visão do regime democrático brasileiro reduzido apenas à corrupção, mais do que fundamentar a mobilização de recursos simbólicos que buscam legitimar a indicação de militares em cargos políticos, constitui “um *éthos* profundamente arraigado na retórica bolsonarista”. A autora ressalta que essa ideia, gestada dentro da caserna e adotada por diferentes grupos dentro e fora dela, “convenientemente” esquece o papel que a censura imposta pelos ditadores à imprensa teve para impedir que casos de corrupção no regime militar fossem noticiados.

Tal visão foi reproduzida repetidas vezes em demonstrações de apoio à candidatura bolsonarista por conta de seu aspecto militar. Antes ainda de firmar-se como vice de Bolsonaro, ao deixar a Secretaria de Economia e Finanças do Comando do Exército e passar à reserva, Mourão anunciava sua disposição para subir no palanque do candidato, se preciso fosse, na busca de “mudar a moral do regime do país” - caso contrário o mesmo “não teria futuro”, posto que “a moral e as virtudes foram enxovalhadas” e “as pessoas entram na política não para servir, mas para se servir” (VALENTE, 2018). Pouco tempo depois, em outra ocasião, defendeu que, por “servir ao Estado e à nação”, o Exército não seria “apolítico” e deveria “exercer a política dentro dos seus limites” (VALENTE; URIBE, 2018).

Por esse ângulo, não é incomum encontrar discursos que situam a corrupção como uma doença que acomete o Brasil por culpa da “política”. Para Bezerra (2017, p. 100),

A corrupção tem sido utilizada como justificativa e categoria de explicação de fenômenos e eventos os mais distintos como o 'caráter nacional', a pobreza, a precariedade dos serviços públicos, o desencanto com os políticos e a defesa da privatização do Estado, entre outros exemplos. Nesse contexto, não é estranho, portanto, que os discursos anticorrupção ganhem almas e produzam culpados e heróis do momento.

Exemplo de como a corrupção assume a função de uma espécie de “diagnóstico”, ou uma categoria de explicação, é a publicação do general Paulo Chagas a respeito do papel de Jair Bolsonaro nas eleições: “Quem não é corrupto e quer eliminar o mal da corrupção precisa, antes de mais nada, evitar o contato e o contágio. Neste aspecto, Jair Bolsonaro tem dado o exemplo para o Brasil, afastando-se sempre do mal, onde quer que o tenha encontrado” (CHAGAS, 2018b). Na opinião do general, o capitão-candidato estaria cercado de “pessoas honestas” e “comprometidas com o interesse da Nação”. Contudo, ao estabelecer uma comparação com o então candidato Geraldo Alckmin, identificando-o como representante dos “contaminados e portadores do mal” por fazer parte do “centrão” (que ele chama de “lixão”), a interpretação do general parece esquecer ou ignorar as quase três décadas de carreira política de Bolsonaro e o fato de que os nove partidos a que ele já havia sido filiado na época pertencem ao mesmo “centrão” que ele identifica como raiz do problema.

No início de 2019, o resultado de uma pesquisa Datafolha mostrava um índice de aprovação de 60% sobre militares ocuparem postos estratégicos no governo. Para Mainwaring, o “prestígio dos militares” devia-se em parte a uma “rejeição à classe política” e em parte a algumas “qualidades significativas” das Forças Armadas: “É uma instituição num país afetado por grandes escândalos de corrupção. Que eu saiba nenhuma grande liderança militar está sendo processada por corrupção” (PASSARINHO, 2019). Na opinião do então presidente do Superior Tribunal Militar, general Luis Carlos Gomes Mattos, não havia exagero na participação de seus colegas de farda no governo porque “militares são profissionais corretos, competentes, honestos e, por isso, agregam credibilidade e confiabilidade” (MOURA, 2021).

Na avaliação do jornalista Demétrio Magnoli (2021), os “três icônicos generais” Mourão, Heleno e Villas Bôas “lideraram uma volta ao passado”, acreditando que conduziriam um projeto “conservador, ordeiro, eficaz, responsável, livre da corrupção política

que envenenou a Nova República” e que funcionaria como uma “validação histórica do golpe de 1964”. Por outro lado, preocupado com o que ele chamou de “cooptação em massa de oficiais da reserva”, Magnoli (2020) alertou que a “militarização extensiva dos altos e médios escalões da administração pública federal” poderia abrir as portas “para a incorporação dos militares no ramificado negócio da corrupção estatal”. Novamente, a corrupção é retratada como uma doença contagiosa que põe em risco a “credibilidade” e o “prestígio” dos militares.

Mais além, resolver o “problema da corrupção” é simultaneamente apresentado como um dever dos militares no governo e uma chance de fortalecer a confiança nas Forças Armadas e conquistar interesses corporativos da instituição. Marques (2021, p. 256) avalia que “o discurso da ordem, do combate à corrupção e a apropriação dos símbolos pátrios que deu o tom da campanha eleitoral do presidente eleito, soou bem aos ouvidos desses militares que acreditam ser os legítimos representantes da ‘classe média conservadora’”. No contexto da administração de Bolsonaro, a composição do governo federal é um claro reflexo de promessas de campanha que recorriam à adesão ao militarismo enquanto princípio garantidor da “ordem”, do “patriotismo” e da “honra” do governo.

### **5.1.2 Interesses corporativos e recompensas materiais**

Para Souza (2021), o governo Bolsonaro, com a real intenção de consolidar o nicho militar de sua base eleitoral, priorizou pautas que contemplavam interesses corporativos das Forças Armadas e nomeou militares para cargos desvinculados da estrutura organizacional das mesmas, com tarefas de caráter individual que se assemelham a uma tradicional distribuição de empregos civis. Neste ponto, algumas das pautas que se destacaram foram a defesa da aprovação do excludente de ilicitude e a negociação da reforma da previdência. Por um lado, o “partido militar” conquistou cada vez mais espaço nos orçamentos anuais do governo, com o Congresso Nacional priorizando o Ministério da Defesa para aplicação de investimentos por três anos consecutivos, de 2021 a 2023. Ao mesmo tempo, a questão da Lei do Teto de Gastos e a sobreposição das remunerações civil e militar nos casos de militares nomeados a cargos do Executivo expôs no envolvimento com a política um projeto de enriquecimento - algo que costumava ser alvo de críticas por parte dos militares.

Em junho de 2020, o general Santos Cruz declarou ao Valor Econômico: “Pode ser legal, mas é imoral um funcionário receber R\$1 mil na folha de pagamento e outro, R\$100 mil”. O ex-ministro de Bolsonaro classifica esse e outros tipos de “privilégios” da política como “revoltantes”, “vergonhosos” e “vexaminosos” (LESSA, 2020). Um ano depois, em

junho de 2021, passou a valer uma regra, editada e anunciada pelo presidente Bolsonaro em maio, que autorizava uma parte dos servidores públicos a receber mais do que o teto remuneratório constitucional. Como resultado dessa decisão, a remuneração do próprio presidente e de membros do primeiro escalão - entre eles o vice-presidente Mourão, ministros militares e um grupo de cerca de mil servidores federais - sofreu um aumento significativo.

Tabela 1 - Salário mensal de servidores do governo que recebiam remuneração civil e militar antes e depois da mudança no teto remuneratório constitucional

<b>Servidores</b>	<b>Mai de 2021</b>	<b>Junho de 2021</b>
Jair Messias Bolsonaro	31.612,61	59.230,67
Antônio Hamilton Mourão	44.277,90	146.584,37
Augusto Heleno	44.469,77	145.019,40
Bento Albuquerque	53.509,22	163.648,10
Edson Leal Pujol	52.065,04	37.384,50
Eduardo Pazuello	21.318,25	45.960,05
Eduardo Villas Bôas	10.711,28	79.845,96
Fernando Azevedo e Silva	22108,83	208.229,50
Florian Peixoto Vieira Neto	72.986,70	88.297,08
Luiz Eduardo Ramos Baptista	44.355,10	150.490,55
Marcos Cesar Pontes	49.072,74	83.566,99

Walter Braga Netto	44.076,53	137.562,46
--------------------	-----------	------------

Fonte: elaborado pela autora a partir de valores disponibilizados no Portal da Transparência (Brasil, 2021)

Além disso, um levantamento feito pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO) revelou que, ao longo do ano de 2020, ainda antes da mudança de lei, o governo pagou benefícios e remunerações extraordinárias que fizeram com que as folhas de pagamento superassem a casa das centenas de milhares de reais (WETERMAN, 2022). No auge da pandemia, o general Luiz Eduardo Ramos recebeu R\$731,9 milhões em três meses, o general Braga Netto recebeu um total de R\$926 mil em dois meses e o almirante Bento Albuquerque obteve mais de R\$1 milhão em ganhos brutos em dois meses.

O episódio dos “supersalários” marcou uma importante contradição com a fala de Santos Cruz, bem como com o frequente discurso que acusa políticos de terem como objetivo o enriquecimento por meio do exercício de sua profissão. Em entrevista para O Antagonista, o general Heleno (2018) alegava que o Brasil havia sido “derretido pela corrupção” da “classe política”, “do mais alto escalão da República até o mais baixo”, destacando em contrapartida:

Apesar de todo esse quadro negativo - por uma ação continuada de preservação disso que eu falei, dos valores, preservação de determinados princípios de atuação, princípios da formação profissional - as nossas Forças Armadas não estão contaminadas. Nossas Forças Armadas não tem nenhum envolvimento com tráfico de drogas, com corrupção. [...] São as instituições mais democráticas do país hoje. Eu desafio qualquer um a mostrar instituições mais democráticas do que as Forças Armadas (HELENO, 2018).

A contradição assume proporções ainda maiores tendo em vista que o próprio presidente, ao fim de seu primeiro ano de mandato, declarou que seus ministros trabalhavam “basicamente como voluntários”, implicando que a “missão de entregar um Brasil melhor” seria sem ganhos pessoais. Ainda que enriquecimento e corrupção sejam práticas distintas, diante do discurso que associa ambas à política de maneira generalizada, é possível inferir que, na tentativa de legitimar militares no governo, a mobilização de recursos recorre a símbolos oriundos da caserna para firmar um grau de confiabilidade exclusivamente atrelado a sua origem nas Forças Armadas, como se fosse a instituição o próprio partido político.

O mesmo fenômeno se observa quando Bolsonaro alegou ser um político que nasceu para ser militar, apesar de sua carreira política ser mais extensa do que a carreira fardado. Ou quando Mourão defendeu que “o partido das Forças Armadas é o Brasil”. Ou ainda quando Silva (2021), ao analisar o desempenho de Pazuello à frente do Ministério da Saúde, acusou-o

de ser um “general sem alma” cujos comportamentos divergiram do que ele considera valores básicos de alunos da Aman: “direção, comando, coragem moral, cumprimento da missão, criatividade, aprimoramento técnico, civismo, fé na missão, patriotismo” e ainda “sensibilidade moral”, “julgamento moral”, “empatia”, e “contextualização moral”.

Em maio de 2021, acompanhado de Braga Netto e do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira em evento no quartel da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), Bolsonaro dirigiu a oficiais do Exército a seguinte afirmação: "Queremos paz, progresso e, acima de tudo, liberdade. E este último desejo passa por vocês. Vocês decidem em qualquer país do mundo como aquele povo vai viver. Somos seres políticos, se Deus deu esta missão, vamos aproveitá-la no bom sentido" (SCHUCH, 2021).

Essa declaração ajuda a entender os motivos por trás da alegação de não ter nascido para ser presidente: em sua concepção, cabe aos militares determinar a realidade de um país inteiro; estabelecer sua “liberdade” e conduzir o seu “progresso”, dentro de suas próprias definições para estes termos. E o fazer não porque podem, mas porque devem. A negação da política, nesse sentido, é uma forma clássica de se colocar acima dos interesses pessoais ou partidários, na tentativa de se legitimar como “devotado”, “patriota”, “servidor da nação”. Mais do que uma característica, o suposto status de “ser político” das Forças Armadas, dotado de uma política apresentada como antipolítica (ou apolítica), é retratado como uma missão divina que deve ser “aproveitada”, sem retribuições materiais, como um “sacrifício” prestado “à serviço do país”.

## 5.2 AS EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

*No embalo da ilusão de eficiência, as Forças Armadas estiveram significativamente ocupadas neste início de século: foram chamadas para pacificar o Haiti, combater a maior seca do semiárido, coordenar a segurança pública durante a Copa do Mundo e a Olimpíada, gerir o combate ao desmatamento da Amazônia, acolher refugiados venezuelanos, construir rodovias, proteger fronteiras, fazer revista em penitenciárias, ajudar no controle da pandemia e, agora, questionar se as urnas eletrônicas em uso no Brasil há décadas são realmente confiáveis (VIANA, 2022, p. 28).*

Dado o destaque que certas experiências profissionais ganharam na criação e reprodução dos elementos simbólicos mobilizados com o intuito de legitimar a indicação política de militares no governo, buscou-se compreender a atuação em “missões” nacionais e internacionais, algumas já terminadas e outras ainda em atividade, que marcaram a carreira dos militares pertencentes à equipe de Bolsonaro. Entre elas, destaca-se a Missão das Nações

Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, 2004-2017), a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018-2019), as operações de defesa na Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) de maneira geral.

Novamente, faz-se necessário ressaltar o aspecto geracional da análise. Para além dos elementos simbólicos historicamente cultivados em torno das Forças Armadas, a trajetória profissional dos militares indicados para cargos-chave do governo Bolsonaro apresenta um conjunto de similaridades relevantes para entender sua inserção na política ao fim da carreira - seja pela proximidade com quadros influentes do Alto Comando das três forças, pelo histórico de amizade desde os tempos da caserna, ou pela ostentação de um currículo marcado por experiências nacionais ou internacionais de grande relevância para o universo militar. Contudo, antes de observar estes quadros, é importante resgatar algumas reflexões sobre as funções desempenhadas pelos militares no período recente.

Na avaliação de Carvalho (2019, p. 233), desde 1930 os militares demonstram interesse e esforços concretos no sentido de capacitarem-se em assuntos civis, o que consiste em “fator importante no êxito que tiveram em invadir áreas de competência civil e nelas implantar o viés militar”. Domingos Neto (2021) aponta que, após o fim do regime de 1964, os governos eleitos democraticamente não propuseram missões capazes de desafiar as Forças Armadas no sentido de superar o seu “dilema originário” - qual seja, o dilema entre garantir o ordenamento político-social ou proteger o país de inimigos externos. Portanto, coube aos militares o exercício de “missões” que serviram como propaganda, com alto grau de convencimento, sobre como a instituição do Exército é indispensável para o funcionamento do país.

As fileiras se ocuparam animadamente em construção de estradas, perfuração de poços no semiárido, tarefas da segurança pública, ocupação de favelas, combate aos incêndios na mata, patrulhamento de costas, retirada de óleo do mar, salvamento de embarcações à deriva, vigilância de fronteiras, repressão ao contrabando, segurança de eventos esportivos, prestação de serviços sociais, assistência médica, cumprimento de missões de paz, controle do tráfego aéreo, formação de mão de obra de ponta para empresas privadas... Com tantas missões, as Forças dispunham de farto material de propaganda mostrando o quanto eram necessárias ao país (DOMINGOS NETO, 2021, p. 25).

Diante das tarefas mencionadas pelo autor, é possível observar o caráter supostamente “apolítico” e “técnico” atrelado ao desempenho de funções por parte da corporação - caráter esse que se tornou um recurso determinante para a politização dos militares na propaganda da chapa bolsonarista que concorreu às eleições em 2018. Souza



(2021) aponta elementos importantes para compreender a origem, as motivações e as dinâmicas do processo de politização dos militares - entre eles, a eleição presidencial de 2010, o funcionamento da CNV, o engajamento das Forças Armadas na MINUSTAH e a “vulgarização” do emprego das Forças Armadas em operações de GLO.

Em concordância, D’Araujo (2010) avalia que a transição para o novo cenário democrático envolveu elementos importantes, dentre eles a desmilitarização do Estado. Entretanto, junto com mudanças progressistas, a autora aponta um profundo retorno de práticas caudilhistas, associadas a dificuldades em questões de segurança, desenvolvimento e governança - problemáticas tradicionais da região latino-americana. Para governos sul-americanos dos anos 1990, que haviam recém restabelecido seus regimes democráticos, as missões de paz da ONU surgiram como uma oportunidade de reforçar o afastamento de militares da política doméstica, além de oferecer-lhes uma tarefa internacionalmente relevante, capaz de aproximá-los do que havia de mais avançado em termos tecnológicos. Para Marques (2021), a participação dos militares brasileiros em operações de paz significava também uma chance de resgatar a imagem das Forças Armadas frente à sociedade civil, após anos de regime ditatorial.

A parceria do Brasil com a ONU para a estabilização do Haiti, firmada pelo presidente Lula em 2004, teve consequências substanciais no campo político do país. Para Marques (2021), existe uma ligação direta entre a experiência internacional vivida pelos oficiais das Forças Armadas na MINUSTAH e o retorno dos militares ao cenário político brasileiro. Com o comando da missão, “teve início a história de um grupo de militares que embarcaram para Porto Príncipe e desembarcam em Brasília para ocupar funções importantes no núcleo do poder político” (MARQUES, 2021, p. 247), começando no governo Temer em 2017 e culminando na presença massiva vista na administração de Bolsonaro, em 2019.

O episódio da “pacificação” de Cité Soleil, em 2005, foi um marco para a missão porque atraiu a atenção do Departamento de Operações de Manutenção de Paz da ONU, bem como da classe política e da academia brasileira, que passaram a ver com grande entusiasmo o “Brazilian way” de conduzir missões de paz. Com o terremoto que abalou a região em 2010, em meio à comoção internacional, a decisão do governo brasileiro de duplicar o número de militares da missão pode ser vista como um compromisso não só com a estabilização do país, mas também com sua reconstrução.

As críticas ao uso excessivo da força no processo de “pacificação” e à atuação das Nações Unidas durante a epidemia de cólera que assolou o Haiti após o terremoto não foram capazes de elipsar a percepção geral de que a atuação dos militares

brasileiros na missão de paz foi exitosa. E esse sucesso teve consequências (MARQUES, 2021, p. 250).

Segundo Marques (2021, p. 253), “na contemporaneidade, as operações de paz são o principal terreno onde as habilidades ‘acadêmicas’ e diplomáticas dos militares são exercitadas”. Contudo, a atuação em missões políticas extensivas, quando desempenhada por tropas oriundas de países que não possuem uma tradição de controle civil sobre os militares devidamente estabelecida, traz consequências não intencionais. Dentro da perspectiva do campo político brasileiro, no qual militares estiveram sempre envolvidos no quadro de grupos dirigentes,

A história do grupo de militares que volta do exterior após um período de aperfeiçoamento profissional e decide participar do processo político para ‘salvar o país’ e ‘sanear as suas instituições’ se repete no século XXI como uma consequência não intencional da participação do Brasil em missões de paz (MARQUES, 2021, p. 255).

Para a autora, as reformas institucionais da Nova República foram incapazes de dirimir a tradição salvacionista que cerca o relacionamento dos militares com a política. Neste sentido, cabe destacar a percepção que os próprios egressos das Forças Armadas têm hoje, sobre sua atuação política como uma “missão” para “salvar o país”. Norteados pela narrativa de que o Brasil estaria desprovido de patriotismo e união, entregue à corrupção e aparelhado por ideologias comunistas dos partidos de esquerda, o grupo de egressos de missões internacionais da ONU que hoje compõem o quadro administrativo de Bolsonaro apresentaram-se não só dispostos, mas habilitados para a tarefa de “pacificar” e “reconstruir” o Brasil.

Quadro 6 - Militares que atuaram em missões internacionais junto às Nações Unidas

(continua)

NOME	CARGO NO GOVERNO	TÍTULO MILITAR	CARGO
------	------------------	----------------	-------

Ajax Porto Pinheiro	Assessor Especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2018 - 2020). Assessor Especial da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (2020 - 2022).	General-de-Divisão do Exército	11º Comandante Militar da MINUSTAH (2015 - 2017)
Antonio Hamilton Mourão	Vice-Presidente	General-de-Exército do Exército	Membro da Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III, 1996 - 1997). Adido de Defesa e do Exército na Venezuela (2002 - 2004).
Augusto Heleno Ribeiro Pereira	Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (2019 - 2022)	Marechal do Exército	1º Comandante Militar da MINUSTAH (2004 - 2005)
Bento Albuquerque	Ministro de Minas e Energia (2019 - 2022)	Almirante de Esquadra da Marinha	Observador Militar da Organização das Nações Unidas (ONU) na Guerra da Bósnia (Sarajevo) e na Croácia (Dubrovnik).
Carlos Alberto dos Santos Cruz	Ministro-chefe da Secretaria de Governo (2019)	General-de-Exército do Exército	Adido militar na embaixada do Brasil em Moscou (2001 - 2002). Conselheiro da ONU para revisão do reembolso a países que contribuem com tropas em missões de paz. 4º Comandante Militar da MINUSTAH (2006 - 2009). Comandante da Missão das Nações Unidas na República Democrática do

Quadro 6 - Militares que atuaram em missões internacionais junto às Nações Unidas (conclusão)

<b>NOME</b>	<b>CARGO NO GOVERNO</b>	<b>TÍTULO MILITAR</b>	<b>CARGO</b>
-------------	-------------------------	-----------------------	--------------

			Congo (MONUSCO) (2013 - 2015).
Edson Leal Pujol	Comandante do Exército (2019 - 2021)	Marechal do Exército	9º Comandante Militar da MINUSTAH (2013 - 2014).
Fernando Azevedo e Silva	Ministro da Defesa (2019 - 2021)	General-de-Exército do Exército	Chefe de Operações do II Contingente do Brasil na MINUSTAH.
Florian Peixoto Vieira Neto	Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (2019)	General-de-Divisão do Exército	Oficial de operações do 1º contingente brasileiro na MINUSTAH. 5º Comandante Militar da MINUSTAH (2009 - 2010).
Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Secretário de Segurança Pública (2019 - 2020)	General-de-Exército do Exército	Observador militar da ONU na América Central (ONUCA) e integrante do Grupo de Trabalho United Nations Institute for Disarmament and Research em Genebra, na Suíça.
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira	Ministro da Secretaria de Governo (2019 - 2021). Ministro da Casa Civil (2021). Ministro da Secretaria-Geral da Presidência (2021 - 2022).	General-de-Exército do Exército	7º Comandante Militar da MINUSTAH (2011 - 2012)
Otávio Santana do Rêgo Barros	Porta-voz da Presidência da República (2019 - 2020)	General-de-Divisão do Exército	Responsável, junto à ONU, pela segurança da Conferência Rio +20 (2012). Comandante do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz da MINUSTAH.

Fonte: elaborado pela autora

Tendo em vista a proporção da missão do Haiti em relação às demais colaborações entre as Forças Armadas Brasileiras e a ONU, em termos de duração e de poder de comando, e tendo em vista também que a missão se destaca com mais frequência nos currículos dos

militares, rapidamente criou-se na imprensa o que ficou conhecido como “turma do Haiti”, para se referir aos oficiais que estiveram no país caribenho (GIELOW, 2019b). É possível inferir, assim, que a atuação na MINUSTAH foi um fenômeno político determinante. Para os militares em cargos de alto escalão - particularmente os ministros gerais -, foi uma missão de carreira que marca uma geração e constitui fonte de conhecimento técnico e operacional que os permite atuar em áreas não necessariamente atreladas a questões de segurança e defesa.

Essas experiências favorecem a mobilização estratégica do passado como uma espécie de trunfo para outras atividades - em outras palavras, trata-se de uma elaboração, e não de algo que é natural ou dado. Augusto Heleno apresenta sua experiência na MINUSTAH como uma fonte de lições sobre liderança que ele considera “fundamental” para a atual geração de oficiais do Exército, posto que formou um “espírito de corpo e camaradagem importante” (GODOY, 2019). “É uma geração de oficiais-gerais testada ao longo da carreira em situações de crise - nacional ou internacional -, de alto teor de instabilidade. É gente preparada. E o Bolsonaro conhece todos, pois a maioria é da geração dele” (GODOY, 2019).

Com isso, é importante trazer à análise perspectivas externas ao universo militar nas quais a MINUSTAH cumpre a função de recurso legitimador dos ministros militares de Bolsonaro. Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2010) e ex-ministro da Defesa (2011-2015), avalia que a atuação no Haiti acrescenta diferenciais positivos aos ministros militares. “Os militares, num governo civil, como foi o da Dilma, o do Lula, ocuparam várias funções civis porque são muito eficientes naquilo que fazem. Tem disciplina, executam planos” (TAVARES, 2018). Amorim revela, ainda: “Tenho muitas diferenças com o governo eleito, principalmente na política externa, mas, curiosamente, as declarações mais sensatas e equilibradas que ouvi até agora vieram, em geral, dos militares que o compõem” (TAVARES, 2018).

Convidados a comentar as indicações políticas do presidente, acadêmicos e “especialistas” emitiram opiniões positivas que, inseridas no jogo político, passaram a influenciar nas disputas ao ajudarem a formar uma opinião mais ampla, como mostra Champagne (1998). Assim sendo, análises como a dos professores universitários Rafael Villa e Antonio Ramalho, em entrevista à Folha de S. Paulo, contribuem para fixar representações sobre a realidade que ocasionalmente se naturalizam. Para Ramalho, a presença massiva de egressos da MINUSTAH se justifica pela “excelência profissional e a grande experiência” (TAVARES, 2018) que contribuirão para o desempenho dos militares em suas atividades políticas.

A respeito do cargo assumido por Santos Cruz na Secretaria de Governo, Villa julga que a experiência do general em operações de paz no Haiti e no Congo fez com que ele adquirisse “bastante capacidade de negociação de conflitos” (TAVARES, 2018), o que o auxiliaria em sua atribuição de conduzir a articulação com o Congresso. Sobre a trajetória do general, em particular, Marques (2021) ressalta a série de encontros e desencontros entre sua carreira profissional e sua atuação política. “A fluidez com que transita entre postos no governo federal brasileiro e nas Nações Unidas dá a medida do entrecruzamento entre tarefas de natureza militar e não militar que são assumidas pelos profissionais da ativa e da reserva no Brasil” (MARQUES, 2021, p. 257).

Para o coronel Marcelo Pimentel Jorge de Souza, a participação dos militares na MINUSTAH foi um dos elementos que balizou o surgimento do “Partido Militar”, posto que “gerou prestígio interno e externo” e “vantagens financeiras” para o grupo (GALHARDI, 2021). Em sua concepção,

[A missão] deu novas capacidades operacionais, que permitiram melhorar a condição de equipamentos, serviu de motivação e funcionou também como uma espécie de laboratório para tentativas que se fizeram aqui no Brasil de se empregar táticas usadas no Haiti em questão de segurança pública, especialmente na pacificação de comunidades conflagradas e que abrigavam organizações criminosas relacionadas ao narcotráfico, ao contrabando de armas e às milícias (GALHARDI, 2021).

Dessa forma, a experiência na MINUSTAH é acionada constantemente para tratar de questões relacionadas aos “problemas de segurança pública” do país, como recurso capaz de legitimar as propostas bolsonaristas que pautam uma atuação mais incisiva das forças policiais. A correlação feita entre a missão no Haiti e a Intervenção Federal do Rio de Janeiro, colocada em curso pelo governo Temer ao longo de 2018, foi um exemplo claro disso. Heleno (2019a) alega que a missão forneceu uma “bagagem muito grande para as operações de garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro”. Reconhecendo as diferentes condições, ele acredita que os militares que estiveram no Haiti foram “testados” individualmente, adquirindo “um grande conhecimento que não se adquire nos livros” (HELENO, 2019a).

Na visão do general-ministro do GSI, a regulamentação da ONU para missões de paz deveria ser “espelhada” no contexto da Intervenção Federal do Rio de Janeiro, ampliando a capacidade de ação ofensiva dos oficiais de segurança. Diante da postura do então governador do estado, Wilson Witzel, favorável ao uso de atiradores de elite das Forças Armadas em políticas de abate nas favelas, Heleno declarou:

No capítulo 7 [da regulamentação da ONU] é bem claro o seguinte: o indivíduo que estiver realizando uma ação que possa ter consequências trágicas - ou seja, eu estou ameaçando a vida de alguém, eu estou incorrendo numa prática que está colocando em risco a vida das pessoas, ele pode ser alvo sem que ele tenha já realizado a sua ação (HELENO, 2019b).

Azevedo e Silva também mobilizou sua vivência na MINUSTAH para argumentar em favor de mudanças na legislação, no que tange a “flexibilizar” os excludentes de ilicitude e facilitar o acesso às armas. Para o general, o “sucesso das operações do Haiti” se deu devido às “circunstâncias de atuação” encontradas pelos militares.

Eu atuei muito no Haiti [...], eu tinha uma flexibilidade de atuação maior do que eu tive quando, por exemplo, quando fui um dos responsáveis como comandante militar do Leste na intervenção da Maré. Então eu tinha um poder, uma proteção jurídica melhor pra entrar pra resolver. Então eu acho que tem que estudar esses mecanismos, sim (AZEVEDO E SILVA, 2019).

Em um quadro mais amplo, o próprio presidente Bolsonaro declarou seu contentamento com a MINUSTAH e sua intenção de adotar, em seu governo, posturas semelhantes de “pacificação” e “combate à violência”. “Estamos em guerra. O Haiti também estava em guerra. [...] (No Haiti) a regra era: você encontra um elemento com uma arma, você atira, e depois vê o que acontece. Você resolve o problema” (STARGARDTER, 2018). Na mesma linha, o general Villas Bôas defendeu que problemas relacionados à atuação na MINUSTAH, na Intervenção do Rio ou até nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) resultaram de “falta de gestão”, posto que “as forças estão lá para criar condições para a reconstrução” e sua atuação deixou um “legado” (GIELOW, 2018).

É importante pontuar, contudo, que o suposto sucesso da MINUSTAH fica, até hoje, envolto na falta de transparência com relação aos documentos da missão. Entre as principais críticas à atuação do Brasil no Haiti, está a falta de transparência com relação aos registros que documentam o desempenho dos militares no país - o que torna-se ainda mais grave a partir do momento em que surgem denúncias de “excessos” e até mesmo violações de direitos humanos por parte das tropas brasileiras. O que resta, portanto, é a alegação dos próprios militares de que sua atuação foi um sucesso, e eventuais problemas teriam surgido por conta de omissões da ONU ou do Estado após a retirada das tropas brasileiras. Independentemente disso, a participação por si só se mostra suficiente para credenciar generais junto à imprensa para comentar diversos assuntos que, fundamentalmente, não estão relacionados com as definições legais a respeito do ofício da profissão militar.

Na ocasião do assassinato do presidente do Haiti Jovenel Moïse, a Folha de S. Paulo recorreu ao general da reserva Santos Cruz, ex-ministro de Bolsonaro e ex-comandante da MINUSTAH (2007-2009), para falar sobre a instabilidade política que persiste no país caribenho. Chama atenção a escolha de recorrer ao militar, em vez de buscar a visão de um dos inúmeros especialistas que pesquisam sobre a região (ou de analistas de relações internacionais, em um espectro mais amplo). Mesmo constatando o sigilo de documentos fundamentais para que se possa avaliar a atuação brasileira na missão, Zanini (2021) recorreu a Santos Cruz para compreender a conjuntura do assassinato do presidente - e seus questionamentos foram respondidos com base na perspectiva de que "enquanto a missão esteve lá o país funcionou muito melhor", com um "comércio incrível".

Perguntado se a impressão de estabilidade não era artificial, o general admitiu que, mesmo com a presença da missão, todas as eleições "sem exceção, foram problemáticas" e tiveram fraudes e irregularidades. Quando diretamente solicitado a falar sobre o assassinato do presidente haitiano, dentro desse contexto, ele voltou sua análise para o Brasil, com o seguinte contraponto: "sim, mas aqui no Brasil tentaram assassinar o principal candidato a presidente" (referindo-se ao episódio no qual Bolsonaro foi vítima de uma facada). Complementou sua resposta, ainda, com a afirmação de que "o assassinato de um presidente não é um fato que ameace a segurança internacional", e portanto, não caberia à ONU interferir nessa questão. Por fim, Santos Cruz comentou sobre "o que a comunidade internacional pode fazer para ajudar", sobre qual seria o "papel do Brasil" e sobre "o futuro imediato do Haiti", ponderando se haveria ou não o "risco de uma guerra civil".

Em circunstâncias semelhantes, quando o jovem Moïse Kabagambe foi brutalmente assassinado em um quiosque na Barra da Tijuca (RJ), o Jornal Nacional invocou um dos ex-comandantes da MONUSCO para falar sobre o movimento de refúgio e busca de asilo político de congolese no Brasil. Disse o general Marcos de Sá Affonso da Costa:

O congolês tem realmente uma imagem muito positiva do nosso país. O Brasil, possivelmente pelas nossas raízes africanas, por ter o clima similar, por ser um país que tem uma imagem de um futuro para um 'emigrante', ele realmente tá dentro das perspectivas do congolês de imigração (FAMÍLIA..., 2022).

Situações como estas tornaram-se comuns desde o início do governo, com oficiais militares da reserva sendo entrevistados para oferecer sua análise a respeito do desempenho de Bolsonaro e sua equipe - falando sobre questões como política externa, desigualdade, pobreza e segurança pública. Nesse sentido, Marques considera que as missões internacionais



serviram de “passaporte para militares na política”: "Imaginar que eles podem sair de uma atividade militar que eles desempenharam bem pra participar do governo que tem outra natureza, porque eles tiveram sucesso profissional numa atividade militar eles também terão numa atividade política, é um erro muito grande" (MELITO, 2020). Para a autora, uma das consequências mais evidentes da participação do Brasil na MINUSTAH, tendo em vista o fato de que o país não possui uma tradição de controle civil sobre os militares, é a relação de “retroalimentação” entre atividades exercidas em missões de paz, em âmbito internacional, e atividades exercidas em operações de GLO, em âmbito doméstico.

No caso do governo Bolsonaro, essa relação se mostrou também na lista de indicações para cargos no Executivo e em diretorias de empresas estatais.

Quadro 7 - Militares que atuaram em operações de segurança ou intervenção federal  
(continua)

<b>NOME</b>	<b>CARGO NO GOVERNO</b>	<b>TÍTULO MILITAR</b>	<b>CARGO</b>
Antônio Elcio Franco Filho	Secretário-executivo do Ministério da Saúde (2020 - 2021). Assessor Especial da Casa Civil (2021 - 2022).	Coronel do Exército	Adjunto Logístico da Coordenação Geral de Defesa de Área (CGDA) dos Jogos Rio 2016.
Augusto Heleno Ribeiro	Ministro do Gabinete de Segurança Institucional (2019 - 2022)	Marechal do Exército	Dirigente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) (2011 - 2017).
Carlos Alberto dos Santos Cruz	Ministro da Secretaria de Governo (2019)	General-de-Exército do Exército	Secretário Nacional de Segurança Pública durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018).
Eduardo Pazuello	Ministro da Saúde (2020 - 2021). Secretário de Estudos Estratégicos do Palácio do Planalto (2021 - 2022).	General-de-Divisão do Exército	Coordenador Logístico das tropas do Exército nos Jogos Rio 2016. Coordenador da Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida (2018).
Fernando Azevedo e Silva	Ministro da Defesa (2019 - 2021)	General-de-Exército da reserva do Exército	Coordenador Geral de Defesa de Área dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Quadro 7 - Militares que atuaram em operações de segurança ou intervenção federal  
(conclusão)

<b>NOME</b>	<b>CARGO NO GOVERNO</b>	<b>TÍTULO MILITAR</b>	<b>CARGO</b>
Floriano Peixoto Vieira Neto	Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (2019). Presidente dos Correios (2019 - 2023)	General-de-Divisão da reserva do Exército	Coordenador inicial de defesa dos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira	Ministro da Secretaria de Governo (2019 - 2021). Ministro da Casa Civil (2021). Ministro da Secretaria-Geral da Presidência (2021 - 2022).	General-de-Exército do Exército	Comandante da 1ª Divisão de Exército no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Rio 2016.
Walter Braga Netto	Ministro da Casa Civil (2020 - 2021). Ministro da Defesa (2021 - 2022). Assessor Especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (2022).	General-de-Exército do Exército	Coordenador Geral da Assessoria Especial para os Jogos Rio 2016 (2013 - 2015). Coordenador Geral de Defesa de Área dos Jogos Rio 2016. Interventor Federal na Área de Segurança Pública no Rio de Janeiro (2018).

Fonte: elaborado pela autora

Assim como a MINUSTAH se destacou entre as missões internacionais, neste caso a participação na organização dos Jogos Rio 2016 levou à criação do termo “turma das Olimpíadas” para se referir a alguns dos militares da equipe do presidente (ANDRADE, 2020). Entretanto, é notável que atuações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro e em operações de segurança ou de GLO também exigiram recursos marcantes para justificar a indicação política dos militares. Viana (2022, p. 30) aponta que a ideia de que os militares são “pau pra toda obra” se cristalizou na “era de ouro” das operações de GLO, durante os governos petistas:

Foi o governo Lula que, em 2010, a pedido de Sérgio Cabral, lançou mão da primeira grande operação de GLO nas favelas cariocas. A Operação do Alemão entregou a chave da comunidade ao Comando da Força de Pacificação por um ano e meio. Os militares seguiram no Rio de Janeiro um modelo posto em prática no Haiti, do qual o Exército se orgulhava tanto, a ponto de promover tours gratuitos para jornalistas cobrirem o “êxito” brasileiro no país caribenho. Entre os anos de 2010 e 2016 foram realizadas 35 operações de GLO, além das iniciativas de segurança durante a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Tendo em vista a relação de “retroalimentação” entre as duas modalidades de atividade profissional, é possível constatar que a noção de que os militares têm a capacidade e

o dever de desempenhar qualquer função de governo - que se fortalece com as missões de paz e acarreta no aumento da frequência de GLOs - culmina também no exercício da política como se viu no governo Bolsonaro. Segundo a autora, a frequente convocação dos militares para todas essas atividades é sempre justificada com base na mesma noção de que se trata de “pessoas que prezam valores como a “lealdade”, a “probidade” e a “competência técnica”” (VIANA, 2022, p. 28). É o que se observa no discurso proferido por Dilma Rousseff em abril de 2011, no qual a presidenta pautava como as Forças Armadas seriam essenciais no combate à pobreza extrema:

Sua larga experiência de trabalhos sociais, desenvolvida em todo o território nacional e alcançando as regiões mais longínquas e remotas, tem valor inestimável para chegarmos a esse objetivo primordial. Por seu espírito cívico e sua excelente formação profissional, os soldados brasileiros vêm atuando da forma mais dedicada e eficiente para que o Brasil se transforme definitivamente em um país desenvolvido (VIANA, 2022, p. 28).

Essa visão de que os militares são “gestores eficazes, aptos a resolver qualquer parada” (VIANA, 2022, p. 28), portanto, nunca deixou de estar presente nos governos brasileiros. Desde a redemocratização, com o fim da Guerra Fria e a necessidade de se repensarem em um mundo unipolar, a tradição positivista das Forças Armadas deu lugar a uma nova tendência, na qual escolas de formação superior (como a Eceme, a AFA e a AMAN) incluíram cursos de administração em seus currículos. O resultado disso, segundo o pesquisador Heraldo Makrakis (coronel da reserva e doutor em ciências militares pela Eceme), foi “a prevalência do gerente neoliberal em detrimento do engenheiro desenvolvimentista”: “existe uma compreensão de que, tendo o treinamento adequado, é possível comandar, governar e gerenciar a tudo e a todos” e, mais além, estabelece-se uma percepção que “deixa escapar uma verdade irrefutável: os militares erram tanto quanto os outros seres humanos” (MAKRAKIS apud VIANA, 2022).

Neste sentido, o gerencialismo está diretamente relacionado com a nova doutrina de defesa do pensamento militar, que mescla segurança pública e defesa - ampliando, assim, o escopo de atuação das Forças Armadas para diferentes esferas da vida pública. Dessa forma, é possível identificar uma relação direta entre as afirmações da presidente Dilma em 2011 e a declaração do general Mourão dez anos depois: “Estejam onde eles estiverem, na ativa ou na reserva, nos quartéis ou em repartições, os militares são cumpridores de suas obrigações e deveres” (VIANA, 2022). Para o coronel Pimentel, o emprego excessivo do Exército em operações de GLO, particularmente no Rio de Janeiro, ajudou a desenvolver junto à

população a impressão de que a militarização da segurança pública seria a melhor solução para o problema da criminalidade - o que se reflete no fato de que a base eleitoral de Bolsonaro se situa justamente entre os cariocas (GALHARDI, 2021).

Viana (2022) considera que as Forças Armadas, “elogiadas” por representantes de governo a cada GLO, conquistaram mais espaço depois do impeachment da presidente Dilma, firmando uma relação mais estreita com Michel Temer. Em seu livro “A Escolha: Como um Presidente Conseguiu Superar Grave Crise e Apresentar uma Agenda para o Brasil”, Temer admite que os militares deram “prestígio enorme” a seu governo. Na articulação que levou à intervenção federal no Rio, que Viana considera ser uma fonte de inspiração para o *éthos* do governo Bolsonaro, destacou-se o papel do general Sérgio Etchegoyen, então ministro do GSI e amigo de infância do general Villas Bôas, que comandava o Exército na época e, anos depois, assumiu papel central na campanha que levou Bolsonaro à presidência.

A percepção de que os militares são “bons gestores”, no contexto do governo Bolsonaro, serviu como argumento para justificar a indicação de oficiais militares. Quando o almirante Flávio Rocha, Secretário de Assuntos Estratégicos e homem de confiança do presidente, foi nomeado para assumir a Secretaria de Comunicação da Presidência, o jornal Folha de S. Paulo revelou: “Tido no Palácio do Planalto como culto e versátil, o almirante sempre foi lembrado como opção em momentos de vacância de cargos” (CARVALHO; COLETTA; URIBE, 2021). Chama atenção a variedade de funções que o almirante foi considerado apto a desempenhar dentro do governo - como exemplos, a matéria cita a chefia da Secretaria-Geral da Presidência, quando o então ministro Jorge Oliveira foi escolhido para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), e do Ministério de Relações Exteriores, após a saída de Ernesto Araújo.

Também advindo da Marinha do Brasil, o almirante Bento Albuquerque foi escolhido por Bolsonaro para conduzir o Ministério de Minas e Energia como quem recebe uma missão a ser executada:

É um almirante, só ver o currículo dele. Ele é físico, uma pessoa honrada e que está com muita vontade de buscar soluções para questões graves que temos pela frente, entre as quais a de energia. Não podemos esperar um novo apagão para tomar providência. Isso tudo vai passar pela pasta dele. Ele tem carta branca, como os demais, para escolher o seu ministério. O que queremos no final é que a missão seja cumprida (MAZUI, 2018).

Segundo Mazui (2018) a indicação do almirante surpreendeu parte das associações do setor elétrico, visto que ele não constava na lista de nomes cogitados para o cargo. Apesar

disso, para Alexei Vivan, então presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, o currículo de Albuquerque tornava-o “um profissional com preparo muito grande” e em condições de assumir o Ministério (MAZUI, 2018). Ainda assim, Vivan alertou que o sucesso da gestão do almirante estaria condicionado à composição de sua equipe, assessorias e secretarias executivas, já que “é isso que é o mais importante efetivamente” (MAZUI, 2018).

Nesse sentido, cabe refletir sobre o que se entende pelo ofício da profissão militar e o que se observa no currículo de um militar que o torna qualificado para assumir funções nas mais distintas áreas do governo. Na essência, tal reflexão revela que a todo momento essa é uma questão em disputa. Ainda que existam regras e definições legais acerca do papel das Forças Armadas na democracia brasileira, como tudo na realidade do mundo social, também a condição militar é um objeto em constante disputa. Tendo isso em vista, o caso mais emblemático da presença massiva de militares no governo Bolsonaro foi o da atuação do general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde.

### **5.2.1 O caso Pazuello**

Em abril de 2020, com a demissão de Luiz Henrique Mandetta, ele deixou o Comando da 12ª Região Militar, em Manaus, para se tornar o “número 2” da pasta, ao lado do médico oncologista Nelson Teich. Após a decisão de que “um nome técnico comandaria o ministério”, os “generais ministros” sugeriram o nome de Pazuello a Bolsonaro diante da preocupação com as possíveis dificuldades que Teich enfrentaria por não ter “experiência em gestão pública”. Devido ao cenário de pandemia, e tendo em vista que ele ainda era um militar da ativa, Pazuello declarou que via o “chamamento” do presidente “não como um convite, mas como uma missão” (CARVALHO; FERNANDES, 2020).

Quando confirmou a indicação de Pazuello, Teich explicou: "Nesses poucos dias que estou aqui, a impressão que eu tenho é que a gente precisa ser muito mais eficiente do que a gente é hoje. A gente está falando de logística, de compras, de distribuição, e ele é uma pessoa muito experiente nisso" (CARVALHO; FERNANDES, 2020). Em sua declaração, o médico se refere ao fato de que o general teria sido bem aceito por seus pares no governo devido a sua “experiência em logística em ações de emergência”, comprovada por seu papel na administração da recepção de imigrantes venezuelanos em Roraima, na Operação Acolhida, e na coordenação de tropas durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Sob a perspectiva de busca por “eficiência”, o número de militares na Saúde foi crescendo ainda durante a gestão de Teich, que durou apenas um mês, levando Pazuello ao cargo de ministro interino. De acordo com a Folha, “a situação reforçou a impressão entre secretários de saúde e governadores de que o então ministro vinha sendo tutelado no cargo”, uma vez que ao menos sete militares haviam sido nomeados nas semanas anteriores à saída do médico, e outros nove foram nomeados por Pazuello até o dia 19 de maio - entre eles, o coronel Antônio Elcio Franco, da “turma das olimpíadas”, como seu substituto direto (CANCIAN, 2020a). Diante dos números, Gielow (2020) chegou a apreciar, em tom de ironia, que o Ministério da Saúde teria virado uma “Organização Militar”.

Chamou atenção, contudo, que nenhum dos oficiais convocados pelo general tenha formação em medicina. Questionado pelo jornal O Globo, o Ministério defendeu a “atuação do corpo técnico do ministério”, ressaltando que a “estratégia de resposta brasileira à COVID-19 não foi prejudicada em nenhum momento”, visto que a pasta teria continuado a adotar e reforçar “ações de atenção à saúde, aquisição de insumos e equipamentos”, bem como políticas públicas de saúde de modo geral, “a partir de necessidades da população” (AMADO; BARRETO, 2020). No intervalo de uma semana após a saída de Teich, Pazuello publicou 13 nomeações, concentradas na Secretaria-Executiva em cargos de coordenação e direção, responsáveis pela aprovação de editais, auditorias, processos de logística e administração de recursos do SUS. Segundo a Folha de S. Paulo, o grupo de militares na pasta dizia que “veio para uma missão e está em força-tarefa”, causando preocupação a servidores que alertavam para “a falta de conhecimento técnico em saúde” (CANCIAN; MACHADO, 2020).

Em consonância, o próprio ex-ministro Mandetta falou ao jornal: “Eles têm conhecimento de logística, de operações. Mas não trabalham com o SUS” (CANCIAN; MACHADO, 2020). De acordo com o levantamento feito pela Folha, apenas 2 dos 21 militares nomeados haviam atuado diretamente na área da saúde antes - a médica e primeira-tenente Laura Tiriba Appi e o capitão Mario Luiz Ricette Costa. Em contrapartida, alguns haviam atuado ao lado de Pazuello na Operação Acolhida, em Roraima, no ano anterior. Em reunião com secretários estaduais e municipais de Saúde, ele defendeu uma atuação temporária - “em princípio serão só 90 dias” - dos militares, que ele alegou serem “pessoas preparadas para lidar com esse tipo de crise” (CANCIAN; MACHADO, 2020).

Um dos militares, indicado para o cargo de coordenador de Finanças do Fundo Nacional da Saúde, foi o subtenente Giovani Cruz Camarão. Segundo a Revista Fórum, em abril de 2020, contrariando as recomendações de isolamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS), Giovani publicou uma foto em suas redes sociais na qual aparecia em uma

festa com ao menos 17 pessoas. Além dele, o general Angelo Denicoli, escolhido para ser diretor de monitoramento do SUS, teria comemorado o fato de Donald Trump, então presidente dos EUA, ter tomado hidroxicloroquina como forma de tratar sintomas do coronavírus - ainda que não haja comprovação científica a respeito da eficácia do medicamento.

Por mais que soe contraditório que Pazuello os considerasse pessoas preparadas para lidar com a pandemia decorrente de uma doença infecciosa causada por um vírus, o próprio general aceitou chefiar o Ministério da Saúde quando ele mesmo admitiu não saber o que era o Sistema Único de Saúde: “Eu não sabia nem o que era o SUS. Eu passei a minha vida sendo tratado em instituição pública do exército, vim conhecer o SUS a partir deste momento da vida e compreendi a magnitude dessa ferramenta que o Brasil nos brindou” (“NEM SABIA...”, 2020). Ainda como ministro interino, ele recebeu duras críticas por obedecer a demandas vindas do presidente Bolsonaro que divergiam das orientações da OMS - como solicitar a ampliação da oferta de cloroquina para pacientes com sintomas leves mesmo sem respaldo científico para tal, ou mesmo ocultar informações sobre os casos e as mortes causadas pela Covid.

Após quatro meses em situação provisória, o general assumiu oficialmente o cargo de ministro da Saúde, em setembro de 2020. Em meio a críticas e manifestações de apoio de gestores que elogiavam aspectos como sua rapidez em “atender demandas de habilitação de leitos”, a efetivação do general dividiu opiniões (CANCIAN, 2020b). De acordo com a Folha de S. Paulo, tendo em vista que o ministro da Saúde seguia sendo um militar da ativa, cresceu a preocupação de integrantes de alta patente das Forças Armadas com relação aos possíveis efeitos que o desempenho de Pazuello poderia ter para a instituição militar - principalmente em situações como a “crise dos oxigênios em Manaus” e o fracasso nas negociações para adquirir doses de vacinas.

A “dificuldade” do governo se deu por um misto do negacionismo quanto à eficácia dos imunizantes e da demora para responder a propostas de fabricantes. Com isso, a primeira vacina a receber autorização da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) foi a Coronavac, produzida pela biofarmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. O momento em que a enfermeira Mônica Calazans, primeira pessoa a ser imunizada no país, recebeu a vacina ficou marcado não pela presença dos militares do Ministério da Saúde ou do governo Bolsonaro de maneira geral, mas sim do fiador da vacina - o governador de São Paulo, João Dória (PSDB) (GIELOW, 2021).

Pazuello foi o ministro que ocupou a pasta mais estratégica quando a pandemia do coronavírus se agravou no país. E ele fracassou completamente. Agora, cresceu entre os militares das Forças Armadas, especialmente os do Exército, o temor de que eles fiquem marcados na História como sócios da tragédia que foi a gestão da Saúde no governo Jair Bolsonaro. [...] Enquanto Jair Bolsonaro fazia chacotas, minimizava a doença, incentivava aglomerações, ironizava a vacina e negligenciava as providências para imunizar a população, o país foi acumulando mais de 300 mil mortos com o carimbo de Pazuello, e com a marca indireta do Exército. Pazuello não fez um movimento para se diferenciar de Bolsonaro. Ficou sócio de todos os desmandos. E por ser um general da ativa, a ligação com as Forças Armadas é mais direta (LEITÃO, 2021a).

Na opinião do jornalista Matheus Leitão (2021a), a “trágica marca deixada por Pazuello” representa uma ameaça à “postura de respeito constitucional” que os militares se dedicaram a construir desde 1985 e que lhes garante o “reconhecimento da população” frente à “imagem de Forças Armadas eficientes, técnicas, integrantes do Estado e não dos governos”. Segundo o colunista da VEJA, haveria no Exército um temor de que a instituição passe a carregar “a corresponsabilidade na péssima gestão durante a pandemia”. Ainda que não se tenha resposta para tal preocupação, posto que se trata de eventos recentes, é interessante observar o contraste entre o contexto de nomeação do general ao Ministério da Saúde, em abril de 2020, e o de sua saída, em março de 2021.

No curso de um ano, o reconhecimento de Pazuello como um militar capaz de tornar o ministério mais “eficiente” no combate à pandemia, um “especialista em logística, grande estrategista, trazendo nos ombros a expertise do Exército” (SILVA, 2021), ruiu a ponto de torná-lo um exemplo para demonstrar que “militarização não é sinônimo de eficiência”, como argumentaram Zaverucha e Fico à Folha de S. Paulo. Somente após a gestão desastrosa do general, passados dez meses de sua nomeação e um mês antes de sua exoneração do cargo, é possível encontrar na imprensa o movimento de verificar se ele, de fato, possui em sua formação as especializações mencionadas desde sua chegada à equipe do governo - coisa que ele não tem. Não obstante, Pazuello disputou as eleições de 2022 e foi o segundo deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, com 205.324 votos.

Quando, em busca de alianças na Câmara, Bolsonaro decidiu demitir o general Fernando Azevedo e Silva, os comandantes das três Forças optaram por renunciar de seus cargos. Na visão da imprensa, os comandantes da Aeronáutica, Antonio Carlos Moretti, e da Marinha, Ilques Barbosa Júnior saíram em um “movimento de solidariedade” ao então comandante do Exército, general Edson Leal Pujol - que, assim como Azevedo e Silva, compunha a equipe do presidente desde o início do governo. O colunista Matheus Leitão (2021b), ao relatar que líderes dos quartéis estariam “desconfortáveis” com a postura de Bolsonaro por conta desse episódio, estabeleceu um paralelo com a gestão de Pazuello na



Saúde - indicando que “quando se conversa com os oficiais, eles fazem questão de dizer que o fato de Pazuello ser general não o credenciava para o cargo que aceitou”. Em outras palavras, “mesmo sendo da ativa, aceitou porque quis”. Sua conclusão, a partir disso, é que, diferentemente de Pazuello e Bolsonaro, Pujol teria saído “com a farda intacta” porque “se preocupou com a imagem do Exército na crise da Saúde” (LEITÃO, 2021b).

Tal conclusão parece esquecer o fato de que a entrada de militares da ativa, como o próprio Pazuello, no Ministério da Saúde teve de passar pela autorização do Ministério da Defesa e do Alto Comando do Exército, posto que as nomeações realizadas pelo general-ministro só foram possíveis porque o Ministério da Defesa, por meio de portarias, colocou nomes do Exército à disposição da pasta. A partir disso, é possível inferir que a partir do momento que os recursos mobilizados para legitimar Pazuello na Saúde não encontram mais respaldo da imprensa, como consequência de sua gestão desastrosa, o general passou a ser representado como um aliado político de Bolsonaro. Assim, Pazuello deixa de ser diretamente associado ao grupo de militares do governo, e sua retratação o distancia da instituição a que ele ainda pertencia de maneira ativa.

Para o professor titular de história moderna e contemporânea da UFRJ e professor emérito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Eceme Francisco C. T. da Silva (2021), a soma dos comportamentos de Pazuello se “chocou diretamente” com “valores básicos que qualquer aluno deveria ter assimilado na Aman”. Por “valores básicos”, o professor compreende: “direção, comando, coragem moral, cumprimento da missão, criatividade, aprimoramento técnico, civismo, fé na missão, patriotismo”. Ao faltar com os ditos valores, Pazuello é considerado por Silva como um “general sem alma” - o que acaba reforçando a ideia de que ele é uma exceção, uma espécie de general anti-militar, posto que os legítimos oficiais militares carregam consigo esse conjunto de símbolos que os diferenciam da população civil e, por conseguinte, os tornam mais aptos a desempenhar qualquer tipo de função no governo.

Assim sendo, preserva-se - ao menos em parte - o poder oriundo da participação em missões internacionais e operações de GLO em âmbito nacional. Com base na concepção bourdieusiana que entende o capital simbólico como um recurso firmado na crença e no reconhecimento e mobilizado em torno da luta que envolve as classes na disputa pela conservação ou transformação do mundo social, percebe-se que as experiências profissionais compartilhadas por essa geração de militares brasileiros é fonte de poder institucionalmente reconhecido e capaz de legitimar sua posição dominante no quadro de elites dirigentes do governo federal. Portanto, supera-se a ideia de que tais missões e operações cumpriram o

papel de “degrau de formação” para a “carreira política” dos militares que a conduziram (LIMA, 2019), posto que consistem em si mesmas uma espécie de capital simbólico que os credencia no desempenho das atividades políticas que assumiram no governo federal.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo geral da pesquisa foi entender como se dá o processo de legitimação de militares dentro da chamada “ala técnica” do governo Bolsonaro. Pretendeu-se identificar e refletir sobre o conjunto de recursos mobilizados para justificar a indicação de militares para cargos tradicionalmente ocupados por civis na composição do quadro de alto escalão do governo, através da análise de discursos de defesa pública proferidos por oficiais do governo, por intelectuais, por militares da reserva e pela imprensa de modo geral.

Para tanto, o primeiro capítulo procurou desenvolver um enquadramento teórico da discussão. Com base em Carvalho (2019a), Castro (1990; 2002), Leirner (2019; 2020) e Souza (2021), ambientou-se a temática dos militares no governo Bolsonaro com uma apresentação inicial da composição do mesmo, observando como o grupo de militares se distingue de outros grupos civis e como este se insere na dinâmica da equipe do presidente. Além disso, apresentou-se as concepções teóricas de Bourdieu (1989; 2005; 2012) e Champagne (1998) que sustentam a proposta de analisar recursos simbólicos voltados à tentativa de legitimar estes militares em seus cargos políticos, de forma a compreender as disputas no campo político como a luta pelo poder simbólico de conservar ou transformar o mundo social através da visão de mundo e dos princípios de divisão do mundo. Nessa perspectiva, o capítulo trouxe contribuições fundamentais para o desenvolvimento da análise. Particularmente, destaca-se a concepção de que a “opinião pública” nada mais é do que um consenso forjado, uma “pretensão de opinião geral” cunhada em um espaço social dominado por um grupo específico de agentes - jornalistas, empresas de mídia, cientistas políticos etc. - cujo domínio os permite legitimar ações das forças políticas hegemônicas da sociedade.

De maneira a complementar, com base em Castro (2002) explorou-se a noção de “identidade militar” a partir dos elementos atrelados à construção dos símbolos que a constituem, com o intuito de observar como estes se envolvem na inserção dos militares como agentes no campo político. Tendo em vista que as tradições do Exército são também fruto de disputas nas quais determinadas narrativas se impõem com relação a outras, tornando-as “oficiais”, constatou-se que cerimônias e símbolos como o culto ao Duque de Caxias, a comemoração da vitória na Intentona Comunista (1935) e o Dia do Exército (19 de abril) são aspectos basilares da identidade social do Exército, ao mesmo tempo que servem como fonte e argumento na definição do papel que os militares desempenham “construção da nação brasileira”. Ademais, observou-se a maneira que a distinção entre o “mundo militar” e o “mundo civil” é central no processo de formação dos profissionais militares, resultando em

uma espécie de “capital pessoal” de “notoriedade” que, firmado no reconhecimento, se converte em capital político.

Com contribuições complementares de D’Araujo (2010), Dreifuss (1987), McCann (2007), Pécaut (1990), Soares (1994), Skidmore (1988) e Trindade (1994), o segundo capítulo dedicou-se a explorar momentos históricos que delimitam transformações significativas para a construção e consolidação dos símbolos capazes de definir o “espírito militar” brasileiro tal qual ele se expressa na atual geração do Alto Comando do Exército: as experiências ditatoriais do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar de 1964. Optou-se por observar estes dois eventos por se tratarem de episódios nos quais as forças militares estiveram amplamente envolvidas na disputa por poder político, que foi eventualmente convertido na articulação e condução de regimes autoritários responsáveis por reger o país por décadas.

Além disso, as obras de Dreifuss e Dulci (2008), Soares e D’Araujo (1994) e Stepan (1986) ampararam reflexões sobre os símbolos da ditadura militar e possibilitaram a conclusão de que as reformas voltadas à ideia de “profissionalismo militar”, planejadas nos anos 1930 com o objetivo de descolar o Exército da política acabaram por se tornar fonte de argumentos para aqueles que pregavam o estreitamento dos laços entre a instituição militar e a política. Como se pôde observar, essas reformas, a fim de preservar a estabilidade, a disciplina e a hierarquia, instituíram elementos simbólicos marcantes como o Dia do Exército e o patrono Duque de Caxias, bem como inculcaram às Forças Armadas noções como as de “virtude patriótica” e “fonte do nacionalismo”, livre de ambições políticas e interesses particulares. Se, inicialmente, esses elementos foram apresentados com o intuito de separar a atuação militar da política, já em momentos históricos como o Estado Novo e a Ditadura de 1964 eles surgiram como recursos que representavam porque os militares eram o grupo mais apto a conduzir o governo. Assim, inferiu-se que a retórica que visa justificar a atuação política do Exército (ou de setores da instituição militar) não se esgota e renova a cada momento histórico, mas sim se repete e adapta de acordo com as circunstâncias encontradas cenário político, econômico e social em que se encontra o país.

Partindo disso, o terceiro capítulo explorou o período posterior ao regime de 1964, a fim de observar de que forma os elementos simbólicos que justificavam a atuação política foram acomodados e preservados pela instituição militar durante o processo de retomada da democracia que efetivamente afastou-a de cargos dirigentes no governo. Inicialmente, tratou-se dos anos seguintes à ditadura, com a retomada da democracia, as discussões acerca da definição das funções das Forças Armadas na Constituição de 1988 e o subsequente papel que os militares assumiram nesse novo regime, assegurando a manutenção da Lei de Anistia e, em

se tratando da redação do artigo 142 da Constituição, garantindo poderes muito próximos da noção de poder moderador, com a “garantia da lei e da ordem”.

Com a transição política, o medo de “revanchismo” mostrou-se um aspecto importante para firmar a ideia de que qualquer tipo de tentativa de revisão histórica acerca dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar configuraria uma ameaça à paz e à ordem do país. Nesse sentido, a percepção de “inimigo” que se tinha com relação aos “subversivos” transferiu-se para os chamados “revanchistas”, o que auxiliou líderes militares não só em termos de evitar investigações e eventuais punições por crimes cometidos pelo regime, mas também de preservar a reputação das Forças Armadas - principalmente do Exército. A partir disso, realizou-se uma análise sobre a participação de militares nos eventos que levaram à queda da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e depois no governo Michel Temer, em 2017.

Tal análise levou à constatação de que as manifestações populares ocorridas entre 2013 e 2015, com suas bandeiras diversas e por vezes contraditórias, foram um espaço em disputa e tiveram um peso importante para apoiadores da ditadura de 1964, que puderam publicamente expressar seu saudosismo e clamar pelo retorno das forças militares à política. Verificou-se, portanto, que os múltiplos manifestantes civis pedindo por intervenção através de discursos muito similares aos que se ouvia na justificação dos eventos que levaram à ditadura militar de 1964 foram um indício de que os militares despontaram na luta simbólica como detentores de um capital político cada vez maior. Mais ainda, o movimento abriu caminhos para que representantes militares retomassem um papel mais ativo na política brasileira, legitimados pelo clamor daqueles que os viam como “apolíticos”. Assim, generais da ativa das Forças Armadas passaram a testar as águas com eventuais pronunciamentos e manifestações políticas que desafiavam regras e princípios hierárquicos da própria instituição.

O terceiro capítulo dissertou ainda sobre a composição do governo Bolsonaro, explorando o papel da imprensa no desenvolvimento da perspectiva de que este seria dividido em categorias - as chamadas “alas”, divididas entre dois grandes grupos, um dotado de caráter “político” e “ideológico” e o outro não. Desde o início, os militares foram colocados no núcleo “técnico”, “profissional” e “racional”, como um grupo distinto daqueles que representam a ideologia bolsonarista, desatrelado dos preceitos ideológicos do presidente que garantiu sua presença no governo. No desenvolvimento desse ponto, as contribuições de Champagne (1998) foram especialmente importantes para compreender como a imprensa - na figura de jornalistas, repórteres e colunistas - ainda mantém um papel de destaque na origem das representações do mundo social e, portanto, produz análises que passam para o próprio

jogo social e contribuem para que um dado fato ou acontecimento exista do ponto de vista político.

No caso dos militares do governo Bolsonaro, evidenciou-se que a oposição estabelecida entre a “ala militar” e a “ala ideológica” reproduziu e fortaleceu a crença de que os militares nomeados pelo presidente realmente eram desprovidos de ideologia. Assim, além de construir uma opinião coletiva ampla de que seriam eles a solução para os problemas da política brasileira, endossaram a apresentação que os próprios faziam de suas intenções no governo, dentro da lógica de que, lado a lado com a corrupção, a “ideologia” seria um mau a ser combatido. Cabe destacar a acepção que se imprimiu nesta palavra: tudo o que é “ideológico”, aqui, representa os interesses próprios de correntes de caráter progressista - comumente chamada de “esquerda”. Dessa forma, os militares reclamam para si o papel de defensores dos “verdadeiros interesses nacionais”. Diante de tal contexto, a postura da imprensa tradicional, ao contrapor o caráter “emocional” e “radical” da “ala ideológica” com a “moderação”, a “estabilidade” e a “racionalidade” da “ala militar”, criou condições para que essa ideia ganhasse cada vez mais terreno.

Na medida em que a dinâmica entre os grupos internos do governo foi tomando forma, com o andamento do mandato de Bolsonaro, os militares seguiram sendo situados, pela imprensa, no espectro “técnico” do governo. Ainda que se fez inevitável admitir que a “ala militar” não era um bloco coeso, a diferenciação entre seus membros se definiu com base nos que teriam aderido ao “projeto Bolsonaro” de forma “ideológica” ou por “proximidade pessoal” e os que trataram a participação no governo como uma oportunidade descolada da figura do presidente, ou um meio para outro fim - sem que se deixasse claro qual seria tal fim, posto que essa interpretação implicaria concluir que o objetivo desses militares seria o acesso ao poder político em si. Exemplo que ilustra a forma contraditória com que determinados veículos da imprensa tradicional retrataram a relação entre os militares e o governo para quem eles trabalhavam é o caso do general Augusto Heleno: indicado para o GSI e identificado desde o princípio como um “patrono do projeto militar-bolsonarista”, Heleno permanecia sendo apresentado como um quadro “técnico” do governo - como se seu nível de comprometimento com o projeto estivesse isento de concordância ideológica.

Em vista disso, a consolidação desse lugar para os militares do governo acarretou no fortalecimento da crença de que não haveria caráter ideológico tanto na nomeação quanto nos atos e posicionamentos políticos dos mesmos. Mais além, impediu que os próprios atos e posicionamentos fossem reconhecidos a partir de sua natureza política, como parte da defesa de interesses próprios na disputa pelo poder. Isto posto, é possível inferir que a categorização

da “ala militar”, por parte da imprensa e reproduzida por Bolsonaro e seus pares, cumpriu a função de mobilizar recursos simbólicos de forma a criar um consenso em torno da legitimidade dos militares para assumir os cargos políticos a que foram indicados - estabelecendo condições para uma relação de dominação para com outros grupos internos do governo.

Nessa etapa da análise, outro aspecto que merece destaque é a presunção de “neutralidade” e “saber técnico” como uma justificativa para a atuação política. Isto porque a tendência à negação generalizada da política, somada à visão da caserna como uma fonte de “profissionais especializados” orientados por “racionalidade técnica” e destituídos de interesses políticos reproduz um fenômeno que esteve presente em diversos momentos da história republicana do Brasil. Contudo, a noção de que os militares de Bolsonaro seriam agentes “apolíticos” se chocou com o fato de que muitos deles possuíam passagens pelo campo político, fosse através da política partidária na disputa eleitoral por cargos na Câmara dos Deputados e no Senado ou através de nomeações passadas para cargos nos governos Lula, Dilma e Temer.

Mais além, cabe ressaltar o fato de que o general e vice-presidente Hamilton Mourão, após passar para a reserva do Exército no início de 2018, anunciou à revista piauí seu projeto de formar uma “frente de candidatos militares nas eleições”, utilizando-se do cargo de presidente do Clube Militar para articular a entrada de militares no que ele se referiu como “jogo partidário” (VICTOR, 2018). Percebe-se, portanto, que o ímpeto da atuação política permeou a entrada deste e de outros oficiais no projeto bolsonarista. Na época, Mourão explicou à revista a razão para tal projeto, que envolveu o clube e o serviço de comunicação do Exército em esforços como sessões de *media training*: “Somos a casa da República. O clube [militar] quer somente retomar o papel que tinha em sua gênese” (CISCATI; MELLO, 2018). Com isso em vista, a análise evidenciou que a “ala militar” não só tem ideologia, e aderiu ao governo Bolsonaro por conta dela, como também se preparou para praticar sua política ideológica a partir de uma estratégia que incluiu veículos da imprensa tradicional brasileira.

Dessa forma, foi possível inferir que a “ala militar” funcionou como uma categoria que, criada e imposta como um princípio dominante de visão por parte da imprensa, passou a representar a definição de uma realidade na qual aliados do governo advindos da caserna supostamente detêm um conjunto de qualidades e habilidades exclusivas, oriundas de seu “espírito militar” e de suas experiências profissionais individuais e coletivas. Assim sendo, se estabeleceu uma categoria de percepção que funciona no sentido de legitimar os militares de

terno da gestão Bolsonaro como homens políticos - sem de fato reconhecê-los como tal. Nesse sentido, constatou-se que o esforço de negar o vínculo entre a instituição das Forças Armadas e o governo Bolsonaro andou lado a lado com a constante tendência de buscar neste próprio vínculo os recursos que serviram de argumento para justificar a nomeação de militares para ministérios, assessorias e diretorias do Poder Executivo.

Partindo disso, o quarto e último capítulo se dedicou a investigar a mobilização desses recursos a partir de dois eixos de análise: o da mitologia do Exército e o das experiências compartilhadas. Buscou-se identificar e compreender de que modo símbolos se converteram em capital simbólico mobilizado no campo político como recursos de legitimação para o exercício de poder dentro do aparato estatal. No eixo da mitologia do Exército, identificou-se a mobilização de capital simbólico oriundo da instituição das Forças Armadas, ressaltando o aspecto geracional dos valores e princípios cultivados na caserna.

A análise de declarações e entrevistas dos militares escolhidos por Bolsonaro demonstrou uma ampla concepção das funções que a "defesa da pátria" compreende. Em particular, se destacou uma palestra proferida pelo general Villas-Bôas em reunião de uma loja maçônica do Grande Oriente Brasil em 2017, na qual ele desenhou um quadro conjuntural de crise no qual o Exército surgia como possível solucionador de todos os problemas internos do país, em múltiplas frentes. Percebeu-se, com isso, que a tendência de defender a atuação dos militares na política se sustentou em parte pela credibilidade institucional das Forças Armadas, em parte pelos "valores" que ela representa, e ainda por sua "capilaridade" - ou seja, pela presença constante em diversas regiões do país, no desempenho de tarefas que as aproximam da sociedade e conferem a elas um arcabouço de saberes e habilidades capazes de fomentar o desenvolvimento do país ao mesmo tempo que o protege de ameaças ideológicas externas.

Desse modo, as instituições militares se apresentam e são apresentadas como intelectualizadas e aptas a elaborar um projeto capaz de solucionar problemas políticos, econômicos e sociais do país. Ao mesmo tempo, deliberadamente se mantém vivo o "fantasma do comunismo" como uma suposta ameaça internacional a ser monitorada e neutralizada pelas Forças Armadas. A postura de Villas Bôas diante de uma plateia em reunião de loja maçônica em 2017 é um dos muitos exemplos que ilustram a tendência adotada por parte do oficialato de se construir como intelectuais e pensadores da política brasileira. Contudo, é possível observar por parte do alto oficialato militar, principalmente na última década, a tentativa de se alçar não só como "representantes da nação", mas como o "berço da pátria", responsável por sua construção e desenvolvimento. Assim, tendo em vista o



discurso que pauta o entrosamento dos militares com a política hoje, o capital simbólico é mobilizado em torno dessa noção de propósito para justificar e legitimar a atuação política.

Diante do diagnóstico de crise generalizada que “contaminou” as instituições e deixou o Brasil “à deriva”, invocou-se com frequência o “espírito guerreiro de Caxias”, patrono do Exército, como um antídoto. Por trás da proposta de que as Forças Armadas sejam sempre vistas pela sociedade através da lente do “poder moderador”, responsável por tutelar a democracia brasileira e garantir a lei e a ordem, reside a simbologia consolidada pela figura de Caxias. Nessa lógica, características atreladas à origem militar - como “coragem”, “formação técnica”, “desinteresse”, “patriotismo” e “valores morais” - foram apresentadas como a fórmula mais eficiente e qualificada para problemas como a suposta “deficiência de quadros da gestão pública”.

Neste ponto, novamente se faz presente a contradição fundamental da participação dos militares no governo Bolsonaro: os artifícios mobilizados para justificá-los em cargos políticos remontam à instituição militar, porém a associação entre o governo e as Forças Armadas é veementemente negada. Em diversos momentos, os esforços para desmentir a ideia de que a eleição de Bolsonaro representou a volta dos militares ao poder se chocaram com o exercício constante de resgatar a origem militar dos membros da equipe do presidente como o motivo para que eles ocupassem os cargos a que foram indicados. Em suma, as Forças Armadas estão e não estão no governo, simultaneamente - não estão como instituição de Estado, mas estão em “espírito”.

Antes mesmo de Bolsonaro tomar posse, houve uma preocupação muito grande de ressaltar que os militares que compunham a equipe presidencial não seriam representantes das Forças Armadas e não atuariam em nome das instituições militares. Por outro lado, ainda que uma parte relevante desses militares estivessem envolvidos com a construção do projeto político que resultou na chapa Mourão-Bolsonaro em 2018, rapidamente jornalistas, analistas e cientistas políticos passaram a reproduzir a ideia de que eles não seriam representantes da ideologia do governo. Dada a retórica construída em torno do problema da corrupção na política brasileira, a noção de que os militares seriam “soldados contra a corrupção” - frequentemente reproduzida pelo governo Bolsonaro para justificar a escolha dos integrantes de sua equipe - ganhou força ao se sustentar na simbologia do “espírito militar”, desprezioso e livre de ambições pessoais. Assim sendo, a nomeação de militares seria apenas um indicativo de que o presidente buscava se cercar de pessoas comprometidas única e exclusivamente com os “interesses da nação”.

Pensando através dessa lógica, o grupo de oficiais indicados a cargos políticos no governo não seriam representantes nem das instituições militares, nem da ideologia bolsonarista e nem de interesses pessoais. Ora, se não representam o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, mas também não representam a política ideológica bolsonarista, e muito menos representam projetos pessoais de poder, então são representantes de quê? Se não da farda e nem do terno? E mais ainda: se não representam a farda, como pode vir justamente dela o capital simbólico que incessantemente tenta legitimá-los em cargos políticos?

O que a análise permitiu ver foi que, na verdade, a participação de militares no governo envolve a representação destas três frentes. A farda constitui símbolo de grande importância para o movimento bolsonarista, posto que foi um dos pilares do projeto que levou a chapa Bolsonaro-Mourão à vitória em 2018. Ao mesmo tempo, a consolidação do nicho militar como base eleitoral do governo se deu a partir da priorização de pautas que contemplavam interesses corporativos das Forças Armadas, como a aprovação do excludente de ilicitude e as negociações da reforma da previdência, bem como da nomeação de militares para cargos desvinculados da estrutura organizacional das três forças, de forma similar à distribuição de empregos civis. Por fim, partindo da contribuição de Champagne (1998, p. 34-35) para compreender a lógica da dominação simbólica, foi possível constatar que estes militares possuíam, desde o princípio, interesses próprios: “A política só interessa (subjetivamente) àqueles que têm um interesse (objetivo) na política”.

Dessa forma, recorreu-se à negação da política como uma forma clássica de se colocar acima de interesses - pessoais, partidários, corporativos etc. - e se legitimar como “devotado”, “patriota”, “servidor”. Nesse ângulo, a atuação política, apresentada como apolítica (ou antipolítica), e a própria atuação das Forças Armadas são compreendidas como um “serviço ao país”, um “sacrifício” que não oferece grandes retribuições materiais. Contudo, medidas como a revogação da Lei do Teto de Gastos, que possibilitou a sobreposição das remunerações civil e militar nos casos de militares nomeados a cargos do Executivo de forma ilimitada, revelaram que o envolvimento com a política também contemplou um projeto de enriquecimento pessoal. Os militares voltavam ao poder Executivo, pelo voto popular, e gozavam os bônus da ocupação do espaço na máquina pública federal.

Com a nova regulamentação aprovada por Bolsonaro, alguns salários de servidores que recebiam as duas remunerações mais que triplicaram, alcançando o patamar de centenas de milhares de reais em apenas um mês - o que ficou conhecido como o episódio dos “supersalários”. Ainda que enriquecimento e corrupção sejam práticas distintas (e associadas

à política de maneira generalizada), notou-se que, na tentativa de legitimar militares no governo, a mobilização de recursos recorreu a símbolos oriundos da caserna para firmar um grau de confiabilidade exclusivamente atrelado à origem nas Forças Armadas - como se a instituição fosse um partido político distinto de todos os outros.

Complementarmente à análise da mitologia do Exército, o eixo das experiências compartilhadas se propôs a observar a mobilização de capital simbólico proveniente de experiências profissionais compartilhadas entre os militares nomeados por Bolsonaro, novamente ressaltando o aspecto geracional no que tange à valorização de atividades como operações internacionais e de GLO em seus currículos. Dado o destaque que certas experiências profissionais ganharam na criação e reprodução dos elementos simbólicos mobilizados com o intuito de legitimar a indicação política de militares no governo, buscou-se compreender a atuação em “missões” nacionais e internacionais - com destaque para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, 2004-2017), a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018-2019), as operações de defesa na Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) de maneira mais ampla.

Seja pela proximidade com quadros influentes do Alto Comando das três forças, pelo histórico de amizades oriundas dos tempos da caserna, ou pela ostentação de um currículo marcado por experiências nacionais ou internacionais de grande relevância para o universo militar, verificou-se que a trajetória profissional dos nomes indicados para cargos-chave do governo apresenta um conjunto de similaridades relevantes para entender sua inserção na política ao fim da carreira. A questão das amizades pessoais, em particular, mostrou-se uma constante importante de ser ressaltada, posto que suscita investigação mais aprofundada para entender como as conexões interpessoais agem enquanto recurso mobilizado dentro do jogo político que se estabelece internamente no grupo de militares e externamente na relação destes com outros agentes políticos.

Tendo em vista as proporções da missão do Haiti em relação às demais colaborações entre as Forças Armadas Brasileiras e a ONU, em termos de duração e de poder de comando - e considerando também que a missão se destaca com mais frequência nos currículos dos militares - rapidamente criou-se na imprensa o que ficou conhecido como “turma do Haiti”, para se referir aos oficiais que estiveram no país caribenho. Isso demonstrou que a atuação na MINUSTAH foi um fenômeno político determinante para os militares em cargos de alto escalão - particularmente os ministros gerais. As experiências compartilhadas em tal missão favoreceram a mobilização estratégica do passado como uma espécie de trunfo para outras

atividades - em outras palavras, trata-se de uma elaboração, e não de algo que é natural ou dado. Em vista disso, a MINUSTAH foi uma missão de carreira que marcou uma geração e constituiu fonte de recursos que os permitiram (e ainda permitem) atuar em áreas não necessariamente atreladas a questões de segurança e defesa.

Neste ponto, cabe uma reflexão importante sobre o que se entende pelo ofício da profissão militar e o que se observa no currículo de um militar que o torna qualificado para assumir determinado cargo do Executivo. Na essência, é preciso entender essa questão a partir da noção de que, a todo momento, as definições a respeito da condição militar são objetos em disputa - por mais que existam regras e determinações legais acerca do papel das Forças Armadas na democracia brasileira. Isso fica evidente quando se observa que a participação em missões de paz da ONU se mostrou suficiente para credenciar oficiais militares junto à imprensa para comentar assuntos diversos - como foram os casos do assassinato do presidente do Haiti Jovenel Moïse e do jovem congolês Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro. Situações como estas tornaram-se comuns desde o início do governo, com oficiais militares da reserva sendo entrevistados para oferecer sua análise a respeito do desempenho de Bolsonaro e sua equipe - falando sobre questões como política externa, desigualdade, pobreza e segurança pública.

Para além disso, a relação de retroalimentação entre as atividades exercidas em missões de paz, em âmbito internacional, e as atividades exercidas em operações de GLO, em âmbito doméstico, foi uma das consequências mais evidentes da participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH - o que se refletiu na lista de indicações do governo Bolsonaro para cargos no Executivo e em diretorias de empresas estatais. Assim como cunhou-se o termo “turma do Haiti”, no caso dos Jogos Olímpicos Rio 2016 cunhou-se também a “turma das Olimpíadas” para se referir aos militares da equipe do presidente que tiveram passagem pelas operações relacionadas ao evento. Junto disso, atuações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro e em operações de GLO igualmente se mostraram recursos marcantes de justificação para a indicação política dos militares.

Tendo em vista essa relação de retroalimentação entre as duas modalidades de atividade profissional, é notável que a noção de que os militares têm a capacidade e o dever de desempenhar qualquer função de governo se fortalece com as missões de paz, acarreta no aumento da frequência de operações de GLO e culmina também no exercício da política - como se viu no governo Bolsonaro. Sendo assim, a visão de que militares são “gestores eficazes”, sempre presente nos governos brasileiros, serviu como argumento para justificar a indicação de muitos nomes da equipe do presidente.

Dentre eles, optou-se por examinar de maneira mais aprofundada a atuação do general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde. Observou-se que, no curso de um ano, o reconhecimento da imprensa, que retratou Pazuello como um militar capaz de tornar o ministério mais eficiente no combate à pandemia de Covid-19, através de sua “especialização em logística” e “estratégia”, ruiu a ponto de torná-lo um exemplo que demonstrou que “militarização” não necessariamente significa “eficiência”. Sobre esse ponto, cabe ressaltar dois apontamentos. Primeiro, o fato de que somente após a gestão desastrosa do general os grandes veículos da imprensa tradicional fizeram o movimento de verificar se ele realmente possuía em sua formação as especializações indicadas dez meses antes, na ocasião de sua nomeação. Fato é que Pazuello nunca possuiu especialização em logística. Contudo, sua atuação na Operação Acolhida, junto à administração da recepção de imigrantes venezuelanos em Roraima, foi o suficiente para que se difundisse a informação de que ele era um especialista cujas habilidades impulsionariam o desempenho do Ministério da Saúde frente à pandemia.

O segundo apontamento traz uma questão um pouco mais ampla. A saída de Pazuello foi marcada por um movimento de descolamento dele com relação ao Exército, o que foi difundido a partir da cobertura da imprensa e corroborado pelas fontes internas de oficiais que falaram sob condição de anonimato. O discurso dentro das instituições militares, segundo colonistas e repórteres, era de que o general aceitou o cargo porque quis, e que a farda não o credenciava para atuar na área em que foi colocado. A preocupação com a preservação da imagem do Exército diante da crise na saúde dividiu opiniões na busca por um culpado, porém aqueles que tentavam dissociar Pazuello de sua instituição de origem pareciam esquecer o fato de que, por se tratar de um militar da ativa, a entrada do general (e dos diversos nomes que ele levou consigo) no Ministério da Saúde teve de passar pela autorização tanto do Ministério da Defesa quanto do Alto Comando do Exército.

É notável que a partir do momento que os recursos mobilizados para legitimar Pazuello como ministro da saúde não mais encontraram respaldo na imprensa, tornou-se mais frequente a tentativa de representá-lo como um aliado político de Bolsonaro, distante do grupo de militares do governo e da instituição militar a que ele ainda pertencia de maneira ativa. Não eram incomuns análises que o identificavam como uma espécie de general anti-militar, como uma exceção que negava o verdadeiro “espírito militar”, dotado de um conjunto de símbolos que os diferenciam da população civil e os tornam mais capacitados para desempenhar qualquer tipo de função na política. Em outras palavras, o caso Pazuello, que poderia ter servido o propósito de suscitar um questionamento coletivo com relação à

presunção de que militares são profissionais mais aptos do que civis, acabou por ser considerado uma particularidade, uma exceção. Pazuello foi retratado, por boa parte da imprensa, de acadêmicos e dos próprios militares, como um general isolado do universo militar - de forma a preservar, ao menos em parte, o poder oriundo da mitologia do Exército e da participação em missões internacionais e operações de GLO.

Em suma, a análise realizada nos capítulos 3 e 4 revelou que o “afastamento político” dos militares nos anos 1990 e 2000, associado à ausência de políticas públicas de memória referentes a um período ditatorial recentemente superado, estabeleceu circunstâncias favoráveis à preservação de símbolos e tradições que, na década seguinte, tornaram a ser mobilizados com o intuito de retomar a disputa pelo poder no campo político brasileiro. Junto disso, o engajamento em missões internacionais e operações de GLO em âmbito nacional serviu como recurso para legitimar tal atuação, visto que mobilizou um conjunto de recursos cuja simbologia remendou o relacionamento entre as Forças Armadas e outros grupos sociais (diretamente inseridos ou não nas disputas do campo político), de forma a recuperar o reconhecimento popular em torno do “prestígio”, da “reputação” e da “honra” da instituição.

Como já explicado, tomou-se como base a concepção bourdieusiana que entende o capital simbólico como um recurso firmado na crença e no reconhecimento e mobilizado em torno da luta que envolve as classes na disputa pela conservação ou transformação do mundo social. A partir de tal concepção, foi possível constatar que a mitologia criada em torno das Forças Armadas, bem como as experiências profissionais compartilhadas pela geração de militares brasileiros inserida no governo Bolsonaro, são fontes de um poder institucionalmente reconhecido e capaz de legitimar sua posição dominante no quadro de elites dirigentes do governo federal.

Tendo isso em vista, cabe pontuar que o fim do mandato de Jair Bolsonaro, diante da derrota nas urnas para o candidato Lula (PT), não necessariamente significa que tal poder deixará de ser reconhecido, e muito menos que perderá sua capacidade de legitimação. As eleições de 2022, marcadas por incertezas e ataques à lisura do processo de votação nas urnas eletrônicas, levou à derrota de Bolsonaro mas trouxe grandes conquistas para o movimento bolsonarista. Dentre elas, a eleição de figuras bastante representativas do governo que chega ao fim. É o caso de Tarcísio Gomes de Freitas, ex-ministro da Infraestrutura, eleito governador do Estado de São Paulo pelo Republicanos; Antonio Hamilton Mourão, vice-presidente, eleito senador do Rio Grande do Sul pelo mesmo partido; Marcos Cesar Pontes, ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, eleito senador de São Paulo pelo PL; e

Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, eleito deputado federal, o segundo mais votado do Rio de Janeiro.

A eleição destes militares não é o único indicativo de que os recursos simbólicos mobilizados para os legitimar na política seguem firmes, apesar da derrota de Bolsonaro. Antes mesmo do processo eleitoral, o lançamento de um material intitulado “Projeto de Nação - O Brasil em 2035”, demonstrou a intenção de alguns militares do alto oficialato de se manter no comando do país. Coordenado pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva em parceria com o instituto do general Eduardo Villas-Bôas (IGVB), o Instituto Sagres e o Instituto Federalista, o documento revela uma concepção de que, com militares no governo, o país poderia se manter livre do “marxismo cultural”, do “globalismo” e do “ativismo judicial” (SAGRES, 2022).

Com a derrota nas urnas, bolsonaristas promoveram manifestações populares e bloqueios ilegais de estradas e rodovias em diversos pontos do país - e não é coincidência que boa parte das manifestações foram realizadas em frente a quartéis e outros estabelecimentos ligados às instituições militares. O movimento gerou imagens emblemáticas, com pessoas ajoelhadas em frente aos prédios pedindo por uma intervenção militar, chorando e orando em nome do Exército (BOLSONARISTAS..., 2022) ou até mesmo, em São Miguel do Oeste (SC), reproduzindo gestos de apologia ao nazismo (MP APURA..., 2022). Após duas semanas, os comandantes das três forças surpreenderam ao emitir uma nota oficial intitulada “às Instituições e ao Povo Brasileiro” (FORÇAS ARMADAS..., 2022), na qual julgam os atos antidemocráticos como “manifestações populares que vêm ocorrendo em inúmeros locais do País”, e reafirmam seu “compromisso irrestrito e inabalável com o Povo Brasileiro, com a democracia e com a harmonia política e social do Brasil, ratificado pelos valores e pelas tradições das Forças Armadas, sempre presentes e moderadoras nos mais importantes momentos de nossa história”.

Esta nota oficial das três forças, cuja repercussão foi bastante ampla na imprensa e redes sociais, lembra outras declarações emitidas por outros comandantes em outros momentos da breve história da democracia brasileira. Isto porque mobiliza muitos dos recursos simbólicos verificados nesta pesquisa. Apelando ao “patriotismo”, os comandantes prometem se dedicar ao “incansável cumprimento das nobres missões de Soldados Brasileiros”, convictos em sua “Fé no Brasil”: “As Forças Armadas permanecem vigilantes, atentas e focadas em seu papel constitucional na garantia de nossa Soberania, da Ordem e do Progresso, sempre em defesa de nosso Povo”.

## REFERÊNCIAS

- A MARCHA da Família com Deus pela Liberdade (O retorno). **Le Monde Diplomatique**, 7 abr. 2014. Disponível em: <<https://archive.is/UAnjY>>. Acesso em 03 mai. 2022.
- AMADO, Guilherme; BARRETTO, Eduardo. Nenhum dos 12 militares nomeados na Saúde por ministro fez medicina. **O Globo**, 21 mai. 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/nenhum-dos-12-militares-nomeados-na-saude-por-ministro-fez-medicina-1-24437696>>. Acesso em 13 set. 2022.
- AMORIM NETO, Octavio. Composição e dinâmica do governo Bolsonaro. **FGV Instituto Brasileiro de Economia - Boletim Macro**, p. 20-21, 26 mar. 2019a.
- \_\_\_\_\_. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. **Nova Economia**, vol. 4, n. 1, p. 9-34, 1994.
- \_\_\_\_\_. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000.
- \_\_\_\_\_. O governo Bolsonaro e a questão militar. **FGV Instituto Brasileiro de Economia - Boletim Macro**, p. 21-23, 23 jan. 2019b.
- \_\_\_\_\_; ACÁCIO, Igor. De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. **Journal of Democracy**, vol. 9, n. 2, nov. 2020, p. 2-29.
- ANDRADE, Hanrikson de. Com Pazuello, ‘turma da Olimpíada’ ganha espaço em ministério de Bolsonaro. **UOL Notícias**, Brasília, 03 jun. 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/03/com-pazuello-turma-da-olimpiada-ganha-espaco-em-ministerio-de-bolsonaro.htm>>. Acesso em 08 set. 2022.
- ASSASSINATO de Rubens Paiva na ditadura faz 50 anos com punição ainda sob debate na justiça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2021. Disponível em: <<https://archive.is/EUhnN>>. Acesso em 04 abr. 2022.
- AZEVEDO E SILVA, Fernando. Ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva e a defesa da Constituição. [Entrevista concedida a] **Roberto D'Ávila**, 08 fev. 2019. Disponível em: <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7368206/>>. Acesso em 18 mai. 2019.
- BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar: a perpetuação do medo através do perigo da "argentinização" da transição política. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan/abr 2014.
- BOGHOSSIAN, Bruno. Brincadeira ideológica atrapalha a cautela dos militares com a Venezuela. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 24 fev. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/02/brincadeira-ideologica-atrapalha-a-cautela-dos-militares-com-a-venezuela.shtml>>. Acesso em 28 jun. 2022.
- BOLSONARISTAS ajoelham e oram em frente ao muro do Exército no RJ; vídeo. **UOL**, São Paulo, 08 nov. 2022. Disponível em <<https://archive.ph/7skYY>>. Acesso em 13 nov. 2022.



BOLSONARO anuncia saída do PSL e criação de novo partido. **G1 Política**, Brasília, 12 nov. 2019. Disponível em <<https://archive.md/HKBF2>>. Acesso em 25 nov. 2021.

BOLSONARO cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. **Poder360**, 17 abr. 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>>. Acesso em 03 mai. 2022.

BOLSONARO deve ser acusado de quebra de decoro. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 09 out. 2008. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17624&keyword=Bolsonaro&anchor=5317055&origem=busca&originURL=&pd=843598f6fb3630f3445c356a3bceb068>>. Acesso em 27 abr. 2022.

BOLSONARO discursa em ato com pedidos de intervenção militar e aglomeração de manifestantes. Brasília: **O Globo**, 2020. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=553D8VHI8Mo>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BOLSONARO é recepcionado por aspirantes da AMAN (nov/2014), 2014. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Carlos Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI>>. Acesso em 23 nov. 2021.

BOLSONARO se filia ao PL, após dois anos sem partido. **Jornal Nacional**, 30 nov. 2021. Disponível em <<https://archive.md/QavQS>>. Acesso em 03 dez. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º ed. p. 71-79.

\_\_\_\_\_. The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field. *In*:

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (ed.). **Bourdieu and the Journalistic Field**. Cambridge e Malden: Polity Press, 2005. Cap. 2. p. 29-47.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2012. 758 p.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, s/d. Disponível em: <<https://bit.ly/1dFiRrW>>. Acesso em 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa Nacional. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa Nacional, 2008. 64 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa Nacional. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa Nacional, 2012. 81 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa Nacional. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa Nacional, 2016. 71 p.

CANCIAN, Natália. Pazuello nomeia coronel como número 2 na Saúde e amplia militares em cargos. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 19 mai. 2020a. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/pazuello-define-coronel-como-numero-2-na-saude-e-amplia-militares-em-cargos.shtml>>. Acesso 13 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Após quatro meses como 'provisório eterno', general toma posse como ministro efetivo da Saúde. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 16 set. 2020b. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/09/apos-quatro-meses-como-provisorio-eterno-general-toma-posse-como-ministro-efetivo-da-saude.shtml>>. Acesso em 15 set. 2022.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Renato. Militares já ocupam 21 cargos na Saúde, em postos de direção e até em áreas especializadas. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 22 mai. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/militares-ja-ocupam-21-cargos-na-saude-em-postos-de-direcao-e-ate-em-areas-especializadas.shtml>>. Acesso em 13 set. 2022.

CARLOS Lamarca: há 50 anos era morto o guerrilheiro que marcou a vida de Bolsonaro. **BBC News Brasil**, Bled, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://archive.is/OkIMF>>. Acesso em 04 abr. 2022.

CARNEIRO, Júlia D.. Santos Cruz, o general em missão de paz que sobreviveu a tiroteios no front e nas redes. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jun. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48403301>>. Acesso em 29 jun. 2022.

CARVALHO, Daniel; COLETTA Ricardo D.; URIBE, Gustavo. Bolsonaro decide trocar comando da Secretaria de Comunicação da Presidência e deve entregá-la a militar. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 25 fev. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/bolsonaro-decide-trocar-comando-da-secretaria-de-comunicacao-e-deve-entrega-la-a-militar.shtml>>. Acesso em 13 set. 2022.

CARVALHO, Daniel; FERNANDES, Talita. Especializado em logística, general vê cargo de nº 2 da Saúde como missão temporária. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 22 abr. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/especializado-em-logistica-general-encara-periodo-como-no-2-da-saude-como-missao-temporaria.shtml>>. Acesso em 13 set. 2022.

CARVALHO, Daniel; URIBE, Gustavo. Com derrota em vacina, militares do governo veem desgaste no Exército e defendem saída de Pazuello. **Folha de São Paulo**, Brasília, 18 jan. 2021. Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/com-derrota-em-vacina-militares-do-governo-veem-desgaste-no-exercito-e-fazem-pessao-contra-pazuello.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=twfolha](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/com-derrota-em-vacina-militares-do-governo-veem-desgaste-no-exercito-e-fazem-pessao-contra-pazuello.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha)>. Acesso em 15 set. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019a. 320 p.

CARVALHO, Maria Alice R. Exército Brasileiro: Um retrato à aquarela. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 637-651, set/dez 2019b.

CARVALHO, Olavo de. A revolução globalista. *Digesto Econômico*, set./out. 2009. Disponível em <<https://olavodecarvalho.org/a-revolucao-globalista/>>. Acesso em 19 set. 2022.

CASO Rubens Paiva: CNV apresenta relatório. **Comissão Nacional da Verdade**, 27 fev. 2014. Disponível em: <<https://archive.is/E4wEw>>. Acesso em 04 abr. 2022

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. A Origem Social dos Militares: novos dados para uma antiga discussão. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, p. 225-231, nov. 1993.

\_\_\_\_\_. **General Villas Bôas**: conversa com o comandante. Rio de Janeiro: FGV, 2021. 244 p.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Militar**: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 176 p.

\_\_\_\_\_. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 208 p.

CHAGAS, Paulo. **Carta aberta ao Exmo Sr Ministro Gilmar Mendes**. 15 abr. 2018. Disponível em <<https://genpaulochagas.wordpress.com/2018/04/15/carta-aberta-ao-exmo-sr-ministro-gilmar-mendes/>>. Acesso em 09 ago. 2022.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CISCATI, Rafael; MELLO, Bernardo. Sob Mourão, Clube Militar quer formar candidatos de farda. **O Globo**, 19 ago. 2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/sob-mourao-clube-militar-quer-formar-candidatos-de-farda-22991886>>. Acesso em 15 jul. 2022.

CLUBE Militar - Pensamento - Semana do Soldado. **Clube Militar**, 22 ago. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ng4KUBRn6BY>>. Acesso em 05 ago. 2022.

CODATO, Adriano; FRANZ, Paulo. Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 776-796, 2018.

\_\_\_\_\_. Recrutamento ministerial no Brasil: comparando as presidências de FHC e Lula. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, n. 22, 44-62, 2017.

COMANDANTE do Exército Brasileiro profere Palestra no GOB. **Grande Oriente Brasil**, Brasília. 11 abr. 2017. Disponível em <<https://www.gob.org.br/comandante-do-exercito-brasileiro-profere-palestra-no-gob/>>. Acesso em 30 jun. 2021.

DA ACADEMIA Militar ao Planalto: ano a ano, conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **Equipe Lupa - piauí**, Rio de Janeiro, 01 jan. 2019. Disponível em <<https://archive.md/UcHPQ>>. Acesso em 04 dez. 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. A persistente primazia política da corporação militar. **Rev. Bra. Est. Def.** v. 3, nº 2, jul./dez. 2016, p. 41-54.

\_\_\_\_\_. **Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 264 p.

DISCURSO de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil**, 19 abr. 2016. Disponível em <<https://archive.is/W9k36>>. Acesso em 03 mai. 2022.

DOM LUIZ Cappio espera os restos mortais de vítimas da Operação Pajussara. **Comissão Nacional da Verdade**, 22 set. 2014. Disponível em: <<https://archive.is/SFB6a>>. Acesso em 04 abr. 2022;

DOMINGOS NETO, Manuel. Fileiras Desconhecidas. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 17-30.

DREIFUSS, René A.. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987. 814 p.

\_\_\_\_\_; DULCI, Otávio S.. As Forças Armadas e a Política. In SORJ, B., and LMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-05.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2020.

EDUARDO Villas Bôas comenta caso do General Antonio Hamilton Mourão. [Entrevista concedida a]: **Conversa com Bial**, Globoplay, 19 set. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6160223/?s=0s>. Acesso em: 07 jul. 2022.

EM DIA de debate, sutileza zero nas ruas de SP. **Folha de S. Paulo**, 17 out. 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zb9\\_4yRJsVY](https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRJsVY)>. Acesso em 03 mai. 2022.

FAMÍLIA de Moïse deixou a República Democrática do Congo para escapar da violência. **Jornal Nacional**, 02 fev. 2022. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/10265763/?s=0s>>. Acesso em 09 set. 2022.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Choques entre núcleos pragmático e ideológico atrapalham governo Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 09 mar. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/choques-entre-nucleos-pragmatico-e-ideologico-atrapalham-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 29 jun. 2022.

\_\_\_\_\_; GIELLOW, Igor. Bolsonaro tenta agenda positiva para abafar crise, e ala militar ganha força. **Folha de S. Paulo**, Brasília e São Paulo, 18 fev. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/bolsonaro-tenta-agenda-positiva-para-abafar- crise-e-ala-militar-ganha-forca.shtml>>. Acesso em 23 jun. 2022.

FORÇAS ARMADAS divulgam nota condenando 'eventuais excessos cometidos em manifestações'. **G1**, Brasília, 11 nov. 2022. Disponível em <<https://archive.is/y4g5b>>. Acesso em 13 nov. 2022.

FORÇAS ARMADAS silenciam, mas militares criticam relatório da CNV. **Gazeta do Povo**, 11 dez. 2014. Disponível em <<https://archive.ph/sppT2>>. Acesso em 03 mai. 2022;

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 210 p.

GALHARDI, Raul. 'Não há crise; Bolsonaro obedece ao Partido Militar', diz coronel. **UOL Notícias**, 08 jun. 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/06/08/nao-ha-crise-militares-controlam-o-governo-diz-coronel.htm>>. Acesso em 09 set. 2022.

GENERAL Mourão é o NOVO PRESIDENTE do Clube Militar. **Revista Sociedade Militar**, 19 mai. 2018. Disponível em <<https://www.sociedademilitar.com.br/2018/05/general-mourao-e-o-novo-presidente-do-clube-militar.html>>. Acesso em 15 jul. 2022.

GIELOW, Igor. Aliança da ala militar com o centrão visa também um pós-Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 20 mai. 2020a. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorgielow/2020/05/alianca-da-ala-militar-com-o-centrao-ajuda-bolsonaro-mas-e-contrato-de-transicao.shtml>>. Acesso em 18 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Análise: Fala de chefe do Exército é marco na relação de militares com Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2020b. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/fala-de-chefe-do-exercito-e-marco-na-relacao-de-militares-com-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 30 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Após crise, Itamaraty está sob tutela de militares do governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 fev. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/apos-crise-itamaraty-esta-sob-tutela-de-militares-do-governo.shtml>>. Acesso em 23 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. 'Bolsonaro não é a volta dos militares, mas há risco de politização de quartéis', diz Villas Bôas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml>>. Acesso em 15 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Doria tem maior vitória sobre Bolsonaro, humilhado até pela Anvisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/doria-tem-maior-vitoria-sobre-bolsonaro-humilhado-ate-pela-anvisa.shtml>>. Acesso em 15 set. 2022.

GODOY, Marcelo. Milicianos mataram Marielle por causa de terras, diz general. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2018. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,milicianos-mataram-marielle-por-causa-de-terras-diz-general,70002645671>>. Acesso em 30 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto. **O Estado de S. Paulo**, 01 jan. 2019. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veteranos-do-haiti-e-paraquedistas-chegam-ao-planalto,70002662724>>. Acesso em 19 mai. 2021.

GUROVITZ, Helio. Os núcleos de poder do governo Bolsonaro. **G1**, 31 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/12/31/os-nucleos-de-poder-no-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 10 mar. 2021.

HELENO, Augusto. CEBRI Entrevista General Augusto Heleno | Missão da ONU no Haiti. [Entrevista concedida à] **CEBRI**, 11 out. 2019a. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KJgbba38dSA>>. Acesso em 18 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Central News entrevista Augusto Heleno. [Entrevista concedida à] **Jornal das Dez**, 02 jan. 2019b. Disponível em <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7272711>>. Acesso em 19 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **General Augusto Heleno (íntegra)**. [Entrevista concedida a] **O Antagonista**, 21 de Fevereiro de 2018. Disponível em <<https://www.oantagonista.com/tv/entrevista-general-augusto-heleno-integra/>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

HEY, Ana Paula. Dominação. *In*: CATANI, Afrânio M. et al. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 151-155.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2018**. Disponível em <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em 09 mar. 2021.

LEIRNER, Piero C.. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020. 330 p.

LEITÃO, Matheus. O temor do Exército de ser sócio da tragédia. **VEJA**, 07 abr. 2021a. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-temor-do-exercito-de-ser-socio-da-tragedia/>>. Acesso em 15 set. 2022.

LESSA, Ricardo. À Mesa com o Valor - Carlos Alberto dos Santos Cruz: “Intervenção militar não tem cabimento”. **Valor Econômico**, São Paulo. 26 jun. 2020. Disponível em <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/06/26/a-mesa-com-o-valor-carlos-alberto-dos-santos-cruz-intervencao-militar-nao-tem-cabimento.ghtml>>. Acesso em 04 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Pujol sai com a farda intacta. **VEJA**, 30 mar. 2021b. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/pujol-sai-com-a-farda-intacta/>>. Acesso em 15 set. 2022.

LIMA, Bárbara Duwe. **O perfil ideológico dos militares de Bolsonaro**: uma caracterização dos ministros militares no primeiro semestre de governo. 2019. 87 f. Monografia (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LINHA de defesa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 9 mar. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/linha-de-defesa.shtml>>. Acesso em 22 jul. 2022.

MAGNOLI, Demétrio. Círculo militar. **Folha de S. Paulo**, 23 fev. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2019/02/circulo-militar.shtml>>. Acesso em 23 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Comandantes da ativa optaram pela disciplina da desobediência. **Folha de S. Paulo**, 02 abr. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2021/04/comandantes-da-ativa-optaram-pela-disciplina-da-desobediencia.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Cooptação em massa de oficiais da reserva ameaça fragmentar dique institucional. **Folha de S. Paulo**, 19 jun. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2020/06/cooptacao-em-massa-de-oficiais-da-reserva-ameaca-fragmentar-dique-institucional.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2022.

MAPA dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 mar. 2019. Disponível em <<https://archive.is/OzDk5>>. Acesso em 07 mai. 2019.

MARCHAO, Talita. O que é o globalismo, em debate pelo Itamaraty, segundo oito especialistas. **UOL Notícias**, São Paulo, 25 mai. 2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/24/o-que-e-globalismo-que-sera-debatido-pelo-itamaraty.htm>>. Acesso em 19 set. 2022.

MARQUES, Adriana. A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 247-257.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. 270 p.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro anuncia almirante Bento Costa Lima como futuro ministro de Minas e Energia. **G1**, Brasília, 30 nov. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/30/bolsonaro-anuncia-almirante-bento-costa-lima-leite-como-novo-ministro-de-minas-e-energia.ghtml>>. Acesso em 13 set. 2022.

MCCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis; SOARES, Samuel Alves. A democracia permanece distante da política de poder das Forças Armadas: visão de que as forças armadas estão apartadas de Bolsonaro é funcional para o projeto de permanência no poder e para não serem responsabilizadas pelo desastre que o governo causou. **Jornal da Unesp**. São Paulo, abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/04/05/a-democracia-permanece-distante-da-politica-de-poder-das-forcas-armadas/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MELITO, Leandro. Três anos depois do Haiti: missão serviu de passaporte para militares na política. **Rádio Brasil de Fato**, 16 out. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/16/tres-anos-depois-do-haiti-missao-serviu-de-passaporte-para-militares-na-politica>>. Acesso em 10 set. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p.

MILHARES protestam pela saída de Dilma Rousseff. **Estadão**, 17 ago. 2015a. Disponível em <<https://archive.ph/pWtqv>>. Acesso em 03 mai. 2022.

MILHARES voltam às ruas do País contra o governo Dilma. **Estadão**, 13 abr. 2015b. Disponível em <<https://archive.is/rJpVo>>. Acesso em 03 mai. 2022.

MINISTÉRIO terá mais militares do que em 1964. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2018. Disponível em <<https://archive.is/ocmZo>>. Acesso em 18 mai. 2019.

MOURA, Rafael M.. Presidente do STM defende Pazuello e elogia Bolsonaro: “É um democrata”. **VEJA**, 17 jun. 2021. Disponível em <[https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/presidente-do-stm-defende-pazuello-e-elogia-bolsonaro-e-um-democrata/?utm\\_source=whatsapp](https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/presidente-do-stm-defende-pazuello-e-elogia-bolsonaro-e-um-democrata/?utm_source=whatsapp)>. Acesso em 30 ago. 2022.

MOURÃO, Antonio H.. General Hamilton Mourão: por que Bolsonaro? **GZH**, 07 out. 2018. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/10/general-hamilton-mourao-por-que-bolsonaro-cjmwnwfq002mn01rxreyav472.html>>. Acesso em 30 ago. 2022.

MOVIMENTOS unificam bandeira, mas disputa por protagonismo aumenta. **Estadão**, 13 abr. 2015. Disponível em <<https://archive.is/4vyw1>>. Acesso em 03 mai. 2022.

MP APURA saudação nazista feita por bolsonaristas em ato em Santa Catarina. **G1**, Santa Catarina, 02 nov. 2022. Disponível em <<https://archive.is/QUqiG>>. Acesso em 13 nov. 2022.

MULHER de jornalista afirma que o reconheceu em uma das fotos. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 19 out. 2004. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1910200416.htm>>. Acesso em 27 abr. 2022.

NA ÚLTIMA década, 64% dos generais do Alto Comando do Exército foram nomeados para cargos políticos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 out. 2021. Disponível em <<https://archive.md/vhv9U>>. Acesso em 03 dez. 2021.

"Nem sabia o que era o SUS", diz Pazuello em lançamento da campanha Outubro Rosa. **UOL**, 07 out. 2020. 1 vídeo (1 min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9krblEk5c8g>>. Acesso em 15 set. 2022.

NOVA versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP. **G1**, São Paulo, 22 mar. 2014. Disponível em: <<https://archive.is/tbr5x>>. Acesso em 03 mai. 2022.

O CHORO da democracia. **TV Estadão**, 05 nov. 2014. 1 vídeo (5 min) Disponível em <<https://archive.is/5B51L>> Acesso em 03 mai. 2022.

PASSARINHO, Nathalia. Atuação de militares é 'surpresa positiva' do governo Bolsonaro, diz professor de Harvard que estuda Brasil há 30 anos. **BBC News Brasil**, Londres, 14 abr. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47909660>>. Acesso em 09 jun. 2022.



PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1990.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; GENÉ, Mariana. Quando o Contexto Importa: Análise do turnover ministerial na Argentina e no Brasil após a redemocratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)**, v. 35, p. 1-24, 2020.

QUADROS, Vasconcelo. O media training do general Mourão. **Agência Pública**, 26 fev. 2019. Disponível em <<https://apublica.org/2019/02/o-media-training-do-general-mourao/?fbclid=IwAR3IZHv2qf25cx6HWka220HFet6jeHEfGBk8ignpMuwcVQxuzvr4rv3Yv0o>>. Acesso em 22 jul. 2022.

QUEM É Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo demitido por Bolsonaro. **BBC News - Brasil**, 10 dez. 2020. Disponível em <<https://archive.md/Ptnfu>>. Acesso em 25 nov. 2021.

RELATÓRIO da CNV é ‘ilegal’, ‘parcial’ e ‘revanchista’, diz presidente do Clube Naval. **BBC Brasil**, 10 dez. 2014. Disponível em <<https://archive.ph/YJVfx>>. Acesso em 03 mai. 2022.

RETRATO Narrado: A construção do mito. [Locução de]: Carol Pires. Rádio Novelo, 21 out. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

RETRATO Narrado: Bônus: Como o olavismo explica o bolsonarismo. [Locução de]: Carol Pires. Rádio Novelo, 17 nov. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação: O Brasil em 2035**. Brasília, fev. 2022. 102 p. Disponível em <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/Julho01/PROJETO%20DE%20NA%C3%87%C3%83O%20-%20Vers%C3%A3o%20Digital%2019Mai2022.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2022.

SARNEY, José. Síndrome Alfonsín. **Correio Braziliense**, 9 nov. 1984. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/437435>>. Acesso em 20 out. 2022.

SCHAFFNER, Fábio. Ala ideológica reage à ascensão dos militares no governo Bolsonaro. **GZH**, 21 jul. 2020. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/07/ala-ideologica-reage-a-ascensao-dos-militares-no-governo-bolsonaro-ckcv7kogn0022013gxf2zy6jp.html>>. Acesso em 30 jun. 2022.

SCHUCH, Matheus. Bolsonaro diz a militares que eles são ‘seres políticos’, que decidem como um ‘povo vai viver’. **Valor Econômico**, Brasília, 27 mai. 2021. Disponível em <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/05/27/bolsonaro-diz-a-militares-que-eles-so-seres-politicos-e-que-eles-decidem-como-um-povo-vai-viver.ghtml>>. Acesso em 23 ago. 2022.

SEABRA, Catia; GARCIA, Diego. Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 06 mar. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/bolsonaro-multiplica-por-10-numero-de-militares-no-comando-de-estatais.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2022.

SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930). In: Flavio M. Heinz. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011, v. 01, p. 11-27.

SILVA, Francisco C. T. da.. General sem alma, Pazuello gerou crise que poderia ter dado a Bolsonaro 'seu Exército'. **Folha de S. Paulo**, 30 jun. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/general-sem-alma-pazuello-gerou-crise-que-poderia-ter-dado-a-bolsonaro-seu-exercito.shtml>>. Acesso em 05 set. 2022.

SINGER, André. Se correr o bicho pega. **Folha de S. Paulo**, 02 mar. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2019/03/se-correr-o-bicho-pegar.shtml>>. Acesso em 28 jun. 2022.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Glauco A. D.. O Golpe de 64. In: D'ARAUJO, Maria Celina e SOARES, Glauco A. D.. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 9-51.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 125-141.

SOUZA, Roxane Andrade de. Olavo de Carvalho | BIO. Disponível em <<https://olavodecarvalho.org/dados-biograficos/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

STARGARDTER, Gabriel. Bolsonaro nomeia militares que estiveram no Haiti para governo e pode repetir estratégia de segurança. **Reuters**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2018. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/politica-helena-haiti-idLTAKCN1NY2BC>>. Acesso em 09 set. 2022.

STEPAN, Alfred C.. **Os Militares: da abertura à Nova República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 115p.

STOCHERO, Tahiane. Os generais de Bolsonaro: quem são os militares de mais alta patente no círculo do presidente eleito. **G1**, São Paulo, 16 dez. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/16/os-generais-de-bolsonaro-quem-sao-os-militares-de-mais-alta-patente-no-circulo-do-presidente-eleito.ghtml>>. Acesso em 16 ago. 2022.

SVARTMAN, Eduardo M.. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 342 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TAVARES, Joelmir. Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 30 nov. 2018. Disponível em <<https://archive.is/bILei>>. Acesso em 19 mai. 2021.

TRINDADE, Héglio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina e SOARES, Glauco A. D.. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 123-142.

VALENTE, Rubens. Em despedida, general elogia Ustra e promete apoio a Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 28 fev. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/em-despedida-general-mourao-chama-coronel-ustra-de-heroi.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2022.

\_\_\_\_\_; URIBE, Gustavo. Temer dá a militares controle sobre áreas sensíveis do governo. **Folha de S. Paulo**, 05 mar. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/temer-da-a-militares-controle-sobre-areas-sensiveis-do-governo.shtml>>. Acesso em 26 ago. 2022.

VASSELAI, Fabricio. (2009), “Nomeações ministeriais e importância partidária na democracia de 1946- 64: análises comparativas em relação à democracia atual”, **Perspectivas**, 35: 173-210.

VERDADE, Memória e Conciliação. **Comissão Nacional da Memória e da Verdade**, 18 mai. 2015. Disponível em <<https://archive.is/Pwdp1>>. Acesso em 03 mai. 2022.

VIANA, Maria José Braga. Legitimidade/Legitimação. *In*: CATANI, Afrânio M. et al. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 245-246.

VIANA, Natalia. O mito do mito. **piauí**, ed. 189, p. 28-31, jun. 2022.

VICTOR, Fabio. General Mourão anuncia frente de candidatos militares nas eleições. **piauí**, 28 fev. 2018. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/general-mourao-anuncia-frente-de-candidatos-militares-nas-eleicoes/>>. Acesso em 12 jul. 2022.

VILLAS BOAS, General. **Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar [...]**. Brasília, 03 abr. 2018. Twitter: @Gen\_VillasBoas. Disponível em: <[https://twitter.com/Gen\\_VillasBoas/status/981315180226318336](https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336)>. Acesso em: .

WETERMAN, Daniel. Braga Netto e militares do governo receberam supersalários de até R\$1 milhão no auge da pandemia. **Estadão**, Brasília, 11 ago. 2022. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/politica/braga-netto-e-militares-do-governo-receberam-supersalarios-de-ate-r-1-milhao-no-auge-da-pandemia/>>. Acesso em 04 set. 2022.

ZANINI, Fábio. ONU cumpriu sua missão no Haiti, e instabilidade é estrutural, diz general Santos Cruz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jul. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/onu-cumpriu-sua-missao-no-haiti-e-instabilidade-e-estrutural-diz-general-santos-cruz.shtml>>. Acesso em 09 set. 2022.

## ANEXO A – HIERARQUIA DO EXÉRCITO

Oficiais Gerais	Marechal
	General de Exército
	General de Divisão
	General de Brigada
Oficiais Superiores	Coronel
	Tenente-Coronel
	Major
Oficiais Intermediários	Capitão
Oficiais Subalternos	1º Tenente
	2º Tenente
	Aspirante a Oficial
Graduados	Subtenente
	1º Sargento
	2º Sargento
	3º Sargento
	Tafteiro-Mor
	Cabo
	Tafteiro de 1ª Classe
	Tafteiro de 2ª Classe
	Soldado

Fonte: Exército – Postos e Graduações. Disponível em <<https://archive.is/68UOU>>. Acesso em 10 nov. 2022.

**ANEXO B - HIERARQUIA DA MARINHA**

Oficiais Gerais	Almirante
	Almirante de Esquadra
	Vice-Almirante
	Contra-Almirante
Oficiais Superiores	Capitão de Mar e Guerra
	Capitão de Fragata
	Capitão de Corveta
Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente
Oficiais Subalternos	1º Tenente
	2º Tenente
	Guarda-Marinha
Graduados	Suboficial
	1º Sargento
	2º Sargento
	3º Sargento
	Cabo
	Marinheiro

Fonte: Marinha – Postos e Graduações. Disponível em <<https://archive.ph/EOOfs>>. Acesso em 10 nov. 2022.

### ANEXO C - HIERARQUIA DA AERONÁUTICA

Oficiais Gerais	Marechal do Ar
	Tenente-Brigadeiro do Ar
	Major-Brigadeiro do Ar
	Brigadeiro
Oficiais Superiores	Coronel
	Tenente-Coronel
	Major
Oficiais Intermediários	Capitão
Oficiais Subalternos	1º Tenente
	2º Tenente
	Aspirante
Graduados	Suboficial
	1º Sargento
	2º Sargento
	3º Sargento
	Cabo
	Taifeiro-Mor
	Soldado de 1ª Classe
	Taifeiro de 1ª Classe
	Soldado de 2ª Classe
	Taifeiro de 2ª Classe

Fonte: Aeronáutica – Postos e Graduações. Disponível em <<https://archive.is/Wx3rf>>. Acesso em 10 nov. 2022.